

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**NAS PERIFERIAS DO GÊNERO:
Transitando entre Hip Hop, Funk e FeminismoS**

Larissa Amorim Borges

**Belo Horizonte
2013**

Larissa Amorim Borges

**NAS PERIFERIAS DO GÊNERO:
Transitando entre Hip Hop, Funk e FeminismoS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Política e Identidade - Política, Participação Social e Processos de Identificação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cláudia Andréa Mayorga Borges

**BELO HORIZONTE
2013**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PPG
PSICO
LOGIA
UFMG

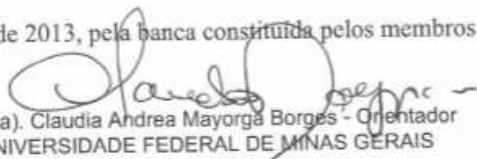
FOLHA DE APROVAÇÃO

Nas periferias do gênero: uma mirada negra e feminista de mulheres negras jovens participantes no hip hop e no funk

LARISSA AMORIM BORGES

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Política, Participação Social e Processos de Identificação.

Aprovada em 21 de junho de 2013, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Claudia Andrea Mayorga Borges - Orientador
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS


Prof(a). SUELY ALDIR MESSEDER
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA


Prof(a). SONIA REGINA CORREA LAGES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

150 Borges, Larissa Amorim
B732n Nas periferias do gênero [manuscrito] : transitando entre
2013 hip hop, funk e feminismos / Larissa Amorim Borges. -
 2013.
 210 f. : il.
 Orientadora: Cláudia Andréa Mayorga.

 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
 Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

 1. Psicologia – Teses. 2. Hip-hop - Teses. 3. Funk
 (Música). 4. Feminismo - Teses. I. Mayorga, Cláudia. II.
 Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
 Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Dedicatória

(...) Depois de muitas lágrimas posso dizer: Onde estou hoje tem a ver com os caminhos que percorri para chegar até aqui. E quem me vê no alto desta montanha pode ter a falsa impressão de que eu caí aqui de paraquedas, já que ao olhar pra mim não visualiza o caminho, não visualiza minha trajetória. Mas eu que sou mulher favelada e tenho acesso restrito a aviões e helicópteros, escalei esta montanha a pé, sem muitos equipamentos, com poucos instrumentos. Inspirada, movida e guiada pela força das/os ancestrais. E não vim sozinha. Várias mulheres negras, de perto, de longe, de fora e de dentro, me acompanharam nesta jornada. Reconheço, subi muito depois de você, e esta subida foi se tornando mais possível à medida que encontrei suas pegadas. Sim, eu fui seguindo as pistas que a senhora deixou. Sou grata por isso. E tenho que dizer: As pedras do caminho, ainda estão lá. Porém, nem todas são as mesmas, e muitas não estão no mesmo lugar que estavam quando a senhora passou. Talvez por isso, eu tenha chegado um pouco diferente. Sou uma mulher negra mineira e olhando daqui, reafirmo e reconheço: “Atrás de morro tem morro e tem montanha!” A escalada não tem fim e não pode parar em nós.

À Suely Carneiro e todas as minhas referências negras.

Agradecimentos

Agradeço aos ancestrais.

À Renata por me acompanhar e incentivar na entrada e por me motivar no processo.

Agradeço a minha família, por suportarem minha ausência com carinho e respeito, de modo especial às minhas avós Genoveva Rosa de Amorim e Maria Trindade pelo exemplo de vida e amor. À minha mãe Maria Oldete pelo apoio incondicional e à minha irmã Laiara que mesmo de longe esteve sempre presente em todos os momentos. À minha irmã Lorena e meus sobrinhos João e Ryan pelo carinho, apoio e presença. À minhas Primas e primos, TIAS e tios e afilhadas queridas e tão companheiras!

A Tia Arlete pela força, orações, orientações e bênçãos. A Nayra e Tia Márcia pela ação afirmativa /bolsa-transporte que criaram com seus próprios recursos para me ajudar neste percurso.

Ao meu Amado Daniel pela generosidade com que partilhou comigo a existência, saboreando as alegrias e enfrentando com coragem os desafios da vida.

À **Geíse pela parceria e irmandade cotidiana.** Com sua presença em minha vida senti que a reflexividade se intensifica quando estamos juntas a pessoas que podemos confiar.

Agradeço minha orientadora Claudia Mayorga pelo companheirismo e cumplicidade. Pela amizade, carinho e respeito que de forma tão intensa e digna configuraram a segurança necessária para que eu pudesse navegar. Seu apoio foi para mim mais que bússolas ou radares me senti como uma navegadora africana, aquelas que conheci em Sankofas através do MNU, que se lança destemida a conhecer o mundo através do mar, sobre a luz do sol e da lua, inspirada pelos ancestrais e guiada pelos ventos.

A Marilza Maximo, Suely Virginia, Ridalvo, Ricardo e Rodrigo Edmilsom que me ajudaram a sentir-me gente neste processo. À Johanna Monagreda, Iara Souza, Obi Amaka por tantas partilhas de sons, textos e sentimentos.

As pessoas que vivem e dão vida ao Hip Hop, ao Funk e ao Feminismo Negro no em Belo Horizonte, no Brasil, na América Latina e no Mundo!

Em especial às participantes do projeto Hip Hop das Minas, das Quadras do Vilarinho e do Duelo de Mcs e da Casa Amarela (Contagem/MG), as Cias de Dança Quebre Minas, Aero Mania e Top

Ouro (Santa Luzia/MG), ao Coletivo Casa Amarela, à Família de Rua, à MC Kátia e ao Dirceu meu vizinho.

À Vanessa Beco e todas as Negras ATIVAS por serem minhas referências, amigas e irmãs.

Às irmãs e irmãos do FONAJUNE – Fórum Nacional de Juventude Negra.

A Soraia Marco Ângelo, Marcela Marques, Sheylla Santana, Elizangela Silva, Carlos, Daniele Tifane Cibele (RE), Rosilaine Bragança e Jaqueline Romio (SP) serem presenças negras e enegrecedoras desta trajetória.

Julião, Luciana, Luana Carola, André Diniz, Leonel, Taiane Lino e a todos os companheiros de turma.

À Flávia da Secretaria da Pós, pelo exemplo e apoio em diferentes momentos.

Aos professores Cida Moura, Analise da Silva, Manuela Magalhães, Taquinho, Ricardo Aleixo, Rubens, Betânia, Fernanda Otonni, Marco Aurélio, Juliana Perucc, Jaileila, Ochy Curiel, Matilde Ribeiro, Sonia Regina, Conceição Evaristo que de diferentes maneiras em diferentes tempos contribuíram neste processo de ação e reflexão.

Aos companheiros/as do Programa Conexões de Saberes, Pet Conexões de Saberes e do Núcleo Conexão de Saberes pela ousadia de ser Ação Afirmativa e espaço de Re-existência Negra na academia.

Ao AÇÕES AFIRMATIVAS, a todas as pessoas que dão vida ao Afirmção na Pós,

Aos amigos do NPP e JUBEMI (Juventude Brasileira e Ensino Médio Inovador) e GPP-GR (Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça).

Núcleo Conexões de Saberes, Núcleo de Psicologia Política, Afirmção na Pós, Ação Afirmativas, Observatório da Juventude.

Ao CRP, especialmente à Comissão de Direitos Humanos,

Ao CNPQ pela concessão da bolsa de estudos que permitiu a viabilização desta pesquisa.

EPIGRAFE

“Deus é Negra e Lésbica!”

"Eu considero este jeito de lutar o jeito mais poderoso de lutar. E o jeito mais poderoso de lutar é geralmente como as mulheres lutam. Nós somos poderosas. Porque escolhemos lutar uma luta poderosa. (...) Porque nós celebramos Ghandi? Porque nós celebramos King? Porque nós celebramos Mandela? Nós dizemos que eles são homens poderosos. Nós deveríamos ter dificuldade de celebrar a mulher? NÃO! Porque o que **King, Mandela e Ghandi fizeram é o que você vê mulheres fazendo todos os dias nas comunidades.** Elas também deveriam ser celebradas.

(Leymanh Gbowee - Libéria Prémio Nobel da Paz,
trailer do documentário Mulheres Africanas - A rede invisível, 2012)

“A vida é inspiração pra escrever. Tudo que vivo me inspira a escrever!”

(João Vitor Amorim Borges Rosa,
Palestra Letras Pretas Palavras Negras no CCUFMG, 2012)

“Eu também sei cantar pra não gritar de dor!”

(Sergio Pererê, Trecho da Musica Estrala Natal)

RESUMO

Palavras Chave: Feminismo Negro, Hip Hop, Funk, Gênero, Periferia.

O presente trabalho é uma das sistematizações possíveis de um processo intenso de pesquisa e reflexividade desenvolvido a partir do exercício de mirar a experiência de mulheres negras jovens participantes do Hip Hop e do Funk a partir das lentes do feminismo negro.

Para compartilhar as reflexões vivenciadas no processo e os desafios de construir conhecimentos a partir das perspectivas do feminismo negro organizei minhas reflexões nesta pesquisa-militante em 4 (quatro) capítulos, a saber:

I - Construindo uma pesquisa afrocentrada e periférica;

II - Feminismos e as Periferias do Gênero;

III – Aproximação do Campo: Militância, Epistemologia, Metodologia; e

IV - Baile do Poder: Porque o prazer da perifeira incomoda tanto?

A proposta deste texto é partilhar os conhecimentos acessados e produzidos durante o processo do mestrado e, quem sabe, provocar deslocamentos e diálogos entre mulheres jovens dos movimentos sociais, culturais, academia e outros espaços de poder. As discussões aqui compartilhadas são apenas o início de um longo processo de construção de saberes sobre as relações de gênero na periferia, as intersecções possíveis do racismo e machismo na vida da juventude negra e favelada, bem como das estratégias de resistência ao genocídio e ao femicídio construídas por esta juventude.

ABSTRACT

Keywords: Black Feminism, Hip Hop, Funk, Genre, Periphery.

The present work is one of the possible systematization of an intense process of research and reflexivity developed from contact with young black women participating in Hip Hop and Funk in Belo Horizonte and Metropolitan Region. Reflecting on the ongoing research and the challenges of building knowledge from the perspectives of black feminism organized my thoughts on this militant-research in 4 (four) chapters, as follows:

I - Building a research afrocentrada and peripheral;

II - Feminisms and Gender Peripheries;

III - Approaching the Field: Militancy, Epistemology, Methodology, and

IV - Party Power: Why the pleasure of perifeira bother so much?

The purpose of this paper is to share the knowledge accessed and produced during the process of the master and who knows, cause displacements and dialogues among young women social movements, cultural and academia and others. The discussions shared here are just the beginning of a long process of building knowledge about gender relations in the periphery, the interssecções possible racism and sexism in the lives of black youth and slum as well as the strategies of resistance to genocide and femicide built this youth.

RESUMEN

Palabras clave: Negro Feminismo, Hip Hop, Funk, Género, periferia.

El presente trabajo es una de la posible sistematización de un intenso proceso de investigación y reflexión desarrollada a partir del ejercicio de la focalización de la experiencia de las mujeres negras jóvenes que participan en el Hip Hop y Funk de la lente del feminismo negro. Para compartir reflexiones con experiencia en el proceso y los desafíos de la construcción de conocimiento desde la perspectiva del feminismo negro organizado mis reflexiones sobre este militante de investigación en cuatro (4) capítulos, a saber:

I - La construcción de un afrocentrada e investigación periférico;

II - Feminismos y Periferias de género;

III - Aproximación del Campo: Militancia, Epistemología, Metodología; y

IV - Danza de energía: Para el disfrute de perifeira te molesta tanto?

El propósito de este texto es el de compartir el conocimiento que se accede y se produce durante el proceso del maestro y quién sabe, provocar desplazamientos y diálogos entre las mujeres jóvenes de los movimientos sociales, culturales, académicos y otras posiciones de poder. Los debates compartidos aquí son sólo el comienzo de un largo proceso de construcción de conocimiento sobre las relaciones de género en la periferia, las posibles intersecciones del racismo y el sexismo en la vida de la juventud negro y los barrios de tugurios, así como estrategias de resistencia al genocidio y el feminicidio construido por este joven.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: ENCRUZILHADAS DA PESQUISA	17
CAPÍTULO 1: CONSTRUINDO UMA PESQUISA AFROCENTRADA E PERIFÉRICA	25
1.1. Alguns princípios que orientam esta pesquisa	26
1.2. Quem vos fala? De onde fala?.....	29
1.3. O que as experiências das negras jovens podem dizer?	39
CAPÍTULO 2 - FEMINISMOS E AS PERIFERIAS DO GÊNERO	58
2.1. No mundo dos FeminismoS	59
2.2. Periferias do gênero.....	67
CAPÍTULO 3 - ENTRANDO NA DANÇA OU A APROXIMAÇÃO DO CAMPO: MILITÂNCIA, EPISTEMOLOGIA, METODOLOGIA.	90
3.1. Há uma epistemologia e/ou uma metodologia feminista?.....	91
3.2. Percurso Metodológico	95
3.3. A Pesquisa Militante	101
3.4. A Observação participante e o diário de campo.....	103
3.5. Entrevistas semiestruturadas	107
3.6. O campo	110
3.7. Mulheres presentes.....	120
3.8. O Hip hop, o funk e a juventude	130
CAPÍTULO 4 - BAILE DO PODER: PORQUE O PRAZER DA PERIFEIRA INCOMODA TANTO?	144
4.1. O baile/ festa na cultura negra.....	145
4.2. Preparação para o Baile.....	153
4.3. O caminho para o baile.....	158
4.4. Chegando lá: O Baile	160
4.5. A presença das mulheres: MC Katia, Companhia Top Ouro, Cia Quebre Minas, Negras Ativas, as Negras Jovens da Casa Amarela e as Minas Rima	166
4.6. O Palco	170
4.7 - Dividir para dominar.....	174
4.8 O fim do baile e a volta pra casa	180
4.9 - Minha buceta é o poder.....	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS:.....	191
ANEXOS.....	208

LISTA DE SIGLAS

APN'S - Agente de Pastoral dos Negros
ASTHEMG – Associação dos Trabalhadores dos Hospitais do Estado de Minas Gerais
BID - Banco Internacional de Desenvolvimento
CCBH – Centro Cultural de Belo Horizonte
CCUFMG - Centro Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
CUMJUVA – Cumbre Mundial de Juventude Afrodescendente
FAN - Festival de Arte Negra
FES - Fundação Friedrich Ebert
FONAJUNE – Fórum Nacional de Juventude Negra
IPEAFRO - Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros
JOC - Juventude Operária Católica
JUBEMI - Juventude Brasileira e Ensino Médio Inovador
JUBRA - Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira
MMTR-NE - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
MNU - Movimento Negro Unificado
MS – Ministério da Saúde
MSP - Movimento Sem Palco
NPP – Núcleo de Psicologia Política/ UFMG
PAI-PJ – Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental
PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PROUNI - Programa Universidade Para Todos;
PT - Partido dos Trabalhadores
SIM - Sistema de Informação Sobre Mortalidade
SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas
UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Símbolo Adrinkra Sankofas

Figura 2: Mapa de Circulação no processo da Pesquisa Região Metropolitana de Belo Horizonte, Nacional e Internacional.

Figura 3: Símbolo Adrinkra que representa a coragem.

Figura 4: Uma outra possibilidade de expressão gráfica do símbolo Adrinkra Sankofas.

Figura 6: Grafitt de rua: Feminismo Radical mulheres são gente.

Figura 7: Feminismo Radical mulheres diversas são gente.

Figura 8: III Encontro Mundial de Mulheres Negras.

Figura 9: "Quantas mãos eu vou ter! Quanto trabalho que eu vou fazer!" As mulheres devem ter direitos iguais em cada setor.

Figura 10: "Nós trabalhamos duro em casa e trabalhamos fora. Mas recompensas nunca vêm para o nosso corpo fraco e seco. Tendo suportado muito e deixando um monte ir. Nós agora resolvemos a mudar e não sofrer mais. (Idioma Bengali)

Figura 11: "Minha esposa não trabalha!!! Apesar das 36 horas no dia da mulher."

Figura 12: "Crítica à percepção padrão da mulher ideal"

Figura 13: Ertha Pascal-Trouillot – Primeira Presidenta Negra da América Latina.

Figura 14: Benedita da Silva

Figura 15: Epsy Campbell

Figura 16: Grafite "Consciência Negra Feminista".

Figura 17: Duelo de MC's

Figura 18: Imagem aérea do local onde acontece o Duelo de MCs

Figura 19: Local onde acontece o Duelo de MCs

Figura 20: Local onde acontece o Duelo de MCs

Figura 21: Duelo de Dança

Figura 22: Duelo de conhecimento

Figura 23: Mulheres no Duelo de MCs

Figura 24: Mulheres no Duelo de MCs

Figura 25: Visualização aera das Quadras do Vilarinho

Figura 26: Visualização externa das Quadras do Vilarinho

Figura 27: Visualização externa das Quadras do Vilarinho

Figura 28: Matine Funk nas Quadras do Vilarinho

Figura 29: Frequentadoras dos Quadras do Vilarinho

Figura 30: "o Feminismo nunca matou ninguém, o machismo mata todos os dias"

Figura 31: Adinkra que significa dinamismo, versatilidade e resistência.

Figura 32: O Adinkra FAWOHODIE Significa independência, liberdade, emancipação

Figura 33: Adinkra Funtunfunefu-Denkyemfunefu - Crocodilos Siameses: Significa unidade na diversidade.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Presidentas da América Latina

Tabela 2: Informantes negros e de origem favelada

Tabela 3: Tabela de entrevistas do Funk

Tabela 4: Tabela de entrevistas do Hip

Laroiê, Exu!

INTRODUÇÃO: ENCRUZILHADAS DA PESQUISA



Figura 1: Símbolo Adrinkra Sankofas
Fonte: Ipeafro (2012)

“Ocê pensa que caminho e estrada é tudo a mesma coisa, mas tá errado, minha fia. A estrada é uma coisa, o caminho é outra. A estrada é uma via, uma picada, no mato, um cortado no chão e é muita. O caminho é quando ocê escolhe uma estrada pra seguir e chegar no seu lugar.” Exu Tranca Rua . (Silva, 2010).

Peço licença e proteção dos ancestrais para traçar as linhas desta pesquisa...

O compromisso de investigar e o desejo de entender como as jovens negras participantes da Cultura Hip Hop e do Funk¹ vivenciam as relações de poder no que se refere à sexualidade e a gênero me levaram a uma encruzilhada chamada pesquisa.

A encruzilhada é o lugar do encontro, da possibilidade, da comunicação, da contradição. É onde os caminhos se cruzam e é possível e preciso escolher por onde e como seguir. Segundo Martins (1997, p. 26) “*a cultura negra é uma cultura de encruzilhadas*”.

As inquietações que inspiraram esta pesquisa nascem da encruzilhada formada pelo encontro entre os limites e possibilidades da militância, da arte e da ciência e se traduzem na tentativa de gerar deslocamentos capazes de ampliar os horizontes possíveis para as mulheres negras das periferias latino-americanas.

Em alguns sistemas filosófico-tradicionais de origem africana e afro-brasileira as encruzilhadas são a morada de Èsù ou Exu. Esta divindade na Cultura Yorubá é um Orixá. Exu é o princípio de tudo o que é vivo, é o que gera o infinito infinitas vezes. “Èsù é o princípio da existência diferenciada em consequência de sua função de elemento dinâmico que o leva a propulsionar, a desenvolver, a mobilizar, a crescer, a transformar, a comunicar.” (Santos, 1988, p. 130).

Uma das muitas histórias de Exu conta que Obatalá² criou o mundo e foi descansar. Mas, opondo-se às determinações feitas pelo criador Exu mudou tudo de lugar. Movendo as mulheres do cuidado dos filhos e dos afazeres domésticos para a caça e para a guerra transformou-as em guerreiras valentes. E, dessa forma, colocou o mundo todo em movimento. Então quando Obatalá voltou do seu sono de descanso, não foi possível fazer mais nada, pois as mudanças já estavam feitas. É possível supor que, muito provavelmente em função disso, todas as orixás são guerreiras.

Nada é impossível para Exu, pois Ele é a invenção, é a descoberta, é o desejo, é a paixão desenfreada, é a indignação e a resignação. Exu é o mensageiro, ele fala todas as línguas. Exu é silêncio completo, é voz, grito, comunicação, é contradição. “Exu figura como

¹ Hip Hop e Funk são palavras da língua inglesa. Na tradução literal Hip Hop quer dizer saltar movimentando os quadris e Funk quer dizer mau cheiro. Como tais palavras foram abrasileiradas e no contexto desta pesquisa se repetirão incessantemente, com a conotação de produção política e cultural engajada protagonizada pela juventude negra das periferias urbanas, que adquiram no Brasil, utilizaremos estes termos do mesmo modo que utilizamos outras palavras em português.

² Orixá conhecido também como Oxalá na gênese Yorubana, Obatalá é o criador do mundo.

veículo instaurador da própria narração” (Martins, 1997, p. 23), assim, antes de começar: “*Laroiê, Exu!*”³.

Segundo Santos (1988) Exu é elemento constitutivo de tudo e de todos, é o princípio da transformação e de expansão de tudo o que existe. É a potência dinâmica para a transformação da realidade. É protetor e é rei. É o que governa o sexo e a sexualidade em suas múltiplas expressões.

Na Umbanda, no Omolokô e na Quimbanda a expressão feminina desta força de transformação e movimento é a *Pombo Gira*. Segundo Augras (1980) a palavra *Pombogira* vem de *Bombongina* do Congo e corresponde ao *ELEGBA* dos Fons e aos *Exus* dos Yorubás. Entre as muitas lendas contadas sobre ela em suas muitas expressões, contrariando as expectativas patriarcais, a *Pombo Gira* é uma mulher que rompe com as normas sociais e de gênero. Ela vive livremente sua sexualidade e o prazer, trabalha e tem como espaço prioritário de atuação, a rua. As *Pombo Giras* são prostitutas, mulheres de cabaré, ciganas, marginais, noturnas, marginalizadas, são mulheres que fazem suas próprias leis, se divertem, amam, seduzem, curam e também matam.

Realizam seus próprios desejos e destes não abrem mão. Resolvem com muita habilidade e disposição questões afetivas, sexuais e financeiras. Segundo Lages (2012) as *Pombagiras* transgridem e confrontam as instituições entre elas a família, o casamento, a religião cristã, a polícia e a justiça. Estas Senhoras são muitas e se particularizam, são específicas e diversas. Cada uma tem um nome próprio, uma origem e uma história singular. Cada uma decide seu próprio destino. Cada uma constrói sua própria forma de enfrentar as opressões e estigmas que lhes são impostos. As *Pombo Giras* são espíritos mundanos com trajetórias muito próximas das trajetórias de muitas mulheres periféricas e faveladas. Elas habitam o lado tenso, sombrio, conflitivo e festivo da existência (vida/morte). *Pombo giras* e *Exus* são o POVO DA RUA. Seu lugar é o da desordem, do não cumprimento das normas sociais, do dissenso.

Ciente de que Exu, tanto em suas expressões femininas quanto masculinas, propicia uma reflexão crítica sobre a produção do conhecimento, neste percurso incorporo Exu aos modos de Areda (2008) “*como um conceito mobilizador para se pensar as formas de se reescrever o mundo.*” Uma vez que, Exu é quem “*mostra a historicidade do mundo e permite a agência, a resistência e a luta dos indivíduos*” (Areda, 2008, p.15).

³ *Laroiê, Exú!* – Saudação feita aos *Exus machos e fêmeas*.

Exu como “forasteiro de dentro (in)constantemente desconfiado da falta de movimento” (Areda, 2008, p. 2), é quem me mobiliza e torna capaz de estranhar o familiar e familiarizar com o estranho, neste processo artístico, militante e etnográfico. Me desafia a assumir outros movimentos e quem sabe gerar os deslocamentos que uma pesquisa feminista pode e/ou deve provocar.

Assim, esta “*escrevivência*”⁴ é uma “*oferenda de palavras*”⁵ que faço aos Exus, à mim, aos meus ancestrais, aos meus contemporâneos/as e às gerações futuras, na encruzilhada entre militância, arte e ciência. Como *MC*⁶ ou *Griott*⁷ contemporânea, ousou registrar no papel branco, aspectos das “*reexistências*”⁸ negras que vivo e presencio, denegrindo⁹, este espaço, ainda composto majoritariamente pelas intelectualidades patriarcais eurocêntricas, a partir e através da invisibilização, distorção e expropriação das inteligibilidades negras.

Segundo Conceição Evaristo (2007) a *escrevivência* é um ritual de escrita composto por múltiplos gestos subjetivos e corporais. É movimento de ruptura com a passividade de leitura, insubordinação que consiste em grafar a auto-afirmação de sentidos, especificidades e particularidades do “sujeito-mulher-negra”, na escolha de palavras acumuladas em suas próprias memórias e histórias. A *escrevivência* envolve o comprometimento dialético de traços e corpos na construção da possibilidade de “*Fugir para sonhar e inserir-se para modificar.*” E, além disso, “ultrapassar os limites de uma percepção da vida.” Para a autora escrever “*pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo*” (Evaristo, 2007, p. 20).

Assim, reconhecendo que todas somos voz, aos modos de Evaristo, sobre as palavras que escolho apresentar aqui, também afirmo que “*A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa-grande’ e sim para incomodá-los em seus sons injustos*” (Evaristo, 2007, p. 21). Traduzindo-se em um *sentir-pensar-fazer*, a *escrevivência*, se caracteriza como *reexistência* negra, por ser um processo de reinvenção de práticas artísticas, intelectuais, políticas, culturais e sociais em uma perspectiva afro-centrada, ou seja, gerando questões acadêmicas baseadas na centralidade da África, (Gilroy, 2001, p. 352).

Estudando as formas como as e os jovens negros das periferias dos grandes centros

⁴ *Escrevivência* é um conceito da poetiza belorizontina Conceição Evaristo

⁵ Expressão da poetiza negra Livia Natália na coletânea “*A paia vai vuá*” organizada pelo Coletivo de Mulheres Negras Louva-deusas, SP/SP 2012.

⁶ MC - termo da língua inglesa que quer dizer Mestre de Cerimônia na Cultura Hip Hop

⁷ Griott – Palavra em Frances que designa africanas/os contadores de histórias.

⁸ Expressão Ana Lúcia Silva Souza em *Letramentos de Reexistência: poesia, grafite, musica, dança: Hip Hop*. São Paulo/SP - Editora Parábola Editorial, 2011

⁹ Denegrir é tornar negro. O que não pode ser considerado algo pejorativo. E é isso que queremos em relação ao espaço acadêmico, torná-lo cada vez mais negro.

urbanos se apropriam, resignificam e usam as palavras e a linguagem, Souza (2011) nos apresenta os letramentos de reexistência. Neste contexto o termo reexistência se refere aos processos de luta por existência, resistência contra opressões, resignificação, afirmação positiva que vem sendo protagonizado por negras e negros desde seu sequestro em África, até os dias de hoje (Souza, 2011, p. 36).

A *reexistência negra* parte da leitura crítica da complexidade cultural, social e histórica das diversas práticas cotidianas e das relações de poder que tais práticas estabelecem e sustentam. E implica no reconhecimento de si mesmo e nas tentativas de ruptura e/ou desconstrução de lógicas de subalternidade e opressão, gerando impactos e mudanças em variadas esferas sociais (Souza, 2011).

Assim, a apresentação deste texto nasce antes, durante e depois dele. Neste processo, as palavras me conduziram por um caminho que se desenhou ao ser pisado. Eu e tantas pessoas, tantos sonhos, tantos projetos, tantas informações, recursos, precariedades, ausências e pretensões. Do quase infinito que sonhei, somente uma parte coube no projeto. Dele, parte significativa foi abdicada e transformada a partir da qualificação e uma parte bem menor foi o que pude realizar no tempo-espço desta pesquisa-militante.

Sinto que esta pesquisa me gerou me gestou. Em muitos momentos, me senti como um feto crescendo ativamente em uma placenta forte e repleta de nutrientes, na escuridão de um corpo dinâmico que se move pelo mundo. Como pesquisadora- militante fui um feto agitado no ventre da pesquisa que agora se prepara para me parir. Quantas vezes, lá de dentro, me virei e chutei esta barriga!? Quantas vezes o som, os movimentos e os alimentos desta gestante me proporcionaram mal estar, conforto, medo, segurança!? Em momentos diferentes, tanto ela quanto eu, desejamos o aborto. Enfim, diante das diferentes tensões, fazendo os enfrentamentos possíveis e necessários, contrariando todas as normas e expectativas sociais, a lua virou e é hora do parto!

Neste artesanato de palavras e ideias teço uma discursividade específica, a partir do desejo e da intencionalidade de contribuir para a ampliação do possível, na encruzilhada entre a Ancestralidade, Psicologia Social, o Feminismo Negro e a Militância.

Esta pesquisa-militante tem como **objetivo geral** entender como as mulheres negras jovens participantes da Cultura Hip Hop e do Funk vivenciam as relações de poder de gênero e a sexualidade, buscando compreender se e como tais experiências podem colaborar para a superação, reprodução e/ou atualização da intersecção entre as lógicas de racismo, femicídio e genocídio. Como **objetivos específicos** temos:

- Compreender as dinâmicas que caracterizam a experiência de mulheres negras jovens no Hip Hop e no Funk.
- Compreender se, e como as mulheres negras jovens participantes do *Hip Hop* e do *Funk* podem criar articulações capazes de interpelar publicamente as relações de gênero e poder.
- Identificar as relações de gênero presentes nos espaços de sociabilidade do hip hop e do Funk e verificar se e como tais relações podem contribuir para enfrentamento, reprodução e/ou atualização da intersecção entre as lógicas de racismo, femicídio e genocídio.

Para isso, assumindo a experiência como referência analítica fundamental no desenvolvimento deste estudo, utilizo uma metodologia qualitativa, referenciada na etnografia, considerando as possibilidades e limites de utilização dos instrumentos oferecidos por tal perspectiva para seu emprego nos estudos da psicologia social. Para viabilizar este intenso investimento intelectual e afetivo recorro às ferramentas reflexivas tais como auto-etnografia, observação participante com diário de campo, entrevistas semi-estruturadas e descrição densa para sistematização do relato textual (Geertz, 1978; Arruda, 2012).

Assim os versos que expressam o que foi sentido, pensado e vivido no processo desta pesquisa serão apresentados em 4 (quatro) capítulos: I - Construindo uma pesquisa afrocentrada e periférica; II - Feminismos e as periferias do gênero; III - Entrando na dança: militância, epistemologia, metodologia; IV - Baile do poder: porque o prazer da periferia incomoda tanto?

Neste percurso acesso diferentes linguagens e territórios nos quais a juventude negra e favelada se reúne em seus momentos de lazer, com o desafio de promover diálogos e traduções com e entre diferentes sujeitos e linguagens investindo em possíveis conexões entre saberes, e cuidando para não estabelecer ou reforçar hierarquias e estigmas.

A circulação e o trânsito por territórios diversos, a que me dispus no processo da pesquisa possibilitou o encontro de informações e sujeitos que contribuíram muito com as reflexões propostas por esta pesquisa. No período exploratório tal circulação evidenciou características que colaboraram para a definição do foco nas Quadras do Vilarinho e no Duelo de MC's como campo prioritário. Para definição dos locais prioritários de observação foram levadas em conta características como o deslocamento do público participante de sua comunidade de origem para outros territórios da cidade, valor do investimento para participação (custo do transporte, entrada e consumo no local), os discursos sociais sobre tais eventos e seus participantes e a regularidade na realização de tais eventos.

A partir desta definição de foco, me mantive aberta a participação em eventos que compuseram uma espécie de campo complementar. Chamei de campo complementar, espaços tempos onde fosse possível dialogar sobre o tema, problema e campo de pesquisa com sujeitos que direta ou indiretamente tem relação com o campo e/ou são (ainda que potencialmente) sujeitos participantes desta pesquisa.

Estive aberta aos convites e sempre atenta aos eventos anunciados durante o Duelo e os Bailes Funks do Vilarinho. Também acompanhei as expressões de Hip Hop e Funk veiculadas nas rádios comerciais e comunitárias. Assim neste processo tive acesso a vários bailes funk de rua no Aglomerado da Serra, evento de Hip Hop na Rua no Barreiro (Palco Hip Hop), eventos de Hip Hop no Parque Municipal (FAN - Festival de Arte Negra e Rodas de freestyle das Meninas), Baile da Saudade em Venda Nova, Quarteirão do Soul no centro de BH, Oficina de Hip Hop no Centro Cultural BH (FAN) , Oficinas do Projeto Hip Hop das Minas no CCUFMG e na Escola Paulo Mendes Campos, Duelo das Minas na Casa Amarela em Contagem, ensaio dos Grupos de Funk (Quebre Minas, Aero Mania e Top Ouro) em Santa Luzia, Show de funk MC Leozinho(RJ) e rap GOG em Brasília/DF, Baile Funk no Castelo das Pedras no Rio de Janeiro/RJ, Roda de Breack em Curitiba/PR, Sarau de Poesia e roda de freestyle em Salvador/ Bahia e Bailes no Panamá (Hip Hop e Ragaton). Além destes também participei de espaços acadêmicos como Mesa de Debate sobre Feminismo Negro no Festival Latinidades (DF), Reunião da RED de Mujeres Afrolatinoamericanas afrocaribenhas y de la diáspora no Panamá, Abrapso Minas em Juíz de Fora e JUBRA em Recife onde pude apresentar minhas reflexões e inquietações e dialogar sobre elas com outros pesquisadores de temas e áreas afins.

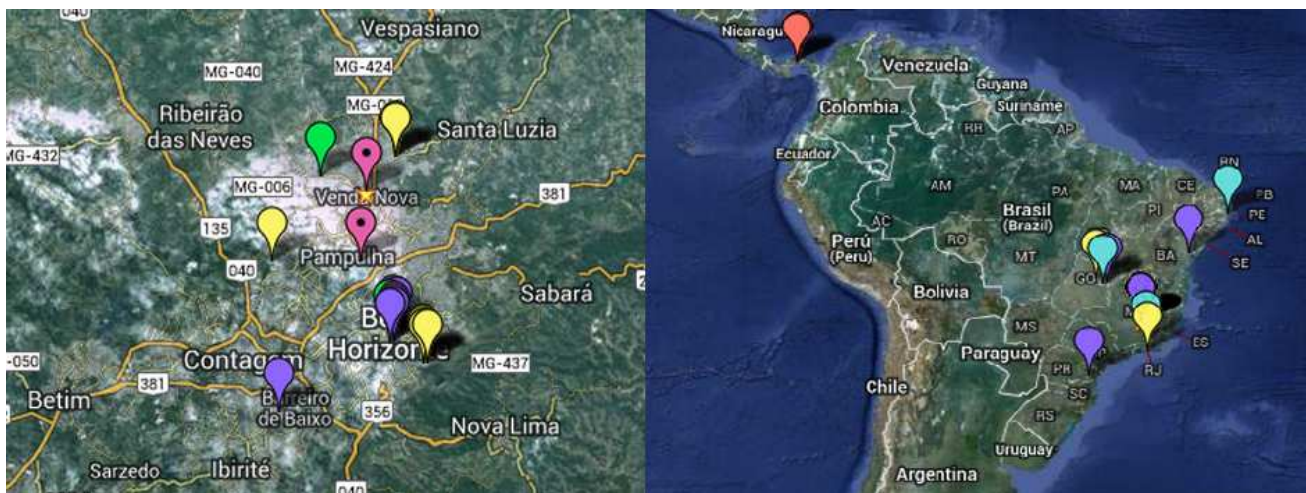


Figura 2: Mapa de Circulação no processo da Pesquisa Região Metropolitana de Belo Horizonte, Nacional e Internacional. Disponível em: <https://maps.google.com/maps/ms?authuser=0&ie=UTF8&hl=en&oe=UTF8&msa=0&msid=215513281184177476402.0004de34b83798eb7e3d1>

Por ser do Hip Hop, considero que consegui transitar mais neste universo, apesar disso tive um transito bastante significativo dentro do Funk, só não consegui frequentar nenhum funk Proibidão¹⁰ (festas privadas organizadas por grupos específicos, geralmente em sítios). Entre os fatores que dificultaram tal participação posso citar: A) A pacificação de favelas no Rio que coincidiu com o período que eu havia reservado para tais visitas. No processo da chamada pacificação, muitos bailes foram extintos e houve grande aumento da letalidade nas comunidades; B) Minha não participação em algum bonde que organiza tais eventos em BH ou Região Metropolitana; C) A dinâmica de organização e comunicação de tais eventos, direcionada para redes específicas, as quais, na ocasião eu não pertencia. Apesar disso, por não se tratar do foco desta reflexão, acredito que minha não participação nos “Proibidões” não trouxe prejuízos para a presente pesquisa, uma vez que as dinâmicas que pretendia analisar também estavam presentes em outros espaços-tempos de sociabilidade.

Considerando este mapa inicial, seguiremos juntas/os neste percurso, a partir do qual, acessaremos diferentes *territórios e linguagens* com o desafio de promover diálogos com e entre diferentes sujeitos realizando conexões possíveis entre diferentes saberes, evitando estabelecer ou reforçar hierarquias e estigmas. Neste sentido esta escrita tem caráter processual e performático, porque é um texto que se abre a outros textos (Rojo, 2007).

Portanto, você esta na “Encruzilhada da Pesquisa”. Desejo-lhe uma boa leitura!

¹⁰ Recomendo a quem se interessar por proibidões procurar **Iara Félix Viana (2013)** ou muitas informações produzidas e acessadas pela pesquisadora durante a produção de sua dissertação estão disponíveis em: negraria2.blogspot.com.br

CAPÍTULO 1: CONSTRUINDO UMA PESQUISA AFROCENTRADA E PERIFÉRICA

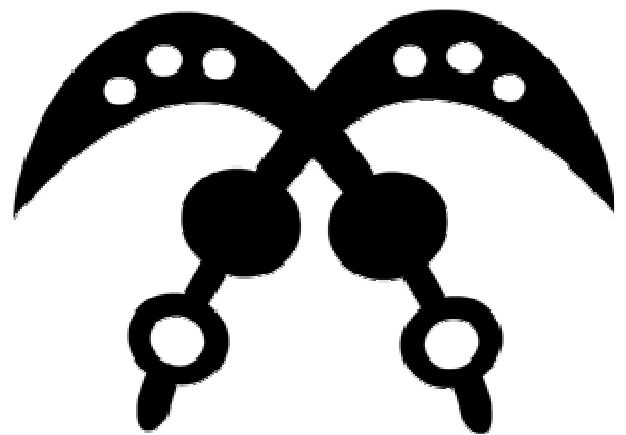


Figura 3 : Símbolo Adrinkra que representa a coragem
Fonte: Ipeafro (2012)

1.1. Alguns princípios que orientam esta pesquisa

Assumo a pesquisa como um exercício exigente de construção crítica individual e coletiva, dialética e dialógica. Adoto o ideograma da cultura Adinkra SANKOFAS como princípio orientador do processo que vivo e sistematizo, ou melhor, escrevivo. Tal ideograma é oriundo de um entre os muitos sistemas de escrita ancestral africana. E diz: *"se wo were fi na wosankofa a yenki"* ou *"Para ir adiante é preciso retornar ao passado."* (Ipeafro , 2012)



Figura 4: Uma outra possibilidade de expressão gráfica do símbolo Adinkra Sankofas
Fonte: Ipeafro (2012)

A partir de SANKOFAS é possível buscar no passado, elementos para entender o presente e construir o futuro. Busco nos passos já dados por intelectuais negras, pensadores negros, militantes, pesquisadoras feministas e ativistas da Cultura Hip Hop e do Funk elementos para nos situar neste momento histórico. A partir das contribuições teóricopráticas destas, procuro entender as vivências das mulheres negras jovens *nos espaços públicos e privados* para traçar um posicionamento epistemológico e político que seja capaz de projetar um futuro negro. Uma vez que SANKOFAS diz da processualidade na construção dos conhecimentos.

Para pensar na cooperação e na construção coletiva destes conhecimentos inspirei-me no Adinkra *Kontire ne Akwam* que é o *Conselho dos Anciãos* e significa que um bom conselho não pode ser constituído por um pensamento único. Duas ou mais cabeças pensam melhor que uma. (Nascimento, 1996, p. 21).

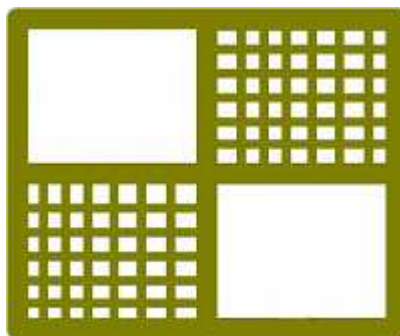


Figura 5: Símbolo Adrinkra *Kontire ne Akwam* ou *O Conselho dos Anciãos*

Fonte: Ipeafro (2012)

Entendendo os processos de produção de conhecimento, não só como processos marcados por relações de poder, mas também, como processos produtores e atualizadores destas, me posiciono enquanto pesquisadora e militante, sem a pretensão de agir segundo uma suposta neutralidade. Informo que a reflexividade e parcialidade formam parte deste processo de pesquisa, que tem o Feminismo Negro como orientação Teórica, metodológica e política.

Dedico-me a este *sentir-pensar-fazer*, lembrando que as primeiras formas de escrita surgiram no continente africano, produzidas por mãos negras, por cabeças negras pensantes. Desconfio de que, quando Anzaldúa (2000) questiona: "Quem nos deu permissão para praticar o ato de escrever?" (p. 230), nossa ancestralidade responde apontando as mulheres negras como as donas da escrita. *Nós*¹¹ a inventamos, podemos e devemos reassumi-la e reinventá-la. Entendemos que a escrita é um processo complexo, que para nós mulheres negras apresenta-se como um desafio porque, é um poder que nos foi expropriado, assim como a leitura. A medida que lemos o mundo e escrevemos a história com nossos corpos, ler e escrever são atos de insurreição e re-existência (Evaristo, 2007; Nascimento, 1996).

A re-existência é um conceito que re-conheci em Sousa (2001) quando a autora baiana, dialoga com Hip Hop para pensar sobre as singularidades e reinvenções dos múltiplos e situados usos sociais da linguagem e dos letramentos na Cultura Hip Hop como forma de resistência e existência das negras e negros na diáspora.

Sim, ler e escrever são atos de re-existência uma vez que podem nos instrumentalizar para a luta ao nos conectar com o passado e viabilizar o registro de outras versões da história. Nossa escrita gera medo e oferece perigo aos intelectuais brancos, pois sobreescreve os estereótipos racistas e patriarcais com os quais tentaram apagar ou rasurar nossas memórias e consolidar sua dominação. A intelectualidade branca nos ignora e deslegitima porque sabe,

¹¹ Neste texto falo prioritariamente na primeira pessoa do singular. Quando utilizo a primeira pessoa do plural estou me referindo à *Nós Mulheres Negras*.

que a medida que nós mulheres negras pudermos ler e escrever, “nós vomitaremos de volta na sua boca a culpa, a auto-recusa e o ódio racial que você nos fez engolir à força” (Anzaldúa, 2000, p. 231).

Segundo Evaristo (2007) a *escrevivência* é “a escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência negra” (p. 20). Como nossos ancestrais que se *escreveram* e *reescreveram* as Américas com seus corpos, após serem sequestrados de África, nós também falamos, cantamos lemos e escrevemos do nosso jeito. Deste modo, esta *escrevivência* se inicia bem antes de mim e vai além...

Segundo Hooks (2008), a linguagem é um lugar de intimidade no qual nós nos tocamos e tocamos umas às outras. E assim, no dia a dia e ao longo da história, reivindicamos a língua como um território de *re-existência* no qual nós mulheres negras podemos fazer de nós mesmas sujeitas de Direitos, sujeitas do desejo, sujeitas políticas, sujeitas históricas e algo mais (Anzaldúa, 2000).

No processo desta pesquisa nos lançamos a construção teórico-conceitual e prática como uma possibilidade de sistematização da vida, ou de alguma de suas perspectivas. Reconhecendo as/os sujeitos negros com os quais estamos tendo e tivemos contato como construtores de conhecimentos, e, portanto como coautores/as deste trabalho.

Embora existam diversos significados e usos do termo, falo de experiência a partir de Scott (1999, p. 4) não como uma evidência que por si só, autoriza, legitima e fundamenta algum conhecimento, mas sim como uma forma de pesquisar o estabelecimento da diferença e seus modos de operação. A experiência constitui identidades não evidentes e sujeitos sócio-históricos que percebem e agem no mundo. A diferença é uma construção relacional que perpassa e possibilita a experiência gerando e mantendo desigualdades de poder e posição.

A experiência aqui é percebida como construção dialética que envolve e imbrica tanto as construções culturais, políticas e sociais quanto a compreensão subjetiva e pessoal que os sujeitos fazem destas. Estando intimamente relacionada com a linguagem e sendo como esta variável, é a experiência que permite refletir criticamente sobre a história (Scott, 1999, p. 17).

Por ser sempre contestável, a experiência é política e não é a origem de minha explicação, mas sim é uma realidade subjetiva e social mutável que faz parte da linguagem cotidiana e exige explicação, clama por significado permitindo interrogar os processos pelos quais as relações de poder são configuradas (Scott, 1999, p. 20).

1.2. Quem vos fala? De onde fala?

Eu mulher negra falo na primeira pessoa, inspirada pelas intelectuais negras Bell Hooks, Lélia Gonzáles, Matilde Ribeiro, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, Deise Benedito, Jurema Werneck, Ochy Curiel, Cida Moura, Conceição Evaristo, Vanessa Beco, Flavia dos Santos, Geíse Pinheiro, Elisangela Silva, Josemeire Alves, Silvia Lourenzo, Rosilaine Bragança, Lauana Nara, Renata Belarmino e outras que me tecederam e que são minhas contemporâneas, assumo de corpo e alma o trabalho intelectual como instrumento de ativismo político e parte necessária da luta por libertação e descolonização das mulheres negras latino-americanas (Hooks, 1995, p. 466).

Sou uma mulher negra e favelada e vivenciei minha adolescência e juventude em diversos processos de participação. Meu primeiro mestrado fiz na universidade da vida, na faculdade da rua, sou MC, Mestre de Cerimônia na Cultura Hip Hop. Vivo, canto e conto histórias e neste fazer mobilizo ouvintes, enquanto disputo a construção de significados e sentidos na arena política lutando contra todas as formas de opressão e exploração.

A minha militância política começou na barriga da minha mãe. Ela sempre ia para as greves e me levava. Através de minha mãe, junto com minha irmã Lorena, passei a frequentar a ASTHEMG (Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais Públicos de Minas Gérias) fizemos um grupo com os filhos dos funcionários sindicalizados, nós atuávamos como colaboradoras nos processos de mobilização, paralisação e greves. E incomodadas com o racismo na escola organizamos um grupo de Consciência Negra no Bairro Serra Verde, o grupo Kilombo. Este grupo foi formado por influencia e com apoio do MNU e dos APN's, organizações que posteriormente tive a honra de integrar.

Além de participar de grupos de jovens no Bairro Serra Verde¹² e no Alto Vera Cruz¹³, eu e minhas irmãs Lorena e Laiara praticávamos capoeira na Associação Comunitária do Serra Verde. Decidimos aprender a lutar, para enfrentar a grave situação de violência doméstica que se abateu sobre nossa família durante longos anos. Era preciso lutar contra o que nos oprimia! A capoeira nos deixava mais fortes, mais ágeis, mais seguras. Quando

¹² O Bairro Serra Verde fica localizado na região de Venda Nova, ao Norte da cidade. Faz divisa com Santa Luzia e Vespasiano. É um bairro de periferia, formado por conjuntos habitacionais populares e favelas. Recentemente a implantação do Centro Administrativo do governo do estado em uma parte do bairro modificou intensamente a dinâmica do mesmo.

¹³ O Alto Vera Cruz é uma das mais antigas favelas de Belo Horizonte. É a favela mais populosa da cidade. Fica na Região Leste de Belo Horizonte, próximo ao final da Avenida dos Andradas, faz divisa com Taquaril, Pompeia, Saudade e São Geraldo. Tem uma produção cultural muito rica e diversificada. Minha avó paterna Maria Trindade foi uma das primeiras moradoras desta comunidade.

tocava o berimbau a gente se transportava para outra dimensão. Na roda a gente esquecia os problemas. E quando terminava a roda, a gente se sentia pronta pra enfrentar o que viesse.

Hoje penso que a ocupação que fiz do mundo público tem a ver com o quanto foi insuportável pra mim a violência de gênero no mundo privado. De acordo com a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), a violência doméstica e familiar contra a mulher consiste em qualquer ação ou omissão baseada no gênero, que gere qualquer tipo de lesão corporal, sofrimento físico, sexual, psicológico, dano moral (calúnia, difamação ou injúria) ou patrimonial. Todo e qualquer ato que cause qualquer tipo de dano à dignidade, integridade, saúde, moral e patrimônio de uma ou mais mulheres no âmbito das relações afetivas.

Durante muitos anos, mesmo vivenciando juntas as mesmas cenas de violência, minha mãe, minhas irmãs e eu, nunca conseguimos comentar nem sequer uma palavra a este respeito entre nós. Sofríamos silenciosamente e agíamos silenciosamente. Até que um dia, uma tia negra jovem e muito “*rebelde*” colocou palavra nestes fatos. Aí sim, as coisas começaram a mudar. Foi um processo longo. Somente muito depois de conseguirmos falar entre nós, conseguimos agenciar outros recursos para romper com a violência, em 2007 as coisas começaram a melhorar de fato, mas ainda hoje sentimos seus impactos. Minha trajetória na rua foi bastante intensa.

Aos 14 anos comecei a participar da Democracia Socialista de MG no PT (Partido dos Trabalhadores) e cheguei a compor o Coletivo Nacional de coordenação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT. Participei da JOC (Juventude Operária Católica) e APN’S (Agentes de Pastoral Negros) e Associação Cultural Odúm Orixás onde além das atividades relacionadas a dança afro realizávamos saraus e outras atividades políticas.

A partir da intensificação do envolvimento com a temática e também com a ampliação da rede de contatos passei a participar do MNU (Movimento Negro Unificado) e do MJNF (Movimento de Juventude Negra e Favelada), organizações que marcaram radicalmente minha história, conheci a Cultura Hip Hop e passei a integrá-la sendo uma das fundadoras da Organização de Mulheres Negras ATIVAS¹⁴, junto às quais conheci o Feminismo Negro.

Desde muito pequena eu repudiava a violência, lutava por justiça e sonhava com um mundo melhor, conhecer o movimento de Juventude Negra e Favelada e pertencer a ele e também ao Hip Hop me fez sentir que eu realmente poderia contribuir para a construção de um mundo diferente e melhor. Quando eu senti que realmente era possível mudar o mundo

¹⁴ Sobre a Organização de Mulheres Negras Ativas ver em: Donato(2012) “Hip Hop e Feminismo Negro nos Processos de Participação de Jovens Negras”

senti que também poderia mudar a minha casa, a minha família, mudar a mim mesma. E de algum modo eu consegui.

Quando *Vanessa Beco* e *Rosilaine Bragança*¹⁵ me convidaram pra cantar eu não me sentia capaz. Elas disseram: “Não tenha medo. Vamos aprender juntas!” Eu gostava de fazer fanzines e poesias e com aquele apoio todo acabei aceitando. Os movimentos negros foram efetivamente se tornando uma rede de apoio e afirmação positiva para mim. Logo depois dos primeiros ensaios na Lagoa do Nado e na casa da Vanessa, cheguei em casa feliz e cansada e logo começou uma grande briga. Naquele dia, alguma coisa tocou em mim diferente e eu escolhi não brigar. Sentei na mesa, no meio da confusão, com papel e caneta na mão, em meio a muitos gritos, pensando no que a minha história tinha a ver com a história de tantas outras mulheres que vivenciavam a violência doméstica, nasceu minha primeira letra de rap:

Mulher Brasileira: Lágrima Seca

*Na solidão das relações
até quando vamos aceitar
dizer que sim e nos deixar subjugar?
mesmo sofrendo, sentindo que não dá!
Se ele grita eu calo.
Se ele não quer eu também não.
Ele está sempre certo só ele tem razão!?
O tempo se passou olha o que aconteceu
você não me conhece você não me percebeu
cansei de engolir sapo ninguém vai me segurar
não é essa relação que vai me realizar.
Lágrima seca choro engolido
insegurança e solidão
monstro ou marido?
escrava solitária da família inteira
Trabalha, trabalha, trabalha mulher brasileira
Em meio a um mar de mentiras
navego eu e a solidão
ilusões destroem sonhos/ amargam nossos corações
depois de ter se dedicado a ele a vida inteira
não fez mais que a obrigação de escrava e parideira
Cadê minha roupa lavada? Já to levando meu bem!!
Ta na hora do jogo. Troca aí!
Eu to assistindo. O que é que tem? Que roupa é essa???
Cê ta pensando que você vai sair assim?
Tân Tân Tân Tân Lágrima seca choro engolido
insegurança e solidão
monstro ou marido?
escrava solitária da família inteira
Trabalha, trabalha, trabalha mulher brasileira Espanca a mulher
traumatiza os filhos
covarde corajosa mulher dorme com o inimigo*

¹⁵ *Vanessa Beco* e *Rosilaine Bragança*, participaram do Movimento de Juventude Negra e Favelada de BH e do MNU (Movimento Negro Unificado), são importantes ativistas da Cultura Hip Hop, negras feministas que fundaram a Organização de Mulheres Negras ATIVAS e que vem desenvolvendo diversas ações de empoderamento das mulheres negras, enfrentamento ao racismo, ao sexismo e ao genocídio da Juventude Negra.

*ironia do destino, fantasia de terror
a mão que acaricia é a que causa a maior dor
No início era meu bem, meu anjinho e meu amor
agora é gorda, burra e feia
a culpa é sua se acabou
Depois de tudo o que ela fez nem respeito, nem amor...
Lagrima seca choro engolido
insegurança e solidão
monstro ou marido?
escrava solitária da família inteira
Trabalha, trabalha, trabalha mulher brasileira Cheio de
bebida enche a família de pavor
dilacera a auto-estima, prolifera o desamor
fidelidade imposta é a armadilha predileta
companheirismo de fachada só na hora que interessa
Você acha que é esperto
você pensa que me engana
você fala que me ama e vai com outra pra cama
não sou seu objeto ta na hora de acordar não é essa relação que vai me realizar
O tempo se passou olha o que aconteceu você nem me conhece
você não me percebeu cansei de engolir sapo ninguém vai me segurar
não é essa relação que vai me realizar. Lagrima seca choro engolido
insegurança e solidão
monstro ou marido?
escrava solitária da família inteira
Trabalha, trabalha, trabalha mulher brasileira (Larissa Amorim Borges)*

Com as Negras ATIVAS participei, entre muitas outras coisas, da idealização e realização do Atitude de Mulher, que foi um processo artístico e político que reuniu mulheres dos 4 elementos da Cultura Hip Hop, Dança Afro e Percussão, fui atuante também no MSP (Movimento dos Sem Palco) que envolveu diversos grupos culturais e políticos da cidade, no Coletivo Hip Hop Chama realizamos diversos processos de formação que incluíam as temáticas de gênero, raça, sexualidade e redução de danos.

A partir de minha participação no Forito Negro, organizado pela FES (Fundação Frederich Herbert) minha participação nacional intensificou-se, e iniciei um processo de participação e incidência internacional.

Na esfera nacional participei da criação do Fórum Nacional de Hip Hop, da construção do I Encontro Nacional de Juventude Negra (Enjune), compondo também a coordenação nacional do FONAJUNE (Fórum Nacional de Juventude Negra).

Na esfera internacional fiz parte do Comitê Internacional que organizou a Conferência das Américas Contra o Racismo Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, colaborei para a criação da Campanha do Laço Laranja contra o genocídio da Juventude Negra na América Latina, contribui para a criação do Circulo de Jovens Afrodescendentes das Américas e para a realização da primeira Cumbre Mundial de Jovens Afrodescendentes (CUMJUVA). Participei de duas oficinas da UPMS (Universidade Popular dos Movimentos Sociais – América Latina)

na primeira oficina debatemos “a relação entre os movimentos sociais e o Estado” e na segunda “Interculturalidade, plurinacionalidade, afro-descendentes/ indígenas”.

Localmente fui a Conselheira Tutelar mais jovem em BH (em 2004). Com o apoio de amigos e da comunidade do bairro Serra Verde fui eleita suplente, mas como até então nenhuma conselheira tutelar da cidade havia tirado férias, eu pude atuar como conselheira tutelar por seis meses. Foi uma experiência ímpar. Substituí a conselheira que havia atendido minha família um tempo antes. Optei por não mexer nos nossos arquivos. E tratei logo de modificar tudo que havia me incomodado naquele lugar e a forma de atendimento.

Com a ajuda das outras conselheiras a minha sala passou a ser a mais aconchegante e mais visitada. Sempre que chegava alguma criança chorando, alguma pessoa muito nervosa, algum adolescente que não queria conversar... rapidinho era encaminhado pra minha sala, mesmo que o caso não fosse meu. Foi muito importante criar um ambiente de acolhimento e identificação positiva, pois cada família que ali chegava já estava violentada demais.

Trabalhei como professora de Informática e Cidadania e também como Educadora Social na escola Profissionalizante Raimunda da Silva Soares na Pedreira Prado Lopes, onde também realizei oficinas psicossociais com as/os adolescentes e jovens participantes do Programa Agente Jovem¹⁶ que posteriormente se tornou Projovem Adolescente¹⁷. No Programa BH de Mãos Dadas Contra a AIDS e Saúde na Escola, desenvolvidos pela Coordenação de DSTs/AIDS - Secretaria Municipal de Saúde/ PBH, pude trabalhar através de palestras e oficinas psicossociais as temáticas de gênero, raça, juventude, sexualidade e sexo seguro com turmas de mulheres, jovens, adultos e idosos em diversos espaços-tempos da cidade, entre eles Centros Culturais, escolas, Centros de Ação Comunitária (CAC), BH Cidadania e CRAS (Centro de Referência da Assistência Social).

Também trabalhei com estas temáticas no Projeto Imagem e Participação, realizado pela Oficina de Imagens no Centro Socioeducativo São Jerônimo e em outros centros de internação de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade de BH e Região Metropolitana. Neste projeto trabalhamos com produção de musicas, clipes e fotografias articulando os Direitos Humanos, ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e as vivências das e dos jovens internos.

¹⁶ O programa Agente Jovem desenvolvia atividades de estímulo ao protagonismo social e político com jovens moradores de favelas com idades entre 15 e 24 anos. Além de atividades culturais, esportivas, de lazer e capacitação para o trabalho o programa oferecia bolsas de auxílio financeiro a cada participante.

¹⁷ Outras informações sobre o Projovem Adolescente: <http://www.cieds.org.br/668,4,programa-projovem-adolescente>

Estagiei no Programa SOS Racismo da Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra da Prefeitura de Belo Horizonte e no Programa PAI-PJ (Programa de Assistência Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Trabalhei também como assessora na Coordenadoria Municipal de Juventude e posteriormente no Conselho Municipal de Juventude de Belo Horizonte colaborando para implementação destas políticas na cidade, bem como para realização das primeiras conferências.

Fico feliz de lembrar que em 27 de Abril de 2007 recebi uma **Homenagem da Organização de Mulheres Fala Preta**, na Assembleia Legislativa de São Paulo por meu compromisso com a população negra e com luta pela a garantia dos Direitos Humanos.

Durante toda adolescência e juventude, integrei e/ou conciliei estudo, militância e trabalho. Por influência das companheiras e dos companheiros de militância, inclusive o França Andrade, Rubens Giaquinto, Denise Pacheco, Vânia Diniz e da saudosa Graça Saboia, grande militante que agora nos acompanha do Orúm, comecei a perceber a universidade como um espaço possível e necessário.

Passei a pensar então a partir de que curso eu poderia contribuir mais para os avanços da Luta Negra no país. Identifiquei na psicologia um campo de reparações e ações afirmativas necessárias. Neste campo haviam poucas negras e negros, pouca produção positiva sobre esta população e uma dívida histórica em relação a construção de teorias, práticas e estereótipos racistas e sexistas.

Achei o desafio interessante e junto com amigas e amigos do Movimento de Juventude Negra e Favelada fui fazer o vestibular. Fiz um cursinho alternativo, na época eles estavam começando. Nem conferi o resultado, mas um amigo do partido, o Wagão me ligou dando os parabéns. Foi uma alegria e uma tristeza ao mesmo tempo. Foi muito bom ter passado, mas onde arrumar tanto dinheiro para fazer a matrícula?

A ancestralidade falou mais alto e o sistema de ações afirmativas mais antigo que conheço entrou em ação: minha Mãe arrumou um empréstimo e iniciei a faculdade. Quando entrei não imaginava a complexidade dos desafios que configuram a permanência na universidade. Lutei e chorei muito para conseguir uma bolsa na PUC. Na época não existia Prouni (Programa Universidade para Todos) e só no final do curso consegui o Fies (Financiamento Estudantil), que ainda estou pagando¹⁸.

¹⁸ Terminei de pagar o Fies em dezembro de 2013.

Cada disciplina e cada semestre fortaleceram em mim o desejo e o compromisso de trabalhar a questão racial a partir da Psicologia. Foram anos desafiadores até a formatura. Conheci professoras e colegas de profissão que se tornaram para mim grandes referências profissionais e pessoais, parceiras e amigas. Entre elas Marcia Manssur, Claudia Mayorga, Rubens, Cássia Beatriz, Isabela, Manuela Magalhães, Cezarina Almeida, Renata Belarmino, Soraia Marco, Marcela Marques, Geraldo Socorro, Joel Maia, Eustaquio Silva, Marcela Eloá, Carol Carvalho, Sol (Solange Alves) entre outras/os.

Meu trabalho de conclusão de curso foi sobre “Como os cursos de Psicologia estão preparando seus estudantes para lidar com a população negra e a questão racial?” tendo em vistas a Lei 10.639 e outras políticas nas quais as psicólogas/os deverão trabalhar para e com a população negra.

Depois da graduação participando do NPP (Núcleo de Psicologia Política- UFMG) e observando uma conjuntura política de grandes mudanças no cenário nacional, já na segunda parte da “Era Lula”, comecei a me interpelar sobre as possibilidades e limites da ação militante. Reconhecendo que já havia desenvolvido diversas ações e participado de múltiplos processos de enfrentamento ao racismo, ao sexismo, a lesbofobia, as opressões geracionais, entre outras. Passei a refletir sobre se e como tais processos de participação política tinham efetivamente colaborado para a construção da igualdade na diversidade, da democracia, da justiça e da cidadania, que eram nossos maiores objetivos.

Durante este processo, fui a uma festa na casa de uns conhecidos em um bairro da periferia de BH, na regional Norte. Fui com a turma que estava tocando samba. Na ocasião eu estava incomodada com a posição de “namorada do sambista” que é muito parecida com a de “namorada do DJ”. Nesta situação a mulher não é reconhecida por ser quem ela é e sim por estar comportadamente acompanhando um cara.

Eu que mesmo quando tento, não consigo me comportar no padrão, cantei, toquei e dancei até que o grupo fez um intervalo, e no som mecânico começou a tocar funk. Nesta hora eu fiquei mais inibida. Eu não sabia dançar as musicas que estavam tocando e mesmo que soubesse naquela ocasião, acho que não o faria. Parei de dançar e fiquei só remexendo parada no lugar.

Algumas pessoas começaram a comentar. “Credo!” , “Só faltava essa!”, “Funk... que mal gosto!!!” ... “Que horror!!!”... “Isso não é musica não!”.... “Como é que pode alguém escutar e ainda dançar uma coisa dessas!?!... E ainda por cima tocar alto!?” Me parece que o fato de me balançar demonstrando que estava curtindo a musica, também incomodava as pessoas que estavam próximas a mim de alguma forma. Por fim, alguém fez o comentário

clássico: “A batida até que é boa, mas a letras...” Eu argumentei: “Assim como o rap o funk fala sobre vários temas. Por causa das questões do mercado musical alguns são mais tocados, mas existem vários funks diferentes.”

Quando tocou: “*Dá o cú de cabeça prá baixo!*”¹⁹, grande parte das adolescentes²⁰ que estavam na festa fizeram a coreografia que consistia em colocar os pés na parede e rebolar de cabeça para baixo.

Naquele momento a festa pareceu se dividir em grupos. O grupo de quem estava dançando e se divertindo. O grupo de quem estava olhando e criticando. E o grupo que olhava com tesão e tentava disfarçar o embaraço.

Eu?

Quem estava dançando e cantando demonstrava que aquilo era uma delícia, parecia simples e fácil de fazer. Nem todas as adolescentes fizeram, mas elas pareciam compartilhar uma certa solidariedade, cumplicidade e respeito. Mesmo fazendo passos diferentes, estavam dançando juntas e isso ficou muito evidente.

Entre as críticas que se acirraram ouvi os parentes, vizinhos, conhecidos e amigos daquelas meninas que estavam na festa dizendo: “Gente, que pouca vergonha!”... “Esse mundo tá perdido mesmo!”, “Num falei que funk é putaria!” Neste contexto também teve namorado que impediu a namorada de dançar.

O grupo que olhava com tesão era prioritariamente masculino. Uns ficaram estáticos, hipnotizados, outros com a boca aberta. Alguns davam uma amassadinha no pau pra disfarçar a ereção. Deste grupo alguns foram contundentemente repreendidos pelas mulheres, provavelmente namoradas e esposas, que os convocavam a ir para outro ambiente, faziam cara de bravas, viravam seus rostos e até ameaçavam dançar também ou impor algum castigo, caso continuassem olhando. “... se você ficar olhando você vai ver!”

Quando eu ia dizendo: “*No hip hop a gente não faz isso não!*” Estranhei porque me assustei com a coreografia e antes que eu pudesse defender ou criticar percebi que eu também estava com tesão. Refleti comigo mesma: “*Putá que pariu! Nunca pensei que uma coisa dessas existisse! Caralho, isso deve ser muito bom! Quanta coisa mais existe e eu não sei? Se eu tivesse a idade dessas meninas eu estaria lá fazendo a coreografia também? Porque será que o caminho que eu segui foi o Hip Hop e não o Funk? O que teria acontecido na minha*

¹⁹ MC Kátia – Arte do Sexo – Musica disponível em : https://www.youtube.com/watch?v=HE9_hQgSo90

²⁰ Não pretendo discutir o conceito de adolescência. Quando falo “*Adolescentes*” faço um corte etário e me refiro à pessoas de 11 à 15 anos, geralmente apontadas no meio acadêmico e nas políticas públicas como pré-adolescentes (11, 12) e adolescentes (13 à 15) uma vez que também compartilham da experiência descrita.

vida se eu tivesse entrado pro funk e não para o Hip Hop? O que esta acontecendo no mundo que o funk esta mobilizando cada vez mais pessoas?”.

Esta cena explicitou tensões e antagonismos importantes para a configuração do problema pesquisa. Evidenciou a existência de padrões de moralidade e comportamento social e sexual, evidenciou a existência de regulações diversas entre mulheres e mulheres, entre mulheres e homens, entre homens e homens, entre diferentes gerações. Explicitou uma hierarquização entre funk, rap e outros “*estilos*” musicais. Explicitou que inclusive eu, estava de algum modo, assumindo a dicotomia mulheres do funk x mulheres do Hip Hop, heterodesignando as funkeiras como alienadas e objeto dos homens e classificando as participantes do Hip Hop como politizadas e conscientes. Pra que serve ser politizada e consciente? O que significa ser alienada e puta? Será que é só isso mesmo? Quem de fato teria mandado naquela cena?

A contradição que experimentei naquela festa me perseguiu como um espírito insistente. E acabou inspirando a construção do meu problema de pesquisa. Assim, para tentar entender “As periferias do gênero” falo de perto e de dentro do Funk, da Cultura Hip Hop e da Academia. Me proponho neste processo a tentar produzir e viver deslocamentos diversos que ampliem minha capacidade de interpelação, interação, reflexão e sistematização. Assim, há muito sonho, suor e sangue nestas páginas.

Justamente, por isso reconheço com desconfiança e alegria que na academia já se fala sobre hip hop e funk. “**Máximo respeito**” as pesquisadoras e pesquisadores que tem se dedicado a falar sobre o Funk e sobre a Cultura Hip Hop, tal esforço colabora para a construção escrita de uma memória viva e vivida, para a sistematização de aspectos vários das vivências que compartilhamos e dos saberes que construímos em nossas práticas cotidianas.

Pela “*neutralidade*” e “*exterioridade*” de grande parte destes pesquisadores externos sinto que há algo sobre o Hip Hop e o Funk que só poderá ser escrito por quem é do Hip Hop e do Funk, não por uma posição essencialista, mas porque “*só quem é*” diz de pertencimento, diz da ocupação de um lugar, de uma percepção, de uma experiência específica, diz de uma dinâmica singular de transito entre fronteiras peculiares, e pode produzir um *saber localizado e corporificado*, no qual, segundo Haraway (1995) “todas as fronteiras internas - externas do conhecimento são teorizadas como movimentos de poder” (p. 9).

Não que outros não possam falar sobre nós, muitos têm feito isso. Mas, é que nós, podemos e queremos falar e escrever sobre nós mesmos. Já temos feito isso de diferentes modos e agora reivindicamos o direito de fazê-lo também no espaço acadêmico.

Se escrever é atribuir sentido, reinventar, nos interessa saber: o que o Hip Hop esta escrevendo sobre o Hip Hop? O que o Funk esta produzindo sobre o Funk? O que as negras feministas estão escrevendo sobre o feminismo negro? O que a periferia esta escrevendo sobre a periferia e sobre os supostos “*centros do universo*”? Será que existem outras formas de atribuir sentido e reinventar? Antes de mim, muitas outras negras e negros e jovens se aventuraram na selva acadêmica para escrever sobre a Cultura Hip Hop, Funk e Juventude. Destacamos aqui trabalhos como “*Homem Preto do Gueto: um estudo sobre a masculinidade no Rap brasileiro*” do pesquisador Waldemir Rosa (2006); “*Re-significando a negritude através do Movimento Hip Hop: A POSSE HAUSA*” da autora Jaqueline Lima Santos (2007); “*Funk-se quem quiser*” no batidão negro da cidade carioca” escrito por Adriana Carvalho Lopes (2010); “*Participação política das mulheres jovens: Hip Hop e (novo) movimento social em Salvador*” escrito pela pesquisadora Rebeca Sobral Freire (2010); “*Negro, jovem e hip hopper: história, narrativa e identidade em Sorocaba*” da pesquisadora Jaqueline Lima Santos (2011) e “*A Relação entre Hip Hop e Política nos Processos de Participação de Jovens Negras*” da pesquisadora Cássia Reis Donato (2012).

Além das contribuições intelectuais de negros e jovens outros sujeitos, de diferentes gerações, sexos, raças/etnias, em diferentes contextos, têm colaborado desenvolvendo estudos sobre as juventudes. Entre eles chamo atenção para as produções de Dayrell (2001), Tommasi (2004), Novaes & Vannuchi (2004), Matsunaga (2006), Galvão (2009), Castro & Abramovay (2006), entre outros.

A pesar de trabalhos como estes, que tanto *tem contribuído para a compreensão das realidades brasileiras*, muitos estereótipos tem sido criados e reproduzidos sobre as jovens negras, faveladas e periféricas. Vale ressaltar que tivemos dificuldade de encontrar estudos que reflitam sobre este grupo no âmbito das relações de poder, sobretudo na perspectiva da sexualidade e relações de gênero.

Com o problema de pesquisa formulado e a organização metodológica que escolhi utilizar e apresento a seguir, objetivo colaborar para o processo de desconstrução de lógicas e práticas de subjugação e inferiorização acadêmicas e sociais daquelas e daqueles que ocupando o corpo que ocupam (negro, feminino, trans e/ou deficiente, etc.), ousam enfrentar as normas e viver a sexualidade, o prazer e o poder apesar dos estigmas e normas.

1.3. O que as experiências das negras jovens podem dizer?

É possível demarcar o campo de uma psicologia social feminista para analisar aspectos da realidade? A presente pesquisa propõe a realização de um processo investigativo sobre as experiências de gênero vividas pela juventude, participante do Hip Hop e do Funk, como colaboração para a construção de um campo feminista e antirracista dentro da psicologia social, atentas para as produções já existentes no que se refere a Psicologia Social do Racismo e a Psicologia Feminista.

Seguiremos inspiradas pelo feminismo negro, lésbico, latino americano e pensadoras que, mesmo não sendo da psicologia, possibilitam ou provocam algum diálogo entre os Feminismos e a Psicologia nestas perspectivas buscamos autoras como Carneiro (2001), Anzaldúa (2000), Roland (2000), Ribeiro (1995) Davis (2005), Romio (2009), Mayorga (2007), Papa (2009), Azeredo (2010) Curiel (2009), Toneli (2008), entre outras.

Interessamo-nos organizar lentes e instrumentos teóricos e metodológicos que nos permitam conhecer o que as jovens das favelas e periferias têm produzido e vivido no que se refere às relações de gênero, numa tentativa de identificar e problematizar quais estratégias essas mulheres têm desenvolvido em sua vida cotidiana para lidar com as relações de poder.

Ao falar de mulheres negras jovens, falamos de um grupo social heterogêneo, no qual estão presentes diversas dimensões tais como: a classe, a religião, a escolaridade, a orientação sexual, situação de saúde, condição de moradia, participação no mercado de trabalho, entre outras. Nesse sentido, essa pesquisa buscou, a partir da observação participante das experiências dos/as jovens em suas inserções no Hip Hop e funk de BH, contemplar as relações de gênero a partir da lente analítica da interseccionalidade, pensado as possibilidades e limites gerados pela articulação dinâmica de categorias sociais, entre elas principalmente, raça, gênero, classe, geração e local de moradia, não só na produção e reprodução de desigualdades, mas também na organização de identidades contra hegemônicas e processos de resistência, para isso recorreremos a autores como Mayorga & Prado, 2010; Crenshaw, 2002; Piscitelli, 2008 entre outros que tem trabalhado tal conceito .

Por isso, cabe destacar que geração, raça, gênero são construções socioculturais e históricas. A construção social de tais categorias assumem como base elementos biológicos que materializam seus marcadores de desigualdade no corpo. A presença ou a ausência da vagina, do pênis, a cor da pele, a textura do cabelo, entre outras passam a ser referências a partir das quais relações de poder desiguais são tecidas e articuladas, trazendo o corpo para arena política. No que Mayorga e Prado (2010) vão chamar de “gestão classificatória dos

corpos” (p. 58) sujeitos brancos e negros, de diferentes gerações, de ambos os sexos com diferentes identidades sexuais e orientações afetivas, em diferentes tempos e espaços, tem sua experiência social em corpos marcados e, ainda, determinados conforme a valorização social atribuída a cada um destes marcadores ou ao conjunto destes. Assim, as/os jovens de favelas e periferias têm sido retratados a partir desses demarcadores que somado a categoria local de moradia atribui-se a esses/as jovens um lugar social de intensa inferiorização, bem como, invisibilidade de suas manifestações culturais, sociais e políticas. Assim, a juventude é um demarcador de hierarquias no âmbito das relações sociais e ao agregar outras categorias, como classe social e local de moradia tem gerado processos de subalternização deste grupo naturalizando suas condições, situações e lugar social dentro da sociedade.

Segundo Novaes e Vannuchi (2004), em cada tempo e lugar, são muitas as juventudes. Na atualidade é notório perceber que as juventudes vêm se apresentando no cenário político de diversas formas, no entanto, pouca visibilidade há sobre as manifestações sociopolíticas das juventudes periféricas no que se referem às relações raciais, de gênero e local de moradia, poucos estudos têm sido feitos sobre o impacto político destas manifestações culturais juvenis nas relações de poder. *"Até que ponto o Hip Hop e o Funk abalam o congresso?"* (Castro, 2006)²¹.

Há nas periferias e favelas uma grande efervescência cultural e protagonizada por jovens pobres que se posicionam como produtores culturais (Dayrell, 2001). Segundo este autor, nestes universos culturais e políticos, a música é um produto cultural amplamente consumido e difundido por diferentes mídias. A música, enquanto produto no mercado cultural, possibilita a organização e a articulação de outros consumos, identidades e redes complexas de relações. A partir da música, modos de ser, sentir, agir e significar o mundo são configurados, influenciando individualidades e coletividades de diferentes gerações.

Na esfera pública as construções e disputas em torno *das juventudes* vem mobilizando não só as/os jovens, mas também ativistas políticos, gestores públicos e acadêmicas/os de diferentes campos de conhecimento. Além destes, mídia, mercado e Estado também estão nesta disputa. *As juventudes* e seus modos de participação tem sido objeto de estudos diversos em várias áreas do conhecimento, conformando um campo dinâmico de intensos debates que apresentarei brevemente a seguir.

Nesse sentido, é importante destacar que as concepções sobre a juventude nas produções científicas são diversas e tem trazido perspectivas diferenciadas para analisar a condição juvenil:

²¹ Pergunta lançada a mim por Mary Castro na mesa: Juventudes , cultura e participação social – PUC Minas/ 15º Encontro Mineiro da Associação Brasileira de Psicologia Social

A imagem desta como uma fase do vir a ser, de transitoriedade e, portanto, de preparação para a vida adulta, estando associada a outra percepção da juventude como uma fase de tempo livre, de lazer, de experimentar a vida, na qual o conceito de moratória é bem representativo. Essas concepções estão arraigadas tanto no discurso científico quanto no senso comum e, demarcam um lugar de negatividade de equivalência deste grupo social, principalmente, em suas relações com os adultos.

Também, vamos encontrar perspectivas que tomam a juventude enquanto potencialidade de inovação, futuro de uma nação. Em relação às décadas de 90 e 2000, vai ocorrer um movimento de pensar os jovens a partir de uma perspectiva que contemple a complexidade e pluralidade de tal grupo social, é nesse momento que surgem as políticas públicas de juventude, o discurso do protagonismo juvenil e se coloca a questão dos novos espaços de participação dos jovens. (Tommasi, 2010):

Mas se numa leitura mais superficial podemos entender isto como avanços, na realidade, a juventude foi tomada neste momento enquanto um campo de intervenção social. Neste momento, a intenção foi atrelar a relação entre juventude e política a partir de um deslocamento do campo dos direitos e cidadania para o campo onde a política vira sinônimo de política pública. (Tommasi, 2010):

A forma como o campo da juventude foi se tornando o lugar da intervenção, o lugar onde o jovem precisa de suporte para sua adaptação e integração à sociedade, reposicionou o jovem, de certa maneira, como o sujeito que não tem voz, de quem se fala, se pensa e por quem se tomam decisões. Mesmo quando o discurso é o da participação deste grupo, o que circula é o imperativo do participar, de colocar este jovem na posição obrigatória de protagonista (Tommasi, 2010).

Outra perspectiva presente nos estudos e análises sobre a juventude mais recentes apontam a impossibilidade de pensar a mesma enquanto uma categoria universal, ou seja, a necessidade de pensar a juventude desvinculada de uma espécie de essência juvenil, a juventude deve ser estudada a partir de suas condições sociais, históricas, políticas e culturais (Abramo, 1994, 1997; Abramovay, 2002; Novaes, 2005, Abramovay & Castro, M. G., 2006, entre outras). Assim, muitos, estudiosos, sem abrir mão do sujeito jovem universal, passam a utilizar o termo juventudes, como se isso por si só resolvesse as questões e tensões presentes neste campo de estudos. Entretanto nas análises continuam pensando um sujeito jovem universal.

No campo da participação da juventude observamos que houve uma ancoragem das concepções negativas da juventude que recaiu principalmente sobre a juventude pobre e negra. Para Abramo (1997) a partir da década de 1990 retoma-se fortemente uma concepção de

juventude enquanto um problema social, que estava colocado na década de 1950, mas, agora com um enfoque nos jovens de periferia, principalmente em virtude dos fenômenos dos “meninos de rua e aumento da violência nas grandes centros urbano”.

Nos anos 90 a visibilidade social dos jovens muda um pouco em relação aos anos 80: já não são mais a apatia e desmobilização que chamam a atenção; pelo contrário, é a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas. No entanto, a maior parte dessas ações continua sendo relacionada aos traços do individualismo, da fragmentação e agora mais do que nunca, à violência, ao desregramento e desvio (os meninos de rua, os arrastões, o surf ferroviário, as gangues, as galeras, os atos de puro vandalismo) . (Abramo,1997, p.31).

Percebe-se que as pesquisas sobre a juventude da periferia também aumentaram. Porém, nos chama a atenção como o interesse em particular por este público está baseado, muitas vezes, em concepções dos mesmos como delinquentes em potencial e por isso, justificam-se intervenções, programas e projetos baseados na ideia de que os jovens da periferia devem ser controlados e tutelados, reiterando a noção de periculosidade a partir da qual ser pobre, negro e da periferia resulta inevitavelmente em criminalidade (Abramo, 1997). Aqui cabe questionar sobre o porquê desta crescente preocupação com os jovens de periferia? O que está em jogo quando se aumenta consideravelmente a produção e a “preocupação” sobre juventudes de uma determinada raça e classe social, inclusive, no poder público gerando várias políticas e órgãos debruçados sobre esta temática? O que isso representa em termos de pensarmos a organização das relações sociais no Brasil?

Os processos ininterruptos de estigmatização, criminalização e extermínio da juventude negra e pobre, evidenciada pelo número de jovens negros mortos em situações violentas com causas evitáveis, a tentativa constante de desqualificação das/dos sujeitos periféricos e favelados e suas produções intelectuais e culturais entre elas o Hip Hop e o Funk, as manobras da indústria cultural, as ofensas racistas e sexistas nas redes sociais, o medo e o ódio cultivados contra a favela e os jovens favelados, nos oferecem algumas pistas interessantes para pensarmos na sofisticação do genocídio da juventude negra.

Quando falo de geração, faço referência ao conceito sociológico discutido por (Weller, 2010, Mannheim, 1982, 1993). Assim, caracterizo geração como um modo específico de viver configurado a partir da presença de influências similares, de limitações e possibilidades na experiência de sujeitos de idades próximas o que favorece a expressão compartilhada de significados da vida e do mundo. Sujeitos de uma mesma geração, podem por fatores diversos desenvolver perspectivas similares sobre a história. Há relações de poder entre as diferentes

gerações e dentro de cada geração. Como esta pesquisa trabalha com foco na geração jovem, utilizo em alguns momentos estes termos como sinônimos considerando que a construção e o entendimento das experiências juvenis são fortemente marcados por uma perspectiva geracional.

Os processos históricos de produção, reprodução e enfrentamento as desigualdades socio-raciais que configuram a América Latina e Caribe contribuíram também para uma conformação densa do campo de estudos da juventude na região. Segundo dados da UNESCO (2012), UNFPA & CEPAL (2011), quase 50% da população da região tem menos de 25 anos, sendo que a população entre 15 à 29 anos representa 26% do número total da América Latina e Caribe. A configuração de tal estrutura demográfica, vem sendo percebida e sistematizada de modos diversos pelos diferentes agentes que compõem o campo de estudos da juventude, considerando inclusive as potencialidades e limites que podem ser geradas pela existência de tantos jovens neste momento histórico. Autores como Gonzáles (2011) apontam que além da importância demográfica desta população sua heterogeneidade, sua capacidade de assumir e participar ativamente das mudanças tecnológicas, sua flexibilidade e desejo de participar poderão influenciar muito os processos democráticos na região. Porém estes autores apontam que tais possibilidades estão ameaçadas pelos processos de militarização, marginalização, miséria e mortalidade gerados e/ou aprofundados por novas formas de vulnerabilização cada vez mais presentes nas sociedades latino-americanas.

Entendendo que a participação se articula com as relações de poder a medida que se configura como a possibilidade de não aceitar e fazer algo frente a situação de opressão a qual um sujeito ou grupo esta destinado. È a busca do poder, é também, poder de interpelar a ordem estabelecida, é resistência frente ao poder que oprime.

Outro ponto importante para a discussão desta pesquisa refere-se à estruturação racial da desigualdade social brasileira que faz com que a juventude pobre ou de origem popular seja composta prioritariamente por negras e negros, porém a construção das concepções de juventude, é marcada por lógicas hegemônicas que muitas vezes identificam e prescrevem as possibilidades de ser jovem numa perspectiva que invisibiliza e estigmatiza as e os jovens negros moradores de favelas e periferias naturalizando suas experiências de opressão, desqualificando suas vivencias de resistência e deslegitimando suas tentativas de emancipação e empoderamento.

Preocupantemente estes enfoques orientam e influenciam a formulação e o desenvolvimento de várias políticas públicas, o que gera uma invisibilidade institucionalizada e/ou institucionaliza uma visibilidade pejorativa para a juventude negra e pobre.

Nesta arena de intensos debates as reflexões sobre juventudes tem focado a participação política em espaços institucionais como conselhos, movimentos estudantis, partidos políticos, sindicatos; a inserção juvenil no mercado de trabalho; a juventude como agente e vítima da violência/ questão de segurança pública; e as novas formas participação juvenil na esfera pública a partir da interpelação política feita através de espaços não formais, movimentos culturais e religiosos. Diante deste cenário, cabe ressaltar que, segundo Weller (2005) “Tanto nos trabalhos sobre o hip hop como nas pesquisas sobre juventude em geral, existe uma grande lacuna no que diz respeito à presença feminina nas manifestações político-culturais” (p.107).

Historicamente, as construções dos discursos sobre gênero e sexualidade partem de perspectivas hegemônicas, que invisibilizam sujeitos e grupos, criminalizando suas experiências sociais, patologizando suas práticas sexuais, estigmatizando suas identidades, impedindo a expressão de seus desejos e limitando seu direito de exercício livre e pleno da sexualidade. A pouca existência de estudos sobre a experiência de gênero das mulheres jovens que vivem nas periferias dos centros urbanos, revela aspectos hierarquizantes destas relações de poder.

Segundo Papa (2009) no campo das políticas públicas, são escassas as ações que incorporam questões concernentes às especificidades dessas jovens mulheres. Ao dizer sobre o desafio de se inserir na vida pública e na política, Carvalho e Quintiliano (2009) ressaltam que ainda é uma ousadia discutir a participação política das mulheres negras jovens, diante de um cenário em que estas não dispõem de visibilidade como grupo político dotado de direitos específicos. Mesmo sendo estas herdeiras de um intenso processo de organização e luta política protagonizado por mulheres negras de gerações anteriores.

Assim o corpo da mulher negra jovem é marcado por lógicas de hierarquização e inferiorização múltiplas relacionadas ao sexismo, ao racismo, ao androcentrismo. O sexismo na perspectiva da privatização do corpo e da vida, o racismo na perspectiva da “desumanização/ naturalização (é o animal predisposto ao sexo)”, embranquecimento e o adultocentrismo na “ditadura da juventude” a partir de um modelo eurocêntrico. Dessa forma, a mulher negra torna-se a antítese do masculino e do branco, do bom, do belo, do “moral” e segue aprisionada em um corpo deslegitimado historicamente e imerso em relações sociais que atualizam lógicas de exploração e submissão.

É importante ressaltar que a partir de diferentes contextos e perspectivas epistemológicas e políticas o conceito de Gênero, também vem sendo discutido e disputado nas ciências humanas e sociais por diferentes sujeitos e instituições diversas, assim a

consolidação deste campo de estudos vem sendo construída com a colaboração de pesquisadoras (es) feministas e não feministas de diversas regiões do globo.

Entre os debates e tensões que, na atualidade, estão presentes neste cenário de múltiplos pensamentos, gostaríamos de chamar a atenção para as reflexões entre o **campo de gênero**, no qual um dos pontos de partida é a construção da “*mulher*” enquanto categoria política; e **campo do pós-gênero** que por sua vez, questiona a categoria “*mulher*” como sujeito e objeto do conhecimento feminista. Nesta pesquisa, discutiremos gênero enquanto **relações de poder** históricas que configuram condições específicas para a emergência de sujeitos, organização de valores e normas e materialização de corpos.

Assim, faz-se importante problematizar o próprio conceito de gênero, pois, ele tem sido um conceito construído e disputado em diferentes perspectivas teóricas e políticas entre elas a psicologia, a psicanálise, antropologia e história (Rubin, 1986; Azeredo, 2010). De um modo mais amplo, são mais recorrentes as utilizações de gênero para: A) identificação e diferenciação a partir do sexo biológico masculino/feminino B) distinguir homens e mulheres enquanto construções sociais C) fazer referência à relações de poder que produzem diversas regulações materializam corpos a medida que criam condições específicas para emergência dos sujeitos.

Considerando que as hierarquias de gênero são construção social humana, discutiremos o gênero a partir das relações de poder construídas historicamente, na tentativa de encarar o poder, o sexo, e a política do sexo numa perspectiva de ruptura com as dinâmicas de submissão e opressão das mulheres. Seguiremos deste modo implicadas na construção e visibilização de experiências de autonomia e emancipação que contribuam para eliminação das sexualidades e dos papéis sexuais obrigatórios. (Rubin, 1986).

Cabe destacar que por influencia das lutas feministas, a vida das mulheres nos últimos 25 anos mudou muito, no mundo inteiro. Inegavelmente as mulheres conquistaram o acesso a espaços e direitos, sem precedentes na história da humanidade, sobretudo no que se refere à saúde, educação e emprego. Hoje 136 países firmam em suas constituições o direito a igualdade e a não discriminação entre homens e mulheres. As mulheres têm maior expectativa de vida e há mais mulheres jovens que homens frequentando as universidades em mais de 60 países (BID, 2011).

Ao longo das gerações é possível perceber mudanças nas responsabilidades e tarefas assumidas por mulheres e homens nas esferas privadas e públicas. Mas ainda sim as desvantagens e desigualdades na vida das mulheres negras e jovens existem e se impõe mais cedo e de forma mais profunda. As desigualdades de gênero têm mais probabilidade de serem

reproduzidas e passadas para outras gerações. Além de enfrentar as desigualdades há que se enfrentar as mudanças de idade, mudança de corpo, mudança de tempo. Isso demonstra como homens e mulheres das diferentes gerações vivenciam de modo diverso a desigualdade de gênero e seus impactos em suas vidas diárias, (BID, 2011).

A complexidade das articulações entre geração, gênero, raça e classe tem levado grande parte dos intelectuais que se dedicam as reflexões sobre juventude e gênero, a se abster das reflexões sobre as ações coletivas e as práticas políticas das e dos jovens negros/as moradores/as de favelas e periferias. Diante da complexidade que as interseccionalidades representam a saída epistemológica mais recorrente tem sido a escolha pela realização de estudos desracializados, sem gênero e sem classe e/ou com apenas uma destas “variáveis”. Assim são construídas lentes analíticas e explicações da realidade ao menos teoricamente aplicáveis a todos. Assim, a juventude ainda costuma ser entendida como algo que desconsidera as condições de determinados grupos sociais e raciais, homogeneizando e/ou invisibilizando tais experiências. Nesse sentido, ao trazer para o debate a tentativa de articular gênero, raça e classe social com a categoria juventude, muitas vezes, ainda se cai na armadilha de cristalizar algumas concepções acerca do que seja, juventude, juventude pobre e negra, assim, deixa-se de analisar alguns atravessamentos de raça e gênero que são estruturadores de nossos processos de desigualdades sociais, tomando a juventude, ainda, enquanto um conceito central e universal neste debate em detrimento a essas outras categorias.

Segundo Castro (2008) no espaço público as ações e reivindicações juvenis que alcançam maior visibilidade são as relacionadas com as identidades e não com as diferentes possibilidades da condição juvenil. Porém a simples afirmação da pluralidade não soluciona tensões e nem oferece os encaminhamentos políticos necessários às lutas juvenis. O foco nas identidades aponta o sujeito marcado pela condição racial, de gênero e de classe como único responsável pela superação da sua condição de opressão.

Embora diversas autoras feministas tenham apontado que o privado também é político, em relação aos debates públicos sobre sexualidade, ainda percebe-se fortemente, concepções marcadas por perspectivas androcêntricas, racistas e sexistas, que despolitizam os discursos sobre a sexualidade relegando-a dimensão individual, subjetiva, particular/ privada e normativa. Tal perspectiva invisibiliza sujeitos e grupos criminalizando suas experiências sociosexuais, patologizando práticas afetivo-sexuais, estigmatiza identidades, impedindo a expressão do desejo, a fruição do prazer e o exercício de direitos.

Pensando na articulação das categorias percebe-se que na centralidade do debate de gênero na academia ainda prevalecem as mulheres brancas, heterossexuais, adultas, suas vivências e perspectivas. Em grande parte dos estudos as hierarquias sexuais seguem desracializadas, sem classe e alheias a geração. Segundo Weller (2005) nos estudos de gênero e nos estudos feministas ainda há uma ausência de trabalhos com foco nas adolescentes e jovens do sexo feminino e em suas experiências diversas. Geralmente, quando aparecem neste campo, é a partir das questões relativas à sexualidade, e à maternidade, tais escolhas revelam, entre outros aspectos, como a construção dos lugares de gênero é marcada pela lógica do público versus privado. Nos estudos sobre as jovens a referência relacionam-se as questões do corpo e a restrição da vivência da sexualidade ao campo do privado, não abordando, por exemplo, questões referentes à participação política destas mulheres jovens ou ainda, trazendo as questões relacionadas ao corpo e a sexualidade enquanto esferas que podem e devem ser politizadas no âmbito das relações sociais.

Outra questão importante de ser debatida em articulação com as outras categorias até aqui já apresentadas referem-se à pobreza. Entendemos este fenômeno como social, racial e historicamente localizado e corporificado. Assim, um demarcador de sinalização da pobreza diz respeito ao local de moradia. Na divisão do espaço urbano, a favela ocupa a periferia, não necessariamente geográfica, mas prioritariamente a periferia política. Segundo Beatriz Nascimento citada por Carneiro (2006) no prefácio de Ratts (2006), o território favela passa a ser resignificado como quilombo urbano, territórios negros, territórios de liberdade, espaço de continuidade da experiência histórica de resistência dos negros no Brasil. É a materialização de um projeto de nação, a busca de um tempo/espaço de paz, a luta pelo direito “*ao espaço que ocupo na nação*”, na luta pela terra e pela habitação e por outros direitos (Ratts, 2006).

É importante reconhecer e afirmar que os problemas fundamentais dos territórios de periferia e favela são fruto da “*estruturação injusta do sistema social*” (Martin-Baró, 1996) e, também, de um sistema racial de desigualdades historicamente reproduzido e cotidianamente atualizado. O Racismo é uma consciência historicamente elaborada no mundo (suas dinâmicas foram determinadas e construídas historicamente e suas origens se perdem no fundo do tempo) com impactos e expressões em todas as áreas da vida, não é uma ideologia (elaboração intelectual com fins políticos e econômicos), é um sistema de poder (Moore, 2007).

A modernidade capitalista e industrial assinada pelo continente europeu só foi possível através da brutal expropriação do continente Africano e Latino Americano. O estabelecimento e o desenvolvimento do capitalismo moderno foram viabilizados pela violenta escravização racial e pelo genocídio dos povos africanos, numa dinâmica de subalternização de todas as formas

econômicas, sociais, culturais e científicas desenvolvidas historicamente por estes povos (Moore, 2007).

A classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de “raça”, referenciada prioritariamente no fenótipo, foi imposta sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu, fundando o atual padrão mundial de poder que impregna todas e cada uma das áreas da existência social, estabelecendo o racismo moderno como a mais profunda e eficaz forma de dominação política, social, material e intersubjetiva (Quijano, 2005).

Durante o processo de escravização colonialista as flagelações, torturas, mutilações e humilhações eram violências constantes nas vidas das pessoas escravizadas, mas a intensidade e os requintes de tortura, exercidos sobre os corpos das mulheres negras, excediam os aplicados aos corpos dos homens. Além disso, as mulheres eram sistematicamente violadas. Nos rigores do processo de escravização, além da exploração exercida através da expropriação de sua força de trabalho, as mulheres negras estavam expostas a toda forma de coerção sexual como expressão máxima do domínio econômico e patriarcal. O abuso sexual como forma de repressão foi uma forma de violação institucionalizada para intimidar, aterrorizar e desumanizar todo o grupo, (Davis, 2005).

No Brasil o racismo moderno se expressa a partir de um conflito cotidiano e uma tensão constante, construídos social e historicamente. A sociedade racista brasileira é hierarquizada pela ideologia do branqueamento e organizada através do mito da democracia racial. Isso configura possibilidades e impedimentos que transitam entre as dinâmicas de invisibilidade, rejeição, negação, aceitação, reconhecimento e resignificação das identidades. O que impacta diretamente na materialização de significados e sentidos acessíveis a negros e brancos, bem como, em sua organização econômica, política, social e cultural (Gomes, 2002).

Apesar das conquistas dos feminismos e da luta antirracismo, nós população negra, vivemos no Brasil uma situação de guerra e de não acesso à justiça, orquestradas por diversos mecanismos violentos de controle e repressão social. Com um processo de crescente “militarização” do Estado, do tráfico e das milícias, que alimentam e são alimentados pelo o discurso da “segurança” e suas lógicas de encarceramento e genocídio, mas fortalecidos e legitimados pela mídia dominante. O Observatório de Favelas (2012) atento as bandeiras levantadas pelos movimentos sociais negros, tem lançado várias publicações a este respeito, inclusive na publicação Mídia e Favela lançada em 2012, faz uma avaliação da forma estigmatizada como as favelas e comunidades pobres são representados em diferentes mídias apontando que uma democracia pode ser evidenciada pela diversidade de visões de mundo que transitam em suas arenas políticas. A pesquisa evidenciou em 70% das menções dos veículos de comunicação à favelas e territórios pobres estão relacionadas a

“violência, criminalidade e drogas” contribuindo diretamente para a construção de uma visão única sobre a favela e seus habitantes.

Esses processos sociais terminam transformando diferenças raciais, geracionais e de gênero em desigualdades de várias esferas, no entanto, elas são convertidas como se fossem uma questão de desigualdades puramente econômica e naturalizadas, isso faz com que ao mesmo tempo, as desigualdades sociais criadas neste processo transformem-se em diferenças individuais socialmente invisíveis. (Mayorga, Ziller, Magalhães & Silva, 2010; Santos, 2004).

Raça, classe, gênero e geração se articulam na configuração da forma de pressões vivenciadas pelas jovens mulheres negras e dizem das dinâmicas de nossos processos de desigualdades sociais. A presença da interseccionalidade de tantos aspectos, evidencia que de fato não é simples encarar tamanha complexidade, mas abandoná-la sistematicamente, sem nunca tentar articulá-las, pode colaborar para uma compreensão equivocada e reducionista de temas sociais relevantes, além de dizer de uma intencionalidade política relacionada com a manutenção de interesses hegemônicos com impactos em todas as áreas do conhecimento e da vida.

Nesta perspectiva a temática da juventude, por exemplo, segue desracializada, sem gênero e sem classe. A exceção vai acontecer quando, a questão da violência, por exemplo, aparecer no debate. O sujeito potencialmente violento e geralmente apontado como gerador da violência não será o jovem rico e branco. Dificilmente veremos as jovens brancas da classe média sendo apontadas como causadoras da violência, ou como aquelas que são *portadoras de uma sexualidade precoce*. Da mesma forma, quando estes autores que, geralmente são homens brancos e não são pobres, estão falando de protagonismo juvenil, não ouviremos falar sobre protagonismo das jovens indígenas. E quando falam sobre juventude e sexualidade em seus aspectos *múltiplos*²² provavelmente não estão falando sobre a sexualidade de jovens deficientes. Assim, também quando a questão é juventude e mercado de trabalho, as jovens travestis que trabalham na prostituição não são consideradas. Por isso, faz-se importante nas análises destes contextos nos atentarmos para as dinâmicas envolvidas nos processos de desqualificação e inferiorização de determinados grupos e suas experiências e não centrar o foco nos indivíduos e grupos de formas individualizadas, mas, no que aquilo tem a ver com as organizações sociais e a “gestão classificatória dos corpos” (Mayorga e Prado, 2010).

Segundo Estudo Global de Homicídios (2011), organizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2009), o Brasil teve o maior número de homicídios do mundo,

²²Devemos ficar atentos para os processos externos de designação de aspectos da sexualidade do outro como “positivos” ou “negativos” para não incorrerem em classificações moralistas e normativas.

43.909 mortes. Levantamentos do Fórum Direitos e Cidadania - Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil (2011) demonstram que foram mortos mais jovens negros no Brasil em 2008 que na guerra do Iraque em 2006. Em oito anos de intensa participação dos EUA na guerra do Vietnã, foram mortos 58.148 soldados norte-americanos. Entre 2001 e 2008 foram mortos 147.535 jovens no Brasil, destes, 74% eram negros.

O Mapa da Violência (2011), revela que entre, 2002 e 2008, em relação a População Total o número de vítimas brancas caiu de 18.852 para 14.650, ou seja, caiu 22,3%. No mesmo período, entre os negros, o número de vítimas de homicídio aumentou de 26.915 para 32.349, o que equivale a um crescimento de 20,2%. Com isso, a brecha de mortalidade entre brancos e negros que já existia em 2002 cresceu de forma drástica, chegando aos 43% entre os jovens de 15 a 25 anos. Assim de 2002 a 2008 foram assassinados 4.582 jovens brancos e 12.749 jovens negros. Morrem proporcionalmente 134,2% mais jovens negros que brancos.

Nesse mesmo sentido, os dados do Relatório Anual das Desigualdades Racial no Brasil (2009-2010) apontam que as mortes ocasionadas por causas não naturais são majoritariamente de homens negros, assim como a maioria das mortes por atropelamento. Entre 2001 e 2007, foram cometidos 135.226 homicídios de jovens de até 24 anos, em todo o país. Destes, 77,5% são homicídios de jovens entre 18 e 24 anos e 24.449 de jovens de 15 a 17 anos. 62% destes jovens assassinados eram negros (83.904 pessoas), 31,2% eram brancos (42.159 pessoas). Neste período enquanto o número de jovens brancos assassinados caiu 28%, o de jovens negros assassinados subiu 13,5%. Assim, a probabilidade de ser assassinado era 123,2% maior para um jovem negro do que para um jovem branco. Em 2007 dentre as pessoas que suicidaram 78,6% eram do sexo masculino e 21,4%, do sexo feminino. Sendo 52,0% eram brancos e 42,1% negros. Porém entre os jovens de até 24 anos, quem mais perpetrou suicídio foram os jovens negros 42,18% e as jovens negras 13,28%, perfazendo uma diferença de 19,57% entre as mulheres brancas e negras e 26,7% entre os homens negros e brancos.

Este quadro de genocídio da juventude negra vem sendo denunciado há décadas pelo Movimento Negro, desde a Frente Negra Brasileira e do Movimento Negro Unificado (MNU) até as ações atuais do Fórum Nacional de Juventude Negra. Entre as ações de denúncia e enfrentamento do genocídio étnicorracial organizadas pelos movimentos sociais é importante citar as campanhas: “Reaja a Violência Racial”, “Mano não Mate e não Morra”, “Campanha Reaja ou será morto! Reaja ou será Morta!”, realizadas pelo MNU. Também vale ressaltar campanhas protagonizadas por organizações de jovens como a “Campanha do Laço Laranja” contra o extermínio programado de jovens negros e indígenas nas Américas” e “Campanha Nacional contra o Extermínio da Juventude Nega”, cujo processo de idealização e realização participei ativamente. Segundo os Movimentos Sociais Negros, com destaque para o Fórum Nacional de

Juventude Negra (FONAJUNE), estamos diante de um contexto de genocídio, que pode ser confirmado pelos dados oficiais.

A juventude negra vem sendo exterminada sistematicamente através de estratégias diversas. Entre os jovens que são mortos, mulheres e homens que são apagados da história, sujeitos cujas memórias são distorcidas ou não registradas e os responsáveis por estas mortes nunca são identificados, nem presos. Algumas vidas importam menos, por isso na morte os registros são falhos, a sistematização dos dados é “dispersa”, as verdadeiras causas nunca são investigadas. Na declaração de óbitos maternos, por exemplo, o quesito raça/cor é esquecido sistematicamente, evidenciando o descaso do estado com a morte das mulheres negras.

Segundo dados do (UNFPA - 2012 e CEPAL - 2011) homicídios, acidentes de trânsito e suicídio é o que mais mata os jovens na América Latina, sendo que as mulheres jovens morrem principalmente por questões relacionadas gestação, parto e aborto.

O Mapa da violência 2011 demonstra que embora a violência letal do país vitime prioritariamente os jovens negros, foram assassinadas no país 42 mil mulheres, 4.023 somente em 2008. As armas de fogo continuam sendo a principal causa dos homicídios, tanto femininos quanto masculinos. Mas outros meios, além das armas, os quais exigem contato direto e causam maior sofrimento e humilhação a vítima, como objetos cortantes, penetrantes, contundentes, sufocação etc., são mais comuns quando se trata de violência contra a mulher.

Os dados do Relatório Anual das Desigualdades Racial no Brasil (2009-2010) demonstram que entre as mulheres jovens a chance de ser assassinada é 37% maior para uma jovem negra que para uma jovem branca. O peso dos óbitos por homicídios no total de óbitos entre as negras é 127,2% superior ao mesmo indicador entre as mulheres brancas.

Dados do Ministério da Saúde (SIM/SVS/MS - 2010), gerados a partir da observação dos registros de óbito²³, demonstram que as principais causas de morte das mulheres, na faixa etária de 10 à 29 anos são classificadas como mortes por "demais causas externas" ou mortes mal definidas. Dentre as mortes classificadas, nesta faixa etária, as principais causas são relacionadas à gravidez, parto, puerpério.

Fazendo o recorte racial, nesta faixa etária as principais causas de morte das jovens negras são eclampsia, pré-eclampsia, hemorragias pós-parto. Neste contexto, as mulheres negras jovens morrem duas vezes mais que as brancas em consequência de tentativas de aborto (Negras: 12,1 e Brancas: 6,9).

O que pode apontar como os corpos e subjetividades das jovens negras estão sendo subalternizados pelo Estado a partir da negação ou acesso precário aos Direitos. Como os corpos

²³ Este estudo constatou que há uma alta frequência de óbitos com a variável raça/cor não informados, problematizando a questão do racismo institucional, levantou-se a hipótese de que a não informação ou informação incompleta dos dados de óbito é mais freqüente quando se trata de corpos negros e pardos.

negros estão sendo produzido/programados, a partir de uma lógica de poder que negocia e determina que direitos estes corpos e sujeitos tenham ou não acesso, e de que forma.

Analisando os homicídios femininos e masculinos o Mapa da Violência (2012), aponta que entre as agressões intencionais de terceiros que utilizam meios diversos para provocar danos e lesões que ocasionam a morte, as armas de fogo são os principais meios utilizados na realização de homicídios, 75,7% dos Homens e 53,9% das mulheres. A segunda maior causa de homicídio são os objetos cortantes ou penetrantes, 15,5% dos homens e 26% das mulheres. Em terceiro lugar vêm os objetos contundentes, 5,3% homens e 8,3% mulheres. O quarto meio mais utilizada para matar é o estrangulamento/sufocamento, 1% homens e 6,2% mulheres. Outros meios, também, são empregados para matar, 2,5% homens e 5,5% mulheres. O que demonstra existência de mais ódio e mais sofrimento nas mortes de mulheres.

Diante destes dados, podemos conjecturar que as mulheres negras jovens além de privadas do acesso a certos bens que representam status, poder, conforto e mobilidade, circulam menos no espaço urbano, estando assim mais limitadas ao espaço privado. Muitas são assassinadas, diversas são “abortadas”, outras tantas suicidam ou “são suicidadas”? Ausentes ou invisíveis do mundo público, as mulheres negras morrem sem voz e sem ruído, nos limites da opressão “doméstica” que vitima seus corpos e mentes através de perversas articulações do racismo, sexismo e lesbofobia.

Tal contexto configura um quadro de feminicídio, conceito que vem sendo desenvolvido por feministas do mundo inteiro diante do alarmante crescimento dos homicídios de mulheres baseados na subjugação e posse do feminino pelo masculino, e se caracteriza por um processo de agressões sistemáticas, requintes de crueldade e tortura que precedem à morte (Mota, 2008; Romio 2009/ 2010).

Baseada em Radford e Russell (1992), Romio (2009, p: 4) a ponta que o femicídio é uma forma extrema de violência sexual, para a autora:

“(…) o assassinato misógino de mulheres por homens é a forma mais extremada de violência sexual. Pois segue o entendimento de que a violência sexual pode ser considerada como qualquer tipo de ataque físico, visual, verbal ou sexual sofrido por mulheres ou meninas que tenha gerado qualquer efeito que fira, degrade ou tire as habilidades de controlar contatos íntimos. importante, segundo a autora, pois reconhece a dissonância entre a percepção dos homens e das mulheres sobre suas próprias experiências em relação à violência sexual - Esta abordagem faz sentido ao percebermos os inúmeros assassinatos de mulheres cometidos por ex-companheiros com justificativa na recusa em reatar o relacionamento”.

Redução, distorção ou eliminação das habilidades, possibilidades e condições das mulheres terem autonomia sobre os contatos íntimos, sobre suas experiências e relações sociais e sexuais

A violência contra a mulher não só gera mortes imediatas, mas também gera mortes em curto, médio e longo prazo, que justamente por isso nem sempre são contabilizadas como crimes de femicídio. Além disso, o racismo e o sexismo institucional que perpassam os aparatos policiais, de justiça e de saúde, entre outros, favorecem a impunidade, fortalecem a naturalização e colaboram para a reincidência deste tipo de violência. Segundo Romio (2010) são várias as expressões deste tipo de violência pelo mundo. Segundo a autora:

“os femicídios não se restringem aos praticados por companheiros e ex-companheiros, considerando o femicídio homofóbico e lesbofóbico, o femicídio marital, o femicídio racista, os femicídios cometidos fora do espaço de domicílio, os seriais e em massa, inclui a discussão dos assassinatos de mulheres legalizados pelo Estado motivados por políticas e práticas sociais, a exemplo das práticas de assassinatos de meninas em países que adotaram políticas de restrição do número de filhos, também discute as mortes femininas produzidas pelos processos de esterilização e clitorectomias, além dos assassinatos cometidos em nome da busca da Beleza através de intervenções cirúrgicas mal sucedidas” (Romio 2010,p.2).

Embora, segundo dados do (UNFPA e CEPAL, 2011) o número de mortes de jovens do sexo masculino seja 5 (cinco) vezes maior que o número de mortes de mulheres jovens na América Latina e Caribe, as mortes da mulheres jovens são preocupantes, não só pela quantidade de vítimas, mas, também, pela forma de vitimização. Além disso, o modo como a juventude morre, pode dizer muito sobre o modo como esta juventude vive. Segundo Romio (2010) os assassinatos de mulheres que frequentemente são “silenciados e romanceados”, apesar dos requintes de crueldade e violência empregados, tem caráter e motivação marcadamente sexista. Considerando que as mortes por causas externas, são mortes evitáveis, é preciso reconhecer que há aspectos raciais, geracionais, de classe e de gênero organizando e acelerando mortes da juventude negra na América Latina.

Em diferentes lugares do Brasil, geralmente em relação a forma como conduzem sua vida afetivo-sexual, além de serem punidas publicamente com agressões verbais e físicas, muitas jovens sofrem diversas torturas e tem seus cabelos raspados como forma de punição, que muitas vezes precede a morte. Por término de relacionamentos, por desobediência a autoridades masculinas de pais, namorados e maridos, muitas jovens são torturadas e mortas, muitos casos não chegam a imprensa nem a polícia. Entre os casos que chegaram a mídia podemos citar uma jovem de 21 (vinte e um) anos que foi torturada pelo ex e pela sogra em São Gonçalo, no Rio de Janeiro em maio de 2012; e uma jovem de 14 (quatorze anos) que foi torturada e teve os cabelos raspados na região leste de Belo Horizonte em março de 2013.

A Escritora jordânia-britânica Fadia Faqir que também é pesquisadora independente e defensora dos Direitos Humanos, em seu artigo “Intrafamily femicide in defence of honour: the case of Jordan” publicado em 2001 problematiza os crimes contra mulher nos países

árabes frequentemente apontados como violência familiar. Os dados apresentados pela autora evidenciam que mais de 60% dos casos de violência contra a mulher no âmbito familiar eram contra mulheres que tinham até 27 anos. Resistir ao confinamento físico e psicológico no espaço privado conhecido como “Mastura”, ou desobedecer as normas sexuais impostas podem levar a morte (crime de honra). A autora narra ainda o caso de uma jovem de 29 anos, que por “desobediência” foi amarrada com um fio elétrico pelo marido mais de 100 vezes. A legislação, o sistema jurídico e econômico vigentes, favorece a impunidade e a não criminalização dos agressores.

A dominação masculina é um imperativo social com impactos perversos e diversos sobre a vida das e dos jovens negros e negras. Muitas vezes em situações de tensão alguém estica o braço entre os sujeitos em conflito e grita: “*Quem é homem cospe aqui!*” pelo imperativo de afirmação de um certo tipo de masculinidade muitas mortes evitáveis tem sido geradas. O porte de arma (legal e ilegal), como uma expressão de afirmação desta masculinidade e poder também aparece como influenciador e potencializador de mortes evitáveis. Assim como, a posse de motos e em alguns casos de carros, símbolos capitalistas de masculinidade e poder. Nos bailes de Funk e Hip Hop a presença das motos, como propriedades masculinas e expressão de poder foi bastante recorrente.

Vale ressaltar que a tal imperativo tem consequências perversas sobre a vida das mulheres, tais consequências vão desde as formas limitantes de viver as feminilidades e sexualidades quanto, quanto pela presença constante da violência, e perda sistemática de filhos, irmãos, pais, namorados e maridos que hora são agredidos, hora são presos e por fim são mortos, muitas vezes pela própria polícia.

A utilização e venda de drogas é outro aspecto importante nesta indústria da morte. A relação com o tráfico tem justificado e legitimado inúmeras mortes nas periferias. É interessante perceber que, grande parte das mortes, relacionadas ao tráfico, não são por “*over dose*”, mas sim por tiros. A visibilidade e o prazer que muitos jovens buscavam e encontravam cantando rap e funk, dançando ou pintando em outros momentos, hoje muitos buscam e julgam encontrar no consumo e venda de drogas.

Porém, é preciso entender a inserção de armas e drogas nas comunidades negras, não como uma possibilidade de acesso ao poder e ao prazer, mas como parte de uma estratégia de dispersão, deslegitimação e extermínio, orquestrada pelas elites brancas em parceria com o Estado e seus agentes. Caso emblemático deste tipo de ação genocida foi o “The Black

Panther Party”, o Partido dos Panteras Negras.²⁴

As múltiplas intersecções de categorias vividas por jovens negros/as pobres possibilitam simultaneamente a experiência da conexão entre as várias formas de violência e a experiência da constituição de identidades dinâmicas e contra hegemônicas que resistem como podem a tais violências. Este alarmante quadro de femicídio e genocídio étnico-racial da juventude negra é o que torna relevante investigarmos este universo da juventude negra e favelada no Brasil e na América Latina, considerando que tais mortes se baseiam, em alguma medida na violência sexual impostas através de certos padrões e normas à esta juventude.

Na tentativa de explicar as violências do Sul, onde o racismo e sexismo estão intersseccionalizados com o colonialismo, contra as mulheres racializadas (Bidaseca, 2012) relembra a coisificação sexual/hipersexualização perpetrada pelo homem branco sobre o corpo e a vida das mulheres negras. Tal processo vem materializando violência, mutilação e morte sobre a vida e os corpos das mulheres negras desde o período colonial até os dias de hoje. As políticas de controle e coerção via violações e abusos ainda são expressão naturalizada da dominação masculina expressa nos dados do femicídio pelo mundo.

Diante do exposto e problematizado acima, propomos a estudar as relações de gênero vivenciadas pelas jovens negras moradoras de favelas e periferias, buscando identificar sujeitos e aspectos que possam ter sido negligenciados, invisibilizados ou deixados à margem na construção e desconstrução do conceito de gênero e do campo de juventude.

Neste contexto, tentar avançar na compreensão das periferias do gênero e das relações de gênero nas periferias e favelas, articulando as dimensões da raça negra, da classe pobre e da geração jovem é um desafio epistemológico e político de grande complexidade que vale a pena ser encarado *“Com a convicção de que é justamente nesse “entre” que acontece o que interessa.”* (Tommasi, 2011, p. 2)

Neste sentido, esta pesquisa congrega em si quatro grandes desafios: **I** – Busca contribuir para a reflexão e sistematização de algo sobre: O que seria uma análise psicossocial feminista? **II** – Analisar relações de poder entre sujeitos negros/as, jovens, pobres, participantes do Hip Hop e do Funk que geralmente são marcados por múltiplas identidades e por diversas opressões e vulnerabilidades em espaços sociais historicamente marginalizados. **III** – Contribuir para o debate sobre gênero e pós-gênero na perspectiva do

²⁴ Outras informações sobre o tema ver em: FERREIRA NETO, Ney Jansen (2012) Estado, Narcotráfico e Sistema Financeiro: Algumas Aproximações [dissertação] - Florianópolis, SC- Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96163/310570.pdf?sequence=1>

feminismo negro. **IV** – Contribuir para a generificação e racialização da juventude no campo acadêmico.

Assim me lancei em campo objetivando entender como as mulheres negras jovens participantes da Cultura Hip Hop e do Funk vivenciam as relações de poder, sobretudo no que se refere ao gênero e a sexualidade, e buscando compreender se e como tais experiências podem colaborar para a superação, reprodução e/ou atualização da intersecção entre as lógicas de racismo, femicídio e genocídio.

É importante dizer que o presente problema de pesquisa passou por transformações e complexificações a partir da inserção exploratória no campo. Iniciei o contato com os sujeitos participantes desta pesquisa-militante, a partir da entrada exploratória no campo. Pautada por uma perspectiva etnográfica com a utilização do diário de campo, que me fez refletir sobre os limites e possibilidades deste sentir-pensar-fazer pesquisa.

Para responder ao problema desta pesquisa tentei:

- A) identificar que experiências e expressões políticas e/ou culturais as mulheres negras jovens constroem a partir de sua inserção no Funk e na Cultura Hip Hop.
- B) Compreender se e como as mulheres negras jovens neste universo podem criar articulações capazes de interpelar publicamente as relações de poder e as múltiplas opressões vivenciadas.
- C) Identificar quais discursos e práticas de gênero estão presentes e circulam no *Funk* e o *Hip Hop* buscando entender se, e como tais discursos colaboram nos processos de subordinação - opressão, ou construção de autonomia, empoderamento e emancipação desta jovens.
- D) Conhecer quais reflexões essas jovens fazem sobre sua condição de gênero e sua participação nas relações de poder e suas experiências de sexualidade dentro do Hip Hop e do Funk; e se relacionam tais experiências com as lógicas de racismo, femicídio, genocídio ou com alguma expressão do feminismo.

A inserção exploratória demonstrou o desafio de buscar elementos capazes de possibilitar a caracterização e identificação das relações de poder no campo da sexualidade e das relações de gênero. Ratificou que, talvez não fosse viável aprofundar em tantos pontos no tempo de uma pesquisa de mestrado.

Assim, optei por viver o campo atenta ao que ele pudesse evidenciar com maior intensidade. Coloquei em suspensão meus conceitos, pré-conceitos e hipóteses. E fui a campo disponível, aberta para ser tocada por ele. Atenta para o que acontece entre os sujeitos presentes e produções neste universo. Aos modos de Tommasi (2011):

“Desde logo, descartei as explicações simplistas e o entusiasmo quase romântico com os quais alguns autores descrevem tudo que acontece de “bom” nas margens geográficas e simbólicas da cidade, procurando, ao mesmo tempo, ir além das visões dicotômicas para indagar as ambivalências, o que acontece “entre”: a transgressão e a cooptação, os produtos de mercado e os independentes, as obras originais e as repetições, a arte profissional e o amadorismo. (Tommasi, 2011, p.2).

Assim, numa perspectiva contra-hegemônica pretendi contribuir para a construção coletiva de um saber científico inserido na práxis quotidiana e capaz de favorecer os sujeitos, grupos e povos oprimidos na tomada de controle sobre sua própria existência e história (Santos, 2006; Martin-Baró, 1996).

CAPÍTULO 2 - FEMINISMOS E AS PERIFERIAS DO GÊNERO



Figura 6: Graffiti de rua: Feminismo Radical mulheres são gente.

Fonte: http://www.albertomesquita.net/am/Graffiti/arles_gallery/imagepages/image8.html

“A mulher do terceiro mundo se revolta: Nós anulamos, nós apagamos suas impressões de homem branco. Quando você vier bater em nossas portas e carimbar nossas faces com ESTÚPIDA, HISTÉRICA, PUTA PASSIVA, PERVERTIDA, quando você chegar com seus ferretes e marcar PROPRIEDADE PRIVADA em nossas nádegas, nós vomitaremos de volta na sua boca a culpa, a auto-recusa e o ódio racial que você nos fez engolir à força. Não seremos mais suporte para seus medos projetados. Estamos cansadas do papel de cordeiros sacrificiais e bodes expiatórios.” Gloria Anzaldua (2000, p. 231)

2.1. No mundo dos FeminismoS

Nos bailes que participei durante o processo desta pesquisa-militante aprendi que “parar na posição” não é se fixar, mas sim situar-se, é criar condições de, é preparar-se para a realização de movimentos complexos e dinâmicos, a ponto de gerar impactos em sujeitos e grupos em diferentes contextos. Como já afirmei minha localização e posicionamento no primeiro capítulo, te convido a movimentar-se junto comigo no conceito de periferias do gênero e na reflexão sobre os feminismoS, com a responsabilidade e a avaliação crítica que este posicionamento específico exige Harawy (1995) reconhecendo que:

“As perspectivas dos subjugados não são posições "inocentes". Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que tem menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento.” (Harawy, 1995)

Para começo de conversa é importante reafirmar que as mulheres negras estão sempre em luta, e nem sempre estiveram sobre a dominação masculina, importa afirmar também que nem sempre foram desconsideradas como sujeitos políticos e históricos. As tentativas de desumanização e deslegitimação das mulheres negras começaram a ocorrer de modo intenso, estratégico e sistemático no processo de colonização de África e das Américas pelos europeus.

Refletindo sobre a trajetória de luta das mulheres negras, a feminista Jurema Werneck (2013, p.8) faz referencia a um provérbio africano e reafirma "*Nossos passos vêm de longe...*" apontando que a legitimação/deslegitimação de sujeitos históricos e formas de participação social e política, foram fortemente influenciadas pelos sistemas de inferiorização que configuraram o processo de colonização. Com base em violentos esquemas de hierarquização e opressão racistas, patriarcais e heterossexistas o processo de dominação colonial tenta incansavelmente até os dias de hoje expropriar as mulheres negras da possibilidade de serem reconhecidas também como sujeitas históricas e políticas. Como Werneck e outras negras feministas, reafirmo o reconhecimento das mulheres negras como protagonistas de presentes e remotas organizações sociais e políticas.

A presente reafirmação das mulheres negras como sujeitas sócias na política e na história tem suas origens nas sociedades africanas que se desenvolveram muito antes do nascimento da Europa, as mulheres africanas eram livres e ocupavam o espaço público com dignidade, os

sistemas matrilineares ou matrifocais evidenciavam a importância da mulher e o respeito atribuído a ela em diferentes nações e comunidades. (CLARKE, 1984).

Antes, durante e depois do processo de sequestro em África, travessia do Atlântico, exploração nas Américas, e também muito antes da criação do termo feminismo, as mulheres negras em muitos países, assim como também dentro dos quilombos, vivenciaram relações de igualdade, e quando não, desde lá lutaram por seus direitos, tendo participado da vida pública de muitas nações, com autonomia sobre seus desejos e corpos, exercendo autoridade política, militar e religiosa e ocuparam postos de poder em seus países e comunidades em momentos históricos nos quais as mulheres brancas eram subjugadas e relegadas ao espaço privado (CLARKE, 1984).

Quando o processo de opressão das mulheres negras começou, mesmo sem escrever ou teorizar formalmente sobre este processo conseguimos reconhecer e resistir a tal processo. Neste contexto, muitas mulheres negras lutaram juntas, apoiando-se mutuamente em frentes de cooperação diversas, amando à nós mesmas, e também amando umas as outras. (Hooks , 2005)

Por tudo isso, dizemos que nossa história é outra, *“nossos passos vem de longe”* e é a partir dessa longa história e dos passos já dados por nós mulheres negras e nossas ancestrais que decidimos nos vincular aos feminismoS, contribuindo com nossa história de resistência e autodeterminação para o fortalecimento e continuidade da luta contra sistemas complexos e complementares de opressão e para o processo de afirmação de humanidade de/para todas as mulheres do mundo considerando suas infinitas diferenças.²⁵

Os feminismos estão contidos nas remotas e contínuas histórias de Lutas das Mulheres Negras. Não o contrário. Foi, também, observando as formas de organização e luta de negras e negros por direitos, e articulando os aprendizados destas experiências com os privilégios e possibilidades viabilizados pela branquitude que as mulheres brancas estadunidenses, por exemplo, organizaram suas bandeiras e foram para as ruas na década de 1960.

Assim é possível entender que feminismoS é a ação política das mulheres reconhecidas como *“sujeitos históricos da transformação da sua própria condição social”*, envolve teoria e

²⁵ Os feminismo Lésbico vem questionando a categoria mulher e problematizando sua utilização, bem como as intersecções entre os sistemas de gênero e a heterossexualidade normativa. Sobre este tema sugerimos (Wittig, 1992) e (Butler, 2003).

prática e pode se expressar na arte, na ciência, na política através de ações existenciais, individuais e/ou coletivas, (Soares 2000, p.33)

Sendo tão complexo e diverso, falamos de feminismoS no plural, para afirmar e visibilizar a diversidade que compõem tal construção. Segundo Mora (2009) posso falar do feminismo como movimento social, como um conjunto de práticas, como política, como experiência, como ética, como epistemologia e como dialética social. Tal construção explicita parte das tensões que colaboram para que eu me refira ao conjunto da luta das mulheres como FeminismoS e não simplesmente Feminismo.

As diversas histórias que se conectaram possibilitando a existência deste “S” bem maiúsculo estão contribuindo também para que o deslocamentos de instituições, sujeitos e bandeiras fazendo com que o centro deste campo FeminismoS sejam vários. Considerando suas diversas expressões e múltiplas incidências é importante reconhecer a existência de feminismoS no plural.

Entre as muitas tensões que marcam sua configuração é possível dizer que os feminismoS são movimento de luta, campo político, filosófico, social, teórico-epistemológico em constante (des) construção e disputas e que constituem um projeto político e epistêmico de enfrentamento a dominação masculina.

Nesta reflexão sobre os feminismoS é importante dizer que eles podem ser identificados de diversas formas, uma delas é pela localização geopolítica das interlocutoras, cujos contextos e perspectivas de mundo diferenciam suas produções: feministas africanas, feministas latinas, angloamericanas, francesas, inglesas, do sul global, do norte, da Índia, anglo-saxônicas, ocidentais, entre outras. Junto-me a “outras inapropriáveis” como feminista racializada do sul global para afirmar-me como feminista negra latinoamericana e refletir junto e sobre mulheres também racializadas nas periferias globais.

Aos modos de Ribeiro(2008) considero que a multiplicidade de sujeitos e espaços de atuação que foram se agregando aos feminismoS foram fazendo deste um campo plural, dinâmico e em constante transformação, gerador de instrumentos úteis para nossa luta por emancipação, a autora negra afirma que:

(...) “ por perceber as vivacidades do feminismo no Brasil, sua trajetória de reformulações com implicações positivas e inovadoras para a movimentação das ruas, das organizações não governamentais, dos setores acadêmicos, dos governos, dos movimentos sociais. Ademais, o feminismo alastra-se e traz novas personagens e realidades para a cena política.” Matilde Ribeiro (2008, p.24)

A partir do que aprendi na convivência como Negras ATIVAS e também a partir da produção de outras intelectuais negras como Carneiro(2001), Collins(2001) , Curiel(2009), *hooks* (2004), Anzaldúa (2000) entendo o feminismo negro como um processo permanente e não linear de resistência que envolve experiências, ideias, reflexões e ações políticas vividas e compartilhadas por mulheres negras para a potencialização afirmativa de sua humanidade individual e coletiva.

A existência de uma história de lutas das mulheres negras é o que gera condição e possibilidade de existência e conceituação tanto dos feminismoS, quanto do Feminismo Negro. Como sistematização e ação política recente dentro da trajetória ancestral de luta das mulheres negras, o Feminismo Negro colabora não só para continuidade da história de luta das mulheres negras, como também qualifica e trás novos conceitos e práticas para os feminismos.

A partir dos estudos de Bairros (1995) podemos entender o Feminismo Negro como uma lente que nos permite perceber o gênero como uma construção de hierarquia e poder, identificando seus impactos na vida das mulheres, ao mesmo tempo, como instrumento de ação política para desconstrução de injustiças, hierarquias e desigualdades e a invenção de novas possibilidades e perspectivas para mulheres e homens. O feminismo negro evidencia as inteseções entre raça, classe, gênero e geração, confrontando os interesses e posturas das elites hegemônicas a partir da ação proativa das mulheres que ousam ser quituteiras, mães de santo, empregadas, professoras, postitutas, ativistas, mc's, grafiteiras, funkeiras. A reflexividade constante é o que faz a conexão entre teoria e prática.

O feminismo negro é um posicionamento contra a ideologia liberal individualista e tem como alicerce as redes de solidariedade, proteção, cooperação e afirmação que sustenta e apoia as mulheres e também homens negros em processos de a superação de situações e condições de opressão, empoderamento e emancipação. São as estratégias de re-existência cotidianas, tecidas coletivamente, mesmo quando não sistematizadas academicamente, é que sustentam e dão suporte a luta das mulheres negras.

Segundo Barbosa (2011: 02) uma das características expressivas das feministas negras norte americanas, Angela Davis, Bell Hooks e Patricia Hill Collins, entre outras, é a ênfase dada na existência de uma relação íntima e de complementariedade entre produção intelectual e experiência pessoal. Tais autoras consideram que há contextos nos quais falar de si pode ser uma forma de ativismo que possibilita aproximação e identificação de/com outras mulheres negras e a organização destas para a luta, uma vez que possibilita a construção de leituras críticas diferenciadas sobre as experiências de opressão vivenciadas pelas mulheres.

Por existir em relação com o mundo, o pensamento feminista negro, também influencia e é influenciado por questões etimológicas e políticas diversas. Segundo Collins (1989), é possível dizer que as intelectuais negras contemporâneas tem buscado sistematizar, validar e visibilizar conceitos úteis para pensarmos o mundo e as opressões a partir da perspectiva e das experiências das mulheres negras.

Aos modos de Carneiro (2001), considero que nas sociedades multirraciais da América Latina a hierarquia de gênero, assim como as de classe, são organizadas e articuladas pelo racismo. Assim, apreciando os escritos de Hooks (2004) feministas são mulheres que se opõem ao racismo, ao patriarcado, a heteronormatividade compulsória, ao capitalismo e ao classismo.

Considerando que a experiência histórica vivida pelas mulheres negras possibilita uma percepção crítica contundente ao sistema racista patriarcal, as mulheres negras podem oferecer uma contribuição teórica e prática “única e valiosa” aos feminismoS, com uma perspectiva liberadora e com responsabilidades coletivas compartilhadas, Hooks (2004).

Neste sentido, para pensar o presente e o futuro dos feminismoS, demarco a importância de trazermos a perspectiva juvenil para esta intersecção, acredito assim como Weller(2005) que:

“(...) uma discussão profunda sobre o futuro do movimento feminista passará necessariamente pelo campo das culturas populares juvenis, que tem se constituído não somente como espaço de construção e reconstrução de novos estilos e modismos, mas também de remodelação e apropriação de um feminismo pautado nas experiências e visões de mundo de jovens adolescentes” (Weller, 2005, p.)

A atuação autônoma e coletiva de diferentes mulheres evidenciou as especificidades e intersseccionalidades presentes no universo dos feminismoS, visibilizando os desafios para o estabelecimento de práticas emancipatórias entre as diferentes classes, grupos étnicos, gerações, identidades de gênero e orientações sexuais. (CARNEIRO, 2001).

Em suas diversas perspectivas, múltiplas interações e tensões os feminismoS assumem diferentes orientações e práticas políticas que dão origem a diferentes formas de nomeá-los.

Falamos de FeminismoS porque em um processo histórico não linear avanços e rupturas foram sendo produzidos pelas mulheres em suas lutas e experiências diversas. Ao longo da história, diferentes feminismoS surgiram, problematizando as relações de poder existentes entre mulheres e homens, entre mulheres e mulheres e também entre homens e homens, promovendo a desnaturalização dos contextos a partir dos quais emergiam, e dos sujeitos

visíveis e/ou invisibilizados nestes contextos, politizando as relações em diferentes esferas da vida (SARDENBERG, 2004).

Falamos de FeminismoS no plural por compreender a heterogeneidade presente neste campo político teórico-prático. Reconhecendo suas diferentes trajetórias e as múltiplas diferenças que marcam as experiências políticas das mulheres na construção de seus processos de organização e luta, diferentes sujeitos compartilham diferentes formas de contar as histórias dos feminismoS e sua “não-linearidade”. (Hemmings, 2009)

Esta pluralidade é marcada por tensões, que colaboram na configuração do que chamo de periferias do gênero. Tais tensões estão relacionadas com: A) As diferentes leituras das opressões e as diferentes formas de organização política para enfrentamento das mesmas. B) As diferentes sujeitas políticas e as diversas experiências destas. C) A não aceitação de um modelo único sobre o que “*é ser mulher*” D) A Afirmação de distintas formas de emancipação e transformação.

Assim como os feminismoS as teorias de gênero não são um todo homogêneo. Ao contrário, há várias perspectivas disputando e compondo a construção deste conceito desafiador que se expandiu largamente a partir da década de 1980. As teóricas feministas desenvolveram as primeiras reflexões sobre o conceito de gênero numa tentativa de nomear e problematizar a ordem social e política vigente e as desigualdades que tal ordem gera para a vida de mulheres e homens. Posteriormente, ativistas diversas, assim como teóricas e teóricos não feministas passaram a utilizar tal conceito, contribuindo também para sua construção e difusão. (Psicitele, 2008)

A origem remete a diferenciação entre sexo/gênero, enquanto algo que orientam a ação e experiência dos sujeitos sociais, interpelando as relações entre cultura e natureza. Passando por diversas e conflituosas complexificações e reelaborações que evidenciam novas de pensar os pressupostos teóricos e políticos dos feminismos. (Psicitele, 2008) , (Haraway, 1995)

Entre reflexões etimológicas e experiências de luta diversas, o reconhecimento e a afirmação desta complexa pluralidade presente nos feminismoS e no campo de gênero abrem espaço para pensarmos as especificidades e singularidades da presença das jovens negras faveladas neste campo intelectual.

Analisando as similaridades e diferenças nos encontros, articulações e cruzamentos entre racismo e sexismo a partir de (Lopes, F e Werneck, J (2013), (Crenshaw, 2002) e Kerner (2012) podemos dizer que a interseccionalidade diz das diversas interações entre tais sistemas de opressão de modo a impactar as múltiplas dimensões das experiências das mulheres negras

jovens. Tal conceito permite complexificar e problematizar os reconhecimentos hierárquicos das diferenças e a construção das desigualdades desde os grupos até a sociedade.

Refletindo sobre os processos de construção de legitimidade acessíveis às mulheres negras jovens Zanetti e Sacramento (2013) abordam os impactos do racismo, do adultocentrismo e do sexismo nas trajetórias individuais e coletivas destas jovens, apontam que a trama formada pela intercessão de raça, gênero e geração faz com que para as jovens tornar-se negra seja disputar posições de poder. Segundo as autoras:

“Quando racismo, sexismo e adultocentrismo se conjugam, as consequências danosas se multiplicam, provocando uma espécie de "asfixia social"²⁶ para estas jovens. Estes efeitos se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental, rebaixamento da auto-estima, expectativa de vida menor, menor índice de nupcialidade e, sobretudo, no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração.” (Zanetti e Sacramento, 2013) .

Neste contexto de feminismoS diversos e de opressões organizadas a partir da interseccionalidade de categorias pensar as experiências das mulheres negras jovens participantes do Hip Hop e do Funk pode colaborar para a visibilização, desnaturalização e quem sabe desconstrução das hierarquias e desigualdades ainda presentes tanto na vida destas mulheres quanto, nas práticas sociais e nas dinâmicas institucionais direcionadas para elas. A partir do caminho percorrido nesta pesquisa é possível pensar tanto o Hip Hop quanto o Funk como espaços onde é possível encontrar expressões dos feminismoS diferentes das vividas por gerações anteriores.

Aos modos de Donato (2012) afirmo que em certas circunstâncias, os espaços-tempos do Hip Hop e do Funk tem se configurado como campo de atuação políticas para as jovens negras faveladas, a medida que favorecem e/ou possibilitam o exercício de bandeiras feministas no dia a dia destas mulheres.

Muitas das vivências das jovens faveladas, evidenciam conflitos relativos ao redimensionamento das fronteiras entre as esferas públicas e privada e o trânsito entre elas, a medida que escapam as normatizações e enquadramentos adultocentricos, racistas, sexistas e heteronormativos.

²⁶ Asfixia Social foi o termo utilizado pelas feministas negras brasileiras no contexto da Conferencia de Durban (2001) para se referirem aos efeitos gerados em todos os ambitos da vida das mulheres negras pelas interseccionalidade do racismo e sexismo. Ver Castro (2006).

Minha inserção no campo evidenciou que as mulheres negras jovens participantes do Funk e do Hip Hop com sua existência evidencia a negação do modelo único de mulher, negam a reprodução de comportamentos dóceis e domesticados impostos as mulheres. Elas não são dondocas e nem patricinhas e provocam deslocamentos intensos ao contrariar e ir além do que “deve ser a mulher” resignificando as impossibilidades e estigmas, escolhem se, quando e como ser ou não fiéis, amantes, putas, piriguetes ou o que desejarem.

Encontrei no Funk e no Hip Hop “meninas que não fecham as pernas”, que ao contrario decidem o momento, o local, a velocidade e a frequência com que suas pernas vão abrir e/ou fechar em movimentos autênticos. Elas estão com a mente aberta e ocupam seus próprios corpos com a maestria de quem conhece e controla cada movimento de cada músculo, de cada célula, cada neurônio, cada pensamento, cada gota de sangue e hormônio. Com a mandinga da capoeira elas gingam entre as fronteiras que demarcam o esperado, o inesperado e o negado para as jovens negras, entre a não sexualização e a hipersexualização patriarcal, entre ser e ter objetos sexuais, entre as artimanhas da submissão, opressão e construção da igualdade.

Ampliando o que até então era reconhecido e possível no que se refere à emancipação feminina, as negras jovens explicitam com sua existência a persistência de diferenças geracionais, raciais e intragênero. As relações e enfrentamentos “múltiplos, mutantes, inconclusos” que as negras jovens desenvolvem no seu dia a dia, a radicalidade e as contradições que encaram precisam ser percebidas pelas demais feministas sem as lentes do racismo heterossexista e adultocêntrico, (Werneck, 2013. P: 84).

“La formación de una teoría y una práctica feministas liberadoras es una responsabilidad colectiva que debe ser compartida.” Hooks (2004, p 50)



Figura 7: Feminismo Radical mulheres diversas são gente.

Fonte: <http://genijogapedra.blogspot.com.br/2012/10/o-silencio-feminista-sobre-o-estupro-da.html>

2.2. Periferias do gênero

Você pode estar se perguntando: *Por quê e pra quê falar em periferias do gênero? O quê isso significa?* Eu também me perguntei isso, e justamente por caminhar nas periferias das relações de poder²⁷ pensando a condição juvenil, as condições de classe social, as relações raciais e de gênero e as interseccionalidades entre todas estas dimensões cheguei a esta inquietação.

Quando falo em periferia(s) refiro-me a um território político e dinâmico, que pode ter uma localização geográfica e/ou ser organizado em rede. A periferia é um território construído, habitado por sujeitos não hegemônicos e não homogêneos. Tal território pode ser delimitado, disputado e des/construído por relações de poder que abarcam diversos atores (Santos, 2000). Nesta perspectiva é possível identificar não uma dicotomia, mas sim um antagonismo entre periferia e centro, visto que há relações de poder, naturalizadas e/ou invisibilizadas, entre ambas que mantêm uma e outra em lugares diferentes e desiguais.

A suposta dicotomia que isola periferia e centro é uma estratégia de hierarquização visto que invisibiliza o antagonismo e naturaliza as relações existentes entre ambas. Além disso, colabora para a cristalização da periferia como lugar da falta, da ausência, da marginalidade, da impossibilidade e da não importância e do centro como o lugar das possibilidades, da beleza, direitos, privilégios, daquilo e daqueles que realmente importam. Discordo desta percepção estigmatizada de periferia, reconheço e reafirmo este território como espaço-tempo dinâmico, criativo, em transformação e trânsito, território de possibilidades e de sujeitos de direitos e desejos.

Neste sentido, na psicologia social, o debate de gênero, ainda ocupa um lugar periférico, sendo pautado principal e quase exclusivamente por mulheres pesquisadoras e ativistas que ao longo dos anos insistem ativamente em fomentar este debate, configurando assim, um crescente campo de produção de saber, tensões e disputas. Entre estas pesquisadoras, geralmente feministas, que a partir da Psicologia Social colaboram para a complexificação do pensar sobre os jogos de poder que se traduzem em relações de gênero temos *Sandra Azevedo, Maria Juracy Filgueiras Toneli, Karin Ellen von Smigay* e mais recentemente *Claudia Mayorga, Karla Galvão Adrião e Juliana Perucchi*, entre outras. Desejo invoca-las direta ou indiretamente para colaborar nesta reflexão.

²⁷ Utilizaremos nesta pesquisa as definições de poder encontradas em Michel Foucault (1984, 1998) e Judith Butler (1987, 1997, 1998, 2010)

Trazer a periferia para o foco do debate é interpelar o centro e suas configurações nas relações de poder, reconhecendo e interpelando os sujeitos políticos visíveis e invisibilizados nestas redes de relações e jogos de poder para explicitar a existência de diferentes redes dinâmicas, que em alguns casos são fechadas.

Reconhecemos que o debate de gênero tem sido pautado em diferentes tempos e espaços de diferentes maneiras. A Academia, a Militância, o Estado, e o Mercado, por exemplo, criam e reproduzem diferentes discursos e perspectivas sobre as relações de gênero, a partir de interesses vários. Cada um destes atores se apropria e utiliza os discursos e enunciados dispersos sobre gênero tanto para alcançar seus objetivos e interesses, quanto para garantir um lugar específico em uma rede de relações de poder.

Ao visibilizar a expressão periferias do gênero chamo atenção para as dinâmicas de construção de hierarquias presentes dentro deste debate no campo político não só nas relações de um modo geral, mas também nas relações acadêmicas e militantes. Afirmo o reconhecimento de que, por uma série de fatores conjunturais, ideológicos e político, há um conjunto de sujeitos, elementos e questões que ocupam a centralidade no debate de gênero. E consequentemente, há sujeitos, grupos e questões que tem ficado na perifeira deste campo político e científico.

Dito isto, falo em periferias do gênero a partir do entendimento de que há uma constante construção e atualização de hierarquias, opressões, desigualdades e subalternidades nas relações de gênero de um modo geral e no campo do gênero de modo específico. Se periferia e centro são territórios constituídos e demarcados em e por relações de poder, no debate de gênero importa saber “Quem define o que é central?”, “Quem define o que é periférico?” e “Pra quê finalidade?”

Importa dizer que sim há produções de gênero tanto nos centros quanto nas periferias, porém também há produções de gênero que só são possíveis porque transitam entre, habitam a fronteira, se configuram no trânsito entre as fronteiras que organizam e delimitam centro e periferia.

Falo em periferias do gênero com a finalidade de visibilizar e colaborar na desconstrução de certas dinâmicas de poder que regulam relações organizam discursos e mobilizam sujeitos na produção e reprodução de hierarquias e desigualdades.

Geralmente os sujeitos que ocupam lugares hegemônicos, definem os temas centrais, apontando quem são os sujeitos periféricos e que discursos se produzirão sobre eles e que relações serão configuradas a partir de tais discursos. Ao fazer esta elaboração lembrei-me das

madames que insistem para que as filhas e netas de suas empregadas negras não estudem pra não sair do lugar destinado a elas pelas elites brancas.

Neste sentido, Duarte (2007, p:23) traz uma entrevista de Conceição Evaristo na qual ela relata um trecho de conversa entre a tia que a criou e uma patroa: *“Maria, não sei porque você se esforça tanto prá preta estudar!”* Evaristo na mesma, entrevista partilha: *“(…) E as famílias tradicionais para quem nós trabalhávamos não me indicariam e nunca indicaram (à uma vaga de professora em 1971); não imaginavam e não queriam pra mim um lugar a não ser aquele que “naturalmente” me haviam reservado”*. (P: 23)

Exemplo contemporâneo de como o gênero tem sido tratado no campo acadêmico e político pode ser encontrado na invisibilidade destinada as produções e as teóricas feministas negras e latinas, no Brasil podemos observar a invisibilidade teóricas das mulheres do norte e nordeste e suas produções. Tem alguns sujeitos que estão mais autorizados a falar que outros, mais que isso alguns sujeitos estão mais autorizados a definir o que será considerado como relevante e o que nem será considerado de forma alguma. Pensar a produção das mulheres brancas e mulheres negras as pautas trazidas pelas brancas tem mais aderência na cena pública ao mesmo tempo em que estas ao se apropriar dos debates gerados pelas negras, colaboram para que as negras fiquem invisibilizadas. A forma como a temática da violência contra mulher é “facilmente” aderida pelo Estado e a pauta do aborto é fortemente repelida evidenciam o modo como o gênero tem sido tratado no campo acadêmico e político. Com e apesar da participação e resistência dos sujeitos periféricos, nos debates vigentes no campo de gênero ainda é possível encontrar os seguintes entraves:

01) **A mulher universal e isolada aparece como questão prioritária.** Muitas vezes quando a questão de Gênero é abordada ela aparece como “coisa de mulher” e/ou “coisa para mulher”. Considerando um modelo único de mulher e limitando o campo de possibilidades e experiências desta. Considero que, tal perspectiva reitera e naturaliza a ausência dos homens nesta arena política, desresponsabilizando os mesmos pelas relações e desigualdades estabelecidas com sua colaboração e para seu benefício. É importante evidenciar que as equações (mulher = relações de gênero) e (gênero = coisa de/para mulher) contribuem para despotencialização da ação política feminista, ao mesmo tempo em que, esvaziam o conceito de gênero, retirando dele o potencial crítico de avaliar “relações de poder”.

Tais relações e inversões não aconteceram por acaso, suas bases estão associadas com o fato desta pauta ter sido estabelecida pelas mulheres. As mulheres lutaram para o

estabelecimento do debate público sobre o gênero. E os homens, não só, não se colocaram neste debate, mas também se esquivaram deste campo científico e político e das responsabilidades e deslocamentos que a reflexão e a produção de saberes sobre relações de gênero podem provocar. Os poucos homens que se engajam neste debate, equivocadamente, são visibilizados e elogiados, em dinâmicas semelhantes aos elogios aos dirigidos aos homens que “ajudam nas tarefas domésticas”.

Ocorreu neste âmbito, algo semelhante ao que aconteceu no espaço privado. As mulheres passaram a ocupar o mercado de trabalho, os homens querem dividir as despesas igualmente, mas não se apropriam das tarefas domésticas. O preço da ocupação do espaço público, pra muitas mulheres, foi o acúmulo de múltiplas jornadas de trabalho. Para muitas outras, mulheres racializadas, foi o acirramento do trabalho doméstico enquanto atualização das lógicas de articulações entre as opressões patriarcal, racial e econômica. Cristalizando ainda mais lugares de desigualdade e subalternidade para estas mulheres negras que muitas, muitas, muitas e muitas vezes, em seu ambiente de trabalho estavam expostas também à violência sexual de seus patrões. Tal situação, além de atualizar a erotização da desigualdade, presente no Brasil desde o período colonial, é uma tentativa de desumanização da mulher negra. (Davis, 2005; GILLIAN e GILLIAN, 1995).

As mulheres que encontrei na periferia evidenciam e são uma interpelação pública à mulher universal e se colocam como agentes de transformação na relação com outras mulheres e homens.

02) **O foco na igualdade formal. E a vida real?** As políticas públicas e o diálogo com governos e organismo internacionais ocuparam a centralidade dos debates e das ações no campo de gênero. A luta por outras relações de poder passou a ser algo periférico, presente somente entre algumas feministas. Isso é evidenciado pela abordagem de temas como a violência - focando as mulheres pobres; a saúde - focando na gestação, parto e em doenças, sobretudo DSTs/Aids, a família - focando os cuidados dos outros como responsabilidade das mulheres. As próprias políticas públicas voltadas para as mulheres em grande parte estão relacionadas às questões da violência e do cuidado.

Reconheço e reafirmo a importância e a urgência de se combater a violência contra mulher em todas as suas expressões, porém identifiquei avanços pouco expressivos nas políticas de combate à violência contra a mulher (tanto na prevenção, quanto na responsabilização dos agressores), que pouco ampliaram em qualidade e quantidade desde a década de 90. Há pouco tempo vivi uma situação de violência doméstica gravíssima, a Polícia e Samu demoraram muito para nos atender. Na delegacia, diante da situação que se configurava, perguntei “Mas,

e a Lei Maria da Penha?” o delegado fingiu que não me ouviu e um policial me respondeu: “Há esta lei é nova. Entra na internet que você acha.”

Comparando os Direitos existentes com a variedade de políticas públicas, questiono: Será que as mulheres só precisam de políticas públicas após viver uma situação extrema de violência? Será que a saúde da mulher pode ser percebida e tratada de forma mais ampla e global e não só relacionada com os processos de gestação e adoecimento? Será que o Estado e as políticas públicas vão mudar as relações de poder?

Penso que já temos condições (e se não, temos devemos criar) de anunciar novas perspectivas e possibilidades com relação ao que fundamenta a violência e outros problemas que estruturam a vida das mulheres e as relações entre elas e os homens. Organizar ong's, escrever artigos, fazer pesquisas, demandar políticas públicas, participar de conferências e conselhos, ocupar coordenadorias sem orçamento e sem equipe, podem ser ações emergenciais, estratégicas e necessárias em algumas situações, mas não podem ser os únicos horizontes de atuação das mulheres em luta, assim como também, não podem ser o único foco do campo de gênero.

Acredito que continua sendo importante denunciar as opressões e entendo que este cenário se configurou, ao menos em parte, pela urgência em enfrentarmos um conjunto de problemas sociais importantes que impactam profundamente na vida das mulheres, pelo avanço na conquista de direitos, pela geração e aproveitamento de oportunidades políticas provocadas pela articulação e luta das mulheres, mas a limitação do campo do possível no debate de gênero, também tem relação com uma estratégia de normalização e controle por parte do Estado e outros agentes, que com suas intervenções e omissões incidem mais agressivamente sobre as mulheres jovens. A igualdade formal foi conquistada, e é exercida por muitas mulheres hegemônicas, o trânsito por alguns territórios negros jovens da cidade evidenciou que muitas destas conquistas e mudanças, ocasionadas pelas conquista formal de direitos, ainda são uma realidade distante para o dia a dia das negras jovens faveladas.

A incorporação das bandeiras feministas e da agenda de gênero pelo Estado tem relação e se faz com avanços conquistados pelos movimentos sociais em sua relação com os governos municipais, estaduais e federal, e com rearranjos dos poderes hegemônicos para manutenção do estado das coisas, ou melhor das relações raciais e de gênero. Temos observado um crescente processo de institucionalização das demandas das mulheres e do feminismo via da efetivação, monitoramento e controle das políticas públicas e seus desdobramentos que incluem criação de organizações não governamentais (ong's), fóruns e redes feministas, (MATTOS, 2010).

Além destas características, há uma perspectiva de diálogo e luta trans ou pós-nacional. Mobilizando mulheres e organizações feministas do eixo Sul-Sul para a radicalização de esforços em prol da construção de feminismoS horizontais e anticapitalistas. Tal debate ainda tem ressonância bastante limitada.

A conquista de direitos é algo muito importante, porém precisamos nos manter atentas para armadilhas possíveis nas relações com os Estados e instituições. Como em outros momentos da história, ainda que lutemos juntas pela conquista de direitos, a efetivação destes geralmente se dá de forma desigual, não homogênea e não simultânea, para o conjunto das mulheres.

No conjunto das/dos trabalhadores, as trabalhadoras domésticas, foram deixadas para trás no que se refere aos direitos, permanecendo em condições análogas as das mucamas do período da escravidão até 2013. Apesar de sua luta contínua e da pressão internacional, só conseguiram conquistar direitos trabalhistas mínimos com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2012 em 26 de março de 2013. É importante comemorar esta conquista, sem esquecer que ainda temos muita luta até a plena efetivação destes e de outros direitos. Seguimos lutando a favor de todos os marginalizados, mas é chegada a hora de "darmos a luz a nós mesmas", Silva, P. & Beatriz G. (1998).

Os diálogos em espaços multilaterais, a participação em conselhos e conferências constituem ações políticas importantes e estratégicas, mas, por si só, deslocadas de ações locais, regionais e globais, são insuficientes para superação das desigualdades impostas historicamente às mulheres negras jovens. Para isso as feministas precisarão alargar plataforma de ação, Ribeiro (2006).

Focar as descontinuidades e não linearidades da história dos feminismoS permite a conexão reflexiva entre tensões e pautas reivindicadas hoje com a construção histórica dos feminismoS e as sujeitas agentes desta história dinâmica, complexa e ainda não acabada.

03) **Desqualificação do antagonismo político entre mulheres e homens.** Frente a crescente conquista de direitos das mulheres é possível perceber uma crescente visibilização e comercialização de uma “guerra dos sexos” (reatualizada inclusive por telenovelas), que despolariza o debate de gênero e desqualifica um antagonismo político muito bem fundamentado acadêmica e politicamente. Vide por exemplo, o clássico Contato Sexual de Carole Parteman (1988). A dominação dos homens sobre as mulheres, estabelecida a partir do patriarcado moderno, apontadas por Parteman (1988) e as diferenças entre os sexos demarcadas por relações de poder, segundo Scott (2005), não pode ser tratada como uma

simples "picuinha pessoal". Há rupturas e continuidades sendo produzidas continuamente neste processo não linear.

Mesmo neste cenário complexo, reconheço que tivemos importantes avanços, e as feministas negras, foram responsáveis por parte significativa destes. Entendendo que a política se faz a partir do dissenso e da ampliação do campo de possibilidades, para feministas ativistas e acadêmicas esta posto um campo de reflexão entre recuperar a radicalidade e a dimensão relacional do conceito de gênero, colocando mulheres e homens em relação nesta arena política; ou abandonar tal conceito lançando mão de outras categorias que colaborem mais para a construção de outras relações de poder.

Castro (1992) afirma que gênero é um conceito problematizado em diferentes disciplinas sendo considerado por alguns autores como “*uma decolagem de relações sociais ancoradas em perfis naturais, ser homem/ser mulher*” enquanto para outros é “*uma descolagem de relações naturais, realizando-se por culturas e poderes, mais além do sexo de referência.*”

Considerando as “promessas de gênero”, Castro (1992) e sem abrir mão da utilização reflexiva deste conceito, me posiciono como colaboradora na tentativa de recuperar radicalidade e a dimensão relacional do conceito de gênero. Nesta perspectiva, considero que, o que ficou periférico no campo e no debate de gênero foi, estão dentro, mas não são centrais: **A diversidade, o prazer e o poder.** Explico-me:

01) **A diversidade** – a pluralidade de sujeitos e formas de ser viver e se expressar no mundo. Tal problemática tem sido denunciada e pautada principalmente pelas Feministas Negras e Lésbicas, responsáveis pelas principais mudanças no que se refere à esta pauta. As feministas Negras tem colocado este debate em outros lugares, dando outros tratamentos e visibilidades para esta questão. Os avanços que conquistamos em *Bertioga* e *Beijing*²⁸ precisam ser incorporados e naturalizados no cotidiano de mulheres e homens, dentro e fora da militância feminista e dos espaços acadêmicos. Na contra mão disso, o Estado, por exemplo, tem criado “caixinhas para as diferenças”, dando anéis para não perder os dedos, mantém as relações que geram desigualdades praticamente inalteradas.

Há diversas tensões e rupturas provocadas por aquelas que historicamente eram discriminadas pelas mulheres hegemônicas que até então se denominavam como feministas,

²⁸ Bertioga refere-se à III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe (1985) em Bertioga/ Brasil Beijing refere-se à IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995) em Beijing/ China. e Beijing para outras informações sobre a participação das negras nestes processos vide: Ribeiro, M (1995) “Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing” Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16459/15033>

que configuram uma busca presente pela radicalização do feminismo com a inclusão das vozes das mulheres negras, lésbicas, indígenas, jovens e mulheres do campo, entre outras a partir de suas próprias perspectivas.

Neste processo foi o maior tsunami²⁹ da história dos feminismos, tecendo múltiplas pluralidades, mulheres diversas, oriunda do campo e de favelas de diferentes cidades, lésbicas, indígenas, negras, sindicalistas, candomblecistas, universitárias, jovens, trabalhadoras de diversas categorias realizaram o encontro de diferentes perspectivas, identidades e possibilidades, olhando o mundo a partir de outros referenciais e deslocando periferia e centro, Adeve (2009).

Apesar de toda nossa história de luta e resistência somente a partir desta das tensões e enfrentamentos que nós “*outras inapropriables*” passamos a ser reconhecidas como sujeitas políticas pelas interlocutoras hegemônicas deste processo. Seguimos nutrindo nós mesmas a nossa luta, Curiel (2007)

Diferentes feministas apresentaram ao mundo o conceito de gênero, o que provocou o alargamento do político, ao ocupar o espaço público e politizar o espaço privado, questionando o patriarcado e o sexismo em suas diversas expressões, atuando em favor da desconstrução do paradigma do sujeito universal masculino eurocêntrico (androcentrismo). Lutaram e ainda lutam pela desnaturalização dos papéis sexuais que foram historicamente construídos, causando a ampliação dos direitos das mulheres e dos Direitos Humanos (CARNEIRO, 2001).

Segundo Carneiro (2001) o atual movimento de mulheres negras, traz para a cena política as contradições resultantes da articulação de raça, classe e gênero, promovendo a síntese das bandeiras de luta, historicamente levantadas pelo movimento negro e pelo movimento de mulheres. O feminismo deu largos passos graças a presença politizadora das mulheres negras.

Na academia, as feministas foram conferindo visibilidade ao estado de ausência das mulheres na ciência, assim como, a forma desajustada como tinham sido tratadas pela psicologia tradicional, possibilitando “*leituras polifônicas e diversas dos fenômenos sociais*” (NEVES & NOGUEIRA, 2004, p.127).

Neste percurso intenso, outros sujeitos políticos começam a emergir e outras formas de fazer política passaram a ser vivenciadas. A multiplicidade da experiência de gênero das mulheres começa a ser por elas mesmas evidenciadas, Roland (2000).

²⁹ Fazendo uma referência às ondas do feminismo.

Em 1992 foi realizado o **I Encontro Latino americano e caribenho de mulheres negras/ I Encuentro de Mujeres Negras de América Latina y el Caribe**. Neste evento realizado na Republica Dominicana com a presença de 300 mulheres de 32 países, definiu-se que o dia 25 de julho seria celebrado como Dia Internacional da Mulher Afro-Caribenha e Afro-Latina-Americana, Schumacher & Brazil (2006)

É relevante dizer que o Brasil foi palco de importantes construções dos FeminismoS da America Latina, O **X Encontro Feminista Latino Americano e Caribenho** (2005) com o tema “*Radicalização do Feminismo, radicalização da Democracia*” tendo ênfase nos diálogos complexos entre feminismo e racismo, etnocentrismo, juventude e lesbianidade.³⁰

Além deste a **I e II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres** (2004/ 2007), **I Encontro Nacional de Jovens Feministas** (2008), **I Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas** (2009)³¹ e seus produtos são algumas das importantes contribuições do feminismo brasileiro pra os feminismoS e demonstram, evidenciam e consolidam a importância das negras brasileiras neste cenário.

Não só no Brasil, mas em toda América Latina e no mundo, os feminismoS vem crescendo e conquistando espaços, aprimorando e diversificando suas formas de organização e comunicação e intervenção.

Entre os exemplos importantes da ação feminista mundo a fora, citamos com orgulho: A “*Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora*”³² que desde sua criação durante o **I Encontro Latino americano e caribenho de mulheres negras/ I Encuentro de Mujeres Negras de América Latina y el Caribe**, desenvolve um intenso trabalho coletivo de incidência política em prol da criação de melhores condições de vida para as mulheres negras. Buscando a ampliar a participação das mulheres negras nos diferentes espaços de tomada de decisão, enfrentando o racismo a partir de uma perspectiva de gênero e lutando contra todo tipo de opressão e discriminação.

A criação do **Observatório Internacional de Mujeres Afro**³³ que é uma estratégia de articulação e empoderamento das mulheres negras para que estas possam incidir na redefinição de um modelo de cidadania anti-racista e não sexista. A realização do II Encontro Internacional de Mulheres Afro, em Cali na Colombia 2011. E a preparação já em curso, para

³⁰ Disponível em: <http://alainet.org/active/9453&lang=es>. Acesso em 19 de agosto de 2010.

³¹ Disponível em: http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/hotsite%20II%20CNPM/Proposta02/01_princ.htm Acesso em 19 de agosto de 2010.

³² Outras informações sobre a rede estão disponíveis no site: <http://www.mujiressafro.org/>

³³ Outras informações sobre podem ser encontradas no site: <http://www.observatorioafro.com>

a realização do III Encontro Internacional das Mulheres Afro previsto para acontecer no Senegal em 2013.



Figura 8: III Encontro Mundial de Mulheres Negras
Fonte: <http://asociaciondiasporas.org/proyecto02prox.html>

As feministas indianas³⁴ vêm se mobilizando cada vez mais na luta pela igualdade e contra a violência e os estupros das mulheres indianas. Entre as mulheres que lutam na Índia podemos citar: Malala Yousafzai³⁵.

Encontrei um site, uma resenha de *Roman Gautam* que fazia algumas referências ao livro “Our Pictures, Our Words”, de Laxmi Murthy e Dasgupta Rajashri. Esta obra resgata a iconografia dos movimentos de mulheres e feministas na Índia. A obra apresenta imagens das campanhas por direitos desenvolvidas pelas mulheres indianas em seu feminismo contemporâneo, partir da década de 1970 e fortemente marcado pela busca da solidariedade entre as mulheres.

Os cartazes delas me remeteram às Orixás e aos panfletos, fanzines e cartazes que encontrei no Funk e Hip Hop então decidi partilhá-los aqui:

³⁴ Outras informações sobre os cartazes das feministas indianas nos sites:

<http://revistasamuel.uol.com.br/blogs/transtudo/os-cartazes-das-indianas/>

<http://www.posterwomen.org>

<http://www.himalmag.com/component/gallery/album/5102-poster-power.html>

³⁵ Malala Yousafzai é uma jovem paquistanesa que, em territórios domidos pelo Talibã, luta para que as mulheres de seu país possam ter acesso à educação e outros direitos humanos.



ମହିଳାମାନଙ୍କୁ ପ୍ରତ୍ୟେକ କ୍ଷେତ୍ରରେ
ସମାନ ଅଧିକାର ଦିଆଯାଉ ।

Figura 9: "Quantas mãos eu vou ter! Quanto trabalho que eu vou fazer!" As mulheres devem ter direitos iguais em cada setor.

Fonte: <http://www.posterwomen.org/Posterwomen/?p=3352>



Figura 10: “Nós trabalhamos duro em casa e trabalhamos fora. Mas recompensas nunca vêm para o nosso corpo fraco e seco. Tendo suportado muito e deixando um monte ir. Nós agora resolvemos a mudar e não sofrer mais. (Idioma Bengali)

Fonte: <http://www.posterwomen.org/Posterwomen/?p=3397>

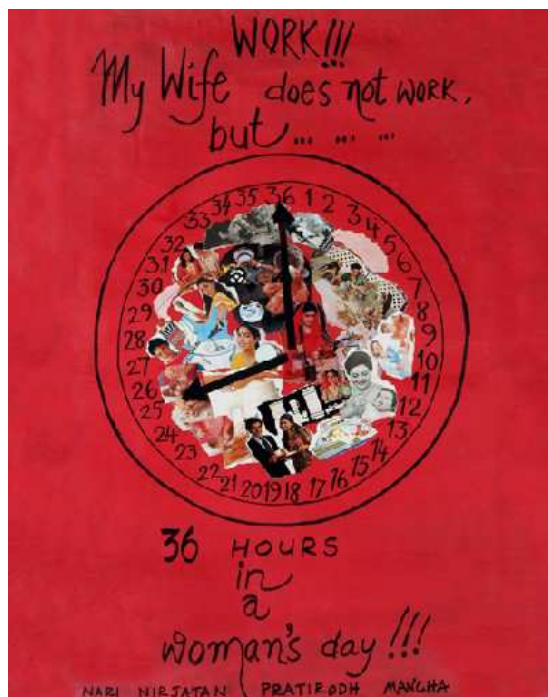


Figura 11: “Minha esposa não trabalha!!! Apesar das 36 horas no dia da mulher.”

Fonte: <http://www.posterwomen.org/Posterwomen/?p=3395>



Figura 12: “Crítica à percepção padrão da mulher ideal”

Fonte: <http://www.posterwomen.org/Posterwomen/?p=3393>

Esta diversidade de sujeitos políticos, tempos, espaços, estratégias de ação, formas de comunicação são elementos que fortalecem em nossa luta a percepção de que estamos lidando com feminismoS diversos e ainda não acabados. Entendemos que este alargamento tem contribuído para a visibilização das desigualdades favorecendo a garantia da igualdade de

gênero entre as diferentes mulheres, porém há limites e interesses contrários que disputam neste campo. O significado e sentidos do crescente reconhecimento da diversidade de sujeitos e vozes neste cenário é apenas um dos passos na desconstrução das desigualdades raciais e de gênero que geram morte para a juventude negra.

Com certeza as gerações que estão chegando aportarão contribuições, terão novas percepções do mundo, enfrentarão contextos diferenciados e justamente por isso desenvolverão outros feminismos que ainda não conhecemos. E que talvez causarão tanto espanto e estranhamento quanto as mulheres do Hip Hop e do Funk tem causado.

Em nível de América Latina vale ressaltar os encontros das feministas autônomas e radicais como o “*Festival Vulva La Vida*”³⁶. Estes encontros vêm sendo um importante espaço de encontro e troca onde com criatividade e ousadia mulheres de diversos países celebram a vida e expressam seus posicionamentos e compartilham estratégias sobre outras possibilidades de viver o feminismo livre das amarras do Estado e dos organismos internacionais.

Neste festival que em 2013 aconteceu de 24 a 27 de Janeiro em Salvador(BA), o desafio foi ocupar a cidade com “*produções (anti)artísticas de resistência às políticas hegemônicas de gestão de corpos e desejos*” as organizadoras do festival convidam a todas para a partir da perspectiva “*faça-você-mesma*” colaborar na construção de: “*contra-discursos desde nossas entranhas-mentes-corações que se recusam a corresponder às expectativas e normas de gênero impostas.*”

Com o lema “Três Ondas não são suficientes!” Vulva La vida vem propondo construção de redes afetivas-políticas uma vez que vivem o “feminismo como forma de reencantamento desse mundão já tão difícil de ser vivido diariamente!” As atividades são diversas serão organizadas a partir dos eixos:

“1) Feminismo e anti-especismo: considerando que as opressões estão interligadas, como espécie, corpo, sexualidade, alimentação e gênero podem ser pensados conjuntamente? 2) Subversão de gênero: como borrar as fronteiras das identidades de gênero, jogar com suas prescrições e expectativas normativas no interior de uma prática política feminista? 3) Contra-cultura feminista: como nos representamos? Estamos nos documentando, criando e sabendo dos trabalhos de todas? Como a música pode ser entendida como uma práxis feminista? Como a produção escrita e a produção audiovisual pode ser praticada de forma feminista?”

As feministas Africanas, como as aranhas que prendem bravos leões, têm tecido redes aparentemente invisíveis, porém profundamente fortes. Liderando exércitos, governando

³⁶ Outras informações sobre o Festival Vulva La Vida podem ser encontradas em: <http://festivalvulvala vida.wordpress.com/>

nações, atuando nas frentes de combate desde tempos remotos, com autoridade inquestionável, tem experiências de exercício de poder bastante diferenciadas de grande parte das mulheres do mundo. (Clarke, 1984)

Assim, seguem lutando contra todas as opressões impostas pelo neocolonialismo racista através de estratégias diversas que vão, desde ações individuais e comunitárias, a ações transnacionais e continentais. As feministas africanas, e seus diversos modos de pensar e desenvolver ações políticas, em todas as esferas da vida, tem grande importância para o reposicionamento do feminismo e reconfiguração da radicalidade a partir da revisão de pensamentos e praticas universalista. Repensando a sexualidade e o poder a partir de perspectivas matrilineares e matrifocais, que criticam as novas e velhas formas de colonialismo e o processo de militarização do continente. (Pinto, 2012).

No Fórum Feminista Africano realizado na cidade de Accra em Gana no ano de 2006, mais de 100 feministas de todo continente e da diáspora, com diferentes níveis de engajamento, se reuniram para debater sobre o feminismo na África e no mundo e publicaram uma Carta de Princípios na qual se afirmam enquanto feministas com identidades múltiplas e variadas.

Posicionando-se criticamente contra o imperialismo global que massacra o continente, elas reafirmaram seu compromisso de lutar pela desconstrução do patriarcado e de as suas manifestações no continente. Reafirmaram suas diversas formas de organização e participação, entre elas a formação de redes, associações e cooperativas, a organização de encontros e conferências de mulheres, a realização de protestos, greves, marchas além da realização de análises, estudos e pesquisas, entre outras.

Na carta de Princípios do Fórum Feminista Africano, elas também abordam a importância de questões como o empoderamento das mulheres, a liderança feminina, a formação de redes e canais de comunicação, a reverencia aos ancestrais, a e o fortalecimento do espírito de solidariedade feminina. Reafirmando a memória e a vasta tradição de resistência das mulheres africanas reivindicam: *“Reivindicamos o direito de teorizar para nós mesmas, escreva para nós mesmas, para formular nossas próprias estratégias e falar para nós mesmas como feministas africanas!”* [tradução minha]

Entre as mulheres indígenas, quilombolas e camponesas, há um ponto comum: a centralidade da terra "Madre Tierra" em seu cotidiano e em sua luta. Problematizam a relação imperialista com a terra, com a água e com a vida, denunciando as opressões e pautando os desafios locais e mundiais a partir de seus contextos específicos apontam perspectivas de sustentabilidade da vida não só para os seres humanos, mas para todo o planeta. Organizadas

em diferentes frentes por toda América Latina, pautam questões como agroecologia, soberania alimentar, modelo de produção de alimentos, a solidariedade entre as mulheres. Tanto as indígenas quanto as trabalhadoras rurais, tem organizações específicas em diferentes formatos, associações, cooperativas, redes entre outras. É importante ressaltar que as bandeiras e práticas de relações respeitadas com “Madre Tierra” sempre estiveram presentes no cotidiano e na luta do Povo de Santo, sendo fundamental na dinâmica dos terreiros de Candomblé e nas religiões de matrizes africanas como um todo.

Negando a universalidade homogênea a partir de suas experiências cotidianas, as **feministas indígenas** apontam os direitos “Madre Tierra”, a espiritualidade e a ancestralidade como pontos fundamentalmente importantes na vida e na luta, e pautam, além disso, a solidariedade e o respeito entre os povos.

Entre as bandeiras de luta das mulheres indígenas estão também a demarcação das terras indígenas, o comércio justo, direito ao crédito, as mudanças climáticas e a valorização da biodiversidade, direito ao território, a valorização dos saberes tradicionais.

E enfrentam os desafios impostos, infiltração de valores e costumes do patriarcalismo colonial no cotidiano de suas comunidades, segundo (Pinto, 2012) tal processo modifica radicalmente a vivência étnica e de gênero das mulheres indígenas, lançando para elas desafios complexos. As mulheres indígenas tem o desafio de construir relações de gênero equitativas em suas comunidades e ao mesmo tempo enfrentar as opressões oriundas das comunidades não indígenas com as quais tem contato. Ou seja, elas lutam por seus direitos nos espaços públicos existentes dentro e fora das comunidades indígenas.

A violência sexual também foi, e ainda é, umas das estratégias de dominação colonial sobre as mulheres indígenas. Esta forma sistemática de violência continua a vigorar impunemente. No dia 24 de outubro de 2012, uma índia Guarani Kaiowá, foi sequestrada e estuprada por oito homens. A impunidade do caso gerou indignação internacional, no Brasil, militantes e acadêmicos organizaram uma petição pública (<http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2012N31186>). O povo Guarani Kaiowá, como muitos povos indígenas da América Latina estão em luta. De modo especial, as mulheres indígenas que seguem criando suas próprias formas de resistência e estratégias de luta.

As trabalhadoras rurais, em acampamentos, cirandas e fileiras seguem organizadas na luta por justiça socioambiental, fortalecimento da agricultura familiar, respeito à diversidade cultural, direitos territoriais, valorização da biodiversidade e preservação dos patrimônios genéticos locais (contra a produção e utilização de sementes transgênicas).

O Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), por exemplo, atua desde a década de 1980 para a constituição de relações justas e igualitárias entre mulheres e homens do Nordeste. Esta organização, participou do III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (1985), e esta presente em nove estados do nordeste brasileiro.

Em dezembro de 2012, reunidas em Assembleia, elaboraram e encaminharam uma carta para Presidenta Dilma, a partir do debate interno sobre o contexto no qual estão inseridas. As trabalhadoras rurais do nordeste tornaram pública a carta na qual, reafirmam a possibilidade de convivência sustentável com o semiárido, visto que este é um fenômeno natural previsível. Além disso, denunciam a “indústria da seca” e sua lógica concentradora de água e riqueza utilizada para alimentar e manter práticas clientelistas e de submissão ao capitalismo. E exigem providências. Como elas, há muitos outros grupos e redes de trabalhadoras rurais organizados e atuantes por toda América Latina.

A partir desta breve mirada soabre os FeminismoS é possível perceber que temos grandes desafios para as mulheres na América Latina e no mundo. As experiências de organização e as histórias de lutas, de tantas mulheres, não foram e não serão apagadas pelo tempo.

02) **O prazer** – O que dizer sobre o prazer? O que viver?.... precisamos problematizar com intensidade as tensões entre as normas de gênero, o racismo e as possibilidades e limites do exercício do prazer e da sexualidade. Considerando os estereótipos e estigmas existentes sobre a sexualidade da mulher negra x sexualidade do homem branco, é preciso dizer que há impactos do exercício do prazer na construção da democracia que não estão sendo visibilizados a medida que a vivência do prazer é ainda, quase um privilégio das corpos brancos, quando não relegada a esfera privada, ao passo que poderia ser vivida como um direito individual e coletivo. Neste contexto considero que :

"A questão da sexualidade tem que ser discutida num nível mais amplo e não no nível do orgasmo, pura e simplesmente. Estou propondo um orgasmo muito maior, um prazer e uma felicidade muito maiores. ... " Gonzalez (1980, P:1)

Mesmo não vivendo a experiência da relação sexual, os homens são autorizados, treinados e incentivados a desejar e sentir todo tipo de prazer. A masturbação, por exemplo, é permitida e estimulada para os homens desde a infância, sendo silenciosamente proibida para as mulheres em todas as fases da vida. Falar sobre sexo, também é um prazer e um poder, destinado aos homens, assim como o acesso e a produção de pornografia específica. Embora já existam grupos feministas produzindo material pornô para mulheres hetero e lésbicas, mesmo as produções pornográficas homossexuais, tem nos homens seu público principal.

Ao passo que na vida das mulheres, mesmo quando vivem a experiência sexual, o prazer é uma ausência constante, enquanto o medo e a culpa ganham espaço. Nem sempre é dito em palavras para as mulheres: “Não sinta prazer!”, mas esta regra é imposta e consolidada a partir de vivências cotidianas. Neste contexto heteronormatividade compulsória e erotização da violência informam e mantêm mulheres e homens em lugares desiguais. O binômio “Santas x Putas” ressurge com força total. As putas, mulheres que ousam viver o prazer, pagam o preço com a estigmatização. Já para as Santas o preço cobrado é a não autenticidade, a submissão e o desconhecimento dos limites do prazer.

Considero que a complexidade que as relações afetivas e sexuais configuram precisam ser encaradas e politizadas sem normatividades apriorísticas, sem controle. É preciso compreender e incidir politicamente na organização cotidiana das relações afetivas e sexuais. Bell Hooks (2000) aponta que “O mundo público da aprendizagem institucional é um lugar onde o corpo tem de ser anulado, tem que passar despercebido.”

Dançar e cantar são possibilidades poderosas de exercício do prazer e poder exercidas pela população negra mesmo em contextos de escravidão. Conseguimos fazer destes possibilidade de re-existência, desobediência civil e estratégia de luta. Para o povo negro o corpo e a arte foram as ferramentas mais utilizadas, não só porque em muitos casos eram as únicas disponíveis para a luta contra as múltiplas opressões, mas também porque a conexões entre corpo e arte geram estratégias políticas complexas, de difícil captura e regulação. No corpo e na arte, sempre há algo que escapa perpetuando a re-existência e recriando-a.

Antes, durante e depois do processo de escravização múltiplos foram os exemplos, de utilização do cantar e do dançar enquanto estratégia de resistência e enfrentamento em revoltas, greves, clubes negros e outras tantas formas de organização. O jazz criado por migrantes haitianos nos EUA, o blues nascido da profunda tristeza semeada nas plantações de algodão, o rock, o reggae, o afrobeat, os tambores da Venezuela, o Candombê do Urugai, os batuques da Colômbia, o ritmo negro de Cuba, o Samba, o Coco, o Congado, o Tambor de Criola.... Em toda Afrolatinoamerica há evidencias deste processo e das experiências de opressão e re-existencia compartilhadas por negras e negros.

Considerando isso, é possível reconhecer que a ação política das mulheres negras sempre passou pelas artes, enquanto o feminismo branco só recentemente está pensando nas artes, no cinema, na fotografia. O povo negro historicamente se organizou e lutou a partir e através da música, da dança e de outras expressões artísticas, religiosas e intelectuais que vão dos terreiros aos cinemas, passando por quilombos, academias e movimentos sociais.

No feminismo negro e a ideia de interseccionalidade ou múltiplas opressões e múltiplas resistências foi sendo desenvolvida no dia a dia das mulheres, com teorização e prática articuladas, assim a utilização da música e da dança como instrumento de luta contra as opressões esta relacionada a uma produção intelectual que permanece ainda hoje na periferia do debate de gênero. O festejar, o cantar e o dançar, a própria música enquanto produção de resistência são também expressões das periferias do gênero, ou seja, algo que não pode ser capturado, algo que existe e ganha força a partir da periferia e que pressiona, ou pelo menos incomoda o centro. E se desenvolve, com e a pesar dele.

Entre o imperativo da organização autônoma do movimento de mulheres, a consolidação do reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos, a constituição de um arcabouço teórico questionando vários paradigmas dominantes e a tentativa de articulação entre as dimensões da opressão das mulheres com a opressão de classe, a partir de uma aproximação entre feminismo e socialismo. Neste momento as principais bandeiras de lutas podiam ser traduzidas pelos bordões: "O pessoal é político" e "Liberação das Mulheres". MATTOS (2011) e PINTO (2003).

Curiosamente, a não abordagem das questões relativas à raça, é contemporânea das lutas políticas negras norteamericanas que naquele momento pautavam a construção e o fortalecimento de identidades negras positivas, a conquista de direitos civis e o empoderamento desta população negra. Neste cenário político, no qual a luta de negras e negros foi invisibilizada pela luta das mulheres brancas, surgem o Hip Hop e o Funk como possibilidade de resistência e enfrentamento as opressões. (Moreira e Oliveira, 2012)

A não solidariedade, a hostilidade e o não reconhecimento de homens e mulheres brancas daquele momento da história podem ser comparados com a hostilidade e não reconhecimento que muitas feministas hegemônicas nutrem atualmente em relação às negras jovens participantes do Hip Hop e do Funk, deslegitimando suas ações a partir de conhecimentos parciais. Ainda que reivindicadas na segunda onda, a liberação sexual e a autonomia, quando exercidas pelas jovens faveladas participantes do Hip Hop e do Funk não são reconhecidas como tais por não estarem dentro dos padrões de autonomia e liberdade esperados e/ou permitidos para estas mulheres.

É importante relembrar que apesar de momentos de não cooperação³⁷, segundo Ribeiro (2006), em toda a América Latina e Caribe, a aliança entre o movimento de mulheres negras e

³⁷ Entre as pautas das mulheres negras em que as mulheres brancas contribuíram negativamente esta a luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas, visto que a conquista de direitos destas trabalhadoras de maioria negra impacta diretamente na perda de privilégios historicamente reservados às brancas.

o movimento feminista, foi essencial para a conquista de avanços tanto no debate de gênero quanto na construção de políticas antirracismo e de promoção da igualdade racial.

A atualização da escala vigente de acesso ao poder: “homem branco heterossexual, mulher branca, homem negro, mulher negra” impediu por muito tempo a construção de uma visão complexa e multirreferencial de questões como a sexualidade, o trabalho doméstico, a relação entre público e privado e violência de gênero, na vida da mulher negra, pobre e jovem. (Ribeiro, 2008; Gonzalez e Hasembaig, 1982)

Quando tensões historicamente silenciadas, como as relativas a vivencia do sexo e da sexualidade, chegam à arena pública a partir do posicionamento das jovens negras nos bailes, a luta por autonomia, liberdade sexual e liberdade de expressão não foram invocadas. Assim, as jovens negras participantes do Hip Hop e do Funk, criam possibilidades para a reatualização das bandeiras da segunda onda, na medida em que sua existência e prática social interpelam: “Qual pessoal é político?”, “Lutamos por quais liberdades?”, “Para quem?”

03) **O poder** – discutir gênero deve ser sempre discutir relação de poder. Relação entre mulheres e mulheres, relação entre homens e homens, relação entre mulheres e homens. – Queremos abalar muito mais do que o congresso³⁸! Justamente por isso precisamos retomar o debate sobre o poder. Precisamos nos debruçar sobre as possibilidades de ampliação do campo do possível e da mudança das relações de poder.

O poder ficou na periferia, então é nosso. Devemos assumi-lo a partir de nossas perspectivas.

Tenho consciência de que esta pesquisa não é suficiente para esgotar este debate, mas é uma construção que pretende colaborar neste sentido, ainda que pontualmente através da escolha do referencial teórico-metodológico e do campo que apresento no capítulo seguinte.

O sufrágio foi uma conquista árdua, lenta e gradual para as mulheres. O primeiro país no qual as mulheres conseguiram conquistar seu direito ao voto foi a Nova Zelândia isso se deu em 1893. Na América Latina a primeira mulher a ter direito a voto foi Celine Guimarães Vianna, professora, nascida em Natal- RN. As mulheres foram às urnas pela primeira vez no Brasil em 5 de abril de 1928 na cidade de Mossoró, no interior do Rio Grande do Norte, porém seus votos foram anulados pela Comissão de Poderes do Senado, SNMT-CUT (2009, p30)

A conquista do direito ao voto foi muito importante, porém a realização de mudanças radicais no sistema político ainda é uma necessidade urgente para inclusão efetiva das negras

³⁸ Referindo a provocação de Mary Castro.

jovens nos espaços de decisão política. Pelo profundo enraizamento do racismo patriarcal e do sexismo adultocêntrico nas instituições políticas a elegibilidade é algo quase impossível para mulheres negras, indígenas e jovens.

A quantidade de mulheres que pleiteiam cargos públicos e que são eleitas ainda é muito pequena em relação à quantidade de homens que se candidatam e conseguem se eleger. Entre os fatores que contribuem para tal quadro podemos citar o corporativismo machista e racista que organiza os investimentos partidários (materiais e simbólicos) desiguais nas candidaturas de mulheres e homens, e a persistência de estereótipos heteronormativos racistas sobre os sujeitos que estão aptos a governar e ocupar espaços de poder e decisão. Soma-se a estes fatores o baixo acesso das mulheres aos financiamentos de campanhas, sistemas eleitorais desfavoráveis à participação política feminina e o acúmulo de múltiplas jornadas de trabalho, visto ainda recaem sobre as mulheres as tarefas de cuidados, as responsabilidades familiares e o trabalho reprodutivo. (Brasil, 2010)

A reserva de vagas no poder legislativo para mulheres negras, jovens e indígenas é uma política que, aliada à outras, pode colaborar para o enfrentamento deste problema. Tal iniciativa já vem sendo implementada em alguns países da América Latina como a Colômbia e Venezuela.

Segundo dados da ONU (2009) no mundo, em 2009 apenas 14 mulheres ocupavam o cargo de Chefes de Estado em seus países, e em apenas 23 países o parlamento era composto por mais de 30% de mulheres. *Dados do Observatório de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil citados pelo site de notícias G1 (<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/11/dilma-sera-11-mulher-presidente-na-america-latina.html>) apontam que na história democrática da América Latina tivemos apenas 11 mulheres presidentas.*

As mulheres presidentes na América Latina

Presidentas Eleitas	País	Período
María Estela Martínez de Perón	Argentina	1974 -1976
Violeta Chamorro	Nicarágua	1990 - 1997
Janet Jagan	Guiana	1997 - 1999
Mireya Moscoso	Panamá	1999 -2004
Michelle Bachelet	Chile	2006 -2010
Cristina Kirchner	Argentina	2007
Laura Chinchilla	Costa Rica	2010
Dilma Rouseff	Brasil	2010

Presidentes interinas	País	Período
Ertha Pascal-Trouillot	Haiti	1991
Lidia Gueller Tejada	Bolívia	1997
Rosalía Arteaga	Equador	1997

Fonte: Observatório de Gênero - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

Tabela 1: Presidentas da América Latina

Fonte: Portal GI

Destas a única negra é Ertha Pascal-Trouillot que coordenou a transição do Haiti para a democracia governando o país por 11 meses, até as eleições. Ertha Pascal-Trouillot também é a primeira advogada e a primeira mulher a ocupar a suprema corte no Haiti.



Figura 13: Ertha Pascal-Trouillot – Primeira Presidenta Negra da América Latina

Fonte: <http://debatehistorico.wordpress.com/2011/07/18/a-era-duvalier-no-haiti-o-medico-o-monstro-e-a-heranca-maldita/>

Em consequência das interseções entre racismo patriarcal e sexismo elitista e androcêntrico, na América Latina, apesar o intenso trabalho de organização e luta desenvolvido ao longo da história, poucas mulheres negras tiveram reconhecimento e visibilidade na carreira política. Entre elas é importante citar Benedita da Silva, de origem favelada, ex-empregada doméstica, assistente social, foi a mulher que mais ocupou cargos políticos eletivos no Brasil. Em 2010 foi eleita deputada federal com 71.036 votos.



Figura 14: Benedita da Silva

Fonte: http://www.pautaextra.com.br/admin_sgpc/imagens/20012013133002Benedita-da-silva_foto%20Agencia%20C%3%A2mara.jpg

E a feminista negra latino-americana Epsy Campbell Barr que é economista, fundadora do Partido Ação Cidadã (PAC), ex-deputada na Costa Rica e primeira mulher negra a anunciar publicamente seu interesse de ser eleita presidenta de seu país.



Figura 15: Epsy Campbell – Costa Rica

Fonte: <http://www.geledes.org.br/atlantico-negro/afrolatinos-caribenhos/costa-rica/750-epsy-campbell-barr>

Em entrevista ao Jornal Irohin³⁹ Epsy fala dos entraves que impedem a participação política mais expressiva das mulheres negras na América Latina e Caribe.

³⁹ Jornal Negro Irohin - Entrevista realizada em 2011 por Ana Flávia Magalhães Pinto, Jornalista e mestre em História (UnB) da equipe do jornal Irohin. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/atlantico-negro/afrolatinos-caribenhos/costa-rica/750-epsy-campbell-barr>

“Tendo em vista que somos pelo menos 75 milhões de mulheres negras na América Latina e no Caribe, nossa participação política no poder é ainda ridícula, inaceitável, digna de países onde não há democracia. Hoje, na região, de um total de 650 deputadas, temos apenas nove negras.” (Campebell, E. 2011)

Os dados apresentados evidenciam a atualidade da luta por direitos políticos apontando minimamente para a complexidade dos desafios que as mulheres negras jovem de origem favelada enfrentam e enfrentarão para ocupar espaços de tomada de decisão. Estes espaços são apenas uma das perspectivas possíveis de poder. Considerar o gênero, desvinculado do poder, do prazer e da diversidade racial é contribuir para a construção de relações de poder que atendem aos interesses do patriarcado racista, a medida que não alteram as relações de opressão. Precisamos avançar neste debate. Neste contexto as periferias do gênero podem representar a construção de possibilidade de alcançar outros lugares. É a possibilidade de se construir um feminismo na fronteira, feito por sujeitas que até então estavam fora da fronteira, mas que neste movimento decidem transitar, transgredir e superar limites.

CAPÍTULO 3 - ENTRANDO NA DANÇA OU A APROXIMAÇÃO DO CAMPO: MILITÂNCIA, EPISTEMOLOGIA, METODOLOGIA.



Figura 16: Grafite "Consciência Negra Feminista",

Fonte: GRIF MAÇÃS PODRES autores Patrick Monteiro, Ana Clara Marques e Fernanda Sunega, by.

Não é, contudo, por cautela
ou modéstia, ou ambos
os sentimentos juntos,
que prefiro dar à presentificação
do meu corpo em cena
a denominação de corpografia.
É, antes, para frisar que, ainda aí,
é uma forma de escrita o que almejo.
(Aleixo, 2010, p.90-91)

3.1. Há uma epistemologia e/ou uma metodologia feminista?

Nesta pesquisa utilizo FeminismoS no plural por reconhecer a heterogeneidade presente neste campo. Se em alguns momentos utilizar a expressão Feminismo no singular é simplesmente para facilitar a leitura e o entendimento, sem, contudo desconsiderar a importante diversidade presente neste campo.

A diversidade de FeminismoS existentes é marcada por tensões relacionadas, entre outras coisas, com: A) existência de experiências diversas das mulheres B) a refutação de um modelo único mulher, e a interpelação sobre o que é ser mulher C) o reconhecimento da existência de distintas formas de emancipação e transformação.

Muitas teóricas feministas e não feministas, de diferentes áreas do conhecimento tem se ocupado destas questões: Há uma epistemologia feminista? Há uma metodologia feminista? Se há, quais são os elementos que as caracterizam? O que é uma pesquisa feminista? *Que instrumentos temos ou devemos criar para tornar audível vozes historicamente silenciadas? Quais sentidos e percepções precisamos desenvolver para ampliar o campo do possível para as mulheres negras jovens?*

A complexidade destas questões me impede de tecer respostas rápidas. Para avançarmos nesta reflexão consideramos que a crescente entrada das mulheres, negros e pobres nos espaços de produção do conhecimento tem provocado crescente incômodo tanto pela presença de sujeitos historicamente ausentes destes espaços, como também pelos conteúdos diferenciados que aportam e pelo modo como estes sujeitos produzem conhecimentos e se relacionam com estes.

Haraway nos alerta:

“Sujeição não é base para uma ontologia; pode ser uma pista visual. A visão requer instrumentos de visão; uma ótica é uma política de posicionamentos. Instrumentos de visão mediam pontos de vista; não há visão imediata desde os pontos de vista do subjugado. Identidade, incluindo auto-identidade, não produz ciência; posicionamento crítico produz, isto é, objetividade. (...) Como ver? De onde ver? Quais os limites da visão? Ver para quê? Ver com quem? Quem deve ter mais do que um ponto de vista? Nos olhos de quem se joga areia? Quem usa viseiras? Quem interpreta o campo visual? Qual outro poder sensorial desejamos cultivar, além da visão?” (Haraway, 1995 pp: 27-28)

A problematização de tais incômodos colabora para análise das condições de produção do conhecimento, visibilizando os enredamentos e efeitos de poder presentes nas relações

entre pesquisadores, instituições de pesquisa e destes com sujeitos, objetos, métodos e temas de pesquisa. Visibilizando as seguintes interpelações: “*Quem está autorizado a produzir que conhecimento?*” “*O que tipo de produção é considerada conhecimento válido?*”

Enquanto intelectuais negras podemos dizer que nossa legitimidade epistemológica e política se constrói entre tensões e sem autorizações, na intercessão de diferentes dimensões, entre elas nossas identidades diversas e não estáticas, nossas várias formas de luta e resistência, a memória de nossas ancestrais, nossas experiências de corpo, de vida e de mundo.

Tanto no passado como nos dias atuais, em muitas questões somos referências de nós mesmas, na reinvenção cotidiana da sobrevivência, da luta, dos sonhos e dos ideais, e isso não é um problema, visto que, como disse Steve Bantu Biko, já sabemos que desde sempre “*estamos por nossa própria conta*”. Ainda hoje “*precisamos pensar coletivamente sobre um problema que nunca criamos.*” E estamos verdadeiramente dispostas a superá-los.

Articulando os pensamentos de Patrícia Collins (2001), Luisa Bairros (2000) e Suely Carneiro (2001) podemos dizer que a condição de mulher negra nos possibilita uma percepção e uma crítica específica das ações e ideologias dos grupos dominantes. Sim, vestir uma pele negra, ocupar um corpo negro, inscrever-se no mundo a partir da presentificação de um copo negro proporciona para a mulher negra experiências específicas de si, da comunidade e do mundo. Tal condição estimula a produção de uma sensibilidade situada e disponibiliza recursos e lugares específicos para pensarmos as relações de poder.

Nós mulheres negras somos herdeiras de histórias de lutas nas quais raça, gênero e classe são interseccionalidades sempre presentes. Justamente por isso, compartilhamos experiências, que nos possibilitam não só uma percepção crítica de nós mesmas, de nossas comunidades e do mundo, mas também uma ação política diferenciada, que propõe entre outras coisas, outras formas de pensar-fazer o conhecimento e de se relacionar com ele.

Segundo Chauí (2000, p. 50) a **epistemologia** é o conhecimento do próprio pensamento em exercício, ou seja, é o conhecimento da capacidade humana de conhecer. Nesta perspectiva seguimos pensando a epistemologia, como uma reflexão sobre o saber científico, uma teoria do conhecimento ou como um processo de organização e legitimação dos conhecimentos produzidos, e das formas de produzir, hierarquizar e legitimar tais conhecimentos, por determinados grupos racializados e situados no tempo e no espaço.

Historicamente as feministas negras se lançaram de forma vitoriosa ao desafio de desenvolver ao mesmo tempo ação política e produção teórica. Parte significativa de sua vasta contribuição ao pensamento social refere-se ao constante esforço para descolonizar o

conhecimento, visibilizando a forma como a ciência tem produzido realidades de opressão, subjugação e inferiorização para sujeitos, grupos e territórios específicos ao longo da história.

Este entendimento traz para a cena as relações existentes entre **gênero, raça, ciência e poder** o que torna não só possível, como fundamental e necessário, pensarmos sobre a existência e as implicações de uma epistemologia feminista. Autoras como Sandra Harding, Patricia Collins, e Donna Haraway se debruçaram sobre questões análogas, discutindo em diferentes momentos a história, e a filosofia da ciência e as relações de poder intrínsecas na produção dos saberes, de modo especial, dos fazeres que configuram e legitimam o sistema científico ocidental.

Considerando que a *epistemologia* é um processo de reflexão sobre a construção do conhecimento capaz de colaborar para o alargamento da compreensão dos efeitos de poder das e nas relações de produção de conhecimento, impactando para além delas, podemos sim dizer que temos produzido uma epistemologia feminista. Tal epistemologia se caracteriza por um processo de descolonização da ciência, ainda em curso, que complexifica o pensar acadêmico e aponta novos paradigmas para o fazer científico, entre eles a interdisciplinaridade, a interseccionalidade, a reflexividade, os saberes localizados, a objetividade corporificada, a não-neutralidade, entre outros.

Constituindo-se como uma forma de enfrentamento aos exercícios de poder hegemônicos, a epistemologia feminista faz duras críticas à racionalidade científica ocidental racista, eurocêntrica e patriarcal que influencia todas as áreas da vida. A jovem feminista mexicana Mora nos diz: *“Actualmente, no se puede hablar del movimiento feminista, sin hacer referencia al feminismo como política, como ética, como proyecto epistémico de desaprensión del paradigma androcentrista.”* Mora (2009, p.74)

Refletindo sobre a construção social das formas de conhecimento, mais especificamente do conhecimento científico ocidental, Haraway (1995, p.9) aponta que todas as fronteiras internas-externas do conhecimento são movimentos de poder. Haraway e outras feministas ousaram interpelar: *“Como o conhecimento científico é realmente fabricado?”* E para responder a tal interpelação passar a buscar articulações entre *“O que os cientistas dizem acreditar?”* e *“O que os cientistas realmente fazem?”* Neste movimento epistemológico e político, interpelaram sobre o que confere validade ao conhecimento produzido e a forma de produzir tais conhecimentos. Interpelaram ainda, sobre *que sujeitos estão autorizados a produzir quais conhecimentos?* Concordando com Harding, Haraway afirma que:

"As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de

outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm."
Haway (1995, p. 15)

Segundo Carneiro (2001) nós feministas negras **enegrecemos os feminismos** ao demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres a questão racial como elemento estruturador das relações sociais e das desigualdades e ao mesmo tempo, promovemos a **feminização** das propostas e reivindicações **do movimento negro**. Como feministas negras da América Latina, além de **descolonizar a ciência**, temos ainda o desafio de descolonizar o feminismo. Neste sentido Navaz (2008, p: 26) sugere a criação de espaços de organização e alianças estratégicas das mulheres contra o sistema neoliberal contemporâneo, afirmando que a descolonização do feminismo passa pela consciência do entrelaçamento de nossos destinos com o projeto civilizatório.

Segundo, a feminista venezuelana Maffia, (2007) a epistemologia feminista vem sendo desenvolvida a mais de vinte anos, porém tanto em seus produtos quanto em seus processos os espaços tradicionais de produção do conhecimento, são sexistas e por isso, tem gerado impedimentos à participação feminina, articulando cotidianamente a deslegitimação da presença das mulheres nas comunidades epistêmicas e promovendo a invisibilização da produção feminina no campo científico, o que traz prejuízos não só para as mulheres, mas para o conhecimento humano. Segundo esta autora:

“El problema del sexismo en ciencia no ha sido sólo, ni principalmente, el de establecer diferencias entre hombres y mujeres, sino fundamentalmente la jerarquización de esas diferencias, siempre desventajosas para el mismo género y que dio respaldo a una desigual repartición de los roles sociales.” (Maffia, 2007, p. 68)

Segundo Maffia, (2007, P: 83) “Hablar de una reconstrucción feminista de los saberes científicos es hablar de una reinterpretación desde la perspectiva de género, y del aporte que desde ella pueda hacerse para la emancipación de las mujeres.” Assim, a epistemologia feminista tem compromisso: A) Afirmar as mulheres como produtoras de conhecimentos válidos B) Transformar e/ou desconstruir significados e práticas sexistas, androcêntricas, eurocêntricas e racistas; C) Construir significados e práticas emancipatórias, para as mulheres, a partir dos olhares de diversas mulheres.

Nós feministas negras da América Latina seguimos com nossos esforços teóricos e práticos de articular diversas estratégias para descolonização das formas hegemônicas de produção e reprodução do conhecimento, do poder e da vida.

No campo da ciência há diferentes frentes para se lutar contra o racismo, contra o patriarcado, contra o androcentrismo e a heteronormatividade compulsória. Fazer pesquisa pode ser uma delas. Mas que diferença, faz fazer ciência a partir do olhar e da experiência das

mulheres, negras, pobres, jovens, lésbicas? Quais são as bases/ fundamentos para uma investigação feminista?

Considerando o exposto, podemos dizer que uma pesquisa feminista se caracteriza pela visibilização dos enredamentos, atravessamentos e relações de poder presentes no processo de produção do conhecimento. Segundo Harding (1998) precisamos e podemos “traçar estratégias múltiplas de descolonização.” Isso inclui fazer novos usos de métodos e técnicas convencionais para conectar ideias, identidades, experiências e realidades diversas e assim colaborar na produção de espaços-tempos de autonomia, enfrentamento e resistência.

Estamos tecendo, com diversas mãos, construtos teóricos novos que dialogam e muitas vezes criticam as produções já existentes. Neste processo podemos sim desenvolver ações políticas e produzir conhecimento tanto utilizando instrumentos metodológicos já existentes, quanto criando instrumentos metodológicos ou arranjos metodológicos novos.

Embora não haja receitas prontas, há alguns elementos, que diferenciam e fundamentam nossa ação e com frequência estão presentes nas pesquisas feministas: A) A corporificação de sujeitos diversos como produtores de conhecimentos; B) O reconhecimento e visibilização de saberes diversos como conhecimentos legítimos; C) A utilização de princípios e/ou elementos políticos explícitos que orientam nosso fazer científico entre eles contextualização, posicionamento, intencionalidade e reflexividade. Mesmo utilizando métodos hegemônicos podemos dizer que a intencionalidade e reflexividade são elementos que nos diferenciam e podem fazer de nosso pesquisar um pesquisar negro e feminista.

3.2. Percurso Metodológico

Considerando as seguintes questões: “*Como estudar realidades invisibilizadas? Como nomear problemas sobre os quais não há consenso público ou ainda como propor e realizar enfrentamento a problemas que não são reconhecidos como problemas?*” (Mayorga, Ziller, Magalhães & Silva, 2010. pp. 152-153) podemos dizer que para perceber uma dinâmica social específica, que envolve sujeitos historicamente estigmatizados e fazer junto com estes sujeitos uma análise sobre os significados e sentidos desta experiência, a partir do feminismo e da psicologia, é preciso lançar mão de um arcabouço teórico-metodológico e prático organizado com esta intencionalidade.

Esta escolha complexa tem a ver com um posicionamento epistemológico e político que pretendemos evidenciar no desenvolvimento deste trabalho. Entendendo que as condições

de opressão das mulheres negras jovens são específicas e complexas é importante procurarmos metodologias que nos permitam articular diferentes técnicas com a intencionalidade política necessária para que as formas de organização, realização e perpetuação das opressões sejam visibilizadas e desnaturalizadas.

Os desafios de pesquisar “questões invisíveis” e “problemas que não tem nome”⁴⁰ nos lançam em compromissos políticos referentes a pelo menos, duas ordens: I – Dialogar com sujeitos e grupos historicamente “sem voz” Spivak, (2010) , negligenciados, inferiorizados, violados, subalternizados (Gramsci, 2006) , oprimidos (Freire, 1975). II – Traçar caminhos metodológicos contra-hegemônicos que nos possibilitem romper com a posição de subalternas, para nos reconhecer e sermos reconhecidas como indivíduos vocais, sujeitos com voz própria agindo para construir saberes úteis, Spivak, (2010) e Boaventura (2004).

Trabalhei orientada pela não neutralidade, pela autoreflexividade e pela pluralidade dos sujeitos e saberes. A partir das experiências cotidianas e com a participação dos diversos sujeitos buscaremos localizar, identificar e visibilizar lugares de poder a partir dos quais os saberes e poderes são produzidos no que se refere às relações de geração, gênero e raça na periferia problematizando as dinâmicas de produção e reprodução de hierarquias presentes neste contexto. (Mayorga, Ziller, Magalhães & Silva, 2010) e Boaventura (2004), Neves (2005).

Nós mulheres negras e faveladas podemos sistematizar a compreensão, de nós mesmas e do mundo, que temos elaborado ao longo da história em nosso cotidiano a partir da percepção que temos e das reflexões que fazemos sobre as especificidades social, cultural e racial presentes em nossas realidades e no mundo.

A escolha política do presente referencial metodológico busca responder a uma inquietação sobre a existência e viabilidade de uma metodologia Feminista, Harding (1998). É no cotidiano que se faz a história. Justamente por isso, a diversidade e a equidade se configuram como importantes desafios para a Psicologia Social Crítica. É na análise das lógicas e dinâmicas de opressão e emancipação que as diferentes experiências das mulheres negras jovens configuram um território denso, capaz de provocar transformações epistemológicas e metodológicas.

⁴⁰ Expressão que nomeia o artigo “O problema que não tem nome: Sobre metodologias para o estudo das desigualdades” (p 150 à 180) de Mayorga, Ziller, Magalhães e Silva (2010) foi inspirada em expressão da Psicologia Social e Feminista **Betty Friedan**(1963)

Este exercício exige de nós, e nos leva, a uma percepção mais atenta da complexidade das realidades que configuram nossos contextos sociais, culturais, políticos e históricos como campos de pesquisa. Ou seja, é preciso *radicalidade* e *reflexividade*, para nos dedicar a compreensão das causas e não nos limitar na mera descrição das consequências dos problemas que, de algum modo nos tocam e por isso, nos propomos a investigar.

Inspirada em Curiel (2009), Spivak (2010), Geertz (1978) trabalhei numa perspectiva de descolonização do feminismo e da psicologia retomando histórias pouco contadas e ouvindo vozes historicamente silenciadas, inclusive a minha, visto que sou daqui e sou de lá. E estive em trânsito, gingando com mandinga entre diversas fronteiras. Assim, busquei identificar e problematizar tensões e conflitos vivenciados pelas mulheres jovens dentro do Funk e do Hip Hop, atentas para a complexidade destes universos em diálogo com o espaço acadêmico da Psicologia Social.

Inicialmente intencionei trazer outras vozes de outros sujeitos, porém por silenciamentos históricos acumulados, também ouvi minha própria voz através da relação com o campo, com os espaços-tempos e sujeitos que o constitui. Neste sentido é possível dizer que esta pesquisa além de localizada/ situada abriga em si uma perspectiva autoetnográfica.

Segundo Caiafa (2007) ao longo da história, varias transformações vem acontecendo na etnografia, em seus formatos e usos. Essas mudanças não lineares, são uma necessidade presente nos estudos que dialogam com sujeitos e processo sociais em constante transformação, é neste contexto que surge a autoetnografia.

Neste vasto universo das investigações etnográficas a autoetnografia é uma perspectiva específica na qual a reflexividade é vivida com intensa radicalidade e criticidade assumindo a interação entre pesquisador-pesquisado como ponto de partida e referência para a produção de conhecimentos. Esta perspectiva vem sendo desenvolvidas no campo das ciências sociais, nomeadamente na Antropologia pós-estruturalista, sendo cada vez mais utilizada na sociologia e na psicologia em estudos feministas e pós-coloniais. Por suas características, entre elas a articulação entre posicionamento e reflexividade entendo que tal ferramenta reflexiva pode ser útil aos estudos feministas no campo da psicologia social e justamente por isso, dela lanço mão, Amaral (2009 e 2010), Arruda (2012).

A autoetnografia é um método de investigação qualitativo que propõem uma intensa reflexão sobre a posição do/a pesquisador/a e suas múltiplas relações e interações com os sujeitos e objetos que formam parte de sua pesquisa. Neste sentido, procedimentalmente pode ser desenvolvida como uma forma de observação participante, que se materializa em relatos

escritos em primeira pessoa, com elementos autobiográficos da pesquisadora. Assumindo e investigando a existência de um “entre”, a autoetnografia possibilita o desenvolvimento de problematizações singulares sobre o “estar aqui” e o “estar lá” discutidos por Clifford Geertz (1978) e (Wall, 2006)

Tal práxis metodológica de integração e interpelação de corpos, identidades e saberes no fazer científico é veículo de emancipação a medida que propõem a incorporação de outras perspectivas e vozes historicamente silenciadas no espaço acadêmico. Invocando o corpo como território de consciência “acadêmica” e “corporal” a partir do qual a história é gerada, as produções autoetnográficas podem se constituir enquanto performances pessoais, profissionais e políticas embasadas na auto-reflexividade crítica e na articulação de diferentes interseções. Spry, T. (2001). (Amaral, 2010).

A interpretação autoetnográfica me interessa pela possibilidade de revelar fraturas e suturas no contexto da pesquisa problematizando os múltiplos papéis do pesquisador e de suas proximidades e distanciamentos com o campo, o tema, o problema e os sujeitos participantes da pesquisa, (Amaral, 2009).

Spry (2001) aponta que a autoetnografia, enquanto ferramenta reflexiva possibilita a reescrita de experiências vividas, ela própria se utiliza deste recurso para reescrever uma experiência de violência sexual se colocando na posição de “mulher com força e agências” negando-se a aceitar um discurso de vitimação/ vitimização. A autora aponta ainda a importância do texto autoetnográfico ser literalmente bem escrito, emocionalmente envolvente e criticamente auto-reflexivo no que se refere a própria interatividade sociopolítica da pesquisadora. Constituindo assim uma sistematização possível do reconhecimento de identificações e diferenças produzidas na interação a partir de exercícios constantes de familiarização e estranhamento. Para esta autora uma boa autoetnografia não se resume a um conto confessional de renovação do sujeito pesquisador/a, mas sim constitui-se enquanto uma provocativa e contextualizada trama entre história e teoria.

A utilização desta ferramenta reflexiva é um convite, à desnaturalização e à visibilização de tensões e ligações intelectuais e afetivas presentes na relação entre pesquisador/a e pesquisados, e convoca o pesquisador/a a emprestar elementos de sua própria história para a construção da argumentação que desenha a partir da interação. A perspectiva autoetnográfica me permite interpelar sobre as ambivalências do que acontece “entre” pesquisador/a e pesquisados/as, “entre” os diferentes espaços pelos quais circulei, “entre” os diferentes tempos nos quais participei e tive contato com o Hip Hop e com o Funk, “entre” o ser e o não ser jovem negra e favelada.

Outro ponto importante é que neste contexto:

"(...) percebermos a etnografia como espelho de nós próprios. Quando me posiciono, escrevo sobre os outros e sobre mim mesma, revelo o meu eu situado cultural e historicamente. Em muitas ocasiões tenho percebido como a pesquisa me revela enquanto mulher negra. A pesquisa esta em curso, logo estou em franco processo da experiência transformadora da etnografia." (Barbosa, 2011 p: 13)

Pesquisar a periferia a partir da periferia é visibilizar tensões, é enfrentar situações de subalternidade, opressões, invisibilidades e ausências contrapondo o modelo hegemônico de ciência ocidental moderna e sua perspectiva racional, dicotômica, eurocêntrica e heteronormativa, a partir da desnaturalização de realidades, politização de relações e visibilização de tensões; experienciadas por um ou por muitos, mas consideradas como legítimas por poucos ou apenas pelas minorias políticas (Mayorga, Ziller, Magalhães & Silva, 2010. pp. 153; Martin-Baró, 1996).

Acredito que numa perspectiva contra-hegemônica é possível contribuir para a construção coletiva de um saber científico inserido na práxis quotidiana e capaz de favorecer os sujeitos, grupos e povos oprimidos na tomada de controle sobre sua própria existência e história (SANTOS, 2006; BARÓ, 1997).

Neste sentido propus algumas rupturas, necessárias, com o modelo hegemônico eurocêntrico, androcêntrico e heteronormativo de ciência. Renegando a neutralidade, a imparcialidade, o distanciamento e o pensamento único sobre a realidade (verdade única), a monocultura do saber. (Santos , 2004).

Este arranjo metodológico possibilitou perceber e nomear a reconfiguração de relações de poder entre mulheres e homens jovens apontando os impasses, dinâmicas e lógicas que perpassam as identidades e culturas políticas do jovem ligado ao *Hip Hop* e ao *Funk* nas periferias de Belo Horizonte.

Desafiada a buscar o sentido emancipatório da ciência, busquei colaborar para que a psicologia se implique na superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de opressão-submissão, potencializando a resistência através do seu saber-fazer.

Entendendo a metodologia, no contexto acadêmico, como conjunto de conhecimentos críticos que organizam o fazer científico, configurando caminhos possíveis para produção de conhecimentos a partir da articulação de métodos e técnicas, estabeleci o percurso metodológico desta pesquisa vinculando referências teóricas e procedimentos metodológicos que possibilitassem uma aproximação e análise da complexidade do campo em questão, tendo em vistas o problema de pesquisa.

Na tentativa de identificar exercícios de poder e seus efeitos na experiência das participantes do hip hop e do funk optei por realizar uma *Pesquisa do Tipo Etnográfico*. Tal caracterização se justifica por adotar instrumentos metodológicos da etnografia de origem antropológica, porém a partir de uma perspectiva da psicologia social realizando resignificações, adaptações e/ou utilizações específicas das técnicas disponibilizadas pela etnografia antropológica.

Como um processo sistemático de observação e descrição densa a pesquisa do tipo etnográfico pode possibilitar a realização de registros e análises de padrões culturais específicos e modos de viver cotidianos das pessoas e grupos, de forma contextualizada, sem fragmentar a realidade e considerando as perspectivas destes sujeitos e grupos. (Geertz, 1978; Pinto, 2012)

Reconhecendo que “*em certa medida, a etnografia realiza uma tradução da experiência de campo para o relato textual.*” (Pinto, 2012), esta também foi a referência utilizada para exercício intelectual da corpografia no campo, da escrevivência do texto e da análise dos dados. Trabalharemos numa perspectiva dialogal e ecológica entre saberes, inspiradas na lógica de tradução de práticas e saberes que segundo Santos (2003, p. 41) é “*fundamental para permitir a articulação entre recursos intelectuais e cognitivos diversos e de origem distinta que são articulados nos vários modos de produzir conhecimento sobre iniciativas e experiências contra-hegemônicas*”.

Além disso, reconhecendo a *imprevisibilidade* e a *criatividade* inerentes aos processos investigação, optei por relacionar diferentes técnicas com a circulação em diferentes espaços, estabelecendo conexões capazes de ampliar os campos do possível neste processo de investigação, partilha e elaboração de conhecimentos, para coletivamente favorecer e quem sabe produzir possíveis mudanças nas realidades dos sujeitos e grupos que serão convidados a participar ativamente deste processo, Mendes (2009), Serapioni (2000), Macedo(2011).

A partir do compromisso de criar e recriar os modos de produzir e difundir conhecimentos ancorados em relações dialógicas, contextualizadas e cada vez menos hierárquicas, fiz o exercício coletivo de tentar resignificar os modos de pesquisar, os processos pesquisados e as tensões existentes nas relações entre as participantes; e buscando visibilizar singularidade dos sujeitos participantes, a história e especificidades dos grupos envolvidos.

Ao longo da pesquisa procurei manter os movimentos de reflexividade, relativização tentando sempre estranhar o familiar, familiarizar com o estranho. Para realizar a investigação a partir de uma inserção etnográfica no campo utilizei como estratégias metodológicas

principais a observação participante e o diário de campo, como estratégia auxiliar conversas informais e entrevistas semiestruturadas de curta duração com edição fluente.

Além de contar com a colaboração reflexiva de minha orientadora, neste percurso contei com os/as informantes que colaboraram voluntariamente e foram se configurando como tal à medida que tinham interesse e disponibilidade em participar do processo de pesquisa. Estas pessoas me ajudaram a ter acesso a outras pessoas e outros espaços, além de debaterem comigo em diferentes momentos os muitos dilemas e tensões desta pesquisa. A identificação destas pessoas como informantes, se deu quando refletindo sobre o processo pude perceber a presença colaborativa e sistemática de ambos, cada um a sua maneira.

Entre as pessoas que conheci, procurei e encontrei neste processo, foram se tornando meus informantes aqueles e aquelas que se mostraram disponíveis para partilhar informações e/ou me acompanhar nas reflexões e no trânsito entre estes territórios negros, colaborando inclusive no contato com outros sujeitos.

Nome	Sexo	Idade	Região
Daniel dos Santos Neves	Masc	28	São Geraldo
Scheylla Barcellar	Fem	25	Aglomerado da Serra
Geíse Pinheiro Pinto	Fem	>29	Centro
Julio	Masc	25	Vila Antena
Johanna Monagreda	Fem	26	Venezuela
Natalia	Fem	14	Pirajá
Vanessa Beco	Fem	>29	Venda Nova
Soráia Marco Angelo	Fem	>29	Pirajá

Tabela 2: Informantes negros e de origem favelada
Fonte: Elaboração própria.

3.3. A Pesquisa Militante

Assumo a pesquisa-militante como posicionamento epistemológico e metodológico a partir do reconhecimento de que na encruzilhada entre ser intelectual e ser militante saberes implicados podem ser produzidos, já que tanto a inserção acadêmica quanto o ativismo político são produções intelectuais. Inspirada em Donato (2012) é possível adotar a pesquisa militante como uma posição situada e parcial, perpassada por relações de poder em contextos de produção de conhecimentos nos quais saberes diversos podem estar presentes.

A pesquisa militante é uma possibilidade de contribuir para a desconstrução de dicotomias e hierarquias entre a pesquisa acadêmica e o ativismo político, pois reconhece e visibiliza diferentes implicações e utilizações ideológicas da ciência ao longo da história, problematizando a criminalização dos saberes e fazeres dos movimentos sociais e minorias políticas. Aponta para a necessidade de desnaturalização dos saberes científicos e propõem a visibilização e valorização de saberes e fazeres diversos produzidos por diferentes sujeitos como possibilidade de desconstrução das hierarquias naturalizadas entre o saber científicos e outros saberes, buscando explicitar as implicações políticas dos saberes e fazeres em intersecção nos diversos espaços sociais.

A pesquisa militante consiste no investimento declarado em um processo de reflexividade localizada e implicada, inspirado em metodologias feministas que explicitam a existência de relações de poder com efeitos no processo investigativo. (Haraway, 1995)

Em seu processo a pesquisa militante, convoca a pesquisadora militante a explicitar e afirmar o trânsito e/ou pertencimento(s) tanto no contexto acadêmico, quanto nos grupos pesquisados, como elementos que fazem parte e influenciam a pesquisa, considerando as tensões de “estar aqui”, “estar lá”, trazendo para o conhecimento produzido as possibilidades e limites de ser daqui, ser de lá e estar em trânsito “entre” diferentes sujeitos e universos. Geertz (1978)

Como Donato (2012) reconheço que o pertencimento e proximidade com os grupos pesquisados favoreceram contatos, encontros e diálogos bem como possibilitou, em alguns momentos acesso a sujeitos, espaços e informações que provavelmente outros pesquisadores externos não teriam. Ao mesmo tempo tal pertencimento aumenta a exigência de "estranhar o familiar" (Geertz, 1978). Em seu desenvolvimento a pesquisa militante possibilita outra inserção e/ou uma resignificação da inserção do pesquisador militante nas diversas relações de poder que perpassam e configuram tanto o espaço acadêmico quanto os grupos pesquisados.

Fazer pesquisa militante é interpelar tanto o posicionamento pessoal, quanto as ações coletivas presentes na encruzilhada entre universo acadêmico e práxis política de diferentes grupos. É colaborar para que os sujeitos pertencentes aos movimentos sociais passem a assumir o lugar de pesquisadores, utilizando de forma consistente e ética os saberes e instrumentos desenvolvidos inclusive pela racionalidade hegemônica.

Na pesquisa militante o sujeito pesquisador, seus posicionamentos e deslocamentos, o tema pesquisado, a configuração do campo, o desenho do percurso metodológico e os produtos e resultados desenvolvidos no processo e ao final da pesquisa colaboram para

reflexão e produção crítica sobre o contexto social em que a pesquisa militante se dá, uma vez que, a pesquisa militante é um processo de elaboração crítica sobre a realidade histórico-social. (Gramsci, 2006)

A pesquisa militante é uma das ações possíveis para os/as intelectuais negros/as visto que é um "exercício da voz" que se viabiliza e fortalece na relação entre sujeitos, saberes e universos diversos. Criando condições e perspectivas para o exercício político de vozes polifônicas (Marçal, 2011, Spivack, 2010.)

Num processo contínuo de luta no qual cada sujeito contribuiu a seu modo e a seu tempo, a pesquisa militante é uma aposta na construção coletiva e colaborativa de condições para ampliação de possibilidades para ação política coletiva. Transitando entre diferentes espaços de produção de saberes diversos, a pesquisadora militante fala "para/com/sobre" a academia e militância, colaborando para sistematização de conhecimentos úteis tanto para o desenvolvimento científico quanto para compreensão e aprimoramento das lutas sociais favorecendo a transformação das forças coletivas em armas políticas. (Marçal, 2011, 2012)

3.4. A Observação participante e o diário de campo

Pela complexidade do campo foi importante fazer algumas (re)definições dos procedimentos metodológicos no percurso da pesquisa, entre eles a dinâmica de inserção e interação e a forma de registro no diário de campo.

Mantendo a proposta inicial de realizar idas semanais os eventos alternando entre Hip Hop e Funk para participar e observar as pessoas e relações antes, durante e depois dos eventos. Optei por realizar a observação participante no Duelo de MC,s e na Matinê das Quadras do Vilarinho, como foco central, estando aberta a realização de observações participantes complementares em outros espaços onde a Juventude Negra se reunisse em torno do Hip Hop e /ou do Funk.

Decidi permanecer no campo o maior tempo possível, participando dos eventos no Vilarinho e no Viaduto, mas também participando de outros eventos de Hip Hop e Funk sempre que possível e necessário. A ida a outros eventos foi sendo construída de acordo com convites, disponibilidade, possibilidade de colaboração com as reflexões da pesquisa. Decidi me inserir em grupos e atividades outras que pudessem colaborar com as reflexões da pesquisa e com a inserção no campo. Assim ampliei as dimensões geopolíticas do meu campo, a rede de relações e o espaço de circulação.

Em Belo Horizonte e Região Metropolitana participei de Bailes Funks de Rua no Aglomerado da Serra, das atividades do Hip Hop no FAN (Festival de Arte Negra) no Parque

Municipal, Festa de Rap no Mercado das Borboletas, Festa de Hip Hop no Barreiro, ensaios e apresentações do Grupo Vo(o Coro de Vozes Comuns (Poesias e performances), ensaio dos grupos de funk em Santa Luzia, Duelo das Minas na Casa Amarela em Contagem, Roda de conversa “*Mulher, Hip Hop e Funk: Vivências e Resistências!*” na Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher/PBH, Oficinas de Breack e DJ no Projeto Hip Hop das Minas no CCUFMG, Formação sobre Feminismo Negro do Projeto Hip Hop das Minas na Escola Municipal Paulo Mendes Campos, Roda de freestyle das Minas no Parque Municipal.

Na universidade participei das disciplinas: Psicologia Social do Racismo (estágio de docência), Psicologia e Feminismos I e II, nas atividades do NPP (Núcleo de Psicologia Política), Núcleo Conexões de Saberes (Pet Conexões, Encruzilhadas, reuniões), além de reuniões, acompanhamento das aulas e tutorias do Projeto Afirmação na Pós-graduação.

Ultrapassando as fronteiras de Minas participei em Brasília Oficina Consulta para elaboração da Política Nacional de Enfrentamento ao Extermínio da Juventude Negra, Show de Funk do MC Leozinho e Show de RAP do artista GOG, Oficina consulta sobre as políticas para mulheres negras colaborando a partir do debate de juventude, Mesa Juventude Negra e Feminismo no Encontro Latinidades, no Rio de Janeiro baile Funk no Castelo das Pedras e samba em Cacique de Ramos, Costa Rica festa de Hip Hop e Shoew de Ragaton, Pré-Cumbre mundial de Afrodescendentes, reunião da Rede de Mulheres Afrolatinoamericanas e Caribenhas, JUBRA em Recife.

Em todos estes espaços-tempos realizei conversas informais que colaboraram para as reflexões que aqui se encontram sistematizadas. Não participei de tudo o que existe, nem de tudo que aconteceu neste período, visto que era humanamente impossível. Mas tudo o que pude participar, participei com intensidade.

Para registrar minhas percepções, interações e tensões no campo durante o processo de pesquisa utilizei o diário de campo fazendo descrições densas das atividades nas quais participei conforme Geertz (1978). Num primeiro momento optei por não utilizar imagens, mas posteriormente revi tal posição e passei a agregar informações visuais aos diários.

Para mim “*O diário de campo revelou-se um instrumento complexo, ao permitir o detalhamento das informações, observações e reflexões parciais no decorrer da investigação ou da situação observada.*” Pinto (2012), permitindo o registro do vivido, pensado, ouvido, sentindo, falado ou calado no campo ou a partir dele.

As anotações foram feitas, sempre que possível ao chegar do campo nas madrugadas de sexta ou domingo. Quando o cansaço me impedia de escrever ao chegar me dedicava a escrita após o fim de semana de observação. Assim, os diários que elaborei falam sobre uma

ou mais idas a campo. No fazer dos diários de campo priorizei as idas ao Duelo de MC's e as Quadras do Vilarinho que foram focos principais.

Algumas anotações e registros sobre minhas idas a universidade e a outros espaços também foram feitas, porém com textura e densidade diferentes. Somente percebi que poderia ter sido útil fazer um diário de campo das minhas idas a universidade e das inserções complementares já no final da pesquisa.

Mesmo assim, o diário de campo se constituiu como um importante instrumento no desenvolvimento desta pesquisa, possibilitando um fluxo singular de reflexões, interpelações e registros que poderá em alguns momentos ser utilizado, inclusive como citação, ao longo desta escrevivência. Infelizmente, pelas artimanhas da tecnologia moderna, alguns diários foram perdidos, considerando que a tentativa de reescrevê-los não alcançaria a intensidade da escrita original, optei por utilizar apenas os diários originais.

A leitura geral dos diários me fez perceber que durante um tempo circulei mais no Hip Hop e depois me concentrei mais no Funk. Também houve períodos em que os espaços complementares foram de algum modo priorizados. Tal movimento retrata alguns deslocamentos que a pesquisa-militante me levou a fazer. Foi um desafio transitar entre as fronteiras de ser pesquisadora e participante, mantendo a ética.

Ser familiar em alguns momentos favoreceu o contato e o acesso às pessoas e informações, em outros a familiaridade precisou dar lugar ao estranhamento para que invisibilidades diversas pudessem aparecer e ser nomeadas. Construindo e rompendo limites entre pesquisadora e participante fui configurando e reconfigurando minhas estratégias metodológicas e minha interação com o campo.

O Diário de campo foi o instrumento que viabilizou a construção de um percurso argumentativo, foi fundamental para identificação dos elementos presentes e ausentes no campo, colaborando também na organização de estratégias de relacionamento com o campo e os sujeitos de pesquisa para escutar as vozes silenciadas e as relações invisibilizadas que povoam estes universos.

O Diário de campo abrigou questões como: *“Que lentes devo usar? Como devo relacionar com o campo e com as pessoas presentes no campo? Em que relações devo me jogar? Que elementos podem configurar as pistas que preciso reunir para compreender esta realidade? Onde de fato eu quero meter minha mão? Onde minha mão alcança? E as relações que eu já tinha neste espaço, como devo conduzir? Como identificar e/ou estabelecer fronteiras entre as relações pessoais e as relações de pesquisa? O que é relação*

de pesquisa? O que é relação pessoal? Como organizar meus desejos e interesses pessoais em relação a estes universos?”

A inserção no campo provocou a resignificação e reorganização das minhas redes relacionamento, alterando minhas formas de relacionamento comigo mesma e com os outros. O diário de campo foi instrumento fundamental para que eu pudesse sustentar e manter meu posicionamento metodológico de pesquisadora-militante, pois acolheu minhas inquietações e angústias, ancorou minhas reflexões e perspectivas, deu materialidade ao processo de reflexividade que perpassou toda esta pesquisa. Assim os diários de campo compostos no percurso desta pesquisa foram organizados da seguinte forma:

- 01 - DIÁRIO DE CAMPO EXPLORATÓRIO
- 02 – ENTRANDO NA RODA, DIGO, NO CAMPO.
- 03 – PRIMEIROS DILEMAS: SAUDANDO OS MANOS
- 04 – FUNK NA PASSAGEM: RESISTÊNCIA, LAZER E CONTROLE
- 05 – ENTRE O RAP E O FUNK
- 06 – SOZINHA NO FUNK
- 07 - DEDO NA FERIDA
- 08 - FUNK NO DUELO: O CORPO NA RODA
- 09 - DO BRONX À BH
- 10 – FAN OFICINA DE MC E OUTROS ENCONTROS
- 11 - REFLETINDO SOBRE O CAMPO/ BAILE DA SAUDADE
- 12 – BRIGA DE MULHERES NO BAILE
- 13 – DEBATE: MULHER, HIP HOP E FUNK: VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS!
- 14 – PERDIDA NO BAILE
- 15 - FUNKEIRAS NO DUELO: TROCANDO IDEIA COM O OUTRO LADO
- 16 – CASA AMARELA: EU NA BATALHA DAS MINAS
- 17 - COMO A PREFERIA SE DIVERTE ?
- 18 - RECOMEÇAR
- 19 - CHUVA NO DUELO DE MC'S
- 20 - FAMÍLIA, FUNK E FUTEBOL NO PRIMEIRO DIA DO HORÁRIO DE VERÃO
- 21 - CONHECENDO AS FEMINISTAS NEGRAS DA AMÉRICA LATINA
- 22 - HIP HOP NO PANAMÁ
- 23 - LA CAZONA: JUVENTUDE NEGRA NA DIÁSPORA
- 24 - HIP HOP E FUNK
- 25 – DOS PANTERAS NEGRAS ÀS RODINHAS DE FREESTYLE DAS MINAS
- 26 – VESTINDO A CAMISA DE PESQUISADORA

Enfatizo que grande parte do conteúdo que apresento a seguir é oriundo das observações e impressões vividas na interação com o campo. Tal vivência e impressões foram

registradas no diário e justamente por isso, faço a opção de citá-lo literalmente, em alguns pontos das análises que se seguem.

3.5. Entrevistas semiestruturadas

Pelas características do contexto pesquisado, considerando a importância e a necessidade de produzirmos conhecimentos JUNTO com as jovens, e não somente sobre elas, desenvolvendo uma relação de interação entre os marcos teóricos que nos orientam, os sujeitos jovens participantes e as possibilidades e os modos de fazer-saber junto, (Castro & Besset, 2008), precisei fazer uma adaptação nesta técnica que me permitisse dialogar com as participantes do Funk e do Hip Hop, respeitando sua disponibilidade e o contexto.

Assim elaborei um roteiro de perguntas que serviram de referência e foram sendo feitas aleatoriamente às diferentes entrevistadas de modo a alcançar respostas para a maioria das questões (vide roteiro anexo). Estas entrevistas foram organizadas e editadas a partir de uma leitura flutuante que permitiu construir uma lógica de organização das perguntas e respostas de todas as entrevistadas. As entrevistas foram registradas com máquinas fotográficas simples e celulares. A aposta nestes recursos, esta relacionada com a familiaridade que parte da juventude tem desenvolvido com a utilização de tais recursos em seu cotidiano.

Esta escolha metodológica foi feita também como parte do compromisso de devolução dos materiais e conteúdos produzidos para as participantes da pesquisa. Durante as entrevistas muitas reivindicaram ver seus vídeos e fotos na internet. Tal resposta, assim com a possibilidade de construção de um site ou blog com os materiais, foi sendo construída a partir da proposta das entrevistadas.

Realizei nove entrevistas com as participantes do Hip Hop e dez entrevistas com as participantes do Funk. As entrevistas foram realizadas a partir de contato inicial com as entrevistadas e posterior encontro, com participação e acompanhamento de atividades desenvolvidas por elas. Participei a convite das jovens, hora como ouvinte, ora como agente, e após um processo de diálogo e partilha onde os temas da pesquisa foram abordados em conversas livres. Todas foram informadas sobre os objetivos da pesquisa, e tiveram acesso ao termo de livre participação e consentimento. Em diálogo pactuamos a identificação das entrevistadas e a utilização do material áudio visual produzido. Os principais espaços de circulação para a realização das entrevistas foram: **Hip Hop**: Duelo de Mcs, Duelo das Minas

na Casa Amarela, Projeto Hip Hop das Minas, Roda de Free Staly das Meninas. **Funk:** Quadras do Vilarinho, Funks do Aglomerado da Serra, Ensaio dos Grupos no Palmital.

As entrevistas foram feitas considerando:

- I) Apresentação pessoal
- II) Relação com Funk/Hip Hop
- III) Mulheres na luta por direitos.

No funk, como estávamos em espaços mistos, alguns homens se ofereceram para serem entrevistados. Eles foram informados dos objetivos da pesquisa e do foco nas mulheres. Sendo também entrevistados. Tal fato chamou a atenção por revelar um exercício específico e muito presente das relações de poder nos espaços de visibilidade. Muitas vezes, os homens se sentem autorizados a falar pelas mulheres e sobre as mulheres, mesmo quando o convite à fala é expressamente direcionado a elas.

As entrevistas no Funk só foram possíveis quando optei por mudar a estratégia de abordagem. Criei uma logomarca da pesquisa e fiz algumas camisetas, para mim, para um colaborador e outras para distribuir no baile. Naquele fim de semana, fui ao baile como pesquisadora da UFMG, uniformizada, com prancheta, crachá, termo e questionário. Fui recebida pelo dono da Quadra e convidada a falar da pesquisa no palco. A partir disso muitas pessoas se interessaram em participar da pesquisa e me conceder entrevistas.

Pela questão do som alto, da pouca iluminação e do foco em se divertir, as tentativas de realização de entrevistas longas foram frustradas. A tentativa de realizar as entrevistas na casa das participantes e/ou em outros espaços também não foram bem sucedidas devido a uma série de fatores, entre eles a dificuldade de deslocamento, e as regulações de gênero presentes nos bairros e residências das jovens.

O espaço onde elas podiam falar era o espaço da rua e/ou do treino nos intervalos para não perder o processo e a dinâmica que se desenvolvia naqueles espaços-tempos. No funk as jovens preferiam que o dançar fosse filmado, evidenciando que por si só, tal dançar já compunha um discurso.

Entrevistadas do Funk

Nome	Sexo	Idade	LGBT	Raça	Região	Atividade
Caroline Bueno	Fem	16		Negra	Primeiro de Maio	Dançarina de Funk/ Dançarina
Letícia de Paula	Fem	17		Parda	São Gabriel	Dançarina de Funk/ Dançarina
Lucas Luz	Masc	22	Gay	Pardo	Palmital A/ Maria Antonieta	Estudante curso de Adm/ Produtor da Companhia Top Ouro
Tais	Fem	20		Parda	Jaqueline	Dançarina de Funk Cia Quebre Minas
Ligia	Fem	18		Parda	Jaqueline	Dançarina de Funk Cia Quebre Minas
Caique Paes	Masc	17		Pardo		Dançarino e coreógrafo de Funk (Veio do B.Boy)
Euler de Souza	Mas	20	Gay	Pardo		Estudante de Letras/ Dono da Cia de Dança Quebre Minas
Katia Pereira Germano	Fem	28		Negra	Piraja	MC de Funk
Nivia Maria	Fem		Les	Negra	Piratinga	Frequentadora do Funk
Namorada da Nívia	Fem		Les	Branca		Frequentadora do Funk

Tabela 3 : Tabela de entrevistas do Funk
Fonte: Elaboração própria.

Entrevistadas do Hip Hop

Nome	Sexo	LGBT	Raça	Idade	Região	Atividade
Ana Paula	Fem		Parda	20	Jaqueline	Estudante de Direito/ Hip Hop das Minas
Joseli	Fem	Les	Negra		PPL	Estudante de Direito/ Negras ATIVAS
Ana Clara	Fem		Parda		PPL	Estudante/ Hip Hop das Minas
Horana Santana	Fem		Negra	22		Web Designer/ Hip hop da Minas
Natali Matos	Fem		Negra	18		Estudante de Cinema/ Audio-visual
Priscila Regina	Fem		Parda			Estudante de Pedagogia/ Educadora Social
Fernanda Trindade	Fem		Negra	14		Estudante/ Hip Hop das Minas
Valquiria	Fem		Negra			Coletivo Casa Amarela/ Hop Hop das Minas
Micaela	Fem		Negra			Coletivo Casa Amarela/ Hop Hop das Minas

Tabela 4 : Tabela de entrevistas do Hip
Fonte: Elaboração própria.

3.6. O campo

Geertz(1989), Spink (2003), Pinto (2012) e Santos (2012) foram as referências que acessei para a construção da noção de campo que utilizo nesta pesquisa. Tais autores evidenciam que a ideia de campo esta em disputa em diferentes disciplinas, entre elas a Psicologia, a Antropologia e a Sociologia. Em meio a estas disputas, “*paro na posição*”, posiciono-me para entrar em movimento.

Entendo o campo a partir do processo de construção do problema de pesquisa, não simplesmente como um lugar geográfico, mas como um território⁴¹ relacional e reflexivo, uma arena política e epistemológica construída no enredamento entre tema, interesse intelectual, instrumental teórico-metodológico e intencionalidade política.

Assumo aqui uma perspectiva de campo como algo complexo e dinâmico que inclui tema, problema e objeto de pesquisa, relacionando-os ativamente com os sujeitos participantes desta (pesquisadores, colaboradores e outras pessoas com as quais o pesquisador se relaciona direta ou indiretamente no processo da pesquisa), e os instrumentos e/ou meios utilizados no processo de investigação (leituras e escritas de textos, vídeos, fotos, áudios) entre outros elementos que configuram a experiência de pesquisar. O campo é uma experiência dinâmica construída na relação. É fluido, é móvel e pode conter em si tempos, espaços, instrumentos e sentidos diversos.

Falando na língua popular brasileira, o campo é onde a bola rola e os jogadores vão atrás. Pode ser no gramado, na areia, na rua, na quadra, na várzea, no estádio, em qualquer lugar... É onde o jogo acontece com grandes ou pequenas torcidas. Sendo um ou sendo muitos, os jogadores (as) seguem tentando fazer as melhores jogadas, disputando com o outro e/ou com a gravidade a posse da bola que pode ser de couro, de plástico, de papel, ou simplesmente uma lata... O campo é quando o desejo nos move em direção a algo estranho, que em alguns casos chamamos de gol e que neste caso ainda não tem nome. Ou seria baile?

Na configuração do campo desta pesquisa, estive todo o tempo aberta para outras possibilidades de contato e inserção, mas escolhi três pontos de referência a partir dos quais busquei circular e tecer relações e reflexões: **o Hip Hop, a Academia e o Funk.**

⁴¹ A noção de território que utilizamos no decorrer desta escrivência é inspirada nas construções de SANTOS, M.(2000) O espaço do cidadão. São Paulo. Ed Nobel.

Milton Santos, nascido em Brotas de Macaúbas no interior da Bahia é um dos mais importantes pensadores do mundo. Intelectual Negro, militante, geógrafo, advogado, professor doutor pela Universidade de Strasbourg na França. É oriundo de uma família de professores primários e aprendeu Frances ainda na infância, aos 15 anos já lecionava geografia e aos 18 prestou vestibular para direito. Por suas atividades políticas na esquerda, viveu as agruras do exílio durante 13 anos, trabalhou em diferentes países e neste processo lecionou na Sorbonne. Em sua trajetória política e acadêmica publicou cerca de 50 livros em diversos idiomas, recebeu 20 títulos de Dr. Honoris Causa de Universidades de várias partes do mundo e dezenas de outros prêmios. Outras informações sobre Milton Santos podem ser encontradas no site: miltonsantos.com.br

ACADEMIA

A) **Academia** a partir do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais criado em 1989 e hoje desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão em três áreas de concentração: Psicologia Social, Estudos Psicanalíticos e Psicologia do Desenvolvimento. O PPGPSI da UFMG conta com seis linhas de pesquisas além de vários núcleos e laboratórios que dialogam com cantos diversos e tem lógicas distintas de produção do conhecimento. Dentre as linhas de pesquisa existentes escolhi a Linha de Pesquisa *Política, Participação Social e Processos de Identificação*, com a orientação feminista e antirracista da Professora Dra Claudia Mayorga, que me acolheu e instigou neste processo.

Além dos espaços-tempos de formação de mestres e doutores experiências nas disciplinas ofertadas pelo programa pude desenvolver relações diversas nos núcleos de pesquisa e extensão: *Núcleo de Psicologia Política (NPP)* que é um espaço que possibilita intensos debates sobre temas socialmente relevantes e também sobre as pesquisas que seus membros estão desenvolvendo. E no *Núcleo Conexão de Saberes (Conex)*, foi criado a partir do desejo e do compromisso de manter vivas na UFMG as ideias e práticas que orientavam o extinto Programa Conexão de Saber. O Conex tem como princípios a construção coletiva e colaborativa dos conhecimentos, a valorização dos múltiplos saberes a não hierarquização dos saberes, o reconhecimento da articulação visceral entre teoria-prática, a luta por ações afirmativas e o combate ao racismo. E no *Programa Afirmação na Pós-Graduação* que é um curso de preparação pré-acadêmica para estudantes negros e de origem popular que pretendem ingressar no mestrado e doutorado.

A escolha da Universidade se relaciona com o desejo e a possibilidade de sair do lugar de conforto estabelecido a partir de anos de atuação artística e política na Cultura Hip Hop, no movimento de mulheres negras e nos movimentos juvenis para o lugar de estranhamento deste e de outros lugares possíveis. É uma tentativa de sistematizar reflexões a partir de novos e velhos saberes e fazeres.

Na academia vivi estranhamentos, identificações e tensões tão importantes para o processo da pesquisa quantos os que vivi no Hip Hop e no Funk. Porém a consciência desta triangulação entre Academia, Funk e Hip Hop só se consolidou no avançar do processo da pesquisa, de modo que não realizei a sistematização de diários de campos das minhas idas a universidade. Tal registro teria sido bastante significativo e poderá ser realizado em futuras pesquisas. Tenho anotações livres de memórias que fui acumulando neste processo que poderei utilizar, senão como citação, ao menos como material de consulta considerando o compromisso de criar e recriar os modos de

produzir e difundir conhecimentos ancorados em relações dialógicas, contextualizadas e cada vez menos hierárquicas.

HIP HOP

B) O Duelo de MCs



Figura 17: Duelo de MC's
FONTE: Blog Família de Rua

O Duelo há cinco anos (desde 2008) mobiliza jovens de toda região metropolitana na prática e fruição dos quatro elementos da cultura *Hip Hop*, com espaço privilegiado para o *Rap* e a rima improvisada “Free Staly”. Acontecem todas as sextas-feiras, embaixo do Viaduto Santa Tereza no centro de Belo Horizonte. Mais especificamente na Avenida Assis Chateaubriand, em frente ao número 809 – Centro/ BH- MG, esquina com Rua Arão Reis e Av dos Andradas.



Figura 18: Imagem aérea do local onde acontece o Duelo de MCs
Fonte: Google maps

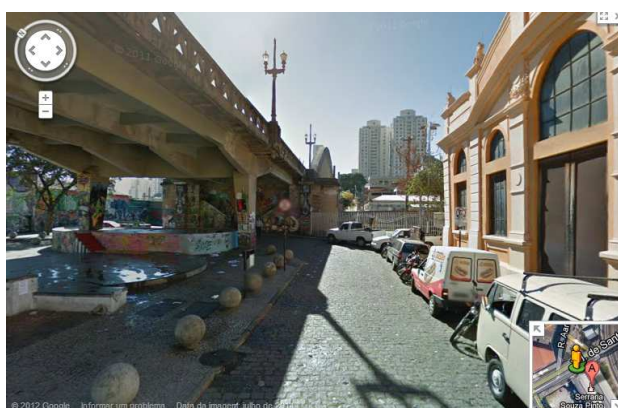


Figura 19: Local onde acontece o Duelo de MCs
Fonte: Google Maps



Figura 20: Local onde acontece o Duelo de MCs
Fonte: Google Maps

Em BH, o Duelo de MC's é um evento realizado pela Família de Rua todas as sextas-feiras das 20h00 à meia noite. Este evento envolve os quatro elementos da Cultura Hip Hop e o Skate tendo como eixo central as batalhas de rima entre os MC's. O duelo acontece há cinco anos. Iniciou em 2008 na Praça da Estação, na última calçada, próximo ao espaço do Projeto Miguilim. Alguns amigos se reuniam para divertir, fazer rimas livres improvisadas e duelar com os parceiros treinando e aprimorando suas habilidades e técnicas. Com o crescimento do número de participantes nas batalhas e também no público, houve a necessidade de um espaço maior, onde fosse possível fazer as batalhas também nos dias de chuva, sendo possível a utilização de equipamentos de som e luz, necessários para a garantia da qualidade técnica do trabalho artístico que ali se desenvolvia. Assim, o Duelo de MC's⁴² foi transferido para o palco público existente embaixo do Viaduto Santa Tereza. A divulgação do evento foi acontecendo boca a boca e via redes sociais. O evento foi se consolidando e envolvendo cada

⁴² Fotos do site: <http://duelodemcs.blogspot.com.br/>

vez mais pessoas dos mais diversos lugares geográficos e sociais da cidade. Hoje a média de público no evento é de 1200 pessoas por noite, sendo grande maioria jovem.



Figura 21: Duelo de Dança
Fonte: Face Book Família de Rua



Figura 22: Duelo de conhecimento
Fonte: Face Book Família de Rua

A partir da organização do Duelo outros grupos também se sentiram autorizados e encorajados a utilizar este espaço público que até então estava inutilizado, assim antes, durante, depois dos Duelos e também em outros dias da semana é possível encontrar outros grupos ocupando o espaço com atividades políticas, de cultura, esporte e lazer.

A **Família de Rua**, em seu FaceBook se apresenta como “*um coletivo que acredita na essência da cultura urbana*” e que tem como missão “*preservar e difundir a cultura Hip Hop e o Skate em seus moldes originais, enquanto expressão artística e estilo de vida, gerando oportunidades e sustentabilidade por meio da profissionalização, atuação em rede e exercício da cidadania.*” A Família de Rua é composta por XXX pessoas.

Apesar de organizadora do evento “Duelo de MC’s” e colaboradora desta pesquisa, neste estudo nosso foco não será a Família de Rua, assim como também não faremos uma investigação aprofundada sobre a organização das Quadras do Vilarinho. Sugerimos que outros/as pesquisadores em outros estudos busquem conhecer e registrar estas histórias, os saberes e fazeres dos sujeitos e grupos que compõem a Cultura Hip Hop e o Funk em Belo Horizonte e Região Metropolitana, visto que este trabalho de registro e memória pode contribuir significativamente para a compreensão de diferentes questões sociais relevantes.



Figura 23: Mulheres no Duelo de MCs
Fonte: Face Book Família de Rua



Figura 24: Mulheres no Duelo de MCs
Fonte: Face Book Família de Rua

Mulheres de diferentes classes sociais, idades e raças frequentam o duelo. Muitas vão com amigos, amigas, ficantes e namorados. Algumas vão para divertir, relaxar depois de uma semana cansativa ou trabalhar desenvolvendo alguma atividade profissional informal para gerar renda. Durante a pesquisa muitas vezes encontramos mulheres jovens trançando o cabelo de homens (a maior parte dos clientes) e mulheres durante o duelo. Encontrei poucas mulheres sozinhas no Duelo. Muita gente vem do trabalho, casa e escola para se encontrar no duelo. Durante a pesquisa algumas mulheres organizaram intervenções com stencils feministas.

As mulheres no Duelo estão sempre presentes e são muitas. No palco raras vezes havia mulheres negras. Grande parte das vezes que havia alguma mulher no palco, ela era branca e namorada do Dj ou de algum outro cara que estava no palco.

Geralmente as mulheres não participam das atividades no palco, algumas vezes, em atividades específicas são convidadas a grafitar, dançar e rimar, como o Dia Internacional da Mulher, que se elas propõem organizar. A presença mais expressiva das mulheres acontece nos duelos de dança, que são noites nas quais o elemento central é a dança. Nestas ocasiões há espaço para vários estilos que compõem o universo da dança na Cultura Hip Hop.

FUNK

As **Quadras do Vilarinho** desde a década de 1980, reúnem diferentes gerações de adolescentes e jovens em Bailes *Funks*. Os bailes do Vilarinho acontecem nas noites de sábado e nas tardes e noites de domingo, com matinês para adolescentes, jovens e adultos.

Rua Cascalheira, 138 - Venda Nova - BH/MG

Telefone (31) 3451-5009

Esquina com Av. Vilarinho

Entre Rua Padre Pedro Pinto e Av, Vilarinho. Ao lado da Igreja Cristã Maranata

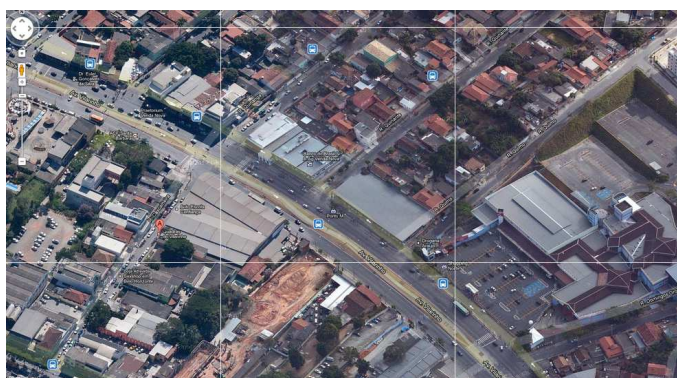


Figura 25: Visualização aera das Quadras do Vilarinho
Fonte: Google Maps



Figura 26: Visualização externa das Quadras do Vilarinho
Fonte: Google Maps



Figura 27: Visualização externa das Quadras do Vilarinho
Fonte: Google Maps

Inauguradas em 1982, as Quadras do Vilarinho são de propriedade privada. O espaço é composto por 4 (quatro) quadras de futsal, taqueadas, cobertas, isoladas por telas de arame, com arquibancadas, vestiários, iluminação, lanchonete e telão. No total são 4.000 M2 de área coberta. Durante os jogos, as Quadras do Vilarinho tem capacidade para até 1.500 torcedores. Nas noites de sábado das 22h às 2h e nas tardes de domingo 17h às 22h o futebol abre espaço para os Bailes Funks, com Dj's, dançarino/as e MC,s de diversas regiões e público médio de 2.600 pessoas.



Figura 28: Matine Funk nas Quadras do Vilarinho
Fonte: Acervo pessoal



Figura 29: Frequentadoras dos Quadras do Vilarinho
Fonte: Acervo pessoal

As mulheres que frequentam o funk geralmente vem de casa, com amigas, amigos e às vezes com ficantes e namorados. As mulheres que subiram no palco durante o processo da pesquisa foram convidadas a dançar, individualmente para ganhar algum prêmio, ou eram componentes de grupos de dança femininos ou grupos mistos.

Geralmente elas chegam cedo, porque mulher não paga nas primeiras horas do baile. E vão embora em grupo, grande parte das/dos frequentadores/as da matinê vão embora de metrô. As mulheres foram muito expressivas em relação às apresentações femininas e masculinas no palco. Algumas jovens organizam bondes e grupos de dança.

O baile funk é o momento de sociabilidade e lazer de muitas mulheres que participam do baile. Há uma produção estética (roupas, cabelo, etc) específica para o dia do baile. Tanto mulheres quanto homens “se arrumam” da melhor forma que podem para participar do baile.

3.7. Mulheres presentes

Se fôssemos contar a história das mulheres no Hip Hop e no Funk Brasileiro que caminhos teríamos que percorrer? Quem rostos e vozes deveríamos lembrar? Que imagens, sons e movimentos sacaríamos dos arquivos de nossas memórias? Entrar no baile funk me fez pensar sobre isso... me fez pensar em como e quando conheci o Hip Hop... “*Que tempo bom que não volta nunca mais, que tempo bom que não volta nunca maaaaais...!*” (Sr Tempo Bom - THAIDE e DJ HUM, 1996)

Certamente não poderei e em desejo contar hegemonicamente “*A História*” de todas as mulheres no Hip Hop e no Funk Brasileiro, compilar uma versão mais completa desta história exigiria outra pesquisa e muito mais tempo, então partilho uma “*sub-versão*” possível, construída principalmente a partir de minhas experiências, contatos, memórias e investigações na esperança de que outras mulheres do Hip Hop e do Funk também venham contar, do seu jeito, suas versões desta história complexa e intensa que também poderia ser cantada e/ou contada por imagens grafitadas nas paredes, movimentos corporais, e sons diversos entre eles tambores, samples e scratch’s.

Imagino que cada um/a tenha percorrido um caminho próprio para chegar onde esta e o meu caminho para chegar ao Hip Hop passa pelo Funk. Há muitas pessoas que fazem parte desta história assim como também aconteceram muitos fatos que eu não conheci, não tive acesso e não vou citar nas próximas linhas. Só pra lembrar, este é um saber localizado que convida outros e outras a se expressar também.

Quando (Haraway 1995, p. 25) nos diz que “*A visão é sempre uma questão do poder de ver— e talvez da violência implícita em nossas práticas de visualização.*” Também passo a me perguntar “*Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?*” E na real, sinto que o sangue de muitos dos meus foi utilizada na confecção de olhos azuis, que nos seguram por todo planeta. O derreamento de sangue negro que persiste ao longo da história e se assevera nos dias de hoje, fazendo com que morram mais jovens negros no Brasil do que soldados em contextos de guerra obriga nossos jovens a viver com “*sangue no olho*” evidenciando que estou falando de outro lugar. Há poder e desigualdade entre os olhos azuis feitos de sangue, e o sangue no olho que evidencia a revolta de negros e negras por visualizar uma realidade de opressão e ausência de perspectivas.

Minha entrada no campo me fez perceber que nas redes de relações que construímos há diferentes tipos ou perspectivas de visibilidade em interação. Explico-me: Há uma ***visibilidade mais ampla*** construída, por quem está presente em diversas mídias e/ou veículos de comunicação, ou por quem consegue (tanto pelo conteúdo ou quanto pela forma) tocar uma

grande quantidade de pessoas, se tornando de algum modo mais acessível à um grande público, como os Racionais MC's. É uma perspectiva de *visibilidade mais específica* que se dá entre e para um público mais restrito, ainda que utilizando-se de veículos diversos de comunicação, como as redes sociais. Tem gente que mesmo com todas as mídias hegemônicas e alternativas não vai “bombar”, ou seja, não vai gerar identificação com uma rede tão ampla. O Retrato Radial e o Kontrast⁴³, por exemplo, são grupos que tem um reconhecimento e um público significativos, porém bem mais restritos que o Racionais.

Por questões conjunturais diversas (entre elas, profissionalismo, interesse pessoal, demanda do mercado, ideologias, acesso ou não a recursos), algumas pessoas e grupos conseguem alcançar uma visibilidade ampla. Nem todos conseguem mantê-la por muito tempo e alcançá-la não significa necessariamente, romper com lógicas de opressão ou superar subalternidades. No caso das celebridades instantâneas dos reality shows, isso fica muito visível. A visibilidade ampla que alcançam nem sempre é mantida, nem sempre é positiva, nem sempre se traduz em mudança de classe social. Em alguns casos o que resta para esta pessoa que alcançou ampla visibilidade são dívidas, depressão e vícios.

Pelas características desta sociedade de consumo a visibilidade ampla se tornou um produto caro e especial, largamente anunciado na tentativa de capturar os desejos dos consumidores de todas as classes sociais. Até no discurso de algumas políticas públicas a grande promessa é a visibilidade para o/a jovem. As pessoas e grupos que alcançam a visibilidade ampla de algum modo intensificam seu potencial de influência sobre outras pessoas e outros grupos, embora isso não signifique uma hegemonia eterna e absoluta sobre toda população.

As igrejas neo pentecostais, por exemplo, geralmente iniciam sua formação em uma rede local e restrita, a partir de uma visibilidade específica, que com o tempo vai sendo trabalhada para conformar a visibilidade ampla a partir da qual, e em uma relação de complementaridade esta denominação irá configurar uma grande rede de fiéis, capaz inclusive de ultrapassar fronteiras geográficas.

Grupos como a Organização de Mulheres Negras ATIVAS, por exemplo, tem uma visibilidade específica. Esta organização inicia localmente com uma rede de amigas. O trabalho que desenvolvem ao longo do tempo vai possibilitando a ampliação do campo de visibilidade e da rede de relações. As Negras ATIVAS assumem a visibilidade como

⁴³ Importantes grupos do Hip Hop Mineiro cujo trabalho pode ser encontrado nos links a seguir:
Retrato Radical: https://www.youtube.com/watch?v=uBRnQ_dz75o
Kontrast: <http://palcomp3.com/kontrast/>

estratégia de intervenção política dentro da Cultura Hip Hop e a partir desta incidem nos movimentos sociais e culturais. Segundo Donato(2010, p 195) o hip hop se configura como um estratégia de visibilidade e como campo discursivo de disputas, através do qual Negras ATIVAS vivenciam o Feminismo Negro.

Pessoas e grupos com visibilidade restrita podem de diversas formas influenciar e/ou ser influenciados direta ou indiretamente por algumas pessoas e grupos que tem visibilidade ampla, certamente não por todos. Aparentemente quem tem mais visibilidade influencia mais. É mais comum vermos pessoas e grupos buscando ampliar e/ou manter seus campos de visibilidade que o contrário. Haja vista a importância que a visibilidade assumiu no nosso tempo.

Ainda temos muito que pensar sobre os significados, sentidos e impactos das visibilidade(s) e invisibilidade(s) na vida das pessoas e grupos, sobretudo das juventudes negras. Mas já é possível reconhecer que a visibilidade por si só, ou essencialmente, não é positiva e não gera a ruptura automática e eterna das lógicas de opressão e das dinâmicas de subalternidade, podendo em alguns casos contribuir para sua atualização e manutenção. A visibilidade é a possibilidade de publicizar sujeitos, grupos e suas bandeiras, reivindicações e tensões podendo ser positiva à medida que colabora para a ruptura e/ou enfrentamento das condições de opressão e subalternidade.

Falo destas questões para enfatizar que a “*sub-versão*” da história da presença das mulheres no Hip Hop e no Funk que posso partilhar esta fortemente marcada pelas visibilidades e invisibilidades que experienciei e/ou tomei contato ao longo da minha vida e durante esta pesquisa.

A primeira vez que me lembro de ouvir o que hoje chamo de rap, foi quando ouvi minha irmã Lorena, que é mais nova do que eu dois anos e meio e bem mais articulada, cantando: “*dindim dom o rap é o som que emana no opala marrom...*”⁴⁴, esse verso, que muito depois fui saber que era do Racionais MC’s, se repetiu infinitas vezes não só na boca da minha irmã e na minha, mas também na boca e na alma de muitas jovens das periferias brasileiras. As e os adolescentes e jovens⁴⁵ com mais visibilidade (positiva e/ou negativa depende do ponto de vista) na escola e no bairro⁴⁶ em meados da década de noventa cantavam esta música. Além dessa, era um hino, a sala toda cantando “... *vamos passear no*

⁴⁴ *Racionais Capítulo 4, versículo 3, 1997*

⁴⁵ Quando falo “*Adolescentes e Jovens*” é para enfatizar que as pessoas de 11 à 15 anos, geralmente apontadas como adolescentes e pré-adolescentes, também compartilhavam desta experiência.

⁴⁶ Nesta época morava no Bairro Serra Verde estudávamos nas escolas públicas da comunidade.

*parque, hoow!!! Deixa o menino brincar!*⁴⁷”. Como as músicas dos Racionais eram muito grandes, geralmente as fitas que copiávamos dos colegas ou comprávamos nos camelôs, com muito custo, só vinham com parte das músicas, às vezes até faltando alguma música, era comum conhecermos primeiro e ouvirmos mais apenas as partes das músicas contidas nas fitas. Nessa época os conteúdos políticos e raciais eram explícitos e intensos. Apesar das fitas cortarem geralmente a parte final de muitas músicas, a introdução permanecia e todo mundo ouvia e cantava bem alto a introdução:

“60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras. Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros. A cada quatro horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo. Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente.” (Racionais Capítulo 4, versículo 3, 1997)

Nesta hora, São Paulo e a esquina tinham muita proximidade e poderiam até ser o mesmo lugar, muitos de nós vivíamos uma ou mais partes da nossa realidade cantada nestas músicas. Éramos sobreviventes. Repetíamos os versos como protesto e desabafo, que acabava se tornando uma diversão, individual e coletiva. Os Racionais tinham conseguido colocar palavras em nossos sentimentos mais profundos. O Rap já estava se tornando como bem disse o Retato Radical uma “*epidemia sem cura*”⁴⁸.

Antes, durante e depois disso, meus vizinhos negros de pele preta, sempre escutavam no último volume: “*Hooo a galera é o terror!*”⁴⁹..e também “*Numa loja da cidade fui comprar um fogão, mas me assustei com o preço e fiquei sem solução. Eu queria um fogão, quando ia desistir um amigo me indicou a feira de Acarí ...É sim lá em Acarí!*”⁵⁰ e outros Melôs da época. O lançamento das coletâneas *Funk Rap Brasil*⁵¹ e *Rap Brasil*, sobretudo o volume 1⁵², que contem o funk “*Rap da Felicidade*”, movimentou as periferias de um jeito diferente. Naquele momento da história em territórios em certa medida semelhantes, a partir das mesmas raízes, dois furtos começavam a crescer e se diferenciar. As favelas onde nasceram o rap e o funk “*São territórios de maioria afrodescendentes construídos nas mesmas bases e produzidos sobre contextos semelhantes dando os mesmos textos, diferente porem emergentes das mesmas expressões, resultados das mesmas situações.*” JUNIOR, H. C (2003)

⁴⁷ Fim de Semana No Parque - Racionais Mc's Compositores: Mano Brown e Edy Rock

⁴⁸ Epidemia sem cura – Retrato Radical - <http://www.youtube.com/watch?v=9U2-vesMISo>

⁴⁹ Mêlo do Terror parte da coletânea Funk Rap Brasil

⁵⁰ Feira de Acari parte da coletânea Funk Rap Brasil

⁵¹ A Coletânea FUNK RAP BRASIL pode ser ouvida no link: <http://www.youtube.com/watch?v=jc07J5QTmi4>

⁵² A Coletânea RAP BRASIL, foi lançada pela Gravadora Som Livre e teve 3 Volumes.

É importante dizer que As políticas públicas destinadas para a juventude e para a periferia do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte tem muita influência nas condições que conformaram este processo de diferenciação do Hip Hop e do Funk nestas cidades e no Brasil. Como muita gente faz, logo que me enveredei pela Cultura Hip Hop fui pesquisar, saber das origens e produzi um fanzine que conta um pouco sobre isso. Vou falando desta historia complexa, de forma não linear e descontínua pra tentar entender onde estão as mulheres na história do Funk e do Hip Hop? To tentando lembrar... To construindo uma memória. To sentindo que invisibilidade não é ausência.

Quando fui ao Baile da Saudade lembrei que na década de 80, ainda criança, fui algumas vezes em um Baile “*Brack/ Black*” com uma tia minha. Era uma quadra grande, na região do Alto Vera Cruz, com iluminação colorida, lá o pessoal dançava “*Brack/ Black*”, como diziam, Soul, funk de raiz. Todo mundo se arrumava muito prá ir dançar, era uma correia atrás dos ouriçadores e pentes-quentes. Quando entrei no Baile da Saudade era como se tivesse voltado no tempo.

Além a minha irmã e de minhas tias que me apresentaram em tempos e espaços diferentes este universo, uma amiga e vizinha Fabiana Maria Lisboa, me apresentou o funk junto com o irmão dela (era tradição na família ouvir o som alto, pra lá do último volume). Agente vivia sonhando em ir ao baile funk, sobretudo o baile da espuma que de vez em quando rolava nas Quadras do Vilarinho. “*Banho de espuma é muito legal!*” Minha mãe dificilmente me deixava sair “*pra este tipo de ambiente*”. Na minha adolescência, eu curti o rap e funk pelo rádio mesmo. E tempos depois, quando eu já podia sair com mais liberdade, minha amiga feminista, do movimento negro a Vanessa Beco, me apresentou o Hip Hop.

Cada “fragmento” deste em tempos e espaços diferentes foi ganhando novas cores e sentidos. A partir do que elas me proporcionaram fui fazendo outras conexões. Estas mulheres foram minha primeira rede de apoio, fortalecimento e visibilidade específica que foi se ampliando à medida em que fui conhecendo outras mulheres e seus fazeres.

Algumas eu só sabia que existiam, outras nem saber eu sabia. Com um grupo específico consegui fazer contato e manter. Algumas outras só consegui ter acesso a sua produção via internet, muros e outras mídias. Só fui me dar conta disso quando voltei ao Duelo pra pesquisar e comecei a procurar quem são as mulheres que eu não conheço no Hip Hop? Quem são as mulheres que eu conheço no funk? Porque não conheço outras?

Conversar com outras mulheres no Hip Hop e no Funk me fez perceber que assim como eu tenho minhas redes, outras mulheres também tem as suas e nem todas estão atrás da visibilidade ampla, muitas tem uma rede de visibilidade específica “restrita” que as

contemplam e estão investindo em outros projetos diferentes da ampliação da visibilidade. Reconheço que há um campo de disputas no qual estão em jogo visibilidades e invisibilidades diversas. *Ainda estou pensando sobre até que ponto e/ou em que medida a busca pela visibilidade pode ser uma forma de captura dentro da lógica do consumo?* Mas, isso é “pre-texto” para outro texto.

A rede de relações que construí no Hip Hop, e a visibilidade específica que alcancei, tem muito a ver com as visibilidades e invisibilidades. Tem a ver com a maneira que interpretei tais visibilidades e invisibilidades, com os apoios que tive e com a nossa opção de solidariedade e cooperação mútua entre as mulheres negras. Incomodadas com a situação das mulheres no Hip Hop Vanessa Beco e Roselaine Bragança me convidaram para formar um grupo de mulheres e cantar rap, assim nascia Negras ATIVAS.

Na cena Hip Hop nós mulheres, sobretudo nós mulheres negras estamos sempre presentes e em grande número, mas naquela época a maioria das mulheres no hip hop eram apenas figurantes. Quando muito “*namoradas ou acompanhantes dos caras*”. Com ou sem namorado, isso prá nós era pouco. O Hip Hop representava a parte do mundo que nós podíamos diretamente meter a mão e mudar. E foi isso que agente se propôs a fazer.

Entre as mulheres que estavam presentes naquela época conheci primeiro a Lau, Laudiceia ela era fotógrafa e grafiteira. Morreu ainda muito jovem. Ela amava muito um grafiteiro que era seu parceiro de trabalho, mas teve vários problemas no relacionamento com ele em função de atitudes machistas e se afastou do Hip Hop. Depois disso ficou muito doente e não tivemos muitas notícias. Até que um dia alguém contou que ela havia morrido.

Na dança quem se destacava era a Shiley e Adriana. Tivemos um contato muito pontual na década de noventa. Elas dançavam breack, algumas vezes as vi dançando. Elas treinavam com os namorados e amigos. Em alguma medida as mulheres cooperavam entre si e mesmo apesar dos aspectos machistas também haviam espaços de cooperação entre homens e mulheres.

Nas pick ups quem se destacava ela a DJ Lelê. Só fomos nos conhecer pessoalmente nos anos 2000 quando formamos o Atitude de Mulher. No cenário Nacional conheci ainda nos anos 90 a Malu Viana (Hip Hop de Porto Alegre - Rio Grande do Sul), Lajara (Rima & Cia – Campinas/SP), Indianara (Santo André/SP), Jaqueline Lima Santos (Sorocaba/SP), Mara Onijá (Santo André/SP), Tiely Keen (São Paulo/SP) e Mira Potira (Manaus / AM– Hoje vive em Salvador), Negra RO (Rio de Janeiro/ RJ), Paula Azeviche (Salvador/ BA), Vivian Oyasse (Salvador/ BA), Refem (Rio de Janeiro/RJ).

No Hip Hop Mineiro, no Rap, tinha a Lula (Cintia), Miss Black, Zaika e a Castanha a

Vanessa Beco que era a quem mais brilhava na cena. Não só por sua voz e beleza negra, mas principalmente pro seu posicionamento. Já nós anos 2000 conheci a Negra Ludi, que começou menininha cantando com uma irmã e o irmão no Missionários do RAP (um dos primeiros grupos mineiros a se declarar evangélico). Assim como a Dani Cris que também cantava com o irmão no NUC (Negros da Unidade Consciênte). A Lauana que organizava eventos entre eles uma premiação de Hip Hop. Era o “Oscar” do Hip Hop de BH. Conheci também Thainara Lira, Lau (do Kontraste), Preta Si (Retrato Radical), Poliane Honorato, a Lana Black, Áurea Carolina entre outras. De mulheres nós ouvíamos a Dina Di, Cris (SNJ), Negra Li (RZO), Lauren Hill. Depois começamos a ouvir o grupo Atitude Feminina (Brasília/DF).

A Dina Di (Viviane L. Matias) foi uma grande militante. Em 2010 ela morreu no parto. Por conta da precariedade dos atendimentos destinados as mulheres nas periferias do país. Estávamos reunidas em Sorocaba/SP esperando por ela em um evento de mulheres do Hip Hop e foi muito difícil receber a notícia de sua morte.

Alguns projetos foram importantíssimos para a divulgação e a interação das mulheres no Hip Hop localmente citamos o Atitude de Mulher, Metamorfose Crew e o Hip Hop das Minas e nacionalmente Mandando Fechado em Saúde e Sexualidade, FNMH (Fórum Nacional de Mulheres no Hip Hop) e o Hip Hop Mulher.

“Parei para refletir, e viajei. Fatos do passado vários que não acreditei” como versou a Cris do SNJ. “Sou dona das minhas palavras.”⁵³ assim como Dina Di, mas sei bem, como afirmava a Lau do Kontraste que “X9 Boca pequena não tem boi paga o preço⁵⁴”, sei e sinto a “resposta” de escrever estas palavras. Dina Di estava certa: “Tem que ser mulher pra se manter em pé!” diante de tanta opressão e injustiça, por isso sigo, como diz Mara Onijá “Sou reverso da submissão⁵⁵”. Nós mulheres negras com nossa presença no Hip Hop e no Funk somos o reverso de todas as formas de submissão. Mesmo quando não estamos no foco da visibilidade. Como diz Lana Black seguimos “Tentando resgatar aquilo que é nosso por direito!” quando a Negra Li interpela “Quem foi que não sentiu, discriminado por alguém do Zé Povinho hostil, é no buzão é no trêm não sente bem...?”⁵⁶ Nós que somos sobreviventes sabemos como dizem as Yabas (Grupo feminino de Recife) que “Preconceito é o conceito de quem exclui.” E é justamente por isso que “A bandidagem não acompanhou a estereotipia!” como diz a Ellen Oleria.

⁵³ O poder da Palavra. Disponível em: <http://som13.com.br/#/dina-di/albums/dina-di-parcerias/dina-di-e-relatos-da-favela-o-poder-da-palavra>

⁵⁴ X9 – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ySc4r6EY9j8>

⁵⁵ Pão e Rosas – Disponível em: <http://www.mulheresnhiphop.com.br/?pg=noticia&id=295>

⁵⁶ Negra LI – RZO – Rolê na Vila - https://www.youtube.com/watch?v=hGzFOTO_Mjg

Neste processo, os programas de rádio que tocavam funk foram acabando, mas o baile das Quadras do Vilarinho sempre “bombaram”. Depois de muito tempo tendo visibilidade para um grupo específico “*geral pirou*” quando o Bonde do Tigrão cantou em 1999 “*Vou passar cerol na mão...*” e em 2000 a Tati Quebra Barraco lançou seu primeiro CD, cantando entre outras coisas: “*Sou cachorra, sou gatinha, não adianta se esquivar. Vou soltar a minha fera eu boto o bicho prá pegar*” ela tinha atitude e disposição, em público ela cantava:

*“69 Frango Assado
De ladinho a gente gosta
Se tu não tá aguentando
Para um pouquinho
Tá ardendo assopra!!
Tá ardendo assopra
Tá ardendo assopra
Fica de Joelho
Faz um biquinho
Chupa minha Xoxota...”*

E respondendo ao sucesso “*Dói. Um tapinha não dói. Um tapinha não doi . Um tapinha não doi . Só um tapinha.*”⁵⁷ do Bonde do Tigrão ela cantava também “*Pra ficar comigo vai ter que me respeitar/ Tapinha nada no meu homem eu do porrada*”⁵⁸. Este cenário com tanta informação veio evidenciando o que Dina Di já anunciava há tempos: “*É hora de avançar!*”.

O Baile como espaço-tempo de lazer e sociabilidade vai se configurando como território de inteligibilidades e afetividades negras, como possibilidade de encontro, reconhecimento e visibilidade positiva para jovens negras e negros moradores de favelas e periferias.

A partir do Furacão 2000, Bonde do Tigrão e Tati Quebra Barraco, MC Serginho e Lacraia parte da intensa produção cultural que as periferias dos centros urbanos vinham produzindo incessantemente desde a década de 90 passou a chamar a atenção da mídia hegemônica e das elites. Respondendo as críticas, tentativas de desqualificação e criminalização a periferia cantou “*É som de preto, de favelado, mas quando toca ninguém fica parado!*”⁵⁹ Porém, criticando e dançando as elites se mobilizaram para visibilização e capitalização de partes específicas desta produção da juventude negra e favelada.

É neste cenário que figuras MC Cacau, MC Marcinho, MC Cidinho e Doca entre tantos outros e outras vão perdendo espaço para figuras como Mister Catra, Gaiola das

⁵⁷ É possível ouvir a musica na integra acessando o link: <https://www.youtube.com/watch?v=-TIwL2hDndk>

⁵⁸ É possível ouvir a musica na integra acessando o link: <https://www.youtube.com/watch?v=vfyts8-VBY>

⁵⁹ MCAmilka e Chocolate é possível ouvir no link: <http://www.youtube.com/watch?v=Z4aai7Bj2NY>

Popuzudas, as acorrentadas do funk e diversas mulheres frutas. Num processo que articula dinâmicas de embranquecimento, sexualização e recolonização das expressões culturais da juventude negra e favelada. Neste percurso é possível perceber a criação de muitos programas de radio onde rap e o funk são, inicialmente, tocados juntos, posteriormente o funk é substituído pela rap e na sequencia o funk (sensual e ostentação) reaparece tomando todo o espaço.

As mulheres negras jovens e jovens negros que avançavam na construção de um espaço de participação, liberdade, reconhecimento e crítica social passam a ser novamente invisibilizados, criminalizados e reduzidos a perspectiva de não humanos ou de humanos de segunda categoria. A **ausência de visibilidade ampla e positiva para as mulheres negras** no cenário do Hip Hop e do Funk visibiliza:

- A) A atualização de estereótipos racistas e sexistas sobre a vida da juventude negra e favelada.
- B) A existência de uma prescrição (externa) sobre a forma como as mulheres deveriam ser visibilizadas ou não nos espaços do Hip Hop e do Funk .
- C) A existência de relações desiguais entre mulheres e homens nestes espaços, como em outros espaços sociais da cidade.

No processo desta pesquisa militante isso se evidenciou na interação com as jovens, muitas delas muito mais jovens que eu. A presença de adolescentes no Funk é muito grande e esperada. No Duelo esta presença tem crescido, mais entre os “*noiados*” que entre as pessoas reconhecidas como participantes do Hip Hop. Em cada ida ao Duelo e ao Funk encontrei e conversei com jovens diferentes, poucas vezes reencontrei algumas delas. Mesmo quando consegui seus telefones, não conseguimos estabelecer uma rotina de encontros nos bailes. Estas jovens eram moradoras de favelas ou de bairros periféricos e se deslocavam de suas comunidades para o Duelo e as Quadras do Vilário pela possibilidade de ter acesso a momentos de lazer, sociabilidade e fruição cultural. Ir ao baile é o momento da liberdade para cada uma delas.

As jovens negras e favelas com as quais convivi durante a inserção no campo, são jovens diversas, que refletem sobre sua condição e se posicionam tentando em algumas situações evitar a violência racial e de gênero e seus impactos, e em outras, criar condições e possibilidades positivas de identificação, reconhecimento e inserção no mundo.

Tanto no Hip Hop quanto no Funk estas jovens estavam em duplas e/ou em grupos.

No Hip Hop dialoguei com mulheres jovens dos quatro elementos, porém a presença negra se evidenciou no RAP e no Breack. No Funk tive dificuldade de encontrar mulheres cantando,

mas encontrei muitas que curtem o funk sem ir aos bailes, muitas que dançam por lazer e jovens que dançam profissionalmente. Consegui conversar com uma MC apenas. A MC Kátia. Que grávida da terceira criança se orgulha de dizer que é MC de Funk e generosamente contou sua história de lutas para permanecer cantando funk. Talvez MC Kátia seja um ícone que represente um pouco de cada uma destas mulheres com as quais encontrei nos bailes. Moradora de favela conheceu o funk ainda criança e na adolescência começou a cantar incentivada pelo irmão e por amigos. Muitas das discriminações que enfrentou por frequentar o baile se acirraram quanto decidiu cantar. Porém ela não desistiu, por reconhecer em sua participação no funk um direito e também como possibilidade de expressão da sua arte, visibilidade, reconhecimento e talvez geração de renda. Neste caminho encontrou mulheres que a apoiaram e com as quais sonhou junto. Formou um grupo que foi, seguidas vezes, assaltado pelo produtor, que além de desviar o dinheiro arrecadado em shows roubou as músicas escritas por ela. Mesmo assim MC Kátia não desistiu e segue cantando: *“Eu não sou escrava de ninguém. Ninguém é senhor do meu caminho. Minha história agora eu vou contar!”*

As mulheres com as quais interagi durante o processo desta pesquisa-militante me fizeram pensar e repensar toda esta história que eu vivi. Elas são autoras de uma nova história, que é a história delas, mas que também é minha. Esta história que faz conexões não lineares entre passado, presente e futuro de forma tão criativa.

Como pombogiras da urbanidade moderna as jovens negras com as quais encontrei ao longo desta pesquisa militante são estigmatizadas no dia a dia e ao longo da história, mas resistem de formas criativas as estigmatizações e tentativas de opressão e submissão. Transitando entre fronteiras tênues, criam suas alternativas e estratégias para escapar das opressões no espaço público e privado. Encontram e desenvolvem poder dentro de grupos e entre grupos. Encontram e desenvolvem poder nas interpelações que configuram com sua existência na cidade. Elas amam, sentem prazer, resignificam os estigmas e estereótipos, se permitem sonhar e escrever a própria história.

Com irreverência e por prazer novinha e periguetes vão assumindo, resignificando e criando nomes e identidades... Quando precisam transitam entre ser fieis e ser amantes. Elas não têm medo de ser putas, se isso significar autonomia, exercício de liberdade sexual e prazer.

Muitas delas se reconheceram como “novinhas”, mas tencionam a tentativa de atualização e naturalização da violência contra a mulher. Afirmam-se e escolhem as relações que querem participar tanto no espaço público quanto no mundo privado. Sobretudo nos

bailes funk foi evidente a atuação protagonista das mulheres.

Nesta profunda imersão no campo foi muito difícil encontrar mulheres que cantam e dançam, no Hip Hop eu conhecia muitas e isso facilitou encontrar outras, no Funk eu não conhecia nenhuma cantora ou dançarina, e no geral, sempre que perguntava as pessoas se lembravam de ter visto uma MC alguma vez, mas não lembravam o nome, não tinham contato, não tinham foto, nem som gravado ou clipe. Das dançarinas ninguém tinha o contato.

E assim, só com o primeiro nome de algumas e o contato de nenhuma, articulado com a ausência de produções disponíveis nas redes sobre as mesmas, foi muito difícil encontrar as mulheres que cantavam e dançavam profissionalmente no funk de BH. Elas existem, são muitas estão presentes, mas pelas estratégias de invisibilização racial e de gênero, ficam apagadas da história. Tive mais contato com as participantes do baile, que na maioria das vezes, estavam focadas no objetivo de se divertir.

Encontrei no funk um discurso muito parecido com que escutei e ainda escuto, algumas vezes, em alguns espaços do Hip Hop. As mulheres sem nome tentam produzir sozinhas ou em pequenos grupos, mas muitas vezes, encontram atravessamentos como relacionamentos, filhos, necessidade de sobrevivência e boicote dos amigos homens que em diferentes situações e de diferentes modos acabam assaltando estas artistas. Em alguns casos levam o dinheiro da produção, em outros roubam letras, em outros não ensinam as técnicas corretamente, em outros oferecem uma parceria e cobram favores sexuais, entre outras violências. Neste contexto não pleitear o palco, tanto no Hip Hop quanto no Funk pode ser, em algumas situações, uma estratégia de evitar algumas formas de violência.

Aos encontrar com estas mulheres pude me ver de outros ângulos. E pude entender que elas mesmas precisam contar sobre as histórias delas e problematizar sobre suas vivências e sobrevivências. A breve contribuição que pude dar para este processo de desconstrução de invisibilidades foi através das entrevistas, que mesmo sendo poucas e breves dão pistas para o desenvolvimento de outros processos com estas jovens.

3.8. O Hip hop, o funk e a juventude

Há várias histórias sobre as origens do Hip Hop e do Funk. A explicação com a qual mais me identifico é a seguinte:

Se o Hip Hop fosse uma árvore, suas raízes estariam na África e na Jamaica, seu tronco estaria nos guetos dos EUA e seus galhos e frutos estariam espalhados pelo mundo

inteiro. Como diz a minha avó, quem conta um conto, aumenta um ponto, me permito dizer: Um destes galhos “*Miame*”, lançado no solo brasileiro, em condições particulares, criou raízes próprias e gerou frutos específicos, que conhecemos mais como Funk Carioca, Funk Brasileiro ou simplesmente Funk. Galhos lançados em outros países da América Latina geraram o ragaton... possivelmente há outros que em outros lugares, geraram frutos diferentes.

É importante lembrar que as raízes são vivas, estão sempre crescendo, mesmo que ninguém veja, elas vão longe para buscar alimentos e nutrientes que tornem a árvore viva e forte. Assim, alimentado por estas raízes dinâmicas, o tronco que se organizou nos EUA tinha em si influências de diferentes lugares do mundo, inclusive do Brasil. Segundo Garcia(2007) o documentário “*Brasilintime: Batucada com Discos*” (2002), dirigido pelo irlandês B+ (Brian Cross) mostra a influência brasileira no Hip Hop norte americano dos anos 60. O documentário mostra como o samba modificou o jeito norte americano de tocar bateria e fazer percussão no EUA. Ainda na década de 60 o DJ jamaicano Kool Herc tocava nas festas ‘*Comanche*’ de João Parahyba, do trio Mocotó, Marvin Gaye fez o hit What’s Going On utilizando a batida do samba invertida. Neste período, Quincy Jones produziu o disco “*Soul Bossa Nova*”. Tais fatos contribuem para um redimensionamento e maior relativização das leituras hierarquizantes das relações de influência entre a cultura negra brasileira e a cultura negra estadunidense. Não estamos simplesmente importando coisas dos Estados Unidos. Negras e negras na diáspora estão compartilhando e recriando constantemente sua cultura.

Se observarmos as grandes manifestações culturais de massa no Brasil, sem as lentes da democracia racial, perceberemos que todas ou sua grande maioria, tem relação e/ou são expressão da performance do Atlântico negro na diáspora, Gilroy (2001).

No Hip Hop há 4 (quatro) elementos essenciais, em torno dos quais esta cultura se organiza. O Dj (disque Joquei) pessoa responsável pela escolha das bases e batidas, aos modos de um ogan, porém com aparatos tecnológicos. MC (Mestre de Cerimônia) pessoa responsável pela gestão da palavra, falada ou cantada, articulando ritmo e poesia. Media conflitos, identifica tensões e interesses, mobiliza e conduz. A Dança desenvolvida por B.Girls (Dançarina de Break) e B.Boys (Dançarino de Break) é individual e coletiva, em seus diferentes estilos, técnicas e expressões. E o Grafite⁶⁰ que é a expressão gráfica e plástica de sentimentos, reflexões, críticas e revoltas, através da escrita, do desenho e da pintura nas paredes e outros lugares e objetos da cidade, em muitos casos não autorizados.

⁶⁰ Há em curso tensões e debates sobre a apropriação acadêmica do Grafite e a legitimidade de sua aplicação em objetos como telas. Não será possível aprofundar este debate neste texto, mas reconheço a legitimidade e importância desta reflexão.

Muito provavelmente pela origem ontológica compartilhada, encontramos no Funk também com funções semelhantes, porém não iguais, a presença de DJ's, MC's e Dançarinas/os. Resguardadas as singularidades, referentes às concepções, formalidades e técnicas, nos bailes de Hip Hop e de Funk a dança é viabilizada e potencializada pelos sons compartilhados por DJs e MCs. Em ambos, há sujeitos que dançam mais livres em relação às técnicas, se permitindo improvisar corporalmente conforme sentem a batida, o “tamborzão”.

O Funk enquanto cultura foi desenvolvida no Brasil em condições, tempos e espaços muito próximos, e em alguns momentos coincidentes com as condições tempos e espaços nos quais o Hip Hop foi desenvolvido. Ambos são cultura negra jovem na diáspora, configurando e reconfigurando urbanidades contemporâneas.

A música que ouvimos no Funk e chamamos de funk tem com origem o Maiame, estilo musical de origem norte americana que também foi compartilhado no processo de configuração do RAP (Ritmo e Poesia). Também usamos a palavra Maiame prá nos referir a um estilo de dança coreografada.

Há uma grande heterogeneidade de temas e estilos sendo cantados e dançados tanto no Hip Hop, quanto no Funk. Assim como os estilos e técnicas de dança são variados, também encontramos variações nas músicas. Vou falar um pouco sobre estas diferenças, para facilitar a compreensão de termos que utilizaremos a seguir.

As primeiras produções musicais da juventude negra neste contexto de condições, espaços-tempos compartilhados foram os **Mêlos**. Os mêlos, geralmente com tom humorístico e irreverente, eram construídos a partir de paródias de músicas norte americanas. Na mesma época surgiram os **Funk Melods** que eram músicas mais tranquilas e românticas. Os primeiros funks a fazer sucesso eram chamados RAPs... Rap da felicidade, rap do silva etc... Estes se aproximam do que hoje é chamado de **Funk consciente**, que traz temas sociais. Mais recentemente cresceram e ganharam evidência o **Funk Sensual**, com temas relativos a sexualidade. O **Funk Proibidão** que traz como temas a questão da inserção na criminalidade uso de drogas e sexo, porém de forma mais direta que no funk sensual. O **Funk Ostentação** que se assemelha muito ao “Gangestar Rap”, “Rap Blin Blin” ou “Rap Gringo”, muito difundido no nos Estados Unidos, tem como principal proposta exibir carros, jóias, dinheiro, armas e mulheres, como demonstração de sucesso e poder. Além destes há também o **rap gospel** e o **funk gospel**, viabilizados pelo crescimento e adaptação das igrejas neopentecostais, trazendo temas evangélicos com a proposta de evangelização.

Acredito que tais diferenças foram se acentuando tanto entre o Hip Hop e o Funk, quanto no interior destas culturas, muito em função de oportunidades artísticas e políticas que os

amantes destas culturas foram desenvolvendo por suas próprias iniciativas e com seus próprios recursos, e também pelas estratégias e manobras de mercado que passaram a incidir diretamente sobre este universo. As grandes gravadoras decidiam a princípio, quem produz o que, e posteriormente, que produção pode ou não ter visibilidade hegemônica. Esta mudança se dá justamente quando a juventude negra, por sua própria iniciativa e esforço, passou a ter acesso a alguns meios de produção passando a produzir sua própria música em casa ou em estúdios improvisados. Os recursos disponíveis para investimento na arte também variam muito e impactam esta produção. No Hip Hop Mineiro, por exemplo, temos casos de artistas que para produzir seguiam “*Catando papelão prá poder comprar as pick-ups ou andando a pé para produzir as bases. (...) passe de ônibus, artesanato tudo vale.*”⁶¹ É importante ressaltar que rádios comunitárias e internet foram fundamentais para a difusão do Hip Hop e do Funk, possibilitando inclusive, para vários grupos a formação de grandes públicos e a arrecadação de recursos, que não se comparam com o acumulado pelas grandes gravadoras.

Quando escolho falar sobre a experiência de jovens negras faveladas e periféricas no Funk e no Hip Hop escolho falar sobre a experiência negra jovem urbana na diáspora negra africana contemporânea a partir de uma perspectiva localizada (Haraway, 1995). Este universo pode ser, e já está sendo, analisado por outros sujeitos em outros espaços-tempos a partir de outras perspectivas e com outras intencionalidades políticas, entre elas as artísticas, mercadológicas e acadêmicas. As reflexões e argumentos que aqui compartilhamos para o diálogo são apenas “uma” das muitas possibilidades de se pensar este universo complexo.

Cabe ressaltar que tanto o Hip Hop quanto o Funk, tem expressão significativa fora das capitais e centros urbanos e com presença em todos os estados brasileiros. Por diversos fatores, inclusive históricos, midiáticos e mercadológicos, tanto o Hip Hop quanto o Funk tem em São Paulo/SP e no Rio de Janeiro/RJ configurações específicas importantes e de visibilidade nacional e internacional. Estas cidades são importantes referências não só por serem as primeiras a receber e cultivar o Hip Hop e o Funk no Brasil, mas também pelas configurações que ambos vão assumindo nestas cidades e a partir destas as reconfigurações que vão sendo criadas em todo o país.

Escolhemos o *Hip Hop* e o *Funk*⁶² porque são expressões político-culturais prioritariamente negras, características das periferias urbanas onde por fatores históricos, há predominância da população negra, além de se apresentarem como espaços de

⁶¹ Trecho da música “Minas Gerais” do grupo Negras Ativas.

⁶² O *Hip Hop* e o *Funk* também podem mobilizar os jovens no meio rural e pessoas de outras faixas etárias.

reconhecimento, sociabilidade e visibilidade elaborados pela juventude periférica e favelada em contextos específicos.

Neste processo nosso interesse não é dicotomizar ou analisar comparativamente o Hip Hop e o Funk. Tal postura, que atende aos interesses do mercado, tem criado rivalidades desnecessárias e hierarquias improdutivas para negras e negros nos espaços culturais, políticos e acadêmicos.

Pesquisei o Hip Hop e o Funk porque são expressões singulares produzidas em contextos semelhantes, por sujeitos próximos. Cada um a sua maneira se constitui como um território denso, espaço-tempo político capaz de possibilitar, encontro, reconhecimento, pertencimento, visibilidade, voz, mobilidade geográfica, econômica e mobilização social.

Inspirada em Garcia (2007, p. 13), Marçal (2011) e Marçal (2012) é possível reafirmar a juventude negra do funk e hip hop como parte de uma intelectualidade, tendo em vista sua crescente capacidade de tecer reflexões críticas sobre a realidade, elaborando discurso coerente com seu grupo social, de modo a ultrapassar fronteiras.

Esta juventude luta por reconhecimento, na medida em que, produz uma esfera pública negra na Afrolatinoamérica e no mundo elaborando uma construção teórica e prática que considera, respeita e valoriza suas especificidades ao mesmo tempo busca superar condições de opressão, subordinação e violação de direitos.

Entre os direitos que esta juventude busca e efetiva mesmo contra a vontade do Estado estão o direito de ir e vir, o direito ao lazer, o direito ao exercício livre da sexualidade e da afetividade. “*Nós pega e faz!*” é o nome de um coletivo de Hip Hop da Região Leste de Belo Horizonte, e evidencia que a juventude negra dos centros urbanos, mais que reivindicar direitos providencia o acesso e fruição e estes direitos por seus próprios meios. Porém pela características dos direitos e suas violações não é possível viabilizar o acesso a todos autonomamente, sem uma relação mais direta com outros atores sociais.

Neste sentido o Hip Hop e o Funk aproximam-se de algum modo às características atribuídas por Melucci (1997, 2001) aos movimentos sociais, são formas de ações coletivas nas quais estão presentes as dimensões de identidade coletiva comum, solidariedade, conflitos e rupturas com os limites do sistema no qual estão inseridos.

Nesta perspectiva compreendemos o Funk e o Hip Hop como movimentos sociais que interpelam a ordem vigente, trazendo para o espaço público conflitos e tensões até então invisibilizados, sobretudo no que diz respeito às relações raciais, geracionais e de gênero.

As experiências socioculturais presentes no contexto de periferias e favelas brasileiras sofreram, sobretudo nos últimos anos, as consequências das transformações tecnológicas e

políticas que impactaram a vida da maioria das Brasileiras e Brasileiros, e de grande parte da população do planeta. Os avanços tecnológicos, a internet, a globalização, os direitos da mulher, a militarização/ pacificação de territórios, as concepções de juventude são algumas das construções sociais que alteraram profundamente as relações cotidianas e as formas das pessoas, faveladas ou não, se perceberem, perceberem o mundo e si relacionar.

Ao discutirmos o Funk e o Hip Hop como espaços-tempos de inserção da juventude negra periférica, favelada e pobre, a questão da sexualidade emerge enquanto dispositivo de poder. Considerando que, segundo Foucault, “*O poder não “pode” nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não;*” o poder prescreve ao sexo uma “ordem” que “gera” uma inteligibilidade. O poder pronuncia a regra, Assim “*o domínio do poder sobre o sexo seria efetuado através da linguagem*”(…) “*ato de discurso que criaria, pelo próprio fato de se enunciar, um estado de direito. Ele fala e faz-se a regra.*” Assim como Lopes (2010) também consideramos que “as identidades são performances políticas de linguagem”

A cultura negra diaspórica é, entre outras coisas, o que o mundo insiste em chamar de “Musica POP”, e as vezes “Black Music” e que o Brasil insiste em chamar de “*Música Popular*” na tentativa insistente de reduzir, desracializar e se apropriar das expressões negras que vão muito além do aspecto musical.

A diáspora africana esta produzindo mais que ritmos, esta possibilitando a configuração de performances políticas, esta parindo estratégias de sobrevivência, existência e resistência que ao se inventar reinventam a raça, gênero e território. Isso se dá a medida que sujeitos historicamente oprimidos se afirmam positivamente a partir de novas articulações e/ou de resignificação dos elementos que inicialmente geraram e/ou sustentam sua condição de subalternidade.

Reconhecer **experiência negra jovem no Funk e o Hip Hop como parte da experiência urbana da diáspora africana contemporânea possibilita** outras leituras sobre a cartografia social da cidade e do mundo. Uma vez que a partir e através desta cultura afrodiaspórica estes sujeitos jovens negros periféricos e favelados estão ocupando outros espaços na cidade e no mundo, estão construindo outras redes de relações e outras rotas de transito, circulação, comunicação e expressão. O mais interessante que tanto o transito quanto a ocupação destes outros espaços reais e virtuais se da de um jeito próprio, "fora da norma", "diferente do esperado", de um jeito negro, favelado que não cabe na norma ou que escapa aos objetivos iniciais da mesma.

Os rolezinhos nos shoppings evidenciam isso. A presença da coletiva e não submissa da juventude negra em espaços historicamente reservados para brancos afronta a organização

padrão dos privilégios sócio-raciais estabelecidos. Nas normas dos shoppings não estava escrito: “Proibido entrada de negros em grupos na condição de possíveis consumidores”, mas este comportamento não era esperado e sua efetivação gerou o desvelar de relações racistas que estavam subentendidas.

Na experiência da diáspora transatlântica, reconhecida como experiência intelectual, contexto de ação política e movimento social transnacional, negras e negros desenvolveram intelectualidades dinâmicas e complexas geradoras da Afrolatinoamerica como um conjunto de saberes e fazeres que além de conferir identidade, garantir a sobrevivência e a resistência negra, humanizou este território, Gilroy, (2001),

As tensões cotidianas enfrentadas por negras e negros, a partir da desterritorialização forçada até os dias de hoje, provocaram não só deslocamentos corpóreos, mas um tipo de consciência e sensibilidade específica para compreender o mundo e agir sobre ele produzindo cultura, de tal modo que negras e negros criolizaram a cultura dominante e geraram a formação social das Américas, justamente por isso podemos ir além do termo America Latina para nos referir a este território geopolítico como Afrolatinomamerica, Reis (2011), Andrews(2007).

Assim como Cunha Junior (2003) vê o Hip Hop, procuramos ver o Hip Hop e o Funk: *“sob a ótica das Africanidades e Afrodescendências, como a síntese radical de uma expressão cultural, produto de base africana, com a situação atual dos Afrodescendentes, no meio urbano das sociedades industriais. Consumo, opressão produção e memória cultural se fundem e refundem. Emerge o material conceitual de uma nova onda cultural de matriz africana.”*

O Hip Hop é uma cultura de Rua, o Funk é uma cultura de Favela, ambos são cultura negra dos centros urbanos, cultura afrodiaspórica da periferia do mundo. Feitas por sujeitos negros, a partir de referências negras, para sujeitos negros que se dispuseram a compartilhar sua criação e expressão com outros sujeitos do mundo.

Assim como Keyes (2002) entendemos as ruas como matriz social que proporciona a configuração de estratégias alternativas de construção de alteridade, expressão e reexistência à hegemonia branca tanto no campo material, quanto simbólico.

O Funk e o Hip Hop, assim como o samba (para outras gerações) e o sertanejo (prioritariamente no campo), estão intimamente relacionados com as condições e o modo/estilo de vida da juventude negra nas periferias e favelas. O Funk e o Hip Hop estão intimamente relacionados com as leituras que esta juventude faz de si e do mundo e as

estratégias de sobrevivência e reexistência que adotam frente às condições diversas e adversas em que vivem.

Tomamos como referência a diáspora negra, para a partir do reconhecimento da presença negra em todas as periferias do mundo, dizer que o gueto no qual nos encontramos é bem mais amplo que a circunscrição geométrica da rua ou da favela. Estamos na periferia política. Mesmo que nossa arte e nossas ideias ultrapassem as fronteiras geográficas e sociais, continuamos sendo explorados, oprimidos e subalternizados. O Rap e o funk servem para ilustrar os comerciais para vender carros, mas quantos negros e favelados podem adquiri-los?

Os brancos gostam de ouvir e dançar nossa música, mas continuam racistas e não abrem mão dos privilégios adquiridos à custa da violação de nossos direitos e da exploração de nossos ancestrais. Todas as classes sociais se divertem e lucram com nossa arte e/ou com a crítica a esta, mas não se mobiliza contra as desigualdades sociais.

O jeito de viver, o estilo de vida e as experiências das e dos jovens negros e negras, favelados e periféricos expressam e configuram uma urbanidade juvenil negra na diáspora presentes no Hip Hop e no Funk enquanto espaços políticos e públicos de sociabilidade, a partir dos quais estabeleceremos o encontro, o diálogo e a observação com os sujeitos participantes desta pesquisa.

Na tentativa de entender, como as relações de gênero e raça se configuram neste espaço público de participação, visibilidade e reconhecimento da juventude periférica, nestes espaços **políticos e públicos de sociabilidade da juventude negra**, durante o processo da pesquisa, encontrei e interagi com Hip Hop's e Funk's muito diversos e dinâmicos.

Posso dizer que há uma heterogeneidade criativa de expressões e relações muito ricas nestes espaços elaboradas e protagonizadas pela juventude negra e favelada. Uma criatividade social que escapa a estereótipos e copitações mercadológicas, a medida que se reinventa.

A partir do exercício constante de estranhar o familiar e familiarizar com o estranho encontrei fronteiras moveis e interseções inesperadas. Onde inicialmente parecia predominar a autonomia e a emancipação, encontrei expressões de opressão paralelas a tentativa de resistência. Onde parecia predominar submissão e vulgaridade, encontrei arte, prazer e expressões de emancipação.

Nestes espaços políticos da juventude negra encontrei normas de gênero sendo construídas, desconstruídas e atualizadas na configuração de relações como os namoros, as paqueras, o ficar, nas musicas que gritam alto o tema da sexualidade em alguns espaços-tempo e silenciam tal temática em outros.

Entre lógicas de opressão/ submissão e emancipação constantemente atualizadas e

desconstruídas e construídas encontramos as relações raciais e de gênero intersseccionalizadas organizando a construção de identidades geracionais, raciais e de gênero para a classe pobre, ocupação desigual dos espaços públicos e dos espaços de visibilidade, acesso e “consentimento” no uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas, acesso à segurança pública na perspectiva da repressão e controle.

A raça negra, a classe pobre, a condição juvenil, a origem favelada são elementos que em diferentes intersecções evidenciam fronteiras, conflitos e interpelações destes sujeitos com a cidade, com o Estado e com a história.

Estes elementos quando aliados com a possibilidade de circulação e o trânsito, de sujeitos tão marcados, pela cidade impactam a dinâmica dos lugares por onde estes jovens passam mobilizando ações violentas de outros cidadãos e dos próprios agentes do estado, que os identificam e trata-os como criminosos em potencial que precisam deixar de existir.

Criando novas cartografias sociais, novas rotas de trânsito e novas identidades de gênero e raça a juventude periférica está abalando geral e tomando geral.

Localizo o hip hop e o funk brasileiros no universo da diáspora negra africana por entender a força de conexão e transformação que esta produção dinâmica abriga em si. Dialogo com Viana (1988) e Lopes (2010) quando falam sobre as ditaduras do consumo, as tentativas globalizantes de homogeneização cultural, para afirmar com seriedade e alegria que a produção política e cultural da diáspora negra africana feita pelos jovens nas periferias brasileiras não se limita a uma suposta importação cultural e escapa as tentativas de controle.

Se fosse por mera coincidência uma cultura japonesa poderia ter se alastrado por toda periferia do Brasil. E se o que impera fosse somente a imposição da mídia e do mercado nossas periferias e favelas estariam todas reproduzindo fielmente qualquer produção cultural estadunidense ou europeia não negra. No entanto, existe uma força negra que resiste⁶³, que apensar, a partir e através dos elementos que tentam destruí-la, resiste e se reinventa! O Hip Hop e o Funk foram de forma tão rica “recebidos”, “devorados” e “reiventados” pela juventude periférica brasileira porque são cultura negra, e em alguma medida já estavam presente na vida destes jovens.

Mais que uma forma cultural e política produzida pela globalização o Hip Hop e o Funk são expressões políticas que revelam a resposta negra às relações heteroculturais, interculturais e transculturais que desenvolvemos e/ou participamos ainda que de forma

⁶³ A presença indígena também é uma resistência ainda muito invisibilizada na Americalatina. Não podemos negar sua existência e importância evidenciada não só nas palavras que usamos e nas comidas de muitas regiões, mas principalmente nos modos vida de toda região.

subalterna ao longo dos séculos, reconstruindo nossa alteridade. Inspiradas em Patrícia Parias (2001) no prefácio da edição brasileira de o ATLÁNTICO NEGRO - Modernidade e dupla consciencia de Paul Gilroy, podemos dizer que quebrando silêncios a cultura afrodiáspórica produzida pela juventude negra relaciona, combina, unifica e atualiza interesses e experiências negras modernas pulsantes em várias partes do mundo.

Inspirada em Souza (2011, pp. 36-37) posso dizer que a reexistência negra desenvolvida pela juventude negra e periférica da afrolatinoamerica consiste em assumir e sustentar um esforço de reconhecimento e afirmação de si que desafia a sujeição oficialmente imposta incidindo nos modos como a juventude negra vai assumir e sustentar novos e velhos papéis e funções sociais.

A juventude negra na diáspora é parte de uma intelectualidade presente e atuante nos países do Sul Global (Venezuela, Colômbia, Argentina, Chile, Uruguai, Brasil, entre outros), e também de outros guetos do globo, vêm produzindo, através da música, da dança, da produção de fanzines, artes plásticas e da internet, um canal de expressão e identificação de global que amplia a esfera pública, e/ou cria uma esfera pública alternativa. Allysso (2007, p. 13)

É interessante perceber que o que se fala e o que se faz hoje sobre as produções culturais e políticas das e dos jovens negros das periferias e favelas é muito parecido com que foi dito em outros momentos sobre a capoeira, sobre o samba, sobre a música sertaneja. Quais são as coincidências?

- A) A raiz e o protagonismo negro na constituição desta expressão cultural
- B) A tentativa de desqualificação
- C) Desapropriação dos sujeitos negros.
- D) O processo de apropriação, embranquecimento e comercialização

Entendemos que esfera pública negra tem se ampliado a partir da Cultura Hip Hop e do Funk ambos contribuem na luta por reconhecimento da população negra e quando puderem efetivamente contribuir para a redistribuição são expropriados.

“O governo financia Cirque du Soleil, jogo de peteca em Copacabana, financia tudo. Mas nunca o funk. Baile funk eles perseguem, proíbem, cassam o alvará. Por quê? Porque o funk é associado ao tráfico, ao crime. Para a sociedade, favelado é igual a funkeiro, que é igual a

traficante. O funk está ligado à favela, que está ligada ao preto e ao pobre.” Relato retirado de entrevista” SANCHES, Alexandre (2012) ⁶⁴

A construção do nosso problema de pesquisa parte da sexualidade, numa perspectiva sociocultural e histórica, para refletir sobre as relações de poder que perpassam a vida das e dos jovens negros/as moradores/as de favelas e periferias, considerando as tensões entre público-privado e sua incidência no processo de genocídio desta juventude.

Neste sentido, a partir do referencial teórico consultado, da inserção no campo e da análise das entrevistas e relatos escritos no caderno de campo é possível afirmar que no Hip Hop e no funk há possibilidades pulsantes e presentes de politização das relações de poder cotidianas e criação de estratégias para enfrentamento as dinâmicas de genocídio. A medida que ambos se configuram como espaços-tempos de produção de intelectualidades negras jovens. As e os participantes das relações de poder presentes neste contexto se posicionam, interpelam e inventam possibilidades de existir e participar da vida e do mundo com autenticidade. Apropriam-se e resiginificam marcadores de diferenças que seriam inicialmente utilizados para gerar ou aprofundar desigualdades, fazendo destes instrumentos de fortalecimento. Ser piriguete, fiel, puta, por exemplo, podem significar e possibilitar resistências em diferentes contextos, frente a diferentes questões e sujeitos. O próprio trânsito e a não fixação nestas e em outras posições, gera algo que escapa e permite que as jovens escapem as normatizações e regulações da heteronormatividade racista configurando em certa medida estratégias para escapar ou pelo menos adiar o extermínio físico e simbólico em curso.

Há dinâmicas de opressão e emancipação presente no baile e estas se reconfiguram e se rearticulam por diferentes vias, inclusive, as da sexualidade. Não podemos estabelecer rigidamente nem aprioristicamente o que é opressão e o que é emancipação. É nas relações contextualizadas que as possibilidades de emancipação e opressão vão se configurar.

Nos bailes da juventude negra há ensejo para relações de opressão quando estereótipos racistas, machistas, homofóbicos, presentes em outros contextos da sociedade, passam a ser introduzidos e reproduzidos a partir das dinâmicas economicistas do mercado capitalista. A crescente visibilidade de MCs não negros, a grande circulação de conteúdos desconectados com a realidade da juventude favelada, os estereótipos construídos por observadores externos e a constante violência contra esta juventude são evidências disso.

As dinâmicas da resistência e da emancipação podem ser percebidas na construção de identificações positivas, na ocupação do espaço urbano, na circulação e trânsito da juventude

⁶⁴ Artigo “A Luta do funk contra o preconceito”, publicada em Revista Fórum. (Ano 09, abril de 2010, pp. 42-45). Disponível em: http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/02/a_luta_do_funk_contra_o_preconceito

negra pela cidade, nas redes de relação, cooperação e solidariedade que se formam em crews, coletivos, bondes, grupos de grafite, organizações políticas, companhias de dança entre outras.

Uma das práticas políticas mais contundentes, recriadas por esta juventude negra é o falar sobre sexo no espaço público. Trazendo para o conteúdo das letras e danças, este tema que foi silenciado, inclusive no Hip Hop, cria-se as novas possibilidades de reflexão sobre o mesmo. Falar sobre sexo e sexualidade, pode contribuir para ampliação do repertório sexual e afetivo dos sujeitos que falam, cantam, dançam e escutam as letras.

Por outro lado, se consideramos a crítica recorrente de que o estilo funk putaria é pornografia, podemos considerar que a juventude negra está rompendo com padrões de comportamento sexuais impostos e/ou proibido à determinadas classes e raças, socializando o acesso a novas formas de pornografia⁶⁵, na qual há sujeitos e situações nos quais e com os quais a juventude favelada possa se identificar e se excitar, que as mulheres possam sentir prazer de diversos modos, num exercício de liberdade sem hierarquizações racistas e classistas.

Considerando que a pornografia no contexto das relações de gênero, funciona como "objeto de aprendizagem" que educa mulheres e homens para formas de ser e sentir prazer, quando a periferia fala de sexo e sexualidade através de suas produções no Funk e no Hip Hop estão realizando uma interpelação pública das relações raciais e de gênero e colaborando para ampliação das possibilidades de viver e acessar direitos, inclusive os sexuais.

As diferentes presenças de mulheres diversas no Hip Hop e no Funk evidenciam a negação e a impossibilidade de um modelo único de mulher, ao mesmo tempo que, refutam a padrões fixos de feminilidade e masculinidade. Sua presença e atuação nestes espaços rompem e recriam limites entre o público e do privado, na medida em que, estas jovens transitam pela cidade, levando e trazendo questões referentes a estes dois universos, isso acontece, por exemplo, quando elas cantam nos shows e Cds as questões vivenciadas no espaço privado, como a violência doméstica, a luta contra a violência sexual, as relações afetivas entre outras questões.

As identidades e práticas destes sujeitos ativos nos processos sociais têm sido estudadas por vários autores: Spósito (2007); Novaes (2007); Carrano (2007); Dayrell (2003 e 2007); Torres (2005); Castro (2008); Lopes (2010) nas esferas de sociabilidade, política,

⁶⁵ Outras informações sobre Pornografia Feminista podem ser encontradas nos blogs: **Cynthia Semíramis: feminismos e direitos humanos** <http://cynthiasemiramis.org/2008/08/15/filmes-pornos-feministas/> e também em: **Erika Lust** <http://www.erikalust.com/films/>

lazer, produção, fruição, artística e cultural. Reconhecemos a importância de em trabalhos como os de Rosa (2006), Matsunaga (2006), Santos & Sunega (2009), Zanetti & Souza (2009), na construção de reflexões sobre o debate das **relações de gênero** neste universo. Porém, muitas descrições da realidade do Hip Hop e do Funk não incluem as mulheres nem as relações de poder existentes entre as mulheres e os homens, por isso a importância de se estudar as relações de gênero nesses contextos como possibilidade de visibilizar diferentes sujeitos e vozes e provocar reflexões críticas sobre a construção política e psicossocial destas relações.

Numa perspectiva analítica busquei compreender as possíveis articulações de categorias e dos múltiplos sistemas de opressão que operam sobre a vida das negras jovens contribuindo assim para visibilização de outros sujeitos do feminismo.

Inquieta-me a diversidade de condições e hierarquias que permeiam a vida das mulheres negras jovens que vivem nas periferias e favelas e as possíveis implicações dos “FeminismoS” em suas vivências das relações de poder, por isso suponho que talvez, a percepção destas intersecções nos permita entender as programações e desprogramações que esculpem novos sujeitos na arena política e no imaginário social, rompendo estigmas e estereótipos e possibilitando a construção de outras relações de poder.

À revelia das lógicas hegemônicas e dinâmicas de opressão que impedem o reconhecimento dos jovens favelados e periféricos enquanto agentes sociais e políticos, neste percurso, busquei identificar e visibilizar saberes e fazeres historicamente subalternizados, na tentativa de colaborar para o processo de descolonização da juventude negra favela e periférica. Tal perspectiva demanda o enfrentamento do desafio de organizar instrumentos teóricos e metodológicos capazes de possibilitar a realização de uma análise psicossocial feminista sobre a experiência de mulheres negras jovens no Hip Hop e no Funk. Considero que o presente trabalho é apenas um passo inicial neste longo percurso. Será necessário mais tempo e outros investimentos para alcançar este objetivo. O possível por hora é uma descrição crítica deste campo complexo.



Figura 30: "o Feminismo nunca matou ninguém, o machismo mata todos os dias"
Fonte: GRIF Maçãs Podres autora Fernanda Sunega

CAPÍTULO 4 - BAILE DO PODER: PORQUE O PRAZER DA PERIFEIRA INCOMODA TANTO?



Figura 31: Adinkra que significa dinamismo, versatilidade e resistência.

4.1. O baile/ festa na cultura negra

A festa como encontro e ritual místico de potencialização de energias, é presente em muitas culturas dentro e fora de rituais religiosos. Na cultura negra as festas sempre tiveram um papel político significativo. Segundo SILVA (2012, p.187), funcionam como espacialidades abertas na vida social com o potencial de propiciar a produção, negociação e afirmação de símbolos culturais, valores, costumes e identidades. Assim as festas são ambientes educativos e de sociabilidade.

Nas culturas negras festa é espaço-tempo de relação entre sujeitos, e destes com divindades e ancestrais. Espaços-tempos nos quais e a partir dos quais a energia circula, a fantasia é uma possibilidade acessível, tudo e todos podem se transformar. As redes culturais e afetivas podem ser compartilhadas, recriadas e fortalecidas. Segundo Silva (2012, p167) as festas são ambientes educativos e de sociabilidade, nos quais, apesar das tentativas de normatização impostas pelo Estado em diferentes momentos da história, negras e negros se manifestam espontaneamente.

Segundo Andrews (2007, p 58), nas culturas negras de África e de toda Afrolatinoamerica, cantar e dançar junto, sempre foi algo presente e forte, tanto para curar quanto para revitalizar, reunir e organizar. Por isso, o ritmo gerado pela conexão entre cantar e bailar é central tanto em momentos de trabalho e luta, quanto em rituais de comemoração e religiosidade. As festas são momentos de encontro nos quais, todos os sentidos são ativados e potencializados em conexões que transcendem o tempo e o espaço.

Cantando e dançando ao longo da história, negras e negros da América Latina desenvolveram mecanismos de resistência e enfrentamento as opressões bastante similares, que vão além das perspectivas do lazer, e não só reconfiguravam suas energias e potencialidades pessoais, como também restabeleciam as possibilidades coletivas através da visibilização de tensões e conflitos além do estabelecimento de processos de ruptura e negociação como os ocorridos em greves e revoltas. Andrews (2007).

Negras e negros, sujeitos históricos pensantes e desejantes evidenciam sua existência política através, do encontro, da festa, do dançar e do cantar, entre outras formas de expressão e organização. Neste sentido a festa é o que acontece tanto no Duelo e outros encontros da Culura Hip Hop, nos bailes Funk das ruas e das Quadras do Vilarinho, assim como, no Samba da Meia Noite, no Quarteirão do Soul, no Baile da Saudade. Assim posso usar nesta escrevivência festa e/ou baile com a mesma conotação, sem perder de vista que os processos

que ocorrem em cada festa ou baile são singulares. Considerando uma série de fatores, entre eles fatores históricos e conjunturais, por mais que os rituais sejam reproduzidos, uma festa jamais se repete. As festas formam parte importante do processo de constituição das afro-latinidades configuradas na experiência negra diaspórica.

O baile contribuiu, significativamente, para que eu pudesse pensar as dinâmicas de poder no que se refere a relações raciais e de gênero, presentes nos territórios negros e nos centros urbanos considerando a dinâmica das relações e interações presentes e ausentes nestes ambientes. A forma de organização, a preparação das pessoas, as relações desenvolvidas, as músicas tocadas, as músicas silenciadas, os sujeitos visibilizados e invisibilizados nos diferentes espaços e tempos que configuram o baile dão a dimensão disso.

O baile ensina muito sobre as relações de poder, no que se refere a gênero, raça e juventude na dinâmica da cidade, a partir da inserção no campo posso dizer que a presença de mulheres negras jovens participantes na Cultura Hip Hop e no Funk evidencia que no baile há mais que reproduções e atualizações da opressão de gênero, há também re-existências à intersecção entre as lógicas de racismo, femicídio e genocídio presentes na sociedade. Cabe destacar que além de ser espaço-tempo de invenção de perspectivas e experimentação de possibilidades. O baile é a expressão dinâmica do potencial criativo da juventude da periferia, é contexto de interseções e conexões vivas e não estáticas. Mas não podemos desconsiderar as condições de vulnerabilidades sociais as quais esses/as jovens tem vivenciado.

Segundo o Mapa da Violência 2012, entre 1980 e 2010, sem guerras ou conflitos declarados, 1,091,125 (um milhão, noventa e um mil, cento e vinte cinco) pessoas foram assassinadas no Brasil. Segundo os dados da UNODC/ ONU (2011) entre os 20 países com maiores taxas de homicídio do mundo, prevalecem os países latino americanos e africanos, justamente aqueles que foram impactados pela violência do colonialismo e seus desdobramentos. O Brasil é o 18º país onde há mais homicídios no mundo e o 3º na América Latina. E o 7º país no mundo que mais mata mulheres, por razões de gênero. Se houvesse um índice de países que matam mais negros, certamente o Brasil estaria entre os primeiros.

A falta de respeito a vida humana é um legado da colonização que marca a América Latina, e é acirrado pelas atualizações e intersecções entre o racismo que desumanizam negras e negros banalizando e/ou legitimando sua morte, e o machismo que impõem a necessidade, sobretudo para os homens, de serem agressivos, e matar. Ainda prevalece em muitos lugares o jargão *“homem que é homem não levar desaforo para casa”*, o que em muitas situações condiciona a manutenção da masculinidade ao imperativo de dominar e subjugar e a capacidade de agredir e matar.

Assim, o homicídio é um fenômeno, que não pode ser compreendido isoladamente, ao contrário precisa ser analisado dentro do contexto histórico e político no qual acontece. A ocorrência homicídios varia conforme o contexto situacional, podendo ou não estar relacionados com outras violações de direitos e com outros crimes. A concentração desigual de renda é um dos elementos que impactam mais diretamente na realização de crimes violentos e homicídios. (Undoc/ONU, 2011)

Na América latina somente cerca de 25% dos homicídios estão relacionados com o crime organizado, não necessariamente ligadas ao tráfico de droga, 75% dos homicídios restantes, tem motivações e vinculações diversa. Vale ressaltar que em outras regiões do planeta as organizações criminosas lançam mão de outros recursos, que não a violência letal, para viabilizar suas atividades criminosas, inclusive o tráfico de drogas. (Undoc/ONU, 2011)

Esses dados apontam para as lógicas de racismo, femicídio e genocídio contra a juventude se reproduzindo e perpetuando a partir e através de um sistema dinâmico que articula discursos sociais e práticas institucionais que vão desde a negação de direitos básicos como acesso à educação e moradia, passando pelo mau atendimento nas escolas e serviços de saúde até gerar os números elevadíssimos de jovens assassinados/as brutalmente.

A intersecção destas lógicas é potencializada pela indústria da segurança que vai desde a criação e atualização de estereótipos, passando pela venda de grades, cercas elétricas, filmes para vidro de carros, avançando pela segurança privada, pela venda ilegal de armas até a privatização dos presídios e as constantes tentativas de redução da maior idade penal.

A indústria da segurança se vale de propostas como a redução da maior idade penal, a criminalização da juventude e a banalização da violência para ampliar a insegurança pública e expandir seus negócios e seus lucros. A estagnação econômica de algumas regiões, as grandes obras, os mega eventos, a concentração de renda, ausência do estado, a corrupção dos agentes públicos, desmatamentos, a falta de fiscalização nas fronteiras, despreparo do aparato policial são alguns dos fatores que também podem colaborar para manutenção destas lógicas e precisam ser considerados quando analisados a ocorrência de homicídios nos diferentes territórios.

Com base nos dados do Mapa da Violência 2012 podemos dizer que a violência e a morte se espalharam pelo país e se interiorizaram alcançando cidades do interior, cidades em crescimento e estados até então considerados não violentos. Concentraram-se em territórios específicos, a maior parte das mortes são registradas em territórios pobres dos centros urbanos. Os homicídios no país permanecem racializados, mesmo com as campanhas de desarmamento iniciadas em 2003, o numero de negros assassinados, além de crescente é

muito superior ao número de brancos mortos, que é decrescente. A taxa de homicídio de brancos em Minas Gerais, por exemplo, é de 10.2 enquanto a de negros é de 23.4, ou seja, temos uma taxa de vitimização negra de 130.4 no estado.

Os dados do Mapa da Violência indicam que a disseminação da violência no país é racializada, juvenil e tem recorte de gênero na quantidade e na forma. Neste processo, podemos perceber que as estruturas criminosas de abrangência nacional e internacional, deslocaram seu território de atuação para ter um custo benefício maior em suas ações ilegais. O crescimento dos roubos de banco nas cidades do interior, e o crescimento da venda e utilização de crack no sertão, são exemplos emblemáticos deste processo.

Segundo aponta o Mapa da Violência 2012⁶⁶, de 2004 à 2007 no Brasil o número de pessoas assassinadas foi maior que o número de pessoas mortas nos principais conflitos armados do mundo, no mesmo período. Enquanto nestes conflitos morreram 169.574 pessoas, no Brasil 192.804 foram assassinadas, das quais 147.373 com a utilização de arma de fogo. O Mapa chama atenção para a forma como esta violência se intensifica e concentra em territórios urbanos específicos entre os anos de 2000 e 2010. Tendo ainda como principal alvo, sujeitos negros e jovens, moradores de periferias e favelas dos principais centros urbanos do país.

Neste mesmo contexto, nos últimos dez anos houve queda no número geral de homicídios, aumento do número de homicídios de jovens e multiplicação do número de homicídios de mulheres e negros. Segundo o Mapa há uma disseminação nacional da violência no país. Mesmo os estados menos violentos apresentam dados epidêmicos. Assim, o que caracteriza a violência no Brasil, nos últimos 15 anos, é o extermínio de jovens negros. Neste contexto a problemática da vitimização feminina por homicídios no país, não pode ser invisibilizada pelos homicídios masculinos, visto que triplicou nos últimos anos.

A agressão intencional de terceiros no caso das mortes femininas tem como meio mais empregado as armas de fogo 53,9%, porém o emprego de meios que exigem contato direto, com utilização de objetos cortantes, penetrantes, contundentes, sufocação chega à 46,1%, evidenciando que historicamente, o assassinato de mulheres é marcado por requintes de crueldade e tortura.

Os assassinatos de mulheres concentram-se entre as mulheres jovens e jovens adultas. Entre as 4.297 mulheres mortas no ano de 2010, 556 (12,9%) tinham entre 15 e 19 anos, 1.331 (30,9%) tinham entre 20 e 29 e 947 (22%) tinham entre 30 e 39. É importante lembrar

⁶⁶ A partir dos dados do Relatório sobre o Peso Mundial da Violência Armada : Geneva Declaration Secretariat. Global Burden of Armed Violence. Suíça, 2008. www.genevadeclaration.org

que nem toda violência gera morte imediata, assim a preciso dar atenção às características sistemáticas da violência contra as mulheres. O Mapa da violência 2012⁶⁷, aponta que, dos 42.916 registros de atendimento de mulheres em situação de violência atendidas pelo SUS em 2011, 5.427 (12,6%) tinham entre e 15 e 19 anos e 10.034 (23,4%) tinham entre 20 e 29 anos. O local onde estas agressões aconteceram foram respectivamente 54,3% e 64,2% a residência e 27,8% e 23% a via pública. Estes dados evidenciam que a incidência cotidiana da violência na vida das mulheres jovens esta articulada com fatores geracionais e de gênero, tendo as relações afetivas e familiares como geradoras de risco.

Este contexto de violência e morte iminente, produzido pela intersecção entre as lógicas de racismo, femicídio e genocídio, faz com que a realização dos bailes e a participação nos mesmos se configure como uma importante estratégia de reexistência da juventude negra e favelada.

A reexistência às intersecções entre as lógicas de racismo, genocídio e femicídio no baile podem ser identificadas prioritariamente pela presença das mulheres nestes espaços públicos, considerando que, segundo o Mapa da Violência 2012, 68,8% da violência cometida contra o conjunto das mulheres brasileiras ocorrem em suas residências, ocupar o espaço público é uma estratégia de prevenção a violência. Tendo em vista que o isolamento é uma característica que marca as situações de violência contra as mulheres, indo ao baile, elas saem deste isolamento e/ou evitam entrar nele, formam redes diversas, algumas mais duradouras, outras mais dinâmicas, conforme suas necessidades. O silenciamento, o não falar sobre a violência e seus impactos é outra característica das situações de violência contra as mulheres, cantando sobre estas situações e ouvindo músicas com esta temáticas as mulheres tem a possibilidade de ampliar seus repertório de posicionamentos, além do que tem a possibilidade de cantar e dançar tais situações aos modos de um teatro do oprimido reinventado.

Considerando que os bailes apresentam outras possibilidades de visibilidade, produção de conteúdo e relação que não as oferecidas pela mídia e o mercado, a reexistência acontece justamente no que não é possível capturar, domesticar e vender no mercado global.

As e os jovens criam poesia, cantam suas realidades, cantam seus desejos e sonhos, denunciam a violência e apontam perspectivas em suas construções discursivas, criam bancas, bondes, companhias de dança, grupos de freestyle, grupos políticos e ousam produzir arte, cultura e vivenciar o lazer e o prazer. As mulheres saem, sistematicamente, dos limites do

⁶⁷ Com base nos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde/notificação da Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências.

ambiente doméstico, e transitam pela cidade, estabelecem seus percursos, e no espaço público contribuem inclusive para a preservação da vida e saúde dos homens. Elas evitam que eles se coloquem em risco, evitam e separam brigas, intervêm quando a polícia é abusiva, regulam o uso evitando o abuso de drogas lícitas e ilícitas, entre outras coisas.

Outro ponto importante é o falar sobre sexo. Romper as barreiras que historicamente impedem ou inibem as mulheres de exercer o prazer de falar sobre sexo e ter acesso as possibilidades e saberes que este falar produz, é uma perspectiva de autonomia e empoderamento que pode incidir diretamente na vivência da sexualidade.

Quando temos em um território até 5 homicídios em cada 100 mil habitantes, temos um ambiente seguro e pacífico. No Brasil temos territórios que registram até 134 mortes de jovens negros a cada 100 mil habitantes. E esta situação de guerra não declarada gera perdas irreparáveis tanto afetiva e socialmente, quanto política e economicamente. Os custos da violência contra a juventude vão além dos gastos públicos com a segurança, pois os impactos da violência letal nas vidas das pessoas que perdem entes queridos assassinados, ainda não começaram a ser calculados. Estima-se o dispêndio de bilhões na saúde e também em outras áreas. Justamente por isso, mudanças nos padrões de prevenção e enfrentamento à violência, investigação dos crimes, punição dos agressores, atendimento das vítimas e suporte aos familiares, são fundamentais.

Fazer festas em contextos de opressão é uma forma pessoal e coletiva de resistência que escapa as lógicas de controle impostas pelos grupos hegemônicos, não só pela reconfiguração de poderes pessoais e subjetivos, mas pela potencialidade de articulação e mobilização coletiva. Criar espaços-tempos para o exercício do prazer em contextos de submissão, exploração e opressões múltiplas é uma forma de resistência à medida que reafirma e recupera a humanidade negada ao mesmo tempo que empodera sujeitos e grupos. Nesse sentido, festejar, cantar, dançar são laboratórios ancestrais de resistência. O poder criativo de festejar, cantar e dançar junto expressa potencialidades de denúncia de aspectos da realidade e viabiliza a experimentação de possibilidades de resistência e enfrentamento à diferentes perspectivas de opressão e dominação.

Podemos dizer que aos modos de Fela Kute a juventude negra na diáspora insubordinadamente canta e dança mensagens de alfabetização política, social e econômica que ecoam pelo mundo denunciando contextos de opressão e possibilidades limitadas, criando e recriando ao mesmo tempo possibilidades de fuga e sobrevivência a estas lógicas racistas e patriarcais de dominação que geram o genocídio da juventude negra (More, 2011).

Aos modos de Fela Kuti⁶⁸ a juventude negra na diáspora se compõem e recompõe individual e coletivamente a partir e através das artes periféricas que configuram sínteses dinâmicas entre choros de dor, cantos de revolta, clamores de resistência e hinos de perspectivas e construção de outras novas realidades frente à “séculos caóticos de sangue e violência” proferidos contra a existência desta juventude (More, 2011).

O baile é uma expressão de poder, pelo seu potencial de afirmação de humanidade. O exercício do prazer nestes espaços-tempos tem grande potencial de empoderamento e emancipação presentes em diferentes expressões que vão desde os processos de produção e fruição da arte, passando pela disponibilização de identificações positivas à infinitas relações de sociabilidade.

O prazer da perifeira incomoda tanto porque é a expressão máxima da incompletude dos processos de opressão e subordinação e anúncio de possíveis resistências. O Baile é a expressão máxima de que as sistemáticas tentativas de domesticação e subjugação do povo negro não tiveram o êxito esperado. É o anúncio de que há potencial de organização, enfrentamento e resistência em pleno vigor. O exercício do prazer é a negação da morte e o enfrentamento ativo das tentativas programadas de extermínio.

A festa, o baile é uma expressão política, pública e coletiva de uma leitura localizada do contexto político e histórico. É uma expressão política racializada e geograficamente situada. É a expressão de que indivíduos e grupos não sucumbiram e que seguirão em frente. É a celebração da vitória num ciclo de luta contra a morte e a reafirmação do propósito de lutar por mais um ciclo. No caso da juventude negra, diante das dinâmicas de genocídio, este ciclo de celebração e continuidade da luta é de uma semana. A morte esta tão perto, e a luta por sobreviver dignamente é tão intensa que é preciso celebrar toda semana. A juventude do Hip Hop celebra na sexta, a juventude do funk celebra no domingo. Pela eminência da morte já não se pode mais esperar o ano inteiro preparando o desfile, a festa, o momento do prazer, como outras gerações fazem em relação ao samba. Importa considerar ainda que, a própria preparação para o baile pode ser festiva, possibilitar de prazer e viabilizar reexistências.

A festa também é a criação de espaço-tempo para exercício de direitos e privilégios historicamente negados. Incluindo o acesso à visibilidade positiva, ao luxo e a possibilidade de ostentação, amplamente exercidas pelas elites brancas, ao longo da história. É nesta ocasião que a juventude ocupa a esfera pública, transita pela cidade, tem visibilidade e

⁶⁸ **Fela Kuti** (1938 – 1997) nascido na Nigéria, foi um importante ativista político que através da arte lutou pelos Direitos Humanos estando, em várias questões, muito a frente de seu tempo. Desenvolveu uma arte negra revolucionária que muito incomodou o sistema.

reconhecimento. A festa é poder e gera poder, seja a partir das visibilidades e invisibilidades que afirma e configura, seja pelos recursos materiais e simbólicos que organiza, mobiliza e disponibiliza de modo diferente entre seus participantes e organizadores.

Considerando as interlocuções entre cultura e economia é possível pensar a festa como espaço-tempo significativo de capitalização política e econômica. Neste contexto globalizado, o controle das expressões culturais na esfera pública, além de gerar dinheiro mobiliza poderes outros que incidem nas identidades e estereótipos individuais e coletivos, constituindo fluxos de padronização e comercialização de produtos e serviços variados (Faria, 2009).

O baile pode gerar emprego e renda, porém dinâmica de capitalização e controle das expressões culturais na esfera pública, além das perspectivas economicistas, do dinheiro traz para o seu escopo de dominação a sexualização da raça e a criminalização da juventude como perspectivas de construção de hierarquia social. Reatualizando assim os estereótipos que recaem sobre as/os jovens negros e pobres e suas produções artísticas e intelectuais.

O olhar que criminaliza a juventude, sexualiza a dança e desracializa ou racializa as produções artísticas e intelectuais conforme a conveniência hegemônica geralmente é externo a esta juventude. As dinâmicas de articulação entre racismo, patriarcado e adultocentrismo vão delimitando espaços de possibilidade extremamente estreitos e limitados para as/os jovens negros a partir do olhar e do desejo do branco (Selister, 2009).

Assim, considerando os diferentes sistemas de dominação que tentam adentrar no baile no contexto do capitalismo global, é preciso reconhecer que o potencial de emancipação e empoderamento das festas corre perigo. A insistente presença dos processos de produção social, histórica e cultural de expressões articuladas de sexualização da raça, racialização da sexualidade, padronização da sexualidade e criminalização da juventude atualizam discursos políticos públicos sobre corpos, identidades e comportamentos sexuais, que podem gerar morte para as e os jovens.

Para Castro (1992), as categorias raça, gênero e geração são predicados baseados em relações sociais, com significados, histórias, políticas, culturais e econômicas, organizados por hierarquias, privilégios e desigualdades, assim, é possível dizer que tais produções, no contexto do capitalismo globalizado podem evidenciar as articulações existentes entre racismo, sexismo e adultocentrismo, naturalizando lugares sociais desiguais limitando as possibilidades de aprendizagem e exercício da sexualidade para as/os jovens negros pobres.

No Rio de Janeiro com a implantação das Unidades de Pacificação, os bailes funk foram proibidos em muitas comunidades. Em Belo Horizonte é cada vez mais difícil

conseguir algum alvará para realizar eventos em espaços públicos e quando estes acontecem sem o alvará, a polícia intervém. É preciso pensar que:

“As proibições das festas negras não chegaram a impedir infrações e, de certa forma, estas atendiam aos objetivos de exploração dos escravocratas. Acabar permitindo aos cativos o exercício de suas manifestações festivas também era um mecanismo de dominação e controle.” (Silva, 2012: p. 18).

O baile e a rua se configuram como uma extensão ampliada dos espaços privados do cotidiano destas jovens mulheres, é um espaço público negro que autoriza, possibilita e visibiliza experienciar outras relações. Ao mesmo tempo invisibiliza outras, ou mantém a invisibilização de outras experiências já invisibilizadas na sociedade como um todo. Exemplo, a menina não pode beijar no bairro, pois esta sujeita a regulação e punição da família e vizinhos, mas no baile pode, consegue escapar a este controle.

Contudo, quero evidenciar que as festas ainda não perderam, mas podem perder seu potencial de resistência e enfrentamento às lógicas de dominação e controle. Identifico as festas e bailes da Cultura Hip Hop e do Funk, que frequentei durante esta pesquisa-militante como espaços influenciados, porém ainda não completamente cooptados por esta lógica. A existência de Funk e Hip Hop se configura como protesto a medida que uma juventude impedida de viver, não só vive, como ousa festejar, anunciando que além de estar viva, transita pela cidade, produz arte, cultura, incide na política e deseja viver mais e melhor.

4.2. Preparação para o Baile

Ir a uma festa é algo importante e desejado. Para tanto é necessário preparação. Escrevendo isso me lembrei de algumas festas: O Banquete de Platão, no qual após exagerar na bebida em dias de festa e orgia, sete oradores realizam um encontro filosófico debatendo diferentes perspectivas sobre o deus Eros, o deus do amor. A grande festa na bíblia, no Evangelho de Lucas 14, 14-25, onde o rei organiza um banquete, seus convidados não aceitam o convite e agridem o servo que leva a mensagem. Então o rei passa a convidar os pobres e mendigos. As festas negras nos terreiros e congados nas quais cada um oferece o melhor que pode, veste as melhores roupas e se prepara para a recepção das autoridades (Reis e Rainhas, Pais e Mães de Santo) e dos ancestrais (Orixás e outras entidades) com cânticos, danças, comidas, bebidas e ambientes preparados e organizados de modo específico conforme a singularidade de cada um e de cada evento.

Nestas festas todos são bem vindos, mas é preciso saber chegar. É preciso saber respeitar as ritualidades de cada ocasião. Saboreando os prazeres destas festas, saberes diversos são gerados e compartilhados.

Pensar nestas diferentes festas de diferentes contextos, fez parte do processo de pensar em como uma pesquisadora-militante deve/pode ir a campo, no caso, a academia, o Hip Hop e ao Funk? Em diferentes momentos me perguntei:

"Observar de que lugar? Participar? Observar o que? Viver? Conviver? (...) Como observar uma interação tão dinâmica? Tanta gente, tanta coisa acontecendo junto e misturado, antes, durante, depois." (Diário de campo 2)

E em meio as reflexões sobre o desafio de ser estrangeira na própria terra me interpelando intimamente sobre *"O que eu estou disposta a enfrentar? O que estou disposta a negociar?"* (Diário 3) Minha orientadora me desafia: *"Você vai topa ser estrangeira? Ou vai fingir que não é?"* Esta questão tão contundente evidenciou a raiz de todas as inquietações e inseguranças frente ao campo: *"Quem eu era transitando entre tantas fronteiras?"*

Eu estava sendo entre muitos movimentos, entre sujeitos diversos, entre instituições historicamente apartadas, eu estava me deslocando entre múltiplas fronteiras e justamente por isso, para ir à estes territórios negros em festa, me preparei respeitosamente.

Primeiro tratei de saber onde e quando tais encontros aconteciam, busquei identificar pessoas próximas que participavam e busquei informações sobre o que e quem rege tais ambientes. Também acessei minhas memórias, vasculhei a internet e comprei alguns CDs e DVs no "mercado alternativo"⁶⁹. Fiz esta escolha, referenciada nas práticas que compartilho com os meus, enquanto população pobre e favelada. Desde a época das fitas K-7 e dos discos de vinil, a população pobre tem acesso à produção musical recorrendo aos vizinhos e amigos, a partir de empréstimos, trocas, cópias caseiras e ou, principalmente no que se refere a Cds e Dvds, recorrendo ao "mercado alternativo".

Nesta primeira investida foi possível perceber que, mesmo existindo em Minas produções de Hip Hop e Funk continuas, diversas e ativas, grande parte dos CDs e DVs disponíveis tem como referência Rio e São Paulo. Grande parte dos cantores são homens. Eles estão nas capas dos seus Cds e DVs. Nas coletâneas prevalece a imagem de mulheres brancas e com pouca roupa. Poucos Cds e Dvds de rap foram encontrados a venda. O que me fez pensar sobre as dinâmicas do mercado fonográfico e a importância da internet na veiculação da produção artística da periferia, e também na formação de mercados específicos. Ao mesmo

⁶⁹ Chamo de mercado alternativo a comercialização de produtos cuja reprodução, formalmente, não é autorizada pelas grandes empresas, nem pelos governos, e a distribuição é feita por trabalhadores informais.

tempo, me pareceu que o Funk esta mais acessível ao mercado e a comercialização, sendo também, mais consumido pela população pobre.

Esta pesquisa inicial evidenciou a imposição de um padrão de beleza eurocêntrico como estratégia de embranquecimento e invisibilização das e dos jovens negros, com profundas articulações entre racismo, sexismo gerando de imediato a morte simbólica destes jovens, destituindo-os de umas poucas possibilidades de visibilidade e identificação positiva.

Isso me levou a pensar sobre os motivos do funk estar, ao menos aparentemente, mais acessível que o rap. Uma das explicações que encontrei para isso, no processo da pesquisa foi a criação de um padrão sobre o que é ser do Hip Hop e o que é preciso fazer, no que se refere a conteúdo e atitude para produzir RAP. Esta padronização, que é mais externa que interna ao Hip Hop circulou no imaginário social hierarquizando o acesso e o pertencimento ao Hip Hop. Quando o Hip Hop estava prestes a se tornar uma instrumento acessível e utilizado por grande parte da população negra das periferias seu potencial de emancipador e transformador, foi identificado, criminalizado e capitalizado pelas elites que não só promoveram padronizações quanto também, reivindicaram seu acesso e participação, promovendo a visibilização de uma perspectiva que articula alguns elementos da identidade negra, descontextualizados e com uma criticidade capturada.

“Na minha quebrada toca funk quase 24h por dia. Em segundo lugar som evangélico (música e pregação). Em terceiro lugar pagode. Na Serra também é assim. De fez em quanto toca rap (Racionais, Gog, Facção).” (Diário de Campo 4)

A transformação do Hip Hop em algo “Cult” limitou o acesso e identificação da periferia ao mesmo tempo que, favoreceu o acesso e fruição por parte das classes médias e elites brancas, e potencializou a comercialização e venda de produtos diversos através do Hip Hop. Dos anos 90 aos dias atuais, grande parte das peças comerciais agregaram valor de modernidade, estatus de dinamicidade e juventude lançando mão de raps, funks, grafites e breack. É comum nos comerciais encontrarmos algum destes elementos, porém sem a presença de sujeitos negros, que por sua vez permanecem sem acesso aos mesmos.

Se observarmos tal problemática pela lógica do jargão “cultura não tem raça e não tem classe social” veremos que o movimento de acesso e fruição é unilateral, pois muito provavelmente, a entrada de jovens negros/as no balé clássico (e em outras artes consideradas brancas) não foi proporcional a entrada de jovens classe média brancos nos espaços de fruição

e visibilidade do Hip Hop e do Funk. O que evidencia uma sistemática e preocupante perda de espaços de participação, pertencimento, fruição por parte da juventude negra.

Comparando com os demais CDs e Dvds vendidos nos mesmos espaços, posso supor que o padrão eurocêntrico de beleza, e as ideologias de branqueamento se articulam com as estratégias sexistas do mercado fonográfico colaborando para ausência e invisibilização das mulheres negras e utilização das mulheres que atendem o padrão de beleza como mercadoria, aos modos das propagandas de cerveja.

Tanto na internet quanto nas ruas tive maior dificuldade de encontrar a produção feita pelas mulheres. Este foi um ponto importante de reflexão e trabalho durante o processo da pesquisa. As mulheres, sobretudo no funk não tem nome e não tem memória. A imagem que prevalece e é registrada é profundamente estereotipada numa perspectiva de interseccionalidade racial, geracional, de classe.

Em minha preparação para o baile, ouvi muitas músicas e assisti a muitos clipes. Relembrei sucessos da antiga e conheci sucessos novos. Procurei saber se algum conhecido ia as festas de funk e Hip Hop. A preparação para chegar à festa passa pela, reserva de recursos para consumo e deslocamento, escolha do figurino e do transporte.

Prá ir ao Duelo, muita gente vai direto do trabalho, da escola ou de outros lugares, não de casa. Comigo não foi diferente. Depois de alguns dias, comecei a perceber que nas sextas-feiras a preparação para o dia passou a incluir a preparação para o baile. Assim, nas sextas, quando não saía de casa preparada, levava na bolsa ou na mochila algum adereço, colar, boina ou viseira que me deixasse mais a vontade no ambiente. Gosto de ficar a vontade e o figurino as vezes ajuda muito.

Durante as conversas no campo percebi que muitas jovens quando vão ao duelo, ou levam seus adereços nas bolsas para o trabalho e escola ou passam em casa para se arrumar antes de vir. Algumas se reúnem e vão se arrumar nas casas das amigas. Outras utilizam os banheiros de shoppings e bares para dar um grau no visual antes de chegar no Duelo.

È interessante perceber que tanto mulheres quanto homens se preparam da melhor forma que podem para estar nos espaços do Hip Hop e do Funk. Os bailes blacks antigos, no quarteirão do Soul e no Baile da Saudade a questão da preparação e a expressão da identidade, a conquista de visibilidade e a relação com a autoestima através do vestuário eram (e são) ainda mais fortes. Algumas pessoas efetivamente se montam, compondo um personagem e preparando performances específicas.

Como eu já conhecia o Hip Hop achei que já sabia com que roupas eu poderia ou não ir ao Duelo, mas observando o ambiente percebi estilos de vestir que até então estavam

invisibilizados ao meu olhar. A roupa quase dizia quem era do Hip Hop e quem não era. E justamente por isso, algumas confusões entre quem era e quem não era do Hip Hop, eram possíveis. O estilo de vestir identificava ao mesmo tempo o pertencimento racial e de classe dos sujeitos presentes tanto nos espaços do Hip Hop quando o Funk:

“Meninas e meninos vão com roupas iguais ou parecidas. Tipo tênis, branco, calça jeans e blusa branca de manga e boné vermelho. Bermuda, chinelo, camiseta de time, boné. Sandália de 10 reais, shortinho, bory ou tomara que caia. Mesmo que a marca não seja a mesma, algo combina entre as roupas das pessoas que vão juntas.” (Diário 2).

A escolha da roupa para o Funk foi mais complexa. E percebi que levei um tempo pensando *“com que roupa eu vou”*. A princípio eu achei que não tinha roupa apropriada. Depois encontrei uma que, na minha imaginação, era adequado para o momento. Mas a escolha da roupa revelou outras tensões relativas a identidade e reconhecimento. Percebi várias regulações e normas, que eu mesma estava cuidado de atualizar, entre elas, eu estava relacionando de modo essencialista e determinista moral, comportamento sexual e identidade de gênero com vestuário. As normas configuram prescrições para ação de determinadas pessoas e grupos em situações ou contextos específicos, regulando e adestrando o comportamento social. Eu estava atualizando as prescrições e comportamentos, me organizando para as relações sociais a partir de padrões preconceituosamente determinados. Ao identificar isso, tentei me despir ao longo da pesquisa.

Vale destacar a relação com os/as jovens em relação ao preparo para ir ao baile. Muitas jovens com as quais conversei durante a pesquisa também esperavam ansiosamente pelo momento da festa. Elas se preparavam para este momento, as vezes treinando os passos da dança, escolhendo o figurino, articulando com amigos e amigas, ou simplesmente sonhando, imaginando estes espaços de lazer e fruição.

Mas houve dias em que eu não estava a fim de ir ao duelo. Assim como houve tardes de domingo, onde a família toda reunida, a mesa farta, a casa cheia, o sol quente ou a chuva, me faziam pensar: *“Porque, meu Deus, eu fui escolher fazer pesquisa no domingo?”*. Pesquisar espaços-tempos de lazer modificou minha própria relação com os meus espaços-tempos de lazer e fruição, de tal modo que passei a me questionar porque escolhi este e não outro espaço de lazer? Porque escolhi este e não outro espaço de pesquisa? Passei então refletir sobre o que significava para as jovens não ir ao baile?

O dia do baile pra muitas jovens do Hip Hop e do Funk era o espaço-tempo de ocupação do espaço público. Era o dia de sair, o momento de liberdade, de exercício da sexualidade, de transgressão das regras da sociedade e da família, era o momento do exercício

da autoridade e da autonomia. Justamente por isso, este momento era tão aguardado e merecia planejamento e preparação.

O não ir, quando era uma impossibilidade externa ou uma imposição pesava como uma violência, uma violação de direitos, uma prisão ou um castigo. Porém, quando elas mesmas podiam decidir quando, ir ou não ir, esta possibilidade se tornava um importante sinal de poder e instrumento de negociação.

Nesta perspectiva algumas jovens iam frequentemente, outras só de vez em quando, outras iam sempre e outras passavam tempos sem ir. A articulação de presenças e ausências neste espaço tem impacto direto na visibilidade e nas redes de relações. Assim vir sempre pode significar demarcar espaço e manter uma rede, ao mesmo tempo que não vir pode chamar atenção para importância da presença daquela que está ausente. Neste exercício constante de negociação e escolha há também aquelas jovens que vão sempre ao baile, porém cada semana vão em um lugar diferente. Neste percurso encontrei jovens que transitam entre os bailes de venda nova e barreiro, passando pelas festas do centro, além de frequentarem atividades culturais em sítios, e outros bairros.

4.3. O caminho para o baile

Segundo Silva (2012) as festas, podem ser brechas através das quais a população negras se apropria do espaço público urbano, expressando-se de forma autêntica. Mas, ao mesmo tempo, a proibição, negociação, concessão de permissão para a realização das festas negras podem ser mecanismos de controle e dominação. A proibição dos bailes funks do Rio de Janeiro, sobretudo nas áreas pacificadas acompanhada pelo crescimento dos bailes funks de elite que custam em média cem reais a entrada e a sistemática negação de alvarás para realização de bailes Funks e festas de Hip Hop nas ruas de Belo Horizonte, evidenciam isso.

A presença e o trânsito da juventude negra e favelada na espacialidade urbana incomoda. Isso ficou nítido nos comportamentos e comentários esboçados pelas pessoas no metrô, no ônibus e na rua. A violência da cidade contra a juventude negra era explícita e intensa. Na utilização do transporte público, ônibus e metro, a relação com funcionários das empresas de transportes, policiais e outros cidadãos é emblemática.

Utilizei vários transportes diferentes e percorri vários caminhos diferentes para chegar aos bailes e em todos eles identifiquei muita violência contra a juventude negra. Desde

comentários de outros cidadãos ao impedimento de acesso por parte de trabalhadores e policiais.

Fui de ônibus, de metro, de moto... tentei percorrer os caminhos que as e o jovens percorrem quando vão se divertir. Encontrei muitas jovens pelo caminho. Geralmente elas vão com as amigas, ou em grupos mistos, algumas vezes vão ou voltam de carona nas motos com os namorados, ficantes ou peguetes. Embora seja mais comum os meninos voltarem juntos nas motos, do mesmo modo que vão.

Em um ônibus da região de venda nova, após um fala discriminatória do motorista um adolescente constatou: *“é o segundo velho que vem tirar nós hoje”* (Diário 12), evidenciando o recorte geracional da violência vivida por esta juventude no transporte público.

Muitas vezes as e os jovens vão e voltam a pé pra casa, e/ou demoram muito mais tempo para chegar porque seu direito de acesso ao transporte público é negligenciado pelos próprios cobradores e motoristas que além de não parar nos pontos, chegam ao absurdo de mudar, por conta própria, a rota desviando o caminho para não passar nem perto dos/as jovens.

Voltando de um baile ouvi uma conversa entre o motorista e o cobrador. Pelo ponto em que embarquei não identificaram que eu estava vindo do funk, mesmo com a pulseira de identificação do baile no braço, então fizeram vários comentários preconceituosos, principalmente de cunho racista e machista. E combinaram de mudar a rota mais uma vez pra não ter que trabalhar, em pleno domingo para um *“bando de favelados”*.

“No segundo ônibus o motorista, um colega e a cobradora vieram conversando. O motorista estava contando como fazia pra se desviar “daquele povo” que estava saindo do Vilarinho.(...) (Diário 12).

Se uma mulher negra no espaço público incomoda, imagina um bonde delas. As formas de organizações coletivas das jovens no Hip Hop e no Funk são diferentes e diversas. No Hip Hop a presença de organizações nomeadamente políticas como Negras ATIVAS, Atitude de Mulher, Metamorfose Crew, as Minas Rima colaboram para a realização de atividades, potencialização do trânsito e manutenção de uma memória que não identifiquei ainda nos espaços do Funk.

As jovens no funk formam bondes e companhias de dança; Elas vão juntas para os bailes e muitas vezes se reúnem durante a semana para ensaiar passos de dança. Impressionada com o esquema de segurança armado no metrô em dia do baile, fui assuntar e em uma conversa com um segurança do metro ouvi o seguinte:

“(...) as vezes rola bagunça no metro, mas que não tem rolado mais, graças a Deus. Porque se rolar alguma coisa séria de verdade aqui não tem como a gente fazer praticamente nada! Eles são muitos. O que a gente faz mesmo é acompanhar o desembarque. As vezes na plataforma rola alguma confusão, mas graças a Deus não ta acontecendo mais não. Quando acontece tumulto na plataforma, a gente só conduz para o lado de fora. (...) as mulheres não brigam não, só entram nas confusões pra defender ou proteger os namorados.” (...) (Diário 06).

A cidade prepara um tratamento diferenciado para a juventude negra favelada, tal tratamento inclui a imposição do terror e do medo como estratégia de estabelecimento de um tipo de segurança da cidade contra o jovem e não a favor deste. A cidade trata a juventude negra e favelada como potencial criminosa e ela responde de a isso, hora brincando com este poder hora se opondo a ele.

4.4. Chegando lá: O Baile

Nas festas de rua, deu o horário o povo vai chegando. Muitos vêm ouvindo música no celular. Vem um daqui, outro de lá. As vezes, alguns chegam antes e ficam esperando o evento começar, ou passam antes em algum bar, ou outro local da redondeza, pra aproveitar enquanto o baile não começa. Uns chegam juntos outros sozinhos, todos e todas se encontram.

“Hoje eu entrei no campo. Fui a campo. Mesmo sendo o campo tive que me deslocar. Hoje decidi dar o salto e abandonar a plataforma de teorias e textos lidos e não lidos e me lancei em campo.” (Diário de Campo 2)

Na chegada logo de cara diferenças de classe, raça e gênero. A maioria das pessoas presentes é negra, de origem popular, a maioria das pessoas com veículo próprio são do sexo masculino, muitos meninos tem moto. Tirando a passagem, o Duelo é de graça e o Baile do Vilarinho mulher até às 19h não paga. Para garantir sua diversão sem depender de ninguém, grande parte das jovens se organiza e vai mais cedo para garantir gratuidade.

O recurso para o deslocamento e a distancia da casa ao local do baile, fazem muita diferença e neste aspecto, tanto vale ir a pé, de carona, rodar a roleta junto, quanto “dá pulão” (quando o grupo salta a catraca ou desce sem pagar), entrar pela porta de traz ou pegar trazeira. Neste aspecto a juventude negra efetiva o passe livre por conta própria. Ir ao baile é

praticamente um manifesto pelo acesso a cidade, pelo direito de ir e vir, pelo transporte coletivo de qualidade e com preço justo e pelo direito ao lazer.

“Uma questão que as vezes me escapa, mas sempre volta é a questão da “segurança pública”. Tanto na chegada, quanto na saída, do Funk tem repressão por parte dos seguranças que revistam todo mundo. Tipo revista de presídio. Só falta mandar tirar a roupa íntima e abaixar três vezes.” (Diário 12)

Para os jovens a revista é mais completa. Frequentemente são obrigados a retirar os tênis, levantar a camisa, mostrar a carteira, entre outras coisas. Para entrar no Duelo não tem revista, embora a polícia esteja sempre presente e cada vez mais com atividade de abordagem ostensiva e ofensiva. O “baculejo” ou a abordagem humilhante tem sido cada vez mais empregada no Duelo.

“E os PMs a cavalo, circulavam pelo espaço jogando os cavalos nas pessoas. Um casal que estava dando um beijo bem gostoso, foi atropelado por um dos cavalos. Coincidentemente, o cavalo foi se agitando e empurrou pelas costas um jovem preto que beijava um mulher loira. Foi tudo muito rápido e violento. Os dois de olhos fechados não viram os cavalos se aproximando. Graças a Deus eles não machucaram. Mas a cena foi de profunda violência. Tanto eles quanto quem estava perto sentiu susto e indignação. Mas os policiais nem se quer se desculparam, seguiram como quem tivesse pisado em um inseto. Mantiveram uma postura arrogante seguindo em direção de um grupo que fumava maconha.” (Diário 19).

A opressão policial é a expressão mais comum de genocídio contra a juventude negra. Considerando que o processo de extermínio de jovens inicia com a violência simbólica e se consolida com as violações de direitos cotidianas que precedem a morte do corpo, por isso, ouço re-existência quando nos programas de funk no rádio e nos bailes tem tocado muito uma música de MC Dodô Fala que é nós: *“Somos soldados do morro e trazemos agora a nossa mensagem estamos cansados de ver miséria nesta comunidade, não temos trava na fala o governo hoje não me segura, eu to com apoio do povo, a palavra e uma letra na agulha.”*⁷⁰

Durante o baile funk *“Muitas musicas se repetem durante o baile. As que movimentam mais o público. Isso no rap não rola nunca. O pessoal é bem mais alegre. Sorri, canta, dança, troca carinho. É um ambiente de alegria, liberdade, descontração e pegação. No Hip Hop não é comum a troca de afeto e nem a expressão da sensualidade.” (Diário 6)*

⁷⁰ Trecho da Musica Fala que é nós de MC Dodô.

Esta dimensão do afeto me chamou muita atenção, me fez perceber que há regulações diversas presentes nos bailes. Embora o imperativo varie um pouco de baile para baile, há sempre alguma prescrição, valores e normas que incidem sobre os corpos limitando os movimentos e percepções. Estas prescrições, por sua vez, podem ser expressões das articulações entre sexismo, racismo e adultocentrismo a medida que restringem o campo de possibilidades dos sujeitos. Estas prescrições vão desde a definição do tipo de roupa as/os jovens vão utilizar, passando pelos penteados, movimentos corporais, definição de atividades e lugares.

Entre os lugares nitidamente definidos por estas prescrições esta o palco. Ocupado prioritariamente por homens, dentro de uma escala de branqueamento que também se articula com a classe social e a orientação sexual, que para os desatentos, pode até parecer configuração aleatória.

“Na roda de Breack apenas uma mulher, negra, jovem e “bem masculinizada”. No palco, mais brancos do que negros, apenas uma mulher, branca.” (Diário de Campo 01)

As músicas cantadas pelas mulheres, tocam pouco no radio e nos bailes. Nos carros elas tocam mais. Talvez porque, alguns caras tentem passar a impressão de que tem alguma mulher dentro do carro com eles.

Foi muito difícil encontrar as MCs locais de funk e ter acesso a suas produções. Só consegui acesso à elas e ao trabalho desenvolvido por elas na reta final da pesquisa. E avalio que esta dificuldade de acesso tanto as jovens mulheres quanto à sua obra tem relação com as dinâmicas do machismo que se articula com o racismo e com o adultocentrismo o que reproduz e atualiza um ciclo histórico de marginalização e discriminação contra as mulheres negras, inclusive a partir do padrão eurocêntrico de beleza. (Santos, 2009)

Durante o baile funk a musica cantada por mulher que foi mais tocada no processo da pesquisa-militante foi da MC Byonce. Antes do funk ela cantava samba, mas não alcançou a visibilidade que desejava e encontrou no funk as possibilidades que não existiam pra ela no samba. Sua música mais ouvida e cantada dentro e fora dos bailes é “Ela não anda, ela desfila... ela é top é capa de revista. È a mais mais. Com ela não tem truque. Tira foto no espelho pra botar no facebook.”

O que toca e quem canta no baile importa, sim. Mas, na impossibilidade ou na grande dificuldade de acesso este espaço de visibilidade as jovens se organizam de outras formas e buscam construir outras estratégias e vias de visibilidade e poder, entre elas a dança. Chegando no baile fui cumprimentar as pessoas:

“Cumprimentei aproximadamente uns 15 homens e apenas 3 mulheres. Os homens eu saudei de perto, a maioria com aperto de mão e abraço. As mulheres cumprimentei de longe, de longe mesmo, com um tchauzinho e um movimento de cabeça. Elas passando, eu passando... cada uma indo pra um rumo, pra um canto, pra um objetivo, ou pra cumprimentar um homem.” (Diário de Campo 03)

Geralmente mulheres e homens vão acompanhados para os bailes e /ou encontram lá com amigos e colegas. Acho que eu era a única a ir sozinha, com uma diferença. No Hip Hop eu conhecia muita gente e muita gente me conhecia e no funk eu não conhecia ninguém:

“Todo mundo bem de dupla, trio ou bonde. Só eu que vim sozinha, mais uma vez. Não tem graça celebrar, festejar, dançar sozinho. As pessoas vão as festas pra fazer isso junto, mas não me sinto a vontade pra entrar na dança de ninguém. Fiquei pensando, que no início minha participação no Hip Hop também era assim. Eu sozinha no canto, olhando a festa, tentando aproximar-me das meninas, que fugiam de mim antes mesmo da primeira palavra. Pensei que em algum momento eu decidi mudar isso. Eu resolvi participar da festa como a gente e não como observadora. Fiquei pensando como fazer isso ali no funk. Se o caminho era aquele. Então resolvi dançar. Pensei: Se eu estivesse sozinha no Hip Hop ou no Samba, eu faria o que eu queria sem me importar. Eu dançaria o quando eu desejasse. Então resolvi, dançar sozinha. E foi bom.” (Diário 12).

No baile, cada um traz o que quiser, fica o tempo que quiser e quando quer vai embora. Se não quer pode continuar no espaço. Há menos que a polícia interfira, mudando a ordem social da coisa.

Identifiquei que no baile, enquanto os rapazes ostentam cordões e camisas de times:

“As meninas com roupas coladas e em sua maioria decotadas e curtas, todas muito sensuais. Os meninos de tênis ou chinelo, bermuda ou calça jeans. Quase todos de Bonés. Muitos com agasalhos.” (Diário 04).

De imediato identifiquei dos contrastes importantes entre mim, as participantes do Hip Hop e as participantes do Funk. O primeiro era a idade. Me senti velha. A presença de mulheres mais jovens era muito grande em ambos e a segunda era o jeito de vestir. Enquanto as mulheres no Hip Hop pareciam mais “comportadas”, no funk tanto as jovens quanto os jovens brincavam mais com elementos de sensualidade. Através do vestuário identifiquei que o corpo estava presente e era suporte de algo político e importante:

“Não fui com minha melhor roupa. Vesti uma roupa confortável e não muito dentro do estilo que se usa no funk, também nem tão fora. Fui de calça jeans, All Star que um dia foi branco, blusinha e blusa de frio de lan bem colorida que a minha avó me deu, sacolinha de plástico na mão (a blusa e a sacola deixei no guarda-volumes ficar mais confortável e não pagar mico). Também não usei maquiagem, mas mesmo assim fiquei me sentindo como as “patis” de salto que vi no rap na sexta. Acho que é a idade.” (Diário 06).

A construção de identificações e reconhecimentos nestes territórios passam pela questão da roupa, mas articulam o jeito de vestir com outras informações presentes como raça, idade e classe social:

“É visível a identificação pelas roupas. Hoje eu tava me arrumando e pensando como as vezes pareço e as vezes me diferencio do povo do funk. Fiquei pensando nesta dinâmica complexa do que me faz igual e diferente, quase ao mesmo tempo. Lembrei do habitus de classe e raça. É assim que eu vejo. Acho que essa identificação tem a ver com a idade também.” (Diário 12).

Em alguns momentos tanto no Hip Hop quanto no Funk me senti diferente do grupo. Em outros me senti parte do grupo. Então, decidi brincar na fronteira. Considerando e ao mesmo tempo experimentando as diferentes possibilidades que estava reconhecendo:

“Fiquei pensando na necessidade e importância de ser eu mesma ou de me disfarçar de funkeira? Fiquei pensando no medo se ser funkeira também e na necessidade de me disfarçar de pesquisadora?” (Diário 06).

Com a inserção no campo percebi que muitas vezes, o cansaço da semana, que parecia pesar toneladas nas sextas-feiras 17h59, se convertia em pluma a partir das 20h. Também percebi que meus domingos já começavam em ritmo de Funk.

No funk da passagem a polícia fechou o baile as 21h. Após um constrangimento inicial a polícia saiu, mas voltou para fazer cumprir a ordem. Mas a juventude resistiu, “desorganizadamente”. Cada um foi saindo e formando bailes em outros lugares.

“21h em ponto o som parou. As pessoas foram saindo depressa e educadamente, sem tumulto. Em poucos minutos até as latinhas que estavam no chão já haviam sido recolhidas por uma família que participava do evento. Sim, os policiais vieram conferir se o som tinha parado. O Dj desligou o equipamento, mas logo um carro de som se pôs a tocar no ambiente. Outros carros de som foram estacionados, alguns metros de distância da Passagem, perto do

final do 4107 e o pau continuou quebrando para aqueles que quiseram continuar curtinho.”
(Diário 04).

Nos bailes há adolescentes e jovens, mas também há pessoas adultas, gente que curtia ou curte o Hip Hop ou o Funk na juventude, e se mantém nesta cultura, participando dos bailes mais esporadicamente. Estes frequentadores/as mais antigos, estão cada vez mais raros, porque muitos jovens negros não chegam a idade adulta. E parte dos que não são assassinados pelo caminho, são presos ou se convertem à religiões neopentecostais. Este fato aparece nas conversas informais e nas letras das músicas que relatam a perda de entes queridos e apontam caminhos.

Circulando por estes territórios percebi que, há uma grande presença de mulheres, porém estar inserida em redes de homens e mulheres faz muito diferença no que se refere as possibilidades do que conseguimos acessar ou não, isso aconteceu comigo e só identifiquei quando:

“Percebi que em um curto espaço de tempo cumprimentei muitos homens. Todos eu abracei com um certo carinho e intimidade, porque a gente se conhece de mais tempo. As mulheres, que não foram muitas, cumprimentei mais superficialmente, elas erram “acompanhantes dos caras”, eram mulheres que eu estava conhecendo hoje e ou que conheço de vista. Onde estão as mulheres que são Hip Hop? Uma que conheço mais cumprimentei de longe. Dos homens me aproximei. Na roda de Breack apenas uma mulher, negra, jovem e “bem masculinizada”. No palco, mais brancos do que negros, apenas uma mulher e branca. Ao fundo, atrás do palco, muitos adolescentes, grande parte usando tiner, loló, maconha, cigarro.” (Diário 01).

Existem sujeitos políticos que vão ao baile e outros que vem de lá, pois a pesar da forma implacável como as articulações entre racismo, sexismo e juventude incidem na vida das mulheres negras a cultura e os valores sociais compartilhados por elas no baile produzem sujeitos diversos. As relações dinâmicas compartilhadas nestes territórios fazem com que as participantes do Hip Hop e do Funk criem suas estratégias de re-existência e enfrentamento às lógicas de opressão vivenciadas dentro e fora destes territórios. Com uma forte presença do femicídio e do genocídio racista em suas vidas cotidianas a participação nos bailes passa a ser possibilidade de resistência para a juventude negra. No duelo há poucos casais, enquanto no

baile funk há um grande número de casais. As expressões de alegria, afeto e carinho no funk são mais comuns que no Duelo.

No funk as pessoas são alegres, leves, namoram, se divertem. No Hip Hop as pessoas, muitas vezes, estão sérias, numa diversão mais contida, mais controlada inclusive em se tratando de expressões sensualidade a afetividade. O corpo faz movimentos diferentes.

“Muita gente esta apontando a diversidade de pessoas presentes no duelo. Principalmente, a nova geração do Hip Hop, mulheres de todos os jeitos e tipos, tribos, idades ... os play boys e os noiados. Mas de todos os diversos os que tem incomodado mais são os noiados, que são justamente adolescentes, favelados, e na maioria negros. Teoricamente o próprio público do Hip Hop.” (Diário 15).

Meu olhar que a principio diferenciava e dividia participantes do funk e do duelo acabou por me confundir e fazer refletir sobre as reais igualdades e diferenças existentes no que a principio achei que fossem “dois grupos” distintos. Um dia, no ônibus, eu confundi o pessoal do Hip Hop e do Funk. E isso revelou uma série de hierarquias e naturalizações.

4.5. A presença das mulheres: MC Katia, Companhia Top Ouro, Cia Quebre Minas, Negras Ativas, as Negras Jovens da Casa Amarela e as Minas Rima

Durante minhas idas aos bailes encontrei muitas mulheres, tive oportunidade de conversar com algumas dentro e fora das festas. Além das jovens entrevistadas e daquelas que foram se tornando colaboradoras no desenvolvimento da pesquisa, o contato com as Dançarinas de Funk das Companhias Quebre Minas e Topo Ouro, com a MC Kátia, várias participantes do Duelo de MC's, Negras ATIVAS, as participantes do Projeto Hip Hop das Minas, as negras jovens da Casa Amarela e com as Minas Rima (que reúne várias mulheres de vários territórios) permitiu a construção de muitas das reflexões contidas nesta pesquisa.

Estes encontros e diálogos evidenciaram que, embora a presença das mulheres no palco seja pontual e esporádica, a presença e participação das mulheres no Funk e no Hip Hop é constante, intensa e fundamental. Sem a participação das mulheres as festas não aconteceriam. Elas regem o ambiente com sua presença e postura.

“No palco comemorando os cinco anos de Duelo, nenhuma mulher foi lembrada. Atrás do palco a Poly organizava com meninas da marcha e com o namorado novo uma ação. Como nas antigas, fizeram vários stensils feministas e saíram pelas ruas pra detonar.

Ela me disse “ To com saudade do verdadeiro hip hop! Vou pra rua grafitar, mandar mensagens revolucionárias, isso é verdadeiro H2 e não o que a gente ta vendo aqui.” (Diário de Campo, 17)

Mais de uma vez em diferentes bailes:

“Percebi que em um curto espaço de tempo cumprimentei muitos homens. Todos eu abracei com um certo carinho e intimidade, porque agente se conhece de mais tempo. As mulheres, que não foram muitas, cumprimentei mais superficialmente, elas eram “acompanhantes dos caras”, eram mulheres que eu estava conhecendo hoje e ou que conheço de vista.” (Diário de Campo, 01)

Isso me fez pensar sobre: Onde estão as mulheres que são Hip Hop? Onde estão as mulheres no Funk? Quem são? O que produzem? E como nos relacionamos? Em muitos momentos me senti sozinha no baile e nesta reflexão:

“Andei pra lá, andei pra cá. Dancei sozinha. Quase entrei em um grupo. Comprei uma água. Andei mais. Dancei sozinha. No baile as pessoas vão em grupos, duplas ou casais. Raramente tem alguém sozinho. O povo para, dança um pouco e depois circula. Alguns grupos marcam um lugar de referência.” (Diário de Campo, 14)

As dinâmicas do machismo fazem com que as mulheres percam oportunidades importantes de se conhecer, trabalhar juntas. Justamente por isso, o registro destas histórias e memórias fica como dica e sugestão para outras pesquisas. Na impossibilidade de realizar tal proposta no curso desta pesquisa-militante, procurei colaborar para que alguns encontros e reencontros fossem possíveis, assim participei da organização e realização de algumas rodas de conversa que reuniram mulheres do Hip Hop e do Funk de diferentes gerações.

A Roda de Conversa "**Mulher, Hip Hop e Funk: Vivências e Resistências!**" que fez parte das intervenções do mês da mulher, o estímulo às convidadas era o seguinte: Conte um pouco da sua história de vida e participação no Hip Hop ou no Funk? O que te fez/faz participar? O que te fez parar/continuar? Que dificuldades você enfrenta? Como você identifica o Hip Hop ontem e hoje? Mobilizou as convidadas Shirley e Marina (B.Girls do Spin Force Crew), Melina e Scheylla (Funk/ Hip Hop). Eu fui a mediadora da conversa, que envolveu mulheres e também homens destes movimentos, e também de outros.

“Que debate intenso! Vários sentimentos e misturaram em mim e ao meu redor. Nesta atividade conseguimos reunir mulheres do Hip Hop atual e mulheres da antiga, com mulheres do funk e dos movimentos sociais. Foi lindo! Os homens também estavam presentes e ficaram muito chateados quando as mulheres cortaram a fala deles e discordaram do

machismo que sutilmente tentavam impor naquele espaço. O debate foi muito forte.” (Diário de Campo, 13)

Durante esta pesquisa-militante ouvi vozes e silêncios, sons, ruídos, mas também corpos. E para ouvir corpos foi preciso me entregar às relações. Não foi simples, mas foi necessário e exigiu deslocamentos intensos e diversos. O campo me interpelou: Como os corpos negros estão sendo no Funk e no Hip Hop? Como nossos corpos de mulheres negras estão sendo na vida e no mundo? Será que na arte e no lazer o sujeito negro se afirma de modo autêntico e livre?

Este exercício me fez reconhecer os corpos negros como documentos históricos em constante construção e movimento que informam sobre processos históricos e relações de poder. Mesmo se movendo em direções e velocidades diferentes os corpos femininos e masculinos interagem e se afetam nos espaços-tempos dos bailes afetando. A partir destes movimentos o corpo negro inside na lógica da desumanização orquestrada pelo racismo. No baile os aspectos psicossociais que organizam os corpos estão em movimento e podem ser recriados.

Sobre o corpo negro feminino a lógica da hierarquização e inferiorização de aspectos raciais e de gênero acontece pela via do embranquecimento, e pelas lógicas sexistas de padronização da beleza e privatização da vida. Sobre os corpos masculinos negros a além da lógica do embranquecimento o imperativo da masculinidade hegemônica e a banalização da violência/ naturalização da morte, orquestram o genocídio. Belarmino (2010).

Justamente por isso, merece destaque, a questão da sexualidade e sensualidade, presente entre todos os seres humanos, porém visibilizada negativamente em relação às funkieras. Se todo mundo gosta de sexo, e grande parte da população, faz muitas das posições do kamasuta no seu dia a dia, no espaço privado. Quais são as implicações de falar de sexo no espaço público? Porque o direito de acesso ao prazer e a autodeterminação incomodam tanto quando exercidos por jovens negras e faveladas? Porque o que a elite branca faz é carinho e o que a juventude negras e favelada faz é putaria?

Diante da tentativa de reprodução dos estereótipos de “santas x putas” colocando em extremos opostos as mulheres do Hip Hop e do Funk, a ousadia da autodeterminação e da resignificação constante exercidas por estas mulheres, assusta muita gente. Por isso, falar abertamente de sexo no espaço público é importante para rompermos com tabus, preconceitos e processos de falta de informação.

As participantes do Hip Hop do e do Funk evidenciaram que não são nem santas, nem putas, são mulheres jovens, sexuadas, construindo sua própria história, desapegadas de certos padrões e desconstruindo estereótipos. Estas jovens se permitem experimentar o prazer no espaço público. Elas ousam exercer os Direitos que lhes foi negado. Nesse sentido, as mulheres do funk e do Hip Hop parecem estar na periferia da periferia.

O machismo racista naturalizado na sociedade brasileira, quando não, impede e/ou dificulta, atrasa a participação das mulheres em todas as esferas da vida. Falar sobre sexo e fazer movimentos que remetem ao ato sexual, parece ser uma forma de exercer autonomia sobre o próprio corpo e destino. Ao mesmo tempo mobiliza o olhar do outro que de reguladores passam a ser regulados à medida que se perdem nos movimentos dos corpos que tentam dominar. No baile as jovens negras transcendem e vão além das imposições e prescrições. Ainda que algumas sejam seguidas e reatualizadas, outros espaços de possibilidades são abertos.

A construção de uma identificação positiva com o Funk e o Hip Hop ou a partir deles não é uma imposição. É muitas vezes uma perspectiva promissora, principalmente se comparada com as trajetórias anunciadas para a juventude negra e favelada. A criação e apresentação de composições e coreografias são possibilidades que para se efetivar exigem investimento de tempo e dedicação para o desenvolvimento das técnicas e habilidades necessárias.

A prática de tentar deslegitimar as mulheres que se aventuram no espaço público com julgamentos moralistas sobre sua conduta sexual faz parte das dinâmicas de controle patriarcais antigas. Porque a prática do sexo inferioriza só as mulheres? Porque o exercício do prazer entre as juventudes das periferias é tão amplamente criticado? Porque as “casas de swing” e “festas have” não recebem críticas tão severas quando os bailes funks? A minha hipótese é que os julgamentos são diferenciados porque a raça e classe do público também o são.

É preciso reconhecer que elementos de inferiorização da mulher estão presentes em diversas expressões artísticas, políticas e culturais. No Funk e no Hip Hop há muitas mulheres fazendo enfrentamentos contra tais expressões, com posicionamento e arte, consciência e atitude estão lutando por autonomia e exercendo seus direitos. Elas constroem seu direito a fala, exercem seu direito de resposta, combatendo a opressão em um espaço onde os homens são maioria e reivindicando o direito a sua sexualidade, ao respeito e ao prazer.

Em um discurso de defesa da liberdade sexual e dos direitos reprodutivos, as mulheres encontraram no funk uma ferramenta para lutar pelo direito a decidir sobre seu

corpo e suas relações e denunciar as imposições de uma sociedade carregada de valores morais impostos pela ideologia machista. As funkeiras buscam exercer direitos específicos as mulheres pobres e negras, se antes só os homens podiam falar sobre suas fantasias sexuais, hoje as mulheres respondem a altura e buscam se expressar e ser atendidas em seus desejos.

Frente as duras críticas que, sobretudo o funk tem recebido, pergunto: A quem interessa uma suposta rivalidade entre funkeiras e feministas? As experiências vivenciadas pelas mulheres periférica, compartilhadas pelas mulheres no Funk e no Hip Hop precisam ser observadas por muitas feministas com mais atenção e respeito, pois apontam possibilidades de renovação e deslocamento interessantes inclusive para os FeminismoS. Na teoria e na prática feminista o exercício de lidar com as diferenças de forma respeitosa e a tentativa de construção de solidariedade entre as mulheres deve ser uma prática constante.

4.6. O Palco

Durante esta pesquisa-militante o palco foi uma questão para mim. Como pesquisadora, como ativista e como MC, estive sempre atenta ao que rolava nos palcos. O palco era para mim um espaço importante pelo qual todas nós deveríamos lutar. Eu lutei por este espaço enquanto artista e estava lutando através da pesquisa para que outras jovens pudessem ter acesso a ele. Ao mesmo tempo, a pesquisa me proporcionava a possibilidade de pensar o palco e a relação com ele a partir de outro lugar. Nos primeiros dias:

“Não duelei, mas entrei na roda de samba. Cantei, dancei e toquei. Fiquei pensando porque me sinto mais autorizada a entrar na roda de samba e legitimada para isso? Porque não sinto a mesma legitimidade para ocupar o palco no Duelo? Conheço gente da Família de Rua assim como conheço as pessoas que estavam organizando o samba. Nossa, quanta emoção. Muitos pontos de umbanda e candomblé. Tinha gente de terreiro organizando a roda.” (Diário de Campo 2)

Longe do palco eu somente observei que: *“No auge da festa, dois MCs (adultos) um negro e um branco, subiram no palco, fizeram algumas brincadeiras e depois chamaram um bonde de meninas pra dançar. Eram 4 adolescentes muito bonitas, maquiadas, com cabelos grandes e molhados, roupas curtas e uma coreografia muito bem ensaiada. Foi um silêncio curioso. O baile todo parou pra ver o bonde dançar (não consegui entender o nome). A música que elas coreografaram falava alguma coisa sobre inveja e “recalque” (quando uma se sente inferior à outra e a relação fica tensa porém silenciada). Quando elas terminaram a*

coreografia eu achei que todo mundo ia aplaudir horrores. E o silencio “mudo” continuou. E a fala dos MCs agradecendo o respeito de todos especialmente das meninas que não estavam no palco deu a entender que em outros momentos as apresentações de meninas provocavam reações agressivas das outras mulheres presentes no baile.” (Diário de Campo 6)

Entendi que havia tensões na relação entre as mulheres, mas que o respeito a outra e suas expressões também era possível naquele espaço. Mesmo que por alguns instantes, o palco dividia quem estava em cima e quem estava em baixo. Mas, esta divisão não tinha em si somente rigidez. A resistência das mulheres foi se fazendo periféricamente até chegar ao palco, houve um dia em que:

“Ela (Mira Potira) era uma das poucas mulheres em cima do palco. A única do Hip Hop. E estava comandando a dança dos MCs. Eles estavam fazendo passinhos. Além dela tinha a namorada do DJ, que era branca. E três mulheres negras moradoras de rua. Uma a Dona Fátima era a mais preta, mais velha e estava alcoolizada. As duas mais jovens pareciam estar sob efeito de alguma outra droga, mas não tenho certeza. (...) Quando fui tirar uma foto com a Mira, a Dona Fátima se aproximou. Nós no chão e ela no palco. Ela participou da foto com a gente. Depois, ela me convidou pra subir no palco. Eu recusei. Depois mudei de ideia. Pensei uma mulher negra, já idosa, ta me chamando pro palco, eu vou sim! Ela me deu a mão e eu subi. Fiquei lá um pouco e depois fui dar role. Acho que esta foi uma das poucas vezes que fui convidada, diretamente, a subir no palco do duelo e aceitei. Uma outra foi quando Negras Ativas fez pocket show.” (Diário de Campo 19)

Junto com Spin Force, Gênica, Negras Ativas, Marcha Mundial de Mulheres, Coordenadoria Municipal da Mulher, outras organizações e pessoas independentes preparamos uma intervenção das mulheres em março de 2011, o correu que:

“Eu não quis cantar porque não me senti preparada. O Monge me chamou no palco e perguntou se eu queria cantar. Eu disse que estava cansada depois de um longo dia de trabalho e que não me sentia preparada. De fato os dias tem sido muito puxados e há muitos dias não ensaio. Mas eu poderia ter preparado algo pra este dia. E nem se quer pensei nisso. Eu poderia ter mobilizado outras mulheres, e não o fiz, porque estava atarefada demais. Mas sinto que aí tem algo mais. (...) “Há espaços onde eu me sinto autorizada e confortável para me expressar. Por exemplo nas palestras ou em atividades fora do Hip Hop eu me sinto muito mais confortável e segura para me apresentar enquanto mulher do Hip Hop. (...) Geralmente eu não me sinto nem autorizada, nem confortável.” E hoje, eu também não me senti. Mesmo tendo um convite direto e uma possibilidade real. Tivemos a dança, a DJ e as grafiteiras. Faltaram só as MCs. Eu pensei nas meninas, procurei por elas. Nenhuma MC que conheço

estava presente. Também não identifiquei nenhuma outra MC no ambiente para propor uma intervenção dela ou uma ação conjunta. Ao mesmo tempo, pensei: “ Desde quando e até quando eu vou cantar por obrigação? Porque falta mulher cantando? Cantar porque as mulheres precisam estar representadas? Porque eu não posso cantar simplesmente pelo desejo e prazer de cantar? Será que ir mais uma vez só pra representar mantém uma falsa representação feminina neste espaço? Quantas vezes eu fui em palcos artísticos e políticos porque uma mulher precisava ir, e estou indo só eu até hoje nestes mesmos espaços? Até que ponto minha presença militante nestes espaços favorece ou impede ainda mais a participação de outras mulheres neste espaço?” Decidi, não ir. Ainda sim, pensei na música que poderia cantar se eu fosse. Não encontrei nenhuma que naquele momento seria cantada por prazer ou desejo. Todas as letras que tenho e falam sobre as mulheres são “ferramentas de luta” muito pesadas e ligadas a questão da violência, da opressão... busquei uma que falasse positivamente do ser mulher, alguma que falasse de prazer, de identidade numa perspectiva alegre e positiva. Não encontrei. A que passou mais perto, foi a “Rosa Negra”. Além disso, esta música fiz pra cantar com Negras ATIVAS e ainda não temos um combinado sobre cantar esta música ou outras separadamente. Ao mesmo tempo, identifico que meu trabalho solo ta parado já faz tempo. Pensando e repensando nisso tudo, decidi não cantar e não cantei. Pensei que a presente ausência das MCs, talvez possa mobilizar outras mulheres a ocupar este espaço.” (Diário de Campo 8)

Esta tensão de ocupar ou não o palco perpassou todo processo. O Palco e a palavra me levaram para o grupo VO(O: Coro de Vozes Comuns, e de lá para a casa amarela:

“No sábado dia 5 de agosto rolou o I duelo de Mulhes Mcs. Foi no São Mateus. Na casa Amarela. Foi lindo. A Poly ta na organização junto com o Coletivo Casa Amarela, Mídia Tática, Levante da Juventude. Scheylla e eu tínhamos combinado de ir juntas. Pegamos uma carona com umas amigas e um amigo do levante. Fiquei o dia inteiro pensando, em como eu estou no Hip Hop há mais de 10 anos e nunca consegui fazer Free Staly... que barreiras estão me impedido? Será que ainda há tempo de rompe-las. Tenho me sentido muito velha. Eu fui pra ver. Chegando lá faltou uma menina e a Poli me convidou pra compor o grupo e fortalecer as meninas. Tive medo, mas a vontade e o compromisso foram maiores. E ao ver as meninas, adolescentes, chegando agora com toda coragem e disposição, rimando muito mesmo, com atitude e força, fui junto. O duelo foi organizado em duplas de mulher com homem. Fui a primeira mulher sorteada. Ganhei o par ou impar. A dona da casa começou. Era eu e o Lelê (adolescente branco) e a Sara com o Pig (que eu admiro muito). Nossa tremi nas bases. E foi difícil atacar, porque não é fácil encontra e apontar defeitos e

críticas nas pessoas que admiramos. Fizemos rimas que apontaram outras possibilidades. Ganhamos a primeira fase. E depois a segunda. Eu fui a primeira mulher a ganhar o Duelo de Minas. Não ganhei sozinha. Ganhamos todas juntas. As Minas rimam de mais. Os Manos apoiaram muito, nos inspiram, ajudam a treinar e mandam muito bem mesmo." (Diário de Campo 16)

O acesso ao palco amplia as possibilidades de relação. Identifiquei isso nitidamente na seguinte ocasião:

"Fui apresentada ao Dj Mairon e ao MC Bocão, responsáveis pelo evento. Fui convidada a subir no palco e falar sobre a pesquisa. Foi tudo de bom. A fala foi breve. Sorteamos as camisas. O MC Bocão convidou algumas meninas para subir ao palco e dançar, pra ganhar a camisa. Durante o tempo que aguardava peguei contatos com as equipes de dança. Depois que saímos do palco, fomos abordados por muitas pessoas que queriam participar da pesquisa, principalmente meninos. Fizemos algumas entrevistas na parte externa da quadra e pegamos contatos para entrevistas posteriores. Foi bastante interessante perceber como esta possibilidade de fala e visibilidade através da pesquisa soou de forma convidativa para alguns participantes do baile, que se dispuseram a colaborar na pesquisa. Algumas pessoas não se interessaram e não quiseram participar e foram respeitadas nesta postura." (Diário de campo, 26)

Adorei subir no palco dos bailes e pelo que pude perceber, assim como as capas de CDs e DVDs, subir no palco, tem relação direta com as articulações de gênero e raça. A presença de negros da pele preta nos palcos é cada vez mais escassa. As mulheres que mais acessam o palco são as mulheres brancas e/ou as mais claras entre as presentes. O acesso ao palco também pode ser viabilizado pelo laços afetivos, namoradas ou ficantes, por exemplo, geralmente tem acesso à esta área vip se seus parceiros estão lá. Importante: terminado o relacionamento, independente da história e da contribuição, o acesso ao palco é automaticamente retirado.

Subir no palco e cantar, rimar, dançar era uma questão para mim, era um desafio, um desejo e um prazer. Era algo que me fazia bem e que a principio achei que todas as jovens deveriam disputar. Porém a partir da relação com jovens no processo da pesquisa elas foram evidenciando que se cantar era importante para mim, e para algumas outras jovens, para outras o que gerava mais prazer era dançar, para outras ocupar as paredes, para outras outros lugares, fazeres, saberes outros sentidos e significados.

Meu primeiro impulso foi ler o não desejo pelo palco como submissão. Mas a insistência deste fato, me fez desconfiar. Será que é só isso mesmo? A relação com as jovens evidenciou a alteridade que se desenha com atos, sem depender de discursos políticos organizados hegemonicamente. Elas sabem o que querem e o que não querem e falaram disso. E evidenciaram que uma estratégia política inteligente é criar seus próprios espaços ao invés de disputar espaços formatados no não reconhecimento e no desrespeito ao seu potencial. A partir destas conversas refleti sobre minha própria trajetória, lembrei quanta energia gastei (gastamos) em processos e espaços nos quais nós mulheres estávamos cooperando com o todo e os homens estavam cooperando só com eles mesmos.

Lembrei-me de inúmeros momentos de debate e processos formação que demandaram tempo e outros recursos, nos quais os homens jovens presentes assimilaram somente o que foi conveniente. Fiquei imaginando quanto poderíamos ter avançado na arte e na luta se nossos esforços tivessem tido como foco pessoas que realmente estavam dispostas a abrir mão dos privilégios gerados pelo machismo e pelo racismo. Os “homens feministas” e “anti-machistas” que formamos nestes anos todos são os mesmos que roubam nossa produção, roubam nosso dinheiro, traem suas companheiras, praticam violência doméstica, exploram o trabalho feminino, desqualificam as mulheres e seus trabalhos, etc...

É importante reconhecer que a visibilidade masculina é fato em quase todas as expressões culturais e artísticas, não só no Funk e no Hip Hop. Esta visibilidade diz de relações de poder historicamente desiguais construídas a partir de relações de opressão e submissão fundamentadas no gênero, na raça, geração e na classe.

4.7 - Dividir para dominar

Em todos os dias de campo, identifiquei a presença de drogas lícitas e ilícitas. Esta presença insistente, chamou minha atenção para algumas questões: *Tráfico de drogas: estratégia de resistência e enfrentamento e/ou reatualização do genocídio?*

Se em algumas circunstâncias seguir o caminho da criminalidade seja uma forma de dizer: *“Sistema não acredito na sua promessa. Escola não vai me dar trabalho e trabalho não vai mudar minha condição. O tráfico gera um retorno imediato que eu posso aproveitar a tempo, antes de morrer, já que a minha expectativa de vida é tão pouca.”* Por outro é

preciso entender que ao gerar este um retorno rápido o tráfico ilude quem esta e conquista quem vai chegar quando estes que estão forem mortos. E não vai demorar.

O campo evidenciou que pensar sobre o genocídio e femicídio da juventude implica refletir sobre o uso, abuso e trafico de drogas lícitas e ilícitas, considerando alguns fatos:

A) O consumo de drogas gera prazer. B) Em todos os espaços sociais da cidade há presença, comercialização e uso de drogas. C) A naturalização e invisibilização do uso e da comercialização das drogas, segue uma escala que articula classe social, gênero e raça. D) A repressão e punição pelo uso e comercialização de drogas se distribui pelo território a partir da articulação raça, gênero, classe social. E) A comercialização de drogas gera lucros altíssimos. F) O prazer e os lucros da comercialização de drogas são distribuídos por gênero, raça e classe.

“Muito antes que soubessem da existência da Europa, os Africanos tinham produzido uma maneira de viver onde os homens eram seguros o bastante para deixar mulheres avançarem tanto quanto seus talentos as levassem” (Clarke, 1984: p. 7)

As articulações entre machismo e racismo trazem consequências avassaladoras para a vida dos homens negros. Impedidos pelo racismo a ter uma cesso ilimitado aos privilégios do machismo, como tem os homens brancos, os homens negros são convocados a provar sua masculinidade/ “machesa” por outras vias. Para tentar suprir ou superar os impedidos que o racismo e o traz para suas vidas, e tentando alcançar os privilégios (sexuais e econômicos, inclusive) que o machismo oferece aos homens brancos, os homens jovens, articulam as perspectivas que tem com sua leitura de mundo e usam os recursos que tem acesso para afirmar e/ou conquistar seu lugar de homem nesta sociedade.

Existe uma socialização para se tornar homem que também é perversa e deixam, muitas vezes, os jovens pobres e negros (que não são a masculinidade hegemônica) reféns de sua própria condição do lugar de poder que representa ser homem. Assim, ser homem é ser corajoso, viril e isso implica não fugir da raia, ser violento, agressivo e, conseqüentemente se envolver em comportamentos arriscados. Ser homem é ter mulheres, ser reconhecido, mesmo que através do medo, ter dinheiro e poder sobre os outros. É sair da condição de invisibilidade social que, muitos desses jovens se encontram. Isso os colocam em um circulo vicioso e, muitas vezes, sem saída, de reprodução e submissão de opressões vivenciadas cotidianamente.

Quando fiz uma mirada panorâmica neste território negro, várias imagens de outros momentos neste e em outros territórios negros se avivaram em minha memória com cor

especial. Ouvi o eco de vozes que em diferentes momentos diziam: “esse povo é perigoso”, “aquele povo é baderneiro”, “aquelas meninas são submissas”, “tem muito cara mal encarado”, “aquela mulher não se valoriza”, “tem muito menino novo”, “esse ambiente esta péssimo”, “que lugar mal frequentado”, “que gente estranha”, “nossa tá cheio de novinha”, “é uma gente sem cultura/ não - culta”, “essas mulheres se desrespeitam demais”, “Homem bêbado até que vai, mas mulher bêbada...” , “tem muita gente usando droga”, “tem até mulher usando droga”, “esses caras são violentos”....

Depois de tanto tempo pesquisando, provavelmente a mando de alguma rainha negra do passado, Frantz Fanon me alertou, e finalmente percebi que aqueles sons e imagens que se conectavam de formas múltiplas e variadas na minha mente formavam um único discurso: “Dividir prá dominar”. Era o método de controle de escravos de Willy Lynch⁷¹, operando, para que o opressor, mais uma vez, fizesse morada no mais íntimo do oprimido.

“Eu seleciono um número de diferenças existente entre os escravos; eu pego essas diferenças e faço-as ficarem maiores, exagero-as. Então eu uso o medo, a desconfiança, a inveja, para controlá-los. (...) Pegue uma pequena e simples lista de diferenças e pense sobre elas. Na primeira linha da minha lista esta a “idade”. Mas, isso só porque começa com a letra “A” (age). A segunda linha coloquei “cor” ou “nuances”. Há ainda, “inteligência”, “tamanho”, “sexo”, “tamanho da plantaçoão”, “status da plantaçoão”, “atitude do dono”, “se mora no vale ou no morro”, “leste” ou “oeste”, “norte” ou “sul”, se tem “cabelo liso ou crespo”, se é “alto ou baixo.” (...) O escravo negro, após receber esse endoutrinamento ou lavagem cerebral, perpetuará ele mesmo, e desenvolverá estes sentimentos, que influenciarão seu comportamento durante centenas, até milhares de anos, sem que precisemos voltar a intervir. A sua submissão à nós e à nossa civilização será não somente total, mas também profunda e durável.”

Em função da dinâmica do racismo, aquelas/estas frases cotidianamente repetidas por brancos, quando se referem aos negros, também podem, em alguns contextos ser repetidas por negros sobre negros, em consequência das sequelas do racismo e das tentativas precárias de se esquivar da violência racial e seus efeitos. Quando isso acontece, significa que o racismo tem formas de se perpetrar e efeitos muito complexos e profundos na vida de negras e negros.

Entre as formas mais eficientes de atualização e manutenção do racismo e seus efeitos é importante nomear a supervalorização e hierarquização das diferenças. Como qualquer

⁷¹ Vide Carta de Willy Lynch (1712) – Metodologia de dominação para estabelecer disciplina e submissão entre os negros escravizados a partir da supervalorização e hierarquização das diferenças. Há questionamento sobre a autenticidade de tal documento, que não invalidam os argumentos aqui desenvolvidos. Fonte: Centro Cultural Humaiata – Curitiba/PR

outro grupo humano, nós negras e negros, não somos homogêneos, e nunca seremos. Identificar, classificar, intensificar e usar as diferenças existentes entre nós como ferramenta para criar uma hierarquia, é ainda, o maior instrumento de efetivação do racismo. Tal estratégia inviabiliza a identificação e o reconhecimento de negras e negros enquanto humanos instaurando um sistema de subalternização psicossocial. Ao mesmo tempo, impõe uma percepção distorcida do contexto que legitima o estabelecimento de privilégios e consolida a conversão das diferenças em desigualdades e inferioridades. Tal processo colabora para que, eu e você, venhamos a confundir a ideia de igualdade com homogeneidade e/ou com ausência de desigualdades.

Assim como, as imagens que o campo me forneceu, vistas por outros olhos ou com outras lentes, podem ter significados outros, as frases ditas ecoam diferentes significados se ditas por vozes diversas de sujeitos racializados e sexualizados, cujos corpos ocupam lugares sociais, econômicos e geográficos diferentes na cartografia política da cidade. Senti isso quando as imagens e sons começaram a se deslocar entre os sujeitos que encontrei neste percurso.

Quando eu reconheci que aquelas frases foram ditas e repetidas por diferentes sujeitos em diferentes momentos, me perguntei: O que isso quer dizer? Pró que serve dizer isso do “outro”? Pra quem isso é útil? Quem é esse “outro”? E, as imagens e frases agitaram-se ainda mais dentro de mim.

Para mim foi um grande incômodo reconhecer que o Hip Hop, assim como o Funk, mudou. As pessoas mudaram, eu mudei, a dinâmica mudou, o tempo passou. Mas, o incômodo ainda foi reconhecer e nomear que há pessoas, que não se reconhecem e que não são reconhecidas como iguais. A possibilidade de identificação e reconhecimento tem sido sistematicamente negada a cada um, de uma forma específica, e a todos nós negras/os, numa perspectiva histórica como estratégia de extermínio da juventude negra e pobre, mais especificamente, de genocídio e femicídio.

Em muitas situações, a classificação e a estereotipia, vêm de fora. Há uma heterodesignação, que elege algum(s) aspecto(s) para ser super exacerbado e visibilizado, conforme a conveniência de um jogo de interesses, invisibilizando outros aspectos, o que promove a hierarquização entre sujeitos e grupos e estabelece a inferiorização e subalternização nos mesmos.

Observamos isso nitidamente, quando as elites classificam as favelas como redutos de marginais. Existem pessoas em conflito com a lei vivendo em favelas, assim como existem pessoas criminosas no Belvedere, Savassi e Santo Antonio. Porém, este discurso, invisibiliza

a existência de uma grande maioria da população de favela, sendo composta por trabalhadores/as que não tem nenhum envolvimento com a criminalidade. Porém, a existência de trabalhador/as nas favelas é estrategicamente invisibilizada pela ideia de que “favela é um reduto de bandidos”. Há pessoas que cometem crimes em todas as regiões da cidade, nas diferentes classes sociais. Porém, legitimados por este discurso, as políticas e a justiça, seguem atualizando este estereótipo a medida que tem uma ação de seleção focada em prender e condenar os bandidos vai atuar de uma forma com os negros/as favelados/as e de outra com as elites brancas. Nesta perspectiva, se ser favelado = ser bandido, eu posso me negar a assumir este lugar de bandido historicamente reservado para mim, e ao mesmo tempo me proteger da violência policial, negando que sou favelada. É importante reafirmar que neste exercício estou negando o “ser favelada” na perspectiva do “ser bandido” não no que se refere a negação das minhas vivências na minha comunidade, porém estas vivências, muito mais amplas que a criminalidade, ficam invisibilizadas e sem nome, visto que estas experiências que podiam compor o “ser favelada” foram substituídas unicamente pelo “ser bandido”.

É dividindo que o racismo domina impondo o genocídio da juventude e o feminicídio das mulheres na periferia. Algumas diferenças começam a ser exacerbadas e visibilizadas, enquanto outras são invisibilizadas e naturalizadas até perderem o nome.

É assim que favelados de uma área entram em guerra com favelados de outra área vizinha. É assim que negros deixam de ser irmãos e mulheres deixam de ser cúmplices e solidárias. É assim que as diferentes gerações se interpelam. Foi assim que grupos éticos africanos entraram em conflitos. E sabe quem vendou munição e arma para os dois lados?

Criar hierarquias entre o Funk e o Hip Hop, entre fiéis e piriguetes, entre mulheres do Hip Hop e do Funk, é comprar estas armas e entrar na guerra contra nós mesmos. É alimentar o genocídio e o femicídio a partir do aprofundamento de desigualdades que nos prejudicam de todas as formas em qualquer um dos polos desta dicotomia artificial.

A classificação de sujeito suspeito e potencial marginal é proferida pelo aparato policial, tanto para quem é do hip hop, quanto para quem é do funk, sem distinção. Eles olham prá nós, localizam rapidamente o que nos identifica e pode unir. Porém, o nome que eles dão, diz de outra coisa. Ao perceber que a nossa existência evidencia uma resistência histórica a um sistema injusto e denuncia a necessidade de mudança de leis desiguais, temendo nosso potencial de resistência, não querendo mudar as leis, objetivando a manutenção de seus privilégios sexuais, raciais, econômicos e geracionais, nos classificam como bandidos e traçam para nós a cadeia e o caixão como destino e perspectiva.

Perceber as diferenças que existem nestes universos, sem organizá-las hierarquicamente, reconhecendo tais diferenças enquanto singularidades ou especificidades e não como inferioridades, pode nos fortalecer e favorecer a compreensão do contexto complexo no qual estamos inseridas/as.

Outro ponto que ressalta na presente pesquisa diz respeito a relação do funk e hip hop com as lógicas do mercado. Nesse sentido, Lopes (2010: p.15) aponta que é criativo e estratégico, mas vulnerável as forças de mercantilização. Concordo com ela, a partir da pesquisa, foi possível identificar que neste contexto tanto o Funk quanto Hip Hop tem suas formas de expressão invadidas e contaminadas pelas lógicas do mercado que não só classifica e homogeniza, mas também, embranquece e hierarquiza suas expressões. Submetendo plástica, musicalidade, oralidade e performance aos interesses do mercado.

O Mercado organiza um processo de seleção ideológico dos conteúdos e sujeitos que alcançarão visibilidade hegemônica. Organiza também a manutenção e/ou destituição da visibilidade emprestada aos agentes culturais e suas produções. Na Cultura Funk, por exemplo, a produção de funk melodie e funk consciente é ininterrupta, porém o funk sensual tem alcançado mais visibilidade hegemônica. Outro exemplo, na Cultura Hip Hop, as mulheres estão presentes e atuantes, desde sempre, a única mulher a alcançar visibilidade hegemônica, ainda que momentânea, foi Negra Lee. Músicas de cantoras como a Dina Di, que questionam as lógicas de opressão, permanecem invisibilizadas. Entre as pessoas que alcançam visibilidade hegemônica tanto no Hip Hop quanto no Funk, percebemos nos últimos 10 anos um embranquecimento dos sujeitos e um esvaziamento político no que se refere aos conteúdos. Temas como a religiosidade de matriz africana, afirmação da identidade racial negra, denuncia de violências e outros questionamentos ao sistema, desapareceram, ao passo que a ostentação, esta cada vez mais disponível no mercado. O que isso significa? Qual é o impacto da ostentação sem identidade racial e sem crítica política para a juventude negra da periferia? Talvez o tráfico tenha a resposta: genocídio e feminicídio.

Qualidade técnica tem sido o disfarce preferencial do processo de branqueamento, esvaziamento político e expropriação da cultura negra periférica. Ser profissional, e ter qualidade técnica, é na prática, sinônimo de ser branco e não bater de frente com o sistema. É compartilhar “habitus” da classe e raça, da classe média e alta, e da raça branca. Será que entre os milhares de grafiteiros e grafiteiras do Brasil, não há nenhum/a negro/a pobre com qualidade técnica e profissionalismo para alcançar reconhecimento nacional e internacional? Eu duvido. E percebo que o grafite, esta sendo cada vez mais moldado para caber

confortavelmente na gaveta das “Artes Plásticas”, o que implica e exige desapropriação e desracialização.

Os bondes, posses e grupos, que em sua dinâmica de funcionamento evidenciavam e fortaleciam a dimensão da solidariedade e da cooperação coletiva, estão cada vez escassas, ao passo que carreiras individuais estão cada vez mais frequentes.

É preciso pensar em prá que serve a visibilidade hegemônica? Quem efetivamente ganha com isso? É fato que já temos alguns funkeiros MCs e dançarinas/os sobrevivendo do seu trabalho e/ou complementando sua renda com recursos oriundo do exercício de sua arte. Porem, quantos enriqueceram? Quantos pararam de tomar dura da política? Quantos deixaram de ser perseguidos nos shoppings pelos seguranças? Quantos conseguiram mobilidade social? Quantos conseguiram superar e/ou romper com lógicas de opressão?

4.8 O fim do baile e a volta pra casa

“Mais um pouco e vai clarear... nos encontraremos outra vez. Com certeza nada apagará este brilho de vocês.”

Sempre que ia ao samba sabíamos que a festa estava acabando pelas musicas que tocavam, não só pelo horário, que geralmente era o mesmo. No Duelo, O Freestyle do Campeão, no Vilarinho a fala dos MCs e o acender das luzes. O termino da festa não é o fim de tudo, e o momento de afastar do abraço, era o momento de começar a semana, ou o fim de semana, a vida, uma nova trajetória rumo a casa, ao trabalho, no mundo real.

No termino da festa agente vai embora junto. Cada um segue seu caminho, mas muitos de nós fazemos um mesmo percurso, ou melhor usamos as mesmas estradas para percorrer diferentes caminhos. Provavelmente nem todos acessaram todas as possibilidades presentes no baile, mas de algum modo, elas estiveram próximas e mais acessíveis. E sabê-las próximas já é uma ampliação no campo de possibilidades.

Transformar nossa alegria em caso de polícia é uma forma de tentar controlar e desumanizar. O não-humano pode ser morto sem prerrogativas. Fazendo festa a juventude negra promove uma reapropriação do espaço publico, exerce seu direito de circulação e transito pela cidade, desenvolve por si própria a implementação de uma política/projeto de lazer, cria espaços-tempos de exercício da sociabilidade, sexualidade e da fruição artística e cultural. Além de criar visibilidades alternativas que podem ou não ser contra-hegemônicas.

No metro sempre tem os seguranças. Que revistam todo mundo na chegada e vão pelo menos 6 em cada vagão do metrô. Eles vão com medo. Vários outros ficam em cada estação. O clima vai tenso.” (Diário 12)

A pergunta que fica é porque o prazer da periferia incomoda tanto? O prazer da periferia incomoda e a violência contra esta juventude é prova disso. Nesta pesquisa-militante presenciei muitas violências, TODAS contra a juventude negra. E não o contrário. Violências da cidade contra a juventude negra, da polícia contra a juventude negra, da mídia e do mercado contra a juventude negra.

Isso tem sido uma constante com a juventude negra e favelada, a construção de concepções negativadas e marginalizadas sobre elas que as colocam não lugar, na condição de subgente, subcidadania. Isso leva a justificativa de controle e extermínio desse grupo social que tem pago com suas vidas a manutenção de privilégios de outros grupos (homens, braços, classe média e alta).

4.9 - Minha buceta é o poder

O que acontece quando uma mulher diz em público: “Minha buceta é poder?” Depende da raça, da idade e da classe social. A definição do que é político e do que realmente importa e passa por estes elementos. A raça, geração e gênero são definem nossa relação com nossos corpos e com o mundo. E provavelmente estes elementos influenciam diretamente na definição da “Marcha das Vadias”, como um movimento político e um bonde de dançarinas de funk é deslegitimado.?

Considerando que os bailes de Funk, de Hip Hop e também de samba e soul são originalmente espaços-tempos de encontro, visibilidade, valorização e autoestima das mulheres negras, territórios nos quais as negras são respeitadas e reverenciadas. É preciso pensar com atenção tanto o momento histórico quando o sujeito político e nas circunstâncias em que se visibiliza a expressão “minha buceta é o poder”.

Considerando as tentativas de apropriação pelo mercado globalizado que tem ciência e mídia como fortes agentes aliados ao ouvir esta expressão, viajo de Valesca da Gaiola das Popozudas à Sarah Baartman. Os significados e sentidos desta expressão na boca de uma jovem negra favelada socialmente invisibilizada não necessariamente coincidem com os significados e sentidos da mesma expressão quando é verbalizada por mulheres loiras dentro

dos padrões de beleza nas mídias hegemônicas. Bucetas negras e bucetas brancas mobilizam poderes diferentes, sobretudo no espaço público.

Sarah ou Saartjie Baartman foi uma jovem sul-africana da etnia Khoi-San que em 1810 com 21 anos foi separada dos dois filhos e do marido e traficada para Londres pelo cirurgião inglês Willian Dunlop. Em Londres ela passou a se exibida semi nua em shows de monstruosidades e reuniões de estudos científicos. Sendo vendida em 1814 para um circo francês onde sobreviveu por mais um ano. Muitos cientistas europeus se consagraram a partir dos estudos feitos com Sarah, anestesiou sua dura vida e acelerou sua própria morte com grande e contínua ingestão de álcool, falecendo em dezembro de 1815 contaminada por uma doença contagiosa. Segundo Damasceno (2008). *“Destruindo-se ela mostrava que ainda detinha poder sobre o seu corpo que não podia ser de todo controlado, assim ela resgatava tragicamente sua autenticidade.”*

A partir destas exposições que evidenciavam a civilidade e normalidade do homem branco europeu a partir da exibição da desumanidade localizada por estes cientistas brancos naquela mulher negra africana, Sarah Baartman ficou conhecida, pejorativamente, como a Vênus Hotentote. Após sua morte, Sarah teve sua genitália exposta em uma garrafa no Museu do Homem de Paris ao lado dos cérebros de representantes do racionalismo francês. Esta exposição permaneceu até meados dos anos 1980 quando seus restos mortais dela foram incansavelmente reivindicados por seu povo, sendo finalmente velada e enterrada na Cidade do Cabo em 2002, Damasceno (2008).

Neste contexto é possível entender que Negritude e branquitude são construções possíveis a partir e através de relações assimétricas nas quais feminilidades e masculinidades formam parte importante na configuração dos jogos de diferenças e desigualdades que dão textualidade e humanidade aos corpos nos mais diversos contextos. A humanização de corpos masculinos brancos versus a desumanização dos corpos das mulheres negras vem se atualizando de diferentes formas ao longo da história. Lançando mão de estereótipos que fazem uma articulação dinâmica entre poder e conhecimento para construir e legitimar “verdades”. A racionalidade europeia se estruturou com a afirmação da desumanidade da mulher negra gera feminicídio.

Explicando atualização desta dinâmica, entre outras pesquisas, Pacheco (2008) aponta a raça e cor da pele como elementos precedentes na preferência afetivo-sexual que incidem diretamente na vida das mulheres negras fazendo com que estas, em relação a outros grupos étnicos tenham menos ou não tenham parceiros afetivos fixos e relações afetivo-sexuais formais, estáveis e duradouras como resultado de práticas culturais historicamente instituídas.

Evidenciando que os investimentos de capital social, cultural, afetivo e político são perpassados pelas lógicas do racismo em suas articulações hierárquicas com as dimensões de raça, gênero, classe e geração.

A grande diversidade e longevidade das experiências políticas das mulheres negras nos ensina que ser mulher negra jovem e favelada é experienciar a intersecção de diferentes diferenças, justamente por isso o prazer na periferia incomoda tanto. Incomoda quando não é o prazer da objetificação da periferia pelo outro externo. Incomoda quando a periferia decide por sua própria conta exercer o prazer porque as jovens destinadas a se objeto sem vida e os jovens marcados para morrer contrariam este destino e ousam viver, acessar direitos e exercer o prazer, ousam sair fazendo festa pela rua.

Numa sociedade onde os direitos fundamentais são sistematicamente negados reivindicar e exercer o direito ao prazer, a liberdade de expressão, a liberdade sexual, a liberdade de ir e vir é produzir resistência, é criar estratégias contra o genocídio e o femicídio da juventude.

Os contextos e relações nos quais os corpos de mulheres negras e branca são poder e tem poder não são os mesmos, justamente porque nossas histórias e processos opressão e resistência não são os mesmos.

A luta ancestral das mulheres negras contra todas as formas de opressão é mais antiga e mais ampla que os chamados feminismos

Tentar avançar na compreensão das periferias do gênero e das relações de gênero nas periferias e favelas, articulando as dimensões da raça negra, da classe pobre e da geração jovem é um desafio epistemológico e político de grande complexidade que vale a pena ser encarado *"Com a convicção de que é justamente nesse "entre" que acontece o que interessa."* (Tommasi, 2011, p. 2)

Entendendo o poder e o empoderamento como estratégias de enfrentamento ao genocídio e ao femicídio. Importa que as mulheres negras conheçam e se apropriem do poder de suas bucetas para o seu próprio prazer.

Entendendo que o racismo é um sistema de poder. Não é uma ideologia, é uma consciência historicamente elaborada no mundo com impactos e expressões em todas as áreas da vida. A modernidade capitalista e industrial assinada pelo continente europeu só foi possível através da brutal expropriação do continente africano. O estabelecimento e o desenvolvimento do capitalismo moderno foram viabilizados pela violenta escravização racial e pelo genocídio dos povos africanos, presente ainda hoje contra negros em África e na

Diáspora, numa dinâmica de subalternização de todas as formas econômicas, sociais, culturais e científicas desenvolvidas historicamente por estes povos. (MOORE, 2007).

A imposição de uma classificação social universal da população do planeta em torno da ideia de “raça”, referenciada prioritariamente no fenótipo, se deu no curso da expansão do colonialismo europeu, fundadora do atual padrão mundial de poder que impregna todas e cada uma das áreas da existência social, estabelecendo o racismo moderno como a mais profunda e eficaz forma de dominação política, social, material e intersubjetiva, (Quirano, 2005).

No exercício de tentar analisar relações de poder entre sujeitos caracterizados por múltiplas identidades e marcados por diversas opressões e vulnerabilidades, em espaços sociais historicamente marginalizados, que se constituem enquanto territórios de re-existência negra, faço aqui uma análise reflexiva sobre os discursos que encontrei a respeito destes territórios e seus habitantes. Observando e expressões políticas e culturais presentes nestes territórios consegui identificar algumas relações, situações e práticas de gênero que identifico com experiências de exercício do poder e/ou como efeitos de poder.

Busquei identificar se e como tais, podem colaborar para o aprofundamento ou desconstrução do quadro de femicídio e genocídio étnico-racial vivido pela juventude negra. E neste processo de pesquisa-militante evidenciou-se para mim o fato de que pensar a experiência da juventude negra contribui para pensarmos as relações de poder e os processos de construção da democracia⁷² no Brasil e na América Latina.

As relações de poder gênero e raça na condição juvenil tem uma perspectiva relacional assim, podem ser identificadas nas relações, interações e discursos, sobretudo onde há desigualdades, tensões e re-existência. Neste trânsito identifiquei o poder como a possibilidade de algo, como mecanismos que legitimam ou deslegitimam sujeitos, instituições, processos e praticas sociais. Identificamos os efeitos de poder na diferentes interações e relações presentes no baile. Também identifiquei dinâmicas das relações de poder na produção do sujeito, na capacidade de incidência, reconhecimento, na possibilidade de exercício dos direitos, e na capacidade de ampliar os horizontes do possível de/ para /com um sujeito ou grupo.

O poder é relação, existe e acontece no “entre”. Como sistema ou conjunto dinâmico de relações desenvolvidas ao longo do tempo em diferentes espaços, por diferentes sujeitos em condições de igualdade e/ou desigualdade. Tais relações podem criar, manter, atualizar ou desconstruir desigualdades e opressões. Ao mesmo tempo é linguagem, é discurso. Pode ser

⁷² A democracia aqui é entendida como um sistema que transcende as instituições tradicionais da representação política vigente.

entendido como práxis comunicativa. É relação fluante, esta em toda parte e acessível de algum modo para todas as pessoas. Um sistema de poder é um conjunto de relações dinâmicas que tem intencionalidade(s) e gera efeito(s) nos sujeitos, grupos, organizações e nas próprias relações.

Poder, é também, criar uma oportunidade que é negada. Criar habilidades e condições de acesso e exercício daquilo que é sistematicamente impedido, negado ou proibido. Considerando isso, a partir das relações e experiências no e com o movimento de mulheres negras e também observando minha experiência enquanto mulher negra, sinto que é importante, para nós mulheres negras, resgatarmos o conceito de empoderamento.

Atualmente podemos dizer que não há consenso sobre o conceito de empoderamento. Este conceito tem sido “mal visto” no espaço acadêmico ao mesmo tempo em que tem sido cada vez mais utilizado por governos e organismos internacionais. Desconfiando da recusa acadêmica ao conceito, assim como também, do encantamento governamental em relação ao mesmo, penso que importa ao feminismo negro reassumir a autoria e a utilização deste conceito a partir das perspectivas das mulheres periféricas, uma vez, que o mesmo faz sentido para análise das experiências destas.

No debate internacional sobre desenvolvimento, de modo especial a partir da inclusão da igualdade de gênero como um dos Objetivos do Milênio (ODM), o empoderamento das mulheres, entendido prioritariamente como acesso a bens produtivos e desenvolvimento de habilidades, passa a ser ferramenta indispensável para promover o desenvolvimento e a redução da pobreza no mundo.

Protagonizando o debate sobre desenvolvimento desde a década de 1980, organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial (BID) e até o Fórum Econômico Mundial (FEM) desenvolveram, entre outros indicadores de equidade de gênero a “Medida de Empoderamento de Gênero (MEG)”, criada em 1995 para medir a participação das mulheres em áreas estratégicas e na tomada de decisões, (UNFPA, 2009) (SPM, 2010). Tal implicação, balizada pelo aumento da produtividade e pelo crescimento econômico e não pela ruptura com processos de opressão-submissão, nos leva a refletir sobre um possível esvaziamento do conceito de empoderamento.

O conceito de empoderamento vem do inglês, empowerment, inicialmente utilizado pelo feminismo negro, diz de um processo através do qual as pessoas oprimidas desenvolvem, por si mesmas, condições para desafiar as relações existentes de poder e alterá-las, confrontando a ideologia patriarcal, o sexismo e o racismo e buscando modificar as relações,

estruturas e instituições que as reproduzem para gerar uma sociedade democrática e co-responsável na qual as mulheres ocupem posições e condições igualitárias às dos homens. (Ochoa, 2004; Lagarde, 1997).

O empoderamento consiste em mudar a distribuição do poder, nas relações interpessoais e nas instituições. O que só pode se dar, se e quando, as pessoas oprimidas desenvolvem por si mesmas, poder para gerar mudanças coletivas significativas. Empoderar-se supõe desenvolver poderes positivos, ou seja, criar condições, se apropriar de recursos, bens, habilidades, capacidades e espaços para enfrentar e superar a opressão, e criar alternativas que permitam obter um maior controle ou uma redistribuição sobre as fontes de poder (bens materiais e simbólicos, recursos intelectuais, a ideologia) e construir formas alternativas de exercê-lo. Este processo tem tanto uma dimensão individual como coletiva. O empoderamento implica em mudanças cognitivas, psicológicas, políticas e econômicas nas pessoas e grupos, que se traduzem em suas práticas cotidianas (culturais, políticas, sociais, econômicas) (Nasser, 2001; Stromquist, 1997).

Segundo Fonseca e Silva (1995) a “velha nova ordem mundial” que se estabelece e se reatualiza fundamentada no racismo patriarcal, em seu projeto de globalização, tem como destino e possibilidade para população negra a eliminação, o genocídio e o feticídio. Frente a isso, uma alternativa possível é retomarmos as perspectivas negras de empoderamento, para fortalecer novas práticas de sororidade e a cooperação entre nós, ao mesmo tempo que reassumimos a negritude como postura política, como possibilidade de enfrentamento e existência a esta lógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

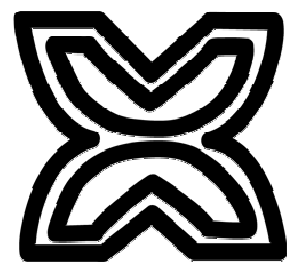


Figura 32: O Adinkra FAWOHODIE
Significa independência, liberdade,
emancipação.

Considerações

Antes de iniciar esta escrita decidi dar mais uma idinha no Baile, pra verificar se o que acho que senti e vivi foi isso mesmo. Pra começar saudei o povo da rua, conversei com mais algumas pessoas, circulei pelo espaço, curti o som, militei, afinal, já estamos organizando mais um 8 de março, respirei fundo, me inspirei, e fui escreviver.

Esta escrevivência é para a complexidade do campo o que a caixa de fósforos é para a chama. Podemos guardar vários palitos em uma caixa de fósforos, mas não o fogo.

Depois de um ano percorrendo territórios da juventude negra, periférica e favelada, mais especificamente, espaços do Hip Hop e do Funk, observando coisas, conversando com pessoas, estabelecendo relações, dançando, cantando e beijando ... sinto que não foi possível conhecer tudo e foi estratégico não escrever todas as coisas com as quais tive contato. Em muitos momentos precisei escolher as palavras, em outros optei por esta escolha, e em muitos outros, elas me escolheram ou escaparam de mim e através de mim, como a música que alcança e passa pelos ouvidos agitando o corpo e alma, e se esvaindo eternamente pelo ar.

Neste percurso busquei experimentar outras lentes, estranhar algumas relações, identificar outras, interpelar tantas outras e pensar alguns outros nomes que pudessem identificar com um pouco mais de precisão ou de um outro ângulo o que senti-pensei-fiz junto com tantas jovens negras/os neste processo.

Considerando que *“o que acontece aqui não é irrelevante”*⁷³ caminhei entre as juventudes negras em territórios negros que desenham na cartografia urbana da cidade outras referências e discursos diferentes dos que se reproduzem velozmente pela grande mídia hegemônica.

Não foi um exercício simples, mas a dificuldade de identificar, nomear e visibilizar as relações de poder existentes no baile como relações de gênero dizem de uma naturalização profundamente estabelecida. O poder pode estar justamente na naturalização que invisibiliza e dificulta falar disso.

No baile encontrei experiências de subalternidade, enfrentamento. Não só no que se refere a vivência da sexualidade, mas também no que se refere ao exercício de outros direitos. Presenciei também articulação de diferentes sistemas de poder (economia, sexualidade, raça), o baile traz possibilidades importantes para o exercício do poder. Assim com as Pombagiras de Lages (2012, p530) as jovens negras no Hip Hop e no Funk, constroem um cenário de

⁷³ Nessa Estrada (na Br) Grupo RZO

protesto, trânsito e inversão social, vinculado ao seu cotidiano, escapulindo aos poderes vigentes.

A poética das vozes que ecoa nas ruas, nos bailes evidencia a re-existência e o encontro humano. As mulheres da rua escapam justamente a partir das imagens distorcidas, forjadas pelos estereótipos sobre elas. Suas performances denunciam as prescrições e normas de gênero vigente na sociedade e ao mesmo tempo as desestabilizam. Ir ao baile é tornar-se visível, desejável, gente, é ter poder. Poder de ir e vir, poder de se relacionar, poder de exercer o direito ao lazer, a sexualidade, ao prazer, a ocupação do espaço público e trânsito pela cidade e voz.

Esta pesquisa-militante foi uma festa. Nossa festa foi na rua, na encruzilhada, mais especificamente. Volto desta festa acompanhada de muitos companheiros/as interlocutores, volto cansada, exausta, porém felizes. Não fiz tudo que seria possível neste encontro, mas sinto, que enquanto houver desejo, outros encontros nesta encruzilhada serão possíveis.

Inspirada em Sankofas, olho para trás e percebo que esta escrivência, reflete muito do percurso que vivi. Saí para rua, para entrar para dentro. Ocupando o espaço público me desloquei por e para dimensões inesperadas.

“Tornei-me quem sou participando...” Borges, L.A.(2011)

Sinto-me como Oxum mirando seu espelho. Contemplação, reconhecimento e reflexividade. E me interpelo: **“Que lógicas de reprodução de desigualdades e subalternidades eu posso ter reproduzido?”** **“Que estratégias de resistência terei desenvolvido.”** **“O que foi compartilhado?”**

Sinto que ser daqui e ser de lá criou possibilidades para minha própria voz. Quando imaginei que poderia colaborar para que as jovens negras tivessem voz, elas entraram em cena e colaboraram pra que eu pudesse, não só ter voz, mas também cantar. A riqueza e a complexidade do campo provocaram deslocamentos diversos, não só nas minhas percepções e posicionamentos, mas também nos rumos da pesquisa.

Por seguir uma perspectiva tipo etnográfica e auto-etnográfica esta pesquisa militante se configurou como um estudo de aproximação mais descritivo. Um passo seguinte é avançar no desenvolvimento deste estudos para alcançar com mais intensidade as Periferias do Gênero, dando novos passos na construção metodológica e conceitual.

Pela riqueza do campo, não foi possível abordar todas as questões encontradas, assim, abordei algumas e deixo sugestões para outras pesquisadoras: trabalhar e/ou construir biografias, realizar entrevistas em profundidade, grupos focais, estudo das letras de músicas,

registro áudio/visual, entre outros; Em uma próxima pesquisa, além do diário de campo criarei um blog para compartilhar as vivências e registros do processo.

Segundo Paulo Freire, todo mundo tem desejo de liberdade. Agente resiste, a norma captura, mas há algo que ainda não foi, e oxalá não será, capturado no baile. Quando entrei neste baile, achei que seria como moldar um barro inerte... porém aprender e escrever nunca termina....este barro tinha vida, estava vivo e Nanám estava lá.

Funk, Hip Hop e Feminismo(s)... tudo junto, misturado e ao mesmo tempo. Entre as pessoas nos bailes acontecem muito mais coisas do que subalternidades. Entre as jovens do H2 e do Funk algumas se reivindicaram feministas, outras não conheciam esta palavra, mas todas disseram e demonstraram que é importante lutar pela efetivação e ampliação dos Direitos das Mulheres. Com palavras e gestos evidenciaram que estão lutando por seus Direitos.

Nas Encruzilhadas desta Pesquisamilitante é possível perceber que já temos alguns instrumentos metodológicos para ouvir vozes historicamente silenciadas e lentes para ver invisibilidades, mas ainda precisamos criar outras, avançar na criação de “armas” para desconstruir desigualdades. É preciso tempo e recursos materiais e simbólicos para investir e potencializar as relações para que as próprias jovens negras e faveladas possam visibilizar sua existência e resistência já em curso.

Outras pessoas fariam esta pesquisa de outras formas. Esta foi a que alcancei neste momento. Estou tentando ampliar meu campo do possível e desenhar outros horizontes. Talvez eu tenha aprendido o academiquês, mas com certeza falo com sotaque, aguardando o encontro com outras irmãs e irmãos negros com os quais inventaremos um dialeto próprio, sem jamais esquecer nossa língua mãe, o Pretoguês como diria Lélia Gonzales. Assim vou dar um tempo, respirar e depois continuo firme na missão, pois, como bem diz Conceição Evaristo:

“Ninguém põe ponto final neste rap”

Ou seria funk...?

REFERÊNCIAS:

Abramo, H. & Branco, P. P. M. (Orgs.) (2005). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania.

Abramo, H. (1994). Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Escrita.

_____. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: ANPED, n.5 e 6, 25-36.

Abramovay & Castro, M. G. (Coord.). (2006). Juventude, Juventudes: o que une e o que separa. Brasília, UNESCO.

Abramovay, M. et al. (2002). Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO.

Abramovay, M., Andrade, E. R. & Esteves, L. C. Gil (Orgs.) (2007). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. (1 ed.) Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e UNESCO.

Adeve, A. (2009). Memórias de um passado recente: I Encontro Nacional de Jovens Feministas in: *Forito: Jovens Feministas Presentes – Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas – Espaço Brasil - São Paulo: Ação Educativa, Fundação Frederich Herbert - Brasília: UNIFEM, 2009.*

Aleixo, R. (2010). *Modelos Vivos* - Editora: Crisálida.

Amaral, A.(2009). Autoetnografia e inserção online: o papel do pesquisador-insider nas práticas comunicacionais das subculturas da Web. *Revista Fronteiras – Estudos midiáticos*, 11(1), p.14-24, São Leopoldo, janeiro/abril.

_____.(2010). Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências metodológicas. *Revista USP* (86), 122-135. São Paulo.

Andrews, G. R. (2007). América Afro-Latina, 1800 – 2000 (São Carlos SP: EdUFScar).

- Anzaldúa, G. (2000). "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo". *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, pp. 229-236. Disponível em: <http://journal.ufsc.br/index.php/ref/article/download/9880/9106> consultado em 21/10/2012 as 9h54
- Aréda, F. (2008). Exu e a reescrita do mundo. *Revista África e Africanidades* - Ano I - n. 1 – Maio. 2008 - ISSN 1983-2354. Disponível em: http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/Exu_a_reescrita_do_mundo.pdf
- Arruda, J.P. (2012). Tese e antítese: a autoetnografia como proposta metodológica. Anais do VII Congresso Português de Sociologia, Cidade do Porto, Portugal.
- Augras, M. (1980). A dimensão simbólica. *O simbolismo nos testes psicológicos*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- Azeredo, S. M. M. (2010). Encrenca de Gênero nas Teorizações em Psicologia. *Revista Estudos Feministas* (UFSC. Impresso), v. 18, p. 175-188, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2010000100011&script=sci_arttext
- Bach, A. M. (2010). Las voces de la experiencia: el viraje de la filosofía feminista. Buenos Aires: Biblos.
- Bairros, L. (1995). Nossos Feminismos Revisitados. *Estudos Feministas* 463 N 2/95.
- _____ (2000). Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; OUTRAS. *Livro da Saúde das mulheres Negras*. Rio de Janeiro: Pallas e Crioula, 2000. p. 42-61.
- Barbosa, L. M. L. (2011). Contribuições da etnografia urbana para o estudo do feminismo negro entre mulheres no hip-hop na Bahia.
- Baró, I. M. (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*. v.2, n.1, p: 7-27, 1996.
- Belarmino, R. (2010). A princesa branca dos contos de fadas e a mulher negra da vida real: uma discussão sobre gênero e raça no conto da cinderela.
- Bell, H. (2000). Eros, erotismo e o processo pedagógico. *Corpo educado*.

- Bidaseca, K. (2012). Voces y luchas contemporáneas del feminismo negro. Corpolíticas de la violencia sexual racializada. Afrodescendencia. *Aproximaciones contemporáneas de América latina y el Caribe*. Colección de ensayos del Centro de Información de las Naciones Unidas para México, Cuba y Rca. Dominicana, en el marco del Año Internacional de los Afrodescendientes, ONU, México, 2012. Disponível em: <http://www.cinu.mx/AFRODESCENDENCIA.pdf>
- Borges, L. A. (2011). “Eu não to doida sozinha!” In: FREITAS, Maria Virgínia de, PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs). Políticas Públicas Juventude em Pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, p.213-214.
- Butler, J. (1987). Variações sobre sexo e gênero. Beauvoir, Wittig e Foucault. In: S. Benhabib & D. Cornell (Orgs.), *Feminismo como crítica da modernidade* (pp. 139-154). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Butler, J. (1997). *The psychic life of power*. Palo Alto, CA: Stanford University Press.
- _____. (1998). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, 11, 11-42.
- _____. (2003). Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade (Série Sujeito e História). 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2010). *Deshacer el género* (P. S. Beltran, trad.). Barcelona: Paidós. (Trabalho original publicado em 2004).
- Caiafa, J. (2007). *Aventura das Cidades: ensaios e etnografias*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Carneiro, S. (2001). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero, organizado por Lolapress em Durban, África do Sul, em 27/28 de ago.2001. Revista Lola Press, n.16.
- _____. (2006). Prefácio de Ratts, A. (2006) *Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza & Imprensa Oficial.
- Carvalho, J & Quintiliano, R. (2009). Conquistas e desafios à participação política de jovens mulheres negras. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; SOUZA, Raquel Forito: *Jovens Feministas Presentes – Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas – Espaço Brasil* - São Paulo: Ação Educativa, Fundação Frederich Herbert - Brasília: UNIFEM, 2009. p. 88-99.

- Castro, L. R., & Besset, V. L. (2008). Pesquisa-intervenção na infância e juventude. Rio de Janeiro: Nau. Disponível em: <http://www.brunabenvengu.com/pesquisa-intervecao.pdf>
- Castro, M. & Abramovay, M. (2006). Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade (Relatório de Pesquisa). Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas.
- Castro, M. G. (2008) Juventude e Participação. Notas para pesquisa. In: II Seminário Políticas Sociais e Cidadania, 2008, Salvador. II Seminário Políticas Sociais e Cidadania. Salvador: Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador, 2008.
- Castro, M. G.(1992) Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. Revista Estudos Feministas, v.10, p. 57-74, 1992.
- Chauí, M. (2000). *Convite à filosofia*. São Paulo: Ed. Ática.
- Clarke, J. H. (1984). Rainhas Guerreiras Africanas. (Romio, J. trad) Texto original: “African Warrior Queens” by John Henrik Clarke. In Sertima, Ivan Van (ed.) Black women in Antiquity. 1984.
- Collins, P. H. (2001). Black Feminist Thought . In: *Theories of Race and Racism: A READER* - Les Back and John Solomos (pp 404-420)
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, *Estudos feministas* Florianópolis, v. 10, n.1, p.171-189.
- Curiel, O. (2007). Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas* (26), p.92-101. Universidad Central Colombia.
- _____. (2009). Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde america latina y el Caribe. Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista realizado en Buenos Aires.
- Damasceno, J. (2008). O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: O caso da Vênus Hotentote (UNICAMP)/ Fazendo Gênero.
- Davis, A. (2005). *Mujeres, raza y clase* – 2ª Edição Edições Akal – Madrid 2005 (Tradução do original de 1981).

Dayrell, J. (2001) A música entra em cena: o funk e o hip hop na socialização da juventude em Belo Horizonte . Belo Horizonte, UFMG.

_____.(2003). O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, nº 24 set./ dez., 2003.

_____. (2007) As escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e Sociedade*, v. 28, p. 1105-1128, 2007.

Donato, C. R. (2012). A Relação entre Hip Hop e Política nos Processos de Participação de Jovens Negras. Dissertação de Mestrado. UFMG, BH/MG – 2012

Duarte, E. A. (2007). O Bildungsroman afro-brasileiro de Conceição Evaristo. *Rev. Estud. Fem.* vol.14 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2006. [Depoimento de Conceição Evaristo concedido a Eduardo de Assis Duarte em 2 de março de 2006]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000100017>

Espinosa, H. (2007). Intersticios de sociabilidad: una autoetnografía del consumo de TIC. *Athenea Digital*,(12), p.272-277. Disponível em: <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/448>.

Evaristo, C. (2007). Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. Marcos Antônio Alexandre, org. *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

Facio, A. & Ochoa, L. M. (2004) *Manual de Capacitação em Direitos Humanos das Mulheres Jovens e a aplicação da CEDAW*. REDLAC. Ed. Brasileira, 2004.

Faqir, F. (2001). Intrafamily femicide in defence of honour: the case of Jordan. Editora Third World Quarterly - Volume 22, Issue 1.

Farias, E. (2009). O que pode a triangulação entre dinheiro, expressões culturais e esfera pública nos dizer sobre diversidade e universalidade?. In: CASTRO, AL., org. *Cultura contemporânea, identidades e sociabilidades: olhares sobre corpo, mídiæ e novas tecnologias* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 213 p. ISBN 978-85-7983-095-2.

Fávero, O. & Spósito; M. P.& Novaes R. R.& Carrano P. (Org.) (2007). *Juventude e contemporaneidade*. 1ed. Brasília: UNESCO/MEC/ANPED, v. 1.

- Fonseca, D. J. & Silva, O. J. (1995). A velha nova ordem mundial exclui os negros – in: Silva, Antonio A.(org). *Comunidade Negra: desafios atuais e perspectivas*. São Paulo: Atabaque/ Asett Pag 13-28.
- Foucault, M. (1984). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- _____ (1998). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- Freire, P. (1975). *Pedagogia do Oprimido*. Porto: Apontamento. 1975 2a ed. 264p.
- Freire, R. S. (2010). Participação política das mulheres jovens: Hip Hop e (novo) movimento social em Salvador. Fazendo Gênero – Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277918193_ARQUIVO_TextoCompletoComunicacaoOralok.pdf
- Galván, S. (1995). El mundo étnico-racial dentro del feminismo latinoamericano. *FEMPRESS*. Número Especial, Santo Domingo, pp.34-36.
- Galvão, T. V. B. (2009). Comunicação, Política e Juventude: ‘Marginais Midiáticos’ do Hip Hop. Dissertação de mestrado Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ - Rio de Janeiro Março de 2009.
- GARCIA, A. F. (2007). Lutas por reconhecimento e ampliação da esfera pública negra: Cultura Hip Hop em Goiânia 1983-2006. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás.
- Geertz, C.(1978). Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, p. 13-41, 1978
- Gillian, A. & Gillian, O. (1995). Negociando a Subjetividade de Mulata no Brasil. *Estudos Feministas*, n. 2. 1995. pp. 525-543
- Gilroy, P. (2001). *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: 34/Universidade Cândido Mendes, 2001. 427p.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes, 4. ed. Rio de Janeiro: LTC editora.
- Gomes, N. L. (2002). *Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Editora: Autêntica 2a Edição.

Gonzalez, L. & Hasembalg, C. (1982). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

Gonzalez, L. (1980). Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Grupo de trabalho Temas e Problemas da População Negra no Brasil. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1980. p. 223 - 245.

_____ (1991) Extratos. Entrevista Jornal do MNU, nº 19, maio/junho/julho 1991

Gramsci, A. (2006). *Cadernos do cárcere*. v. 1, 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Haraway, D. (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 07-41.

Harding, S. (1987). Is there a feminist method? In *Feminism and methodology*. Bloomington. Indiana University Press, 1987, pp. 1-14.

_____ (1993). *Ciencia y feminismo*. Madrid: Morata.

Hemmings, C. (2009). Contando estórias feministas. *Estudos Feministas*, 17(1) (pp. 215-241) janeiro-abril. Florianópolis

Hoocks, B. (1995). Intelectuais Negras. *Revista de Estudos Feministas*. Ano 3 – 2º Semestre 1995 p. 464 à 478.

_____. (2008). Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. *Revista Estudos Feministas*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/07.pdf> Consultada em 03/04/2012 as 10h36

IPEA. (2008). *Desigualdade raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição*. Brasília.

Joan W. S. (1999). Experiência. *La Ventana*. número 13 - Tradução de Moisés Silva (2001)

_____. (2005). O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 13(1):216, janeiro-abril/2005.

Junior, H. C. (2003). Ver vendo, versando sem verso, escrevendo e se inscrevendo no Hip Hop. *Revista Espaço Acadêmico* - Nº31 Dezembro de 2003 Mensal ISSN 1519.6186 Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/031/31ccunha.htm>

- Kerner, I. (2012). Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. (Tavolari, B. Trad.). Novos estudos, CEBRAP, (93)
- Keyes, C. L. (2002). *Rap music and Street consciousness*. Chicago: University of Illinois Press, 2002. 304 pp. ISBN 0252027612
- Lages, S. R. C. (2012). Possessão e inversão da subalternidade: com a palavra, Pombagira das Rosas. *Psicol. Soc.* [online]. 2012, vol.24, n.3, pp. 527-535. ISSN 1807-0310.
- Lionnet, F. (1989). *Autobiographical voices: Race, gender, selfportrait*. Ithaca, Cornell University Press. Press, 249 p.
- Lopes, A. C. (2010). “Funk-se” quem quiser: no batidão negro da cidade carioca. Tese (doutorado) - UNICAMP: Programa de Pós-Graduação em Linguística - Universidade Estadual de Campinas . Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP.
- Lopes, F. & Werneck J. (2013). Saúde da População Negra: da conceituação às políticas públicas de direito. In: Werneck, J. (org). *Mulheres Negras: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Criola.
- Macedo, R.S, (2011). *A Etnopesquisa implicada: Pertencimento, criação de saberes e afirmação*. Editora: Liber Livro – Brasília/DF 2011.
- Maffia, D.(2007) "Epistemología feminista: La subversión semiótica de las mujeres en la ciencia." *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*. v.12 n.28 Caracas jun. 2007 Disponível em: http://www.scielo.org.ve/scielo.php?pid=S1316-37012007000100005&script=sci_arttext
- Mannheim, K. (1982). *O problema sociológico das gerações*. [tradução: Cláudio Marcondes], In Marialice M. Foracchi (org), Karl Mannheim: Sociologia, São Paulo, Ática, pp. 67-95.
- _____ (1983). O problema das gerações. [tradução: Maria da Graça Barbedo]. *Sociologia do conhecimento*. Vol. II, Porto, RES-Editora, pp. 115-176, [1928]
- Marçal, J. A. (2011). Política de Ação Afirmativa na Universidade Federal do Paraná e a formação de intelectuais negros(as). Dissertação apresentada ao Setor de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná/ Curitiba – 2011
- _____ (2012). A formação de intelectuais negros(as): Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Brasileiras. Editora Nandyala. Belo Horizonte/MG.

- Martins, L. M.(1997). *Afrografias da Memória: O reinado do Rosário no Jatobá*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.
- Matos, M. (2010). Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?.*Rev. Sociol. Polit.* vol.18 no.36 Curitiba. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>
- Matsunaga, P.S (2006). Mulheres no Hip Hop: Identidades e representações. Dissertação de Mestrado o Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP.
- Mattos, P. C. (2011). O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Curitiba, PR, Brasil.
- Mayorga, C. (2007). Revisitando a pedagogia do oprimido: contribuições à psicologia social comunitária In C. Mayorga & M. A. M. Prado (Orgs.), *Psicologia social: articulando saberes e fazeres* (pp.63-80). Belo Horizonte: Autêntica.
- Mayorga, C., & Prado, M. A. M. (2010). Democracia, instituição e articulação de categorias sociais. In C. Mayorga (Org.), *Universidade cindida; universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade* (pp. 46-70). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Mayorga, C., Magalhães, M. S.; Patricio, C. J. , Cruz, D. A. G. ; Alves, S. G. (2008). O cultural e o político no coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais. *Pesquisas e Práticas Psicossociais* , v. 3, p. 96-109.
- Mayorga, C., Ziller, J., Magalhães, M. S., & Silva, S. A. (2010). O problema que não tem nome. Sobre metodologias para estudo das desigualdades. In C. Mayorga (Org.), *Universidade cindida; universidade em conexão ensaios sobre democratização da universidade* (pp. 151-180). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MAyorga, C.; Prado, M. A. M. (2010). Democracia, instituição e articulação de categorias sociais. In: MAYORGA, Claudia (Org.). *Universidade cindida; universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 46-70.
- Melucci, A. (1997). Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.5/6, p. 5-14.
- _____ (2001). *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.

- Mendes, J. M. O. (2009). *Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas*.
- Moore, C. (2011). *Fela, Esta vida Puta*. Biografia Autorizada. Editora: Nandyala Belo Horizonte/MG.
- _____ (2007). *Racismo & Sociedade: Novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Mazza edições - Belo Horizonte 2007.
- Mora, M. E. H. (2009). Indicios de una reflexión política: Desafíos Feministas en América Latina: la mirada de las jóvenes. *Cotidiano Mujer - Articulación Feminista Marcosur (AFM)*. Disponível em: http://www.cotidianomujer.org.uy/sitio/pdf/pub_ensayos09.pdf
- Moreira, F. & Oliveira, R. N. (2012). Funk carioca: o cheiro que incomoda. Texto apresentado no VI Congresso Internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos Homocultura.
- Mota, M. D. B. & Fernandes, M.P. (2008). Feminicídio ao vivo: o que nos clama Eloá. Adital - Agencia de Noticias Frei Tito de Alencar, 20 out. 2008.
- Muncey, T. (2005). Doing autoethnography. *International Journal of Qualitative Methods*. 4(5). Disponível em http://www.ualberta.ca/~iiqm/backissues/4_1/pdf/muncey.pdf
- Nascimento, E. L. (1996) *Sankofas I: A Matriz Africana no Mundo*. Editora Selo Negro.
- Navaz, L. S., Suárez, L. & Castillo, R. H. (2008). *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Madrid:Cátedra.
- Neves, S. & Nogueira, C. (2004). Metodologias feministas na psicologia social crítica: a ciência ao serviço da mudança social.
- Novaes, R. & Vannuchi, P. (orgs). (2004) . Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação – Instituto Cidadania e Fundação Perceus Abramo, São Paulo – SP.
- Novaes, R. & Vital, C. (2005). A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In *Associando-se à juventude para construir o futuro*. São Paulo: Peirópolis.
- Novaes, R. (2002). Hip Hop: O que há de novo? In: *Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs*. Recife: GT Gênero. Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO, Gênero e Cidadania.

ONU. (2010). As Mulheres do Mundo 2010: tendências e estatísticas. Organização das Nações Unidas. Disponível em:
<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/Worldswomen/WW2010pub.htm>

Papa, F. C. & Souza, R. (org's) (2009). Forito: Jovens Feministas Presentes – Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas – Espaço Brasil - São Paulo: Ação Educativa, Fundação Frederich Herbert - Brasília: UNIFEM, 2009.

Parias, P. (2001) Prefácio. In: GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: 34/Universidade Cândido Mendes, 2001. 427p.

Park-Fuller, L. (2000). Performing absence: The staged personal narrative as testimony. *Text and Performance Quarterly*, 20, 20-42

Parteman, C. (1988). *O Contrato Sexual*. Editora Paz E Terra.

Pinto, G. P. (2012). Juventude e Pentecostalismo: Participação social em contexto de favela. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais/ Belo Horizonte.

Pinto, R. J.. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. (Coleção História do Povo Brasileiro) São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Piscitelli, A. (2002). Périplos Tropicais. In: Costa, A. *Homem, homens*. São Paulo, Editora 34, (no prelo); On Gringos and Natives, gender and sexuality in the context of international sex tourism. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, ano 1, 2004; Exotismo e autenticidade. Relatos de viajantes à procura de sexo. *Cadernos Pagu*, n. 19, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2002, p. 195-231.

_____ (2002). Re-criando a (categoria) mulher? In: M. L. Algranti (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002, 1-25.

_____ (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 a 274. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/download/5247/4295

_____ (2011). Migração e sexualidade: do Brasil à Europa. In S. Corrêa & R. Parker (Orgs). *Sexualidade e Política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos* (pp.247-258). Rio de Janeiro: ABIA.

- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.
- Radford, J & Russell, D. (1992). *Femicide: The politics of women killing*. Twayne Publishers New York
- Ratts, A. (2006). *Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza & Imprensa Oficial.
- Reis, M. L. M. (2011). Vozes e políticas da diáspora na América Latina e Caribe: A Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora como movimento transnacional afrodiaspórico. *Revista Brasileira do Caribe*, São Luis, Vol. XI, nº22. Jan-Jun 2011, p. 101-131
- Ribeiro, M. (1995). Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing. *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.446 -57. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16459/15033>
- _____ (2006). O feminismo em novas rotas e visões. *Rev. Estud. Fem.* vol.14 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2006 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000300012
- _____ (2008). Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Revista de Estudos Feministas*, 16(3). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300017>.
- Rojo, S. (2007). IV Reunião Científica da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas (Abrace). Disponível em: <http://www.portalabrace.org/ivreuniao/GTs/Territorios/Critica%20e%20performance%20teatral%20-%20Sara%20Rojo.pdf>
- Roland, E. (2000). O Movimento das Mulheres Negras Brasileiras: Desafios e Perspectivas. In: GUIMARÃES, AS; Huntley, L. (Org.).
- Romio, J. Ap. F. (2009). Mortes femininas violentas segundo raça/cor. Campinas. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- _____ (2010). Femicídio na Cidade - Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos .

- Rosa, W. (2006). *Homem Preto do Gueto: um estudo sobre a masculinidade no Rap brasileiro*. Dissertação (mestrado)—Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2006.
- Rubin, G. (1986). El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. *Revista Nueva Antropología*, ano 8, n. 030, 95-145. (Trabalho Original Publicado em 1975). Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/159/15903007.pdf>
- _____ (1989). Reflexionando el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In Vance, C. S. (Comp.). *Placer y peligro. explorando la sexualidad femenina* (pp.113-190). Madrid: Revolución. (Trabalho original publicado em 1984). Disponível em: <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/Rubin%20G.pdf>
- Russel, C. (1999). *Experimental Ethnography. The work of film in the age of video*. Durham: Duke University Press, 370 p..
- Salvador, C. C. (2000) et all. *Psicologia do Ensino*. São Paulo: Artmed, 2000. p. 322-329
- Sanches, A. (2012). A Luta do funk contra o preconceito. *Revista Fórum*. Ano 09, abril de 2010, pp. 42-45 Disponível em: http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/02/a_luta_do_funk_contra_o_preconceito/
- Santos, A.; Sunega, F.(2009). Hip Hop Mulher: experiências de organização. In: Papa, F. C.; Souza, R. *Jovens Feministas presentes*. São Paulo: Ação Educativa: Fundação Friedric Ebert; Brasília: UNIFEM, 2009. p. 82-87.
- Santos, B. S. (2004). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In B. S. Santos (Org.), *Conhecimento Prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado* (pp.735-775). Porto: Afrontamento.
- _____. (2006). A construção cultural da igualdade e da diferença. In: *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*, v.4, p. 279-316, São Paulo: Cortez Ed.
- Santos, J. E. (1988). *Os Nagô e a Morte: Pàde, àsèsè e o Culto Ègun na Bahia*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, J. L. (2007). *Re-significando a negritude através do Movimento Hip Hop: A POSSE HAUSA*. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC Campinas, Brasil.

- _____. (2011). Negro, jovem e hip hopper: história, narrativa e identidade em Sorocaba. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - Marília, 2011. Disponível em: [http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/santos_jl_me_mar%20\(2\).pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/santos_jl_me_mar%20(2).pdf)
- _____. (2012). Gradientes Hierarquicos na 'Balada': Etnografia, Corpos e Sociabilidades nas Boates GLS de Belo Horizonte. Dissertação Mestrado em Psicologia - Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.
- Santos, M. (1979). *O espaço dividido*. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Coleção Ciências Sociais
- _____. (2000). *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record.
- _____. (1987). *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel .
- Santos, W. C. S. (2009) *A mulher negra brasileira*. Disponível em: http://www.africaeaffricanidades.com.br/documentos/A_mulher_negra_brasileira.pdf
- Sardenberg, C. (2004) Estudos feministas: um esboço crítico. In: AMARAL, C. C.G. (Org.) *Teoria e práxis dos enfoques de gênero*. Salvador: Redor/Fortaleza, NEGIF/UFC, 160p.
- Schumacher, S. & Brzil, E.V. (2007). *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Senac.
- Scott, J. W. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 15(2), 71-99.
- Selister, M. (2009). Desconstruir saberes machistas e enfrentar relações de poder patriarcal. In: *Desafios Feministas en América Latina: la mirada de las jóvenes* – (org) Articulación Feminista Marcosur (AFM).
- Serapioni, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos: algumas estratégias para a integração. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1), 187-192.
- Silva, A. L. (2012). *A gente de cor e urbanização na colônia: um espaço para história da educação não escolar*. In: *A gente de cor e urbanização na colônia: um espaço para história*, p 161 – 196.
- Silva, C. (2010). *Cada tridente em seu lugar e outras crônicas*. Mazza edições.

- Silva, E. R. (2008). Feminismo radical, pensamento e movimento. *Revista Travessias*, 2(3), 1-15. Recuperado em 03 outubro, 2012, de <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3107/2445>.
- Silva, J.C.G. (2012). Hip-hop e Sarau Vila Fundão: juventude, música e poesia na cidade de São Paulo. *Cadernos de Arte e Antropologia*, v. 1, p. 39-54, 2012.
- Silva, P. & Beatriz G. (1998). Chegou a hora de darmos a luz a nós mesmas: Situando-nos enquanto mulheres e negras. *Cadernos CEDES*, 19(45). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621998000200002>
- SIM/SVS/MS (2010). Sistema de Informações sobre Mortalidade/ SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde/ Ministério da Saúde.
- Soares, V. (2000). O verso e reverso da construção da cidadania feminina, branca e negra no Brasil. *Tirando a máscara: ensaio sobre o racismo no Brasil*.(org.) Antonio Sérgio Alfredo Guimarães & Lynn Huntley. Paz e Terra/SEF, SP, 2000
- Souza, A. L. S. (2011). *Letramento da reexistência. Poesia, grafite, música, dança: hip-hop*. São Paulo: Parábola.
- Spink, M. J. (2003). *Psicologia Social e Saúde: práticas, saberes e sentidos*. Petropolis: Vozes.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o Subalterno Falar?* (S. R. G. Almeida; Feitosa, M. P. F & A. P. Feitosa, trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- SPM. (2010). Mulheres, Poder e Decisão - Observatório Brasil da Igualdade de Gênero - Relatório Anual de monitoramento 2009/2010 - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/ Presidência da República.
- Sposito, M. P. & Carrano, P. (2007). Juventude e políticas públicas no Brasil. In: Fávero, O.; Sposito, M. P.; Novaes, R. R.; Carrano, P. (Org.). *Juventude e contemporaneidade*. 1 ed. Brasília: UNESCO/MEC/ANPED, v. 1, p. 179-216.
- Sposito, M. P. (2000) . Algumas hipóteses sobre as relações entre juventude, educação e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 13, p. 73-94.
- _____. (2003). Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude. In: Freitas, M. V., Papa, F. C. (orgs). *Políticas Públicas Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003, p.57 – 75.

Spry, T. (2001). Performing autoethnography: An embodied methodological. *Praxis Qualitative Inquiry*, 7(6), 706-732.

Tommasi, L. (2004). Os espaços de discussão e participação da juventude : situação atual e perspectivas. In: *Jovens na conjuntura atual : desafios e perspectivas*, 2004, Recife. *Jovens : os desafios da participação*, 2004.

_____. (2004, Mar.). Um olhar sobre as experiências de políticas públicas de juventude na América Latina. In Resenha de O. Dávila (Org.). *Políticas públicas de Juventud en America Latina: políticas nacionales*. Ediciones CIDPA. In: *Revista Brasileira de Educação*, 25, 177-181.

_____. (2010). *Juventude em pauta: a juventude como campo de intervenção social*. Projeto de Pesquisa, Departamento de Sociologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.

_____. (2011). *Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político*.

Toneli, M. J. F.(2007). Homofobia em contextos jovens urbanos: contribuições dos estudos de gênero. *Psic – Revista de Psicologia da Vetor Editora*, 7(2), p. 31-38, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psic/v7n2/v7n2a05.pdf>

_____. (2008) Org; LAGO, M. C. S. (Org.) ; BEIRAS, A. (Org.) ; VAVASSORI, M. B. (Org.) ; MÜLLER, R. C. F. (Org.) . *Gênero e pesquisa em Psicologia Social*. 1. ed. São Paulo/SP: Casa do Psicólogo, 2008. v. 1. 271p

Torres, J. (2005). *Movimento Hip Hop como cultura política expressiva [manuscrito]: fluxos simbólicos e re-significações locais*. Dissertação apresentada ao departamento de pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFMG, 2005.

UNDOC. (2011). *Estudo Global sobre Homicídios*. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc)/ ONU

Versiani, D. B. (2005). *Autoetnografias: conceitos alternativos em construção*. Rio de Janeiro: Sete Letras.

Viana, I. F. (2013). *Mulheres negras e baile funk: sexualidade, violência e lazer*. Dissertação de Mestrado Geografia - Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil. 2013

Vianna, H.(1988) *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Waiselfisz, J. J.(2011). Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari ; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011. Disponível em:
<http://www.sangari.com/mapadaviolencia/pdf2011/MapaViolencia2011.pdf>
- _____.(2012). Mapa da violência 2012: A cor dos homicídios no Brasil – Disponível em:
http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf
- _____. (2012). Mapa da violência 2012: o s novos padrões da violência homicida no Brasil – Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf
- _____. (2013). Mapa da violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil – Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf
- _____. (2013). Mapa da violência 2013: Mortes matadas por armas de fogo – Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf
- Wall, S. (2006). *An autoethnography on learning about autoethnography*. International Journal of Qualitative Methods, 5(2).Acessado em: 25/02/2008, disponível em:
http://www.ualberta.ca/~iiqm/backissues/5_2/pdf/wall.pdf.
- Weller, W. (2005) . A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. In: *REF – Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005
- _____. (2010). A Atualidade do Conceito de Gerações de Karl Mannheim. *Sociedade e Estado* , 25 (2), 205-224. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000200004&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0102-69922010000200004.
- Werneck, J. (org). (2013). *Mulheres Negras: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Criola;
- Wittig, M. (1992). El pensamiento heterosexual., in Wittig, Monique (orga.), *El Pensamiento heterosexual y otros ensayos*, Barcelona, Egales.
- Zanetti, J. & Sacramento, M. (2013). Jovens negras: ressignificando pertencimentos, construindo práticas. In: Werneck, J (org). *Mulheres Negras: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Criola.
- Zanetti, J. & Souza, P. L. A.(2009) Jovens no feminismo e no Hip Hop na busca por reconhecimento. In: Papa, F. de C.; Souza, R. Jovens Feministas presentes. São Paulo: Ação Educativa: Fundação Friedric Ebert; Brasília:UNIFEM, 2009. p. 100-109.

ANEXOS



Figura 33 : Adinkra Funtunfunefu-Denkyemfunefu - Crocodilos Siameses: Significa unidade na diversidade.

ANEXO I



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA FAFCH / UFMG

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título da pesquisa: Periferias do Gênero: uma mirada feminista sobre a experiência de mulheres negras jovens no Hip Hop e no Funk

1) Introdução:

Você está sendo convidado (a) a participar como entrevistado da pesquisa intitulada *Periferias do Gênero: uma mirada feminista sobre a experiência de mulheres negras jovens no Hip Hop e no Funk* desenvolvida pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a responsabilidade da mestranda Larissa Amorim Borges e orientação da Profa. Dra. Cláudia Andréa Mayorga Borges. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisa e/ou a Universidade. É preciso entender a natureza de sua participação e dar a sua autorização através do consentimento livre e esclarecido. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, deverá notificar e informar a mim, pesquisadora responsável por esta pesquisa.

2) Objetivos

Entender como as mulheres negras jovens participantes da Cultura Hip Hop e do Funk vivenciam as relações de poder, sobretudo no que se refere à gênero e a sexualidade, e buscando compreender se, e como tais experiências podem colaborar para a superação, reprodução e/ou atualização da intersecção entre as lógicas de racismo, femicídio e genocídio.

3) Procedimento do Estudo

Se concordar em participar você será solicitado a responder questões e perguntas colocadas pela pesquisadora. A entrevista será gravada e posteriormente transcrita. Em seguida as informações serão analisadas e interpretadas pela pesquisadora. A identificação do participante da pesquisa será utilizada de maneira respeitosa. Você poderá ser identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para publicação científica ou educativa.

Caso haja necessidade de algum atendimento psicoterápico e afim, bem como outras informações relacionadas a esta pesquisa o encaminhamentos e esclarecimentos de tais procedimentos serão realizados por mim.

Neste caso, gostaríamos de pedir sua autorização para uso das informações obtidas através de sua entrevista.

Eu, _____, RG, _____, declaro que estou ciente dos objetivos desta pesquisa e de acordo com este termo. Declaro que tive tempo suficiente para ler e entender as informações acima. Declaro também que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmo também que recebi uma cópia desse termo e compreendo de que sou livre para me retirar dos estudos em qualquer momento sem qualquer penalidade. Autorizo o uso das informações obtidas através da entrevista, bem como imagem e voz, que concedi voluntariamente à pesquisa intitulada *Periferias do Gênero: uma mirada feminista sobre a experiência de mulheres negras jovens no Hip Hop e no Funk*

Ass: _____ Belo Horizonte _____ de 2013
Participante da pesquisa

Ass: _____ Belo Horizonte _____ de 2013
Responsável Legal (Nome, Identidade, assinatura)

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objetivo deste estudo, os possíveis desconfortos e benefícios da participação no mesmo, junto aos participantes. Atesto que o (a) participante recebeu todas as informações necessárias que foram fornecidas em linguagem adequada e compreensível e que o (a) participante compreendeu a explicação.

Responsável pela pesquisa: Larissa Amorim Borges – CPF 042.863.31610

Contato: 8866-2852

ANEXO II



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA FAFCH / UFMG

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título da pesquisa: Periferias do Gênero: uma mirada feminista sobre a experiência de mulheres negras jovens no Hip Hop e no Funk

1) Introdução:

Você está sendo convidado (a) a participar como entrevistado da pesquisa intitulada *Periferias do Gênero: uma mirada feminista sobre a experiência de mulheres negras jovens no Hip Hop e no Funk* desenvolvida pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a responsabilidade da mestranda Larissa Amorim Borges e orientação da Profa. Dra. Cláudia Andréa Mayorga Borges. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisa e/ou a Universidade. É preciso entender a natureza de sua participação e dar a sua autorização através do consentimento livre e esclarecido. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, deverá notificar e informar a mim, pesquisadora responsável por esta pesquisa.

2) Objetivos

Entender como as mulheres negras jovens participantes da Cultura Hip Hop e do Funk vivenciam as relações de poder, sobretudo no que se refere à gênero e a sexualidade, e buscando compreender se e como tais experiências podem colaborar para a superação, reprodução e/ou atualização da intersecção entre as lógicas de racismo, femicídio e genocídio.

3) Procedimento do Estudo

Se concordar em participar você será solicitado a responder questões e perguntas colocadas pela pesquisadora. A entrevista será gravada e posteriormente transcrita. Em seguida as informações serão analisadas e interpretadas pela pesquisadora. A identificação do participante da pesquisa será utilizada de maneira respeitosa. Você poderá ser identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para publicação científica ou educativa.

Caso haja necessidade de algum atendimento psicoterápico e afim, bem como outras informações relacionadas a esta pesquisa o encaminhamentos e esclarecimentos de tais procedimentos serão realizados por mim.

Neste caso, gostaríamos de pedir sua autorização para uso das informações e imagens colhidas no processo desta pesquisa, bem como a divulgação da instituição e do evento(s) realizados nas **QUADRAS DO VILARINHO**.

Eu, _____, RG, _____, declaro que estou ciente dos objetivos desta pesquisa e de acordo com este termo. Declaro que tive tempo suficiente para ler e entender as informações acima. Declaro também que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma cópia desse termo e compreendo de que sou livre para me retirar dos estudos em qualquer momento sem qualquer penalidade. Autorizo o uso das informações obtidas no processo da pesquisa, bem como imagem e voz, que concedi voluntariamente à pesquisa intitulada *Periferias do Gênero: uma mirada feminista sobre a experiência de mulheres negras jovens no Hip Hop e no Funk*

Ass: _____ Belo Horizonte _____ de 2013
Participante da pesquisa

Ass: _____ Belo Horizonte _____ de 2013
Responsável Legal (Nome, Identidade, assinatura)

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objetivo deste estudo, os possíveis desconfortos e benefícios da participação no mesmo, junto aos participantes. Atesto que o (a) participante recebeu todas as informações necessárias que foram fornecidas em linguagem adequada e compreensível e que o (a) participante compreendeu a explicação.

Responsável pela pesquisa: Larissa Amorim Borges – CPF 042.863.31610